

OLISIPO

Boletim do Grupo Amigos de Lisboa



N.ºs 150-151-152



ANOS 1987-1988-1989

Oferta
2003-12-13

OLISIPO

ANOS 1987 - 1988 - 1989

N.ºs 150 - 151 - 152

Direcção, Edição e Propriedade
do
GRUPO «AMIGOS DE LISBOA»

Redacção e Administração: Palácio da Mitra - Rua do Açúcar - Telefone 858 57 11
Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. - S. Vicente de Fora - Rua Voz do Operário, 5-A

SUMÁRIO

REMODELAÇÃO DE «OLISIPO»	3
HISTÓRIA GERAL DA ARTE E SUAS MANIFESTAÇÕES NA CIDADE DE LISBOA (CICLO DE COLÓQUIOS)	5
QUIOSQUES DE LISBOA — O ARTESÃO JOSÉ MARIA BARATA ...	7
LUCIANO FREIRE — MUSEÓLOGO E RESTAURADOR — <i>António Manuel Gonçalves</i>	9
LISBOA VERDE-MAR — <i>Maria Amélia R. Gomes</i>	37
1755 — UMA DESCRIÇÃO INÉDITA — <i>Francisco Santana</i>	39
VISITA AO ANTIGO CONVENTO DE BRANCANES — BATALHÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE — <i>Fernando de Matos Rodrigues</i>	43
DR. DURVAL PIRES DE LIMA	59
O TEATRO ROMANO DE LISBOA — HISTÓRIA E POSSIBILIDADES DE RECUPERAÇÃO — <i>Adriano Vasco Rodrigues</i>	61
HOMENAGEM AO PROF. DOUTOR CÂNDIDO DE OLIVEIRA ...	69
OS CAFÉS NA VIDA SOCIAL, POLÍTICA E INTELECTUAL DE LISBOA — <i>Eduardo Sucena</i>	83
OS NOVOS ESTATUTOS	99
ARQUIVOS DE PORTUGAL E A INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA — <i>José Pereira da Costa</i>	101



O GRUPO «AMIGOS DE LISBOA» E O INCÊNDIO DA ZONA DO CHIADO	113
DO SÍTIO À GRANDE CIDADE (CURSO)	117
ENG.º DIOGO SOBRAL	119
RECTIFICAÇÃO DO ART. 20.º DOS ESTATUTOS	121
O CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE NORBERTO DE ARAÚJO	123
NORBERTO DE ARAÚJO — O HOMEM E O JORNALISTA — <i>Mário Neves</i>	124
NORBERTO DE ARAÚJO, AMIGO DE LISBOA — <i>J. Cândido de Oliveira</i>	135
VISITA AO HOSPITAL MILITAR PRINCIPAL — <i>Fernando de Matos Rodrigues</i>	143
FERNANDO PESSOA, AMIGO DE LISBOA — <i>Maria Amélia R. Gomes</i>	155
FEIRA DA LADRA	171

VIDA ASSOCIATIVA

RELATÓRIO E CONTAS DA JUNTA DIRECTIVA (1987)	175
PARECER DA COMISSÃO REVISORA DE CONTAS (1987)	197
RELATÓRIO E CONTAS DA JUNTA DIRECTIVA (1988)	199
PARECER DA COMISSÃO REVISORA DE CONTAS (1988)	216
ÓRGÃOS SOCIAIS (1988/1990)	218
RELATÓRIO E CONTAS DA JUNTA DIRECTIVA (1989)	219
PARECER DA COMISSÃO REVISORA DE CONTAS (1989)	239

ÍNDICE

DOS N.ºs 141 a 152	240
--------------------	-----

CAPA

Fachada nobre do Palácio da Mitra
Actual sede do Grupo «Amigos de Lisboa»

Remodelação de “OLISIPO”

Com a publicação deste volume, no qual incluímos os n.ºs 150, 151 e 152, referentes, respectivamente, aos anos de 1987, 1988 e 1989, encerramos a 1.ª Série do boletim «Olisipo», cujo primeiro número saiu em 1938 e que, desde então, com diversas periodicidades e com maior ou menor regularidade, tem vindo a espelhar a acção cultural desenvolvida pelo nosso Grupo.

Durante largos anos sob a sucessiva orientação de Matos Sequeira, Eduardo Neves e Paulo Caratão Soromenho, «Olisipo» contou com um notável escol de colaboradores entre os quais avultam os nomes mais prestigiosos da olisipografia depois de Júlio de Castilho; e, inicialmente ilustrado pelo sócio-fundador Almada Negreiros, teve também a colaboração de artistas como José Espinho, José Videira e Luís Trindade.

Órgão oficial de uma instituição sem fins lucrativos e escassamente subsidiada, reflectiu, naturalmente, as carências com que ela tem lutado e passou, como em geral todas as publicações culturais, pelas mais variadas vicissitudes ao longo do seu extenso percurso de 52 anos, logrando, apesar de tudo, manter sempre uma dignidade, que, segundo cremos, ninguém lhe contesta. E, para lá do seu valor bibliográfico, pode-se afoitamente dizer que, hoje, nenhum estudioso das coisas de Lisboa pode dispensar a sua consulta.

Mas os tempos mudaram e o estilo de «Olisipo» foi-se desactualizando face a novas concepções, tanto no campo do grafismo como no da selecção e arrumação dos textos. Impõe-se, pois, proceder a uma remodelação que contemple esses aspectos e faça sair «Olisipo» da área restrita dos Associados do Grupo «Amigos de Lisboa» para o projectar mais além, pondo-o à disposição de um público leitor mais vasto.

Assim sendo, e logo que as circunstâncias o permitam (o que esperamos suceda o mais brevemente possível) «Olisipo» reaparecerá em 2.^a Série e com uma outra apresentação, contando com a nova imagem cativar todos os que se interessam de uma forma ou de outra por esta nossa querida cidade de Lisboa

E. S.

CICLO DE COLÓQUIOS

«HISTÓRIA GERAL DA ARTE E SUAS MANIFESTAÇÕES NA CIDADE DE LISBOA»

Orientado pelo nosso Consócio, Sr. Dr. Emanuel Correia, realizou-se de 7 de Maio a 16 de Julho de 1987 um ciclo de colóquios subordinados ao tema acima mencionado, os quais decorreram no salão nobre da Casa do Algarve por amável cedência da respectiva Direcção a que preside o também nosso Consócio, Sr. Manuel Henrique Passos.

Tendo registado a frequência de mais de 3 dezenas de Associados e de vários convidados, os colóquios obedeceram ao seguinte esquema:

- 1.º — 7 de Maio — A Beleza e Arte.
Estilo, Século, Época e Idade.
- 2.º — 14 de Maio — A Arte do Mundo Antigo e as suas manifestações.
- 3.º — 21 de Maio — As civilizações clássicas — Grécia e Roma.
- 4.º — 28 de Maio — A Arte Românica e Gótica.
- 5.º — 4 de Junho — A Arte do «Quatrocento»
O Ideal Italiano e a sua difusão.
- 6.º — 11 de Junho — O Manuelino. A época de D. João III.
- 7.º — 25 de Junho — O Maneirismo e o Barroco.
- 8.º — 2 de Julho — A Arte dos Séculos XIX e XX.
- 9.º — 9 de Julho — Manifestações das Artes Decorativas.
- 10.º — 16 de Julho — Conclusões. Visita de estudo à igreja do Menino Deus.

CICLO DE COLÓQUIOS

HISTORIA GERAL DA ARTE E SUAS MANIFESTAÇÕES NA CIDADE DE LISBOA



Organizado pelo nosso Conselho Geral de Lisboa a 16 de Junho de 1910, para comemorar o centenario da independencia do Brasil, e para promover a arte e a cultura, o Conselho Geral de Lisboa, por meio do seu Director, a quem se dirigem as presentes, tem o prazer de convidar para o ciclo de colóquios, a ser realizado em Lisboa, durante o mes de Junho de 1910, o seguinte programa:

1.º — 7 de Junho — A arte e a cultura em Portugal e no Brasil.

2.º — 14 de Junho — A arte e a cultura em Portugal e no Brasil.

3.º — 21 de Junho — A civilização classica — Grecia e Roma.

4.º — 28 de Junho — A arte classica — A arte humana e o Góthico.

5.º — 4 de Junho — A arte do «Quattrocento».

6.º — 11 de Junho — O Ideal Italiano e a sua disseminação.

7.º — 18 de Junho — O Maneirismo e o Barroco.

8.º — 25 de Junho — A arte dos séculos XIX e XX.

9.º — 2 de Julho — Manifestações das Artes Decorativas.

10.º — 9 de Julho — O Góthico.

11.º — 16 de Julho — O Renascimento.

Mesmo Dia.

QUIOSQUES DE LISBOA

— o artesão José Maria Barata

José Maria Barata, nasceu em Lisboa, na freguesia da Encarnação, em 23 de Maio de 1925. Começou a sua vida como soldador da construção naval, na CUF, e dedicou-se depois à formação profissional exer-



José Maria Barata com algumas das miniaturas de quiosques de Lisboa da sua autoria

cendo o cargo de monitor em cursos organizados pelo então Ministério das Corporações e Previdência Social. Dedicou-se também à actividade seguradora, como mediador, e assumiu desde 1950 a gerência da taberna sita na Rua dos Mouros, n.ºs 19-21, ao Bairro Alto, que era de seu pai, onde se entretém a executar, com fósforos queimados, peças de artesanato, as mais variadas, entre as quais avulta uma preciosa colecção de reproduções dos quiosques antigos de Lisboa, que a foto reproduz.

Lisboeta de gema, José Maria Barata é um devotado amigo desta cidade, executando também miniaturas de alguns dos seus monumentos como, por exemplo, da capela de Nossa Senhora da Saúde. Os seus trabalhos, mostrados em várias exposições, chegaram mesmo às mãos de S. S. o Papa Paulo II, a quem ele teve ocasião de oferecer interessantes peças da sua lavra. E, sendo amigo de Lisboa, José Maria Barata é também, natural e activamente, amigo do fado, que se pode ouvir na sua taberna, ao fim da tarde, de uma forma geral diariamente, cantado e tocado por espontâneos.

Uma faceta curiosa deste artesão, é que não faz negócio com os seus trabalhos. Executa-os para se distrair e para sua própria satisfação, recusando-se a vendê-los, apesar das tentadoras ofertas que lhe têm feito.

É, pois, com muito gosto, que os «Amigos de Lisboa» inserem nas páginas do seu boletim oficial a biografia resumida de um artesão lisboeta, aliás já conhecido através de reportagens da RTP e de vários jornais.

LUCIANO FREIRE

Museólogo e Restaurador *

por ANTÓNIO MANUEL GONÇALVES

Evocar Luciano Martins Freire é reviver não só a investigação que fizemos nos arquivos da Academia Nacional de Belas-Artes e do Museu Nacional de Arte Antiga, há três décadas, e resultou no livro que o *Grupo de Amigos do Museu* publicou em 1960, acerca DO RESTAURO DOS PAINÉIS DE S. VICENTE DE FORA, como reviver os muitos ensaios de escutar as saborosas lembranças que ouvimos e aprendemos do Dr. João Couto, quantas vezes volvendo ao convívio, do seu tempo de conservador nas Janelas Verdes, com o então Director do Museu Nacional dos Coches (que foi desde 1911 a 1933) e também, quando das estadas parisienses do Dr. José de Figueiredo, no exercício da direcção interina do nosso primeiro Museu Nacional ¹.

Luciano Freire nasceu em 1864, no mesmo ano em que José Maria Veloso Salgado: ambos colegas nos estudos de desenho e pintura na Academia Real de Belas-Artes de Lisboa. Discípulo de Miguel Ângelo Lupi, Silva Porto e Ferreira Chaves, impôs-se «pela acuidade visual e

* Evocação proferida na *Cervejaria da Trindade*, ao fim-da-tarde de 19. Junho '86, no Sesquicentenário do estabelecimento.

¹ Cf. João Couto, «Artes Plásticas», in *Ocidente*, vol. LXVI, n.º 313, Lisboa, Maio de 1964, pp. 233-4.

Como é que escrevendo eu estas «Artes Plásticas» desde Junho de 1960, só hoje me resolvo a falar mais circunstanciadamente do mestre Luciano Freire?

Foi uma falta indesculpável.

Estou a ver o Mestre Luciano Freire, pessoa admirável, com o qual tive bastantes relações, graças à intimidade que existia entre ele, o Dr. José de Figueiredo e a minha pessoa. Os primeiros eram duas figuras que se pareciam, não no aspecto físico ou no carácter, pois eram bastante dife-

pela segurança da técnica» no dizer de Fernando Pamplona, nas obras pictóricas que desde 1884 apresentou nas exposições da Sociedade Promotora de Belas-Artes.

Terminou o seu curso de Pintor em 1886 — faz agora um século — e ficou agregado, na Academia, como Professor de Pintura Histórica. O *Auto-retrato* pintou-o em 1885: tinha vinte e um anos de idade. Está na Academia Nacional de Belas-Artes, como o *Retrato do Dr. Júlio Mardel de Arriaga*. O *Retrato de Silva Porto* que pintou em 1896 pertence à Sociedade Nacional de Belas-Artes. O Museu «Dr. Carlos Machado», em Ponta Delgada, guarda o *Retrato de Duarte Machado Faria e Maia*, oferecido pelo Dr. Francisco A. Machado Faria e Maia.

Participou na decoração de várias salas do Museu Militar: na Sala da Guerra Peninsular, pintou o tecto e as faces das consolas que servem de apoio à arquitrave; nestas: as figuras alegóricas da *Guerra, Paz,*

rentes um do outro, mas devido à função, pois ambos eram grandes artistas, tinham o mesmo amor pela pintura antiga e as suas obras completavam-se.

José de Figueiredo, todas as tardes, deixava a sua casa no Campo dos Mártires da Pátria e dirigia-se logo ao Largo da Biblioteca, onde no barracão da Escola de Belas-Artes, construído num pátio do antigo convento franciscano, tinha *atelier* Mestre Luciano Freire.

Foi aí por volta de 1924, época em que andava acesa a celebrada questão dos Painéis... Quantas vezes eu me ia encontrar com os dois no modesto abrigo onde se haviam tratado os quadros que depois, e até hoje, despertaram as maiores questões, as mais acesas polémicas que agitaram os ânimos e as letras nacionais.

Aí, com Freire, Figueiredo, Mardel e uma porção de amigos que frequentes vezes se reuniam. — Afonso Lopes Vieira, Alberto de Oliveira e tantos outros — que constituíam o grosso dos «Amigos do Museu», se discutiam os problemas, se falava dos assuntos que interessavam estes homens esclarecidos e curiosos.

Freire e Mardel, este então muito novo, trabalhavam juntos nos seus cavaletes e a conversa decorria às vezes bastante aguerrida.

Quando Figueiredo partia para férias, o que sucedia frequentes vezes, Freire ia substituí-lo na direcção do museu.

À tarde entrava cautelosamente nas Janelas Verdes, apertando a mão a todos os guardas que encontrava, e procurava-me no meu gabinete, não deixando de perguntar se por acaso eu tinha visto no edifício o Conservador Keil, pessoa de que não gostava. E então trocávamos muitas impressões o que ele não usava fazer porque era normalmente reservado.

De vez em quando eu ia também ao *atelier* de S. Francisco da Cidade e ali gostava de discorrer com Fernando Mardel que me explicava os segredos da pintura antiga e me punha ao par das mil questões que ao tempo pululavam.

No Verão Mestre Freire ia habitar na casa que possuía na Trafaria, na Rua 5 de Outubro, onde, de vez em quando, eu ia visitá-lo. Um ano mesmo, fui passar as férias na mesma praia, onde o prazer da boa conversa não era de molde a atenuar a insipidez do local.

Freire morreu em 1934 (28 de Janeiro), com profundo desgosto de nós todos.

Glória e Patriotismo; na Sala da Europa, o painel *Nun'Alvares*, correcto de execução, «mas sem rasgo de grandeza» no entender de críticos («para ele pousou o poeta Eugénio de Castro» cf. regista o Dr. Fernando Pamplona^{1-a}); e ainda numa escadaria de acesso: *Balística e Portugal Velho*. José Augusto França alude à tela que expôs no Grémio Artístico em 1899 *O perfume dos campos*, como obra especial, de «género inteiramente novo» como sublinhou Ribeiro Artur, agradado do seu simbolismo. «Contra o fundo duma cidade industrial cujas chaminés expelem sombras de cadáveres, dum campo de açucenas, envolta em vapores, eleva-se, como seu perfume, um corpo de mulher — e no ondular dos gases e da cabeleira esvoaçante descobre-se uma morfologia *arte nova*, empírica ainda»². Conserva-se no Museu Nacional de Arte Contemporânea, tal como outra «uma paisagem melancólica, dolorosamente trágica de simplicidade e solidão» — como a via Diogo de Macedo — intitulada *Desolação* e que pintou em 1900. Sentidamente Diogo considerou este quadro «uma página autobiográfica e psicológica duma alma triste, que apenas os muito sensíveis entendem e que o próprio artista, nervoso, irrequieto, descontente e sempre generoso, não soubera, tão-pouco e de todo, esconder no *Auto-retrato*, de 1885, que pintara com sólida matéria cromática e sóbria forma, num plano de sombra que se abre num rasgão de luz cor de cera para ressaltar a pupila arguta e firme dum olhar, como que transmitindo a máguia resignada daquilo que o artista escuta e lhe é balbuciado pelo *Escravo* de Miguel Ângelo que surge, ali no fundo, como um símbolo».

É o mesmo Diogo de Macedo que releva o facto de o Pintor, cultivar o espírito com fervorosos cuidados de investigador, chegando a ser erudito em problemas de arte. Activo e viajado, sobretudo pelos mais notáveis museus, apaixonara-se pela Arte dos Primitivos, «auscultando-lhes os segredos técnicos de suas originalidades»³.

Os artigos de Joaquim de Vasconcelos, consagrados às TABOAS DE PINTURA PORTUGUESA NO SÉC. XV vindos de S. Vicente de Fora, que precedem a série de rodapés do jornal portuense, dedicados à Exposição de Arte Sacra Ornamental de Lisboa, aberta no Museu das

^{1-a} Cf. Fernando Pamplona. *Dicionário de Pintores e Escultores Portugueses ou que trabalharam em Portugal*, ed. Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva, Lisboa, 1956, no art.º consagrado a «FREIRE (LUCIANO) — Luciano Martins Freire», pp. 91-92.

² José Augusto França, *A Arte em Portugal no Séc. XIX*, vol. II, Lisboa, 1967, p. 241.

³ Diogo de Macedo, *Veloso Salgado / Luciano Freire*, col. *Museum*, 2.ª série, n.º 4, p. 16.

Janelas Verdes em 1895, publicaram-se no mesmo ano em que o moço pintor Luciano Martins Freire foi arvorado em sócio de mérito da Academia Real de Belas-Artes de Lisboa.

Ribeiro Arthur dele dizia, em 1897, que «trabalhando corajosamente, tem conseguido alcançar uma subida consideração»⁴. E esboçava o perfil do Professor interino da II cadeira da Escola, ao afirmar:

«É um espírito recto e um character austero, que sob uma severa apparencia, esconde intimas delicadezas e susceptibilidades quasi infantis. A rizeza da sua opinião torna-o para alguns intratável, porque, não só não condescende, mas irrita-o a contrariedade. Não possuindo essa maleabilidade que permite a muitos tornear os obstaculos que não podem destruir, bastantes vezes tem sido obrigado a deter-se na sua carreira»⁵.

A este arguto reparo, acrescentava ainda: «Não tem a atractiva exterioridade que impõe o seu domínio à primeira vista, mas, quem o conhece bem e o trata, estima-o profundamente»⁶.

Possuindo tão caracterizada compleição, aconteceu que a Academia olisiponense de Belas-Artes, reunida em conferência a 12 de Fevereiro de 1900 — após a morte do Prof. Ferreira Chaves — ao entregar a Vice-presidência da instituição a António José Nunes Jr., elegeu Luciano Freire como novo Secretário.

A Academia era simultaneamente areópago de eruditos e Escola de Belas-Artes, à qual competia ainda a superintendência no Museu das Janelas Verdes — esta exercida até então mais no âmbito administrativo, pois transferia para um académico a função de director da galeria. O presidente da Academia era o seu Inspector e delegado do poder central.

Quando reuniu a conferência geral académica de 17 de Março de 1902, já presidida pelo Visconde de Atouguia, recém-nomeado pelo Governo, foram reeleitos os citados dirigentes para idênticos cargos e eleito D. José Pessanha, novo vogal efectivo, para segundo secretário. Em cumprimento do decreto de 14 de Novembro de 1901, foi também eleita a Comissão Executiva da Academia, constituída pelos corpos gerentes mencionados mais os académicos José Simões de Almeida Jr., José Veloso Salgado e José Luís Monteiro.

⁴ Ribeiro Arthur, «Luciano Freire» (art.º datado de Janeiro de 1897), in *Artes e Artistas Contemporâneos*, 2.ª série, Lisboa, 1898, p. 99.

⁵ Id., pp. 95-96.

⁶ Ibid., p. 96.

Vigorosa orientação, mercê da reforma legislada no ano transacto, exigia do primeiro secretário, e Prof. efectivo de Desenho, hábil conduta e desvelado labor: «o cargo de secretario, que é sempre dos mais difficeis e trabalhosos e talvez aquelle de que sobretudo depende a influênciã e o prestígio das corporações» encontrou nele o servidor entusiasta que buscava reconquistar a força e o prestígio adormecidos da Academia⁷.

«Luciano Freire entrou precisamente no momento opportuno» — afirmaria anos depois D. José Pessanha⁸ — «quando, por um lado, a instituição dos generosos legados do Visconde de Valmor, forçando a Academia a uma constante e meticolosa acção, e, por outro lado, a reforma de 1901, alargando-lhe as attribuições, em muitos pontos extensivas a todo o país, (...) vinham compelli-la a sahir do estado lethargico de tantos annos, a entrar num periodo de acção, sob pena de ver perdidos avultados rendimentos e desprezados valiosos direitos e prerrogativas. Era necessario vellar e trabalhar».

Luciano Freire aceitou, inteiramente devotado, esquecido de si e a tudo disposto, «desde o trabalho material, obscuro, inglorio e, para mais, gratuito, até aos attrictos, às desconsiderações e às injustiças»⁹.

Assídua e zelosa intervenção académica no Museu Nacional de Belas-Artes começou a exercer-se em 11 de Janeiro de 1903, quando a Comissão Executiva se deslocou ao Palácio das Janelas Verdes e ali deliberou alterar e melhorar a colocação dos quadros. Para tratar com o Director, Prof. Nunes Jr., e o Conservador Manuel de Macedo foram incumbidos Veloso Salgado e Luciano Freire¹⁰.

Empreendeu-se a remodelação mas, passados quinze dias, a Comissão Executiva ao examinar *in loco* os trabalhos realizados nas Salas de Pintura, verificou a impossibilidade de expor determinados quadros dos séculos xv e xvi, pelo seu mau estado de conservação. Na sessão de 25 de Janeiro, Veloso Salgado frisou «a conveniência de serem reparadas algumas molduras e de se proceder à limpeza de grande numero de

⁷ Cf. D. José Pessanha, «Luciano Freire», in *Arte*, dir. Marques Abreu, Porto, n.º 81, Set.º 1911, p. 70.

⁸ Id.

⁹ Ibid., p. 71.

¹⁰ Cf. L.º *Actas da Comissão Executiva da Academia Real das Bellas Artes de Lisboa*, in Arq.º da Academia Nacional de Belas Artes (= A. N. B. A.), Sessão n.º 12, de 11 de Janeiro de 1903, fl. 12.

quadros», tendo a Comissão incumbido Luciano Freire *de superintender neste último trabalho*¹¹.

Não se entregava a beneficiação das pinturas por convivência académica, ao Mestre escolhido. Do consciente e experimentado manejo que usava no mester, ele mesmo nos esclarece ao evocar mais tarde¹²:

«Quando ao iniciar os meus estudos de pintura realizei algumas copias de quadros no Museu, bisbilhotei o que lá estava fazendo, em materia de restauro, um espanhol, que pelo nome não perca, e depois o Greno; parecendo-me que operavam de maneira assás imperfeita, do que resultava perigo para a integridade da obra de arte.

Aferrei-me ao estudo da especialidade — uma diversão dentre as minhas variadas tinetas, até mais científicas do que artísticas — e pareceu-me encontrar processos preferíveis de tratamento, embora menos expeditos e portanto menos viáveis no nosso meio, onde se ambiciona obter muito por pouco dinheiro, e sempre apressadamente».

Ao tempo, solicitara Gabriel Pereira ao que foi primeiro director do Museu das Janelas Verdes, Prof. António Tomás da Fonseca, a indicação de pessoa que pudesse encarregar-se da limpeza e envernizamento de alguns quadros da colecção da Biblioteca Nacional. — «Não sei o que concorreu, para que fosse eu o indicado; o facto é que lá entremeei essa tarefa com os meus trabalhos de estudante». Num *D. Afonso VI*, considerado dos piores retratos da colecção, «vislumbrei, num ponto ou outro, indicação de haver sob essas memoráveis borradelas, pintura mais aceitável»¹³.

«Obtida licença para uma experiência *in anima vili*, restitui o quadro de tal forma metamorfoseado, que a partir dessa época Gabriel Pereira me manifestou sempre uma simpatia de que guardo grata recordação (...).

Outras preocupações vieram. A vida de artista bem diferente do que é hoje, não permitia que fóra do seu ambito natural, se operassem diversões. Absorvia-nos e molestava-nos de maneira a impedir devaneios ou passatempos; e durante muitos anos nem eu nem ninguem se importou em remediar a decadencia e miseria dos quadros que possuíamos; principalmente os chamados primitivos.

¹¹ Cf. id., Sessão n.º 14, de 25 de Janeiro de 1903, fl. 14.

¹² V. Luciano Martins Freire. Art.º *Acerca do restauro dos Painéis de S. Vicente*, destinado à rev.ª *Lusitânia*, in: António Manuel Gonçalves, *Do Restauro dos Painéis de S. Vicente de Fóra*, Lisboa, 1960, p. 78.

¹³ Id., p. 79.

Um dia chegou, sem que o ambicionasse, em que fui chamado a cooperar directamente em assuntos de politica artistica (...) e lá se voltou a minha atenção para os enfermos do Museu»¹⁴.

Empreendia Luciano Freire tão delicada tarefa por responsável confiança da Academia que, em sessão geral de 19 de Dezembro daquele mesmo ano de 1903, aprovava por unanimidade *académico de mérito*, entre outros, o Dr. José de Figueiredo pelos seus estudos de crítica de arte¹⁵.

No ano seguinte, reunida a Comissão Executiva em 29 de Novembro, interveio avisadamente D. José Pessanha a propor que a Comissão Executiva se dirigisse a Sua Eminência o Senhor Cardeal Patriarca e ao Senhor Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça, a fim de obter que sejam transferidos para o Museu Nacional, os quatro quadros notabilíssimos da segunda metade do século xv, que se encontram num dos corredores do último pavimento do palácio patriarcal e foram há nove anos pela primeira vez estudados pelo Sr. Joaquim de Vasconcelos¹⁶.

Quando D. José Pessanha refere esta proposta em carta enviada ao *Diário de Notícias*, e publicada em 30 de Setembro de 1905, lembra igualmente que acerca dos painéis de S. Vicente de Fora se pronunciara Veloso Salgado, também em reunião da comissão executiva da Academia.

Na réplica que esta carta motivou, Mons. Alfredo Elviro dos Santos — noutra publicada no mesmo jornal, a 4 de Outubro — esclarece que ao ser nomeado secretário do Cardeal Patriarca D. José Sebastião Neto, em Setembro de 1883, passara em revista todos os cantos do Paço de S. Vicente: — «Numa casa escura do primeiro andar, encontrei muitos quadros, cobertos de uma grande camada de poeira: mandei pendurá-los nas salas e corredores; entre elles, estavam os quatro quadros referidos. Notando a sua excellencia mandei collocá-los junto da janela, onde ainda estão, para receberem melhor luz».

Ali os viram estudiosos como Columbano, Gabriel Pereira, Júlio de Castilho e Júlio Mardel, este «um dos que, de mais longa data os conhecia»¹⁷, ali usufruindo os *painéis*, por poucos mais anos, tão recatado poiso.

¹⁴ Ibid., pp. 79-80.

¹⁵ Cf. L.º *Actas* cit., Sessão de 19 de Dezembro de 1903, fl. 143.

¹⁶ Cf. id., Sessão n.º 41, de 29 de Novembro de 1904, fl. 45.

¹⁷ José de Figueiredo, *Arte Portuguesa Primitiva — O Pintor Nuno Gonçalves*, Lisboa, 1910, p. 26.

Em sessão da Comissão Executiva da Academia Real de Belas-Artes de Lisboa de 26 de Janeiro de 1909, foi lida a carta que o Dr. José de Figueiredo, académico de mérito, escrevera em 19 do mesmo mês ao Inspector, Visconde de Atouguia a comunicar que o Senhor Conde dos Olivais e de Penha Longa se oferecia para custear o *arranjo necessario á conservação e melhor exhibição das Taboas do seculo XV, existentes no Paço de S. Vicente, e em uma das quaes figura o Infante D. Henrique.*

*O Snr. Conde dos Olivaes e de Penha Longa põe só uma condição restrictiva ao seu donativo, o de ser esse arranjo ou antes limpeza feito por um artista escolhido pela Academia Real de Bellas-Ares de Lisboa, e sob a sua responsabilidade e immediata fiscalisação*¹⁸.

Da acta da sessão consta que a Academia resolveu aceitar «o honroso encargo» e estudar «a melhor forma de corresponder á agradável e patriótica incumbencia».

Reunida novamente em 26 de Março, a Comissão Executiva, constituída pelo Arq.^o José Luís Monteiro, vice-presidente, Luciano Freire e D. José Pessanha, 1.^o e 2.^o secretários, e pelos vogais Simões de Almeida Jr., Veloso Salgado e Columbano, *decidiu nomear Luciano Freire «para proceder ao beneficiamento dos quadros do século xv, existente[s] no Paço de S. Vicente, trabalho que será custeado pelo E[x.^{mo}] Sr. Conde de Olivaes e Penha Longa, com a condição da Academia vellar por esse trabalho e ser executado por pessoa da sua confiança, encargo gostosamente aceite pela Commissão Executiva»*¹⁹.

Aliás, muito comprehensiva autorização do Cardeal Patriarca de Lisboa, D. António Mendes Belo, e despacho concordante de 22 de Março, do Ministro da Fazenda, tinham precedido a deliberação académica. Constam eles do documento de recepção dos painéis no velho edifício de S. Francisco da Cidade, *recibo mnss.*, assinado pelo próprio Inspector, datado de 6 de Abril de 1909, onde se discrimina²⁰: «*Seis quadros do século xv, num dos quais figura o Infante D. Henrique, estando quatro dos mesmos quadros emoldurados dois a dois*».

¹⁸ Doc.^o em fls. de papel de carta dobrada em 3 págs., apenso ao exemplar d'O *Pintor Nuno Gonçalves* (da autoria de José de Figueiredo) que pertenceu à Biblioteca do Prof. Luciano Freire — *Reservados* da Biblioteca do Museu Nacional de Arte Antiga.

¹⁹ L.^o *Actas* cit., Sessão de 26 de Março de 1909, fl. 109 v.

²⁰ Doc.^o apenso ao ex. d'O *Pintor Nuno Gonçalves* cit.

A vinda dos *painéis* para S. Francisco era já uma consoladora realidade, devida à iniciativa e acção do Dr. José de Figueiredo. Por delegação da Academia coubera-lhe a «tarefa de obter a auctorisação necessaria para se poder levar a effeito o arranjo das taboas». Deixou-nos n'ò livro *O Pintor Nuno Gonçalves* uma clara e séria justificação da confiança total que veio a depositar na capacidade de Luciano Freire:

«Uma coisa, porém, nos fazia medo. Quem havia de fazer a limpeza das taboas? a quem incumbir esse difficilimo e delicadissimo encargo?

Contra o que é corrente, não ha operação mais grave do que a limpeza d'um quadro. Mal feita, a obra d'arte pode considerar-se perdida. E assim diz algures, muito justamente, um grande technico francez que o mal dos repintadores é nulo, comparado com os que causam os que, sem competencia para isso, se propõem restituir ao estado primitivo as pinturas alteradas com retoques posteriores. O segundo mal tem remedio; o primeiro não; pois, enquanto um technico habil póde eliminar o que foi accrescentado, o que não póde, de fórma alguma, é restituir-lhe o que as lavagens inconscientes lhe arrancaram. E este perigo é, sobretudo, grande nas obras dos pintores primitivos, por causa dos seus processos especialissimos. Pintando quasi só pela apposição de successivas velaturas, as ultimas, que são as que marcam definitivamente a obra d'arte, desaparecerão, desde que o technico não respeite as primeiras camadas de verniz a que ellas adherem. De contrario, perder-se-hão essas velaturas e a *patine*, retoque maravilhosamente suggestivo, de que guarda o segredo esse artista supremo, que se chama o Tempo.

Ora, a manutenção do essencial equilibrio, para que a expurgação não atinja senão o que é necessario attingir, não é para todos. Exige conhecimentos especiaes e uma segurança que raros conseguem.

Esta era, portanto, para nós, a maior difficuldade. As outras não nos mettiã medo. Com o entusiasmo que nos animava, tinhamos, de antemão, a certeza de que venceriamos todos os obstaculos e obteriamos, com o dinheiro indispensavel, a auctorisação necessaria, — mettendo, é claro, n'isso, a Academia, para garantia official de que as taboas nada perderiam. Mas como solicitar a intervenção do corpo academico para tal fim, e tomar a grande responsabilidade da iniciativa, sem um technico experimentado, de grande confiança, que tomasse conta da tarefa, tanto mais que o seu trabalho não teria nunca a compensação que elle merecia?

Foi n'esta altura que soubemos do tratamento magistral que Luciano Freire acabára de fazer a alguns quadros do Museu Nacional de Bellas-

-Artes. Fômos vêl-os, e sahimos, de lá, convencidos de que a grande difficuldade estava vencida, desde que o illustre professor tomasse conta das taboas. Esta foi a parte mais facil. Luciano Freire accitou o encargo e accitou-o sem condições. Mesmo, se o nosso illustre amigo e collega Conde dos Olivaes e de Penha Longa, com a sua grande generosidade e amor da arte, não tivesse accedido ao pedido que lhe fizemos para custear as despezas mais essenciaes com a limpeza dos quadros e o seu emmolduramento, o que ainda ascendeu a algumas centenas de mil réis, Freire teria feito o tratamento aos quadros. Teriamos assim realisado, com dispendio de dinheiro, um trabalho que, pelo que respeita a Luciano Freire, só seria pago com alguns contos de réis, e pelo qual, póde dizer-se, nada recebeu.

O seu grande amor pela arte sobreleva n'elle a qualquer interesse»²¹.

A franqueza do testemunho (tão próximo do acontecimento) é reforçada ainda por est'outras palavras que o Dr. José de Figueiredo pronunciou na homenagem que lhe foi prestada em 24 de Abril de 1932:

«Não posso, porém, sem desdouro para ninguém, deixar de mencionar em primeiro lugar o professor Luciano Freire. (...) Quando, depois de longos meses de trabalhos e canseiras para os obter, fui finalmente entregar-lhe os painéis à sua officina, o eminente professor recebeu-os e desempenhou-se do seu compromisso, não só desinteressadamente, mas até com sacrifício de todos os seus interêsses, ainda os mais instantes. (...)

Sem Luciano Freire não poderia eu, portanto, ter feito o que fiz, por isso que, sem a sua intervenção, desfiguradas como estavam essas pinturas, muitas das minhas presunções, por melhores que fossem, não passariam de presunções»²².

Antes de Luciano Freire começar o tratamento dos quadros, providenciou o Dr. José de Figueiredo que fossem fotografados: — *Archivavamos assim, dizia, um documento do maior valor e guardavamos, para o possivel commentario de qualquer critico mal humorado (pois tudo é*

²¹ José de Figueiredo, ob. cit., pp. 26-27.

²² «Discurso do Dr. José de Figueiredo», in *Homenagem ao Dr. José de Figueiredo*, aos 24 de Abril de 1932, Lisboa, 1932, pp. 38-39.

de esperar), o melhor argumento que podemos apresentar para a justificação da nossa iniciativa²³.

Aliás, o crítico britânico Herbert Cook que fotografara os quadros na primavera de 1906, fê-los reproduzir em fotogravura na revista *The Burlington Magazine*, em Julho de 1909, quando Mestre Luciano Freire executava já na oficina de São Francisco da Cidade a melindrosa e transcendente beneficiação.

Como ele próprio evoca: «Não me é fácil descrever o que foi para nós esse ano, em que intentamos tal empresa; deixam-me registo mais rítido as horas amargas. Um ofegante e purissimo entusiasmo nos animava. A mim esquecia-me até de conveniencias pessoais, com grave prejuizo para a bolsa. O valor da obra que ia descobrindo, alem de me estimular recompensava-me no entanto suficientemente»²⁴.

Tenaz, enérgico, sabedor, «com um inexcedível escrupulo e uma rara pericia, Luciano Freire vae, pouco a pouco, delicada e cautelosamente pondo a descoberto a primitiva pintura, de modo que os dissolventes empregados não ataquem nenhum traço, por mais leve, nenhuma velatura, por mais tenue»²⁵.

Viria distante ainda o exame das pinturas através de processos científicos. O criterioso restaurador não dispunha de radiografias dos pormenores das tábuas, nem de fotografias à luz razante, nem da possibilidade de quaisquer outras análises laboratoriais, através de meios físicos e químicos, ainda desconhecidos, depois generalizados e hoje comuns em todas as oficinas de restauro. Guiou-o a extraordinária probidade que os contemporâneos unanimemente lhe reconheciam e uma perspicaz intuição, bem comprovadas em anteriores restauros e comprovadíssimas, anos após, em centenas de quadros do património nacional que veio a beneficiar.

Mais dum quarto de século decorreria até que o Prof. Doutor Manuel Valadares pudesse efectivar as radiografias esclarecedoras. — «Disse-se e escreveu-se que o restauro dos painéis de S. Vicente de Fóra, atribuidos pelo Dr. José de Figueiredo ao pintor Nuno Gonçalves, alterara parcelas da pintura e deturpara a obra realizada pelo seu genial autor. Quando se radiografaram os painéis — bem elucidou o Dr. João Couto — verificou-se que o trabalho de Luciano Freire fora seriíssimo e escrupuloso

²³ J. Figueiredo, *O Pintor Nuno Gonçalves*, pp. 30-31.

²⁴ *Acerca do restauro dos Painéis de S. Vicente*, in A. M. Gonçalves, ob. cit., p. 81.

²⁵ D. José Pessanha, «Luciano Freire», art.º in *Arte* cit., p. 67.

e que se alguma coisa havia a censurar era o facto do exímio restaurador não ter limpo as tábuas tão profundamente quanto algumas vezes as circunstâncias exigiam. Hoje, diante das películas radiográficas, verifica-se que o trabalho de remoção de repintes e de sujidades podia ter ido mais longe²⁶.

Logo que conseguiu limpar os quadros das sucessivas repintadelas e dos enegrecidos vernizes e espúrias crostas, desvendando um portentoso políptico de seis painéis, e «desmascaradas algumas das fisionomias das personagens que ali figuram» — *tudo realizado com escrupulo igual ao que me mereceram os quadros anteriormente tratados*²⁷ — fez Luciano Freire com que a Comissão Executiva da Academia examinasse, detidamente, o trabalho efectuado na oficina, em quase dois meses de aturado labor, e lavrasse um *auto* consignativo do que lhe fôra dado observar.

A singular ocorrência daquele 21 de Maio de 1909 consta da acta da sessão académica, que regista ter sido o *auto* assinado pelos presentes — Visconde de Atouguia, José Luís Monteiro, Veloso Salgado, D. José Pessanha, Simões de Almeida Jr. e Columbano — mas apenas traslada o constante do documento, visto ter ficado o original a pertencer a Mestre Luciano Freire²⁸.

Testemunho irrefragável, certifica-nos da seriedade da empresa e do zelo técnico com que foi cometida²⁹:

A U T O

No dia 21 de Maio de 1909, reunida a Comissão executiva da Academia Real de Bellas Artes de Lisboa, no gabinete em que o Professor Luciano Freire está procedendo á beneficiação de quatro quadros a óleo do século xv, existentes no Paco Patriarchal d'esta cidade, e aos quaes os estudiosos que se occupam da archeologia artistica portugueza

²⁶ João Couto, *A acção dos físicos e dos químicos nos Laboratórios dos Museus de Arte*, sep.^a da *Gazeta de Física*, vol. I, fasc.^o 6, Jan.^o 1948, pp. 1-2.

²⁷ *Acerca do restauro...* cit., in A. M. Gonçalves, ob. cit., p. 84.

²⁸ Cf. L.^o *Actas* cit., Sessão de 21 de Maio de 1909, fols. 113 v a 115.

²⁹ Doc.^o em 2 fls. de papel almaço azul de 35 ls., em 3 págs, form. 31,6 × 21,5, apenso ao exemplar d'O *Pintor Nuno Gonçalves* (do Dr. José Figueiredo) cit. — in *Reservados* da Biblioteca do Museu Nacional de Arte Antiga.

Publicámo-lo, integralmente reproduzido no livro *Do Restauro...* cit., entre pp.32-33.



200

Luiz de Ortigão Burney 1938

87

Luiz de Ortigão Burney 1938
Sculp. 1938

RETRATO DO PROF. LUCIANO FREIRE
por Luiz de Ortigão Burney

tem dado a designação de «Série de S. Vicente», — beneficiação custeada pelo academico Conde de Penha Longa, e incumbida à mesma Comissão, que d'ella, por sua vez, encarregou, pela sua provada competencia, o Professor Luciano Freire — verificou a alludida Comissão a convite do Sr. Freire, que os quatro quadros, pintados em tábuas de carvalho grosseiramente desbastadas na parte posterior, para se adaptarem, segundo é de presumir, a alguma das differentes applicações, que successivamente lhes foram dadas, constituem, não quatro, mas duas composições formadas cada uma de um grande quadro central e duas predellas (*sic*), o que se reconheceu, não só pela disposição das figuras, que em dois dos quadros se não podia justificar, mas tambem porque as tábuas que os constituiam conservam bem evidentes vestigios de terem estado emoldurados (*sic*) separadamente, havendo sido depois ligadas por meio de cavilhas de ferro. Verificou tambem a Comissão que os quadros de que se trata, pintados a oleo sobre tabuas, sem apparêlho, estão bastante damnificados, e foram, por duas vezes, restaurados. O primeiro restaurador preencheu as cavidades, em que a tinta faltava, com massa apropriada, retocando em seguida, e repintando, por ultimo, por meio de esfregacos (*sic*), grandes trechos, como por exemplo, cabeças inteiras, entre ellas as das figuras nimbadadas (S. Vicente?) que occupam os centros das duas grandes composições, no intuito de disfarçar os retoques. O segundo, evidentemente ainda menos habil que o primeiro — limitou-se a applicar tinta aos pontos (bastante numerosos sobretudo n'um dos quadros maiores) em que a primitiva pintura havia desaparecido, estendendo depois a tinta em volta dos pontos retocados para assim encobrir a olhos profanos a sua impericia. Verificou ainda a Comissão que, em todos os trechos repintados, o Professor L. Freire começou a levantar cautelosamente a tinta posta pelos restauradores, que occultava quasi completamente a primitiva pintura, — adulterando assim tão valiosos documentos da pintura quatrocentista, e induzindo em erro a critica, por que, em geral, apenas o desenho, aliàs a parte mais interessante e caracteristica, se podia apreciar ficando a pintura, propriamente dita, quer como processo, quer como colorido subtrahida a qualquer exame. Notou a Comissão que tão habil e cautelosamente se tem havido nesse melindroso trabalho o Sr. Luciano Freire que, em nenhum ponto das superficies, já libertas da pintura sobreposta á primitiva tinta fôra atacada pelas substancias empregadas, mantendo-se, em todas ellas, intactos os mais insignificantes detalhes, como, por exemplo, os caracteres gothicos, no livro que a figura central de um dos quadros maiores tem aberto na mão, ficando assim legiveis, e vindo, por ventura quando

inteiramente descobertos esses caracteres, a permittir a rigorosa identificação d'essa figura, e outros detalhes que são sempre os ultimos a applicar, e cuja conservação prova, por tanto, que todo o trabalho anterior se mantem inalterado. Observou a Commissão que o Sr. Freire tem procedido com egual meticulosidade em todo o seu trabalho, como o prova o facto de se encontrar, já em parte, com todos, digo visivel em todos os seus detalhes, o pavimento, de marmore, em que as figuras pousam, e que estava, completamente occultado por mais de uma camada de tinta escura acastanhada, a ponto de nem sequer se poder suspeitar qual a natureza d'esse pavimento. A Commissão folga de consignar n'este documento os louvores que, verbalmente, tributou ao Sr. Freire pela sua competencia, já evidenciada, aliás, em trabalhos identicos.

Sala das Sessões da Comissão Executiva da Academia Real de Bellas Artes de Lisboa, em 21 de Maio de 1909.

(aa) *Visconde d'Athouguia*

José Luiz Monteiro

José Velloso Salgado

D. José Pessanha

José Simões d'Almeida J.^{or}

Columbano Bordallo Pinheiro

Se tão probo e verídico documento evidencia a atenção com que *o restauro dos painéis* foi deliberado, seguido, acarinhado e fiscalizado pelo escol das nossas belas-artes que a Academia olisiponense congregava, não demorou muito que a instituição corroborasse o *trilho encetado*, garantindo ainda uma mais dilatada e esclarecida confiança nos merecimentos do Prof. Luciano Freire.

Um assunto similar, de crescente gravidade e latente preocupação, animou vivamente, e de modo inusitado, as sessões gerais académicas do mês seguinte: o do mau estado de conservação de pinturas expostas e arrecadadas no Museu das Janelas Verdes.

Na de 1 de Junho, Velloso Salgado deu conta à assembleia das más condições em que encontrou os quadros guardados no extinto convento das Albertas, contíguo ao Museu (em serventia de arrecadação), lastimando que se não tivesse procurado sustar a ruína de algumas notáveis obras expostas; sublinhando a gravidade do que comunicava, reputou

«um verdadeiro crime o deixar perder esse admiravel thesouro, e diz que esse perigo se poderá evitar providenciando-se com a maior urgencia»³⁰.

Ramalho Ortigão manifestou-se igualmente impressionado com os factos apontados, pois «considera este caso, como o mais profundamente grave da má administração d'arte em Portugal, resultante da indifferença criminosa, que colloca o paiz, na situação de paiz de refugio, deante dos povos cultos. As collecções dos nossos primitivos, além de serem a affirmação mais alta do nosso modo de ser moral, e intellectual, vale materialmente milhares de contos. Urge, portanto, chamar para o caso a attenção das instancias superiores, e entregar esses quadros a hygienistas, que os tratem e salvem da morte a que foram votados, isto não só para os quadros do Museu Nacional, mas ainda para os que estão espalhados pelo paiz, de que fez uma rapida enumeração, notando principalmente os de Evora, attribuidos a Gerard David, um dos quaes corre risco de immediata destruição. Constata a existencia entre nós de artista a que julga poder ser commettido o espinhosissimo encargo do tratamento dos referidos quadros. Refere-se a Luciano Freire de cujo trabalho, na especialidade faz o elogio, citando a auctorisada opinião de Bredius, de Haya — que ultimamente visitou o Museu Nacional, — que julgou perfeito, e à altura do que poderia ser executado pelo melhor especialista, o tratamento dado ao quadro «Virgem com o Menino Jesus», attribuido a Memling, segundo uns, e por outros, a Thierry Bouts; e referiu-se, ainda a outros quadros, tambem beneficiados com equal exito; por isso é de parecer que se proponha superiormente, que o Sr. Freire seja encarregado de, com os auxiliares necessarios, prover ao que fôr indispensavel á conservação dos nossos quadros, em geral, e especialmente dos seculos xv e xvi»³¹.

António Arroio interveio seguidamente para lembrar que esses quadros, durante séculos, haviam resistido em perfeito estado de conservação; mudados dos lugares a que foram destinados ou se alteravam ou arruinavam. E depois de confrontar as condições climáticas das igrejas com as das salas das «Janelas Verdes», sublinhou ainda quanto ao tratamento dos quadros, que «o retoque devia ser, tanto quanto possivel evitado, pois, em quadros, que tivessem soffrido grande avaria,

³⁰ Cf. L.º *Actas* cit., Sessão de 1 de Junho de 1909, fl. 169 v.

³¹ Id., fls. 169 v. e 170.

o retoque dominaria a pintura primitiva, e dar--lhe-hia falsa e anachronica apparencia»³².

Luciano Freire, depois de agradecer as referências elogiosas de Ramalho Ortigão, evocou o que se passara anos antes quando a Comissão Executiva o encarregara de beneficiar alguns quadros. Libertados de ruins vernizes, só então pôde ser constatado o real valor de alguns, entre os quais se contavam os citados por Ramalho. Comentando os trabalhos executados, em quadros da galeria, pelos restauradores que o antecederam, afirmou ainda que «os quadros do Museu sejam quaes forem as condições climatericas, em que se encontrem, necessitam de ser vigiados, constantemente, pelo que diz respeito ao seu estado de conservação. O Museu de quadros tem, afinal, alguma cousa de enfermaria, visto que, como doentes, elles precisam ser tratados»³³.

Estes considerandos de Mestre Freire que tratava na ocasião os *painéis de São Vicente de Fóra* demonstram de modo incontroverso o esclarecido critério que presidia ao seu mester.

A ele coube entrar na ordem do dia da sessão de 12 de Junho — *Medidas a tomar para evitar a ruina immediata de parte dos quadros dos Seculos XV e XVI do Museu Nacional* — com a leitura de pertinente parecer:

«Tendo sido encarregado de, por escripto, dar parecer acêrca das medidas a tomar, para sustar a ruina emminente da maioria dos quadros do Museu Nacional de Bellas Artes, incumbencia, esta, que me foi attribuida por ocasião da visita que a Commissão Executiva da Academia Real de Bellas Artes de Lisbôa fez ao Museu Nacional, preparando-se, assim, para dar cumprimento ás deliberações tomadas na assemblêa geral de 1 do corrente, começarei por declarar que é grande o numero de quadros que exigem tratamento especial, entre os quais citarei os seguintes, (...) cujos numeros do respectivo Catalogo são os seguintes: 115, 146, 162, 166, 186, 191, 197, 255, 256, 258, 286, 297, 309, 330, 337, 356, 361, 363, 364, 365, 367, 371, 374, 375, 385, 387, 388, 390, 406, 414, 417 —. Como se vê por esta lista, pertencem os (...) referidos quadros a diversas épocas, e são dos mais valiosos da collecção. Por terem a tinta, em muitos pontos levantada, exigem soccorro immediato, tornando-se necessario começar pela muito delicada operação de

³² Ibid., fl. 170.

³³ Ibid., fls. 170 v. e 171.

fixar a tinta ameaçada de desprender-se. Feito isto que é inadiável, preciso se torna proceder ao beneficiamento de quasi todos os quadros do Museu, operação que terá de variar, segundo as circunstâncias, mas que deverá, na maioria dos casos, consistir em impregnar, pelo reverso, os quadros executados sobre madeira, de substancias apropriadas, conforme se pretender tornar essas tabuas menos sensiveis ás intemperies, ou refractarias á acção do caruncho, que tambem toma larga parte na obra de destruição d'esses preciosos quadros. A modificação das condições climatericas em que esses quadros se encontram, não dispensa, de forma alguma, os cuidados indicados. Terminadas estas operações, dever-se-ha, então, tratar da melhoria do aspecto geral dos quadros, limpando uns, concertando outros, preenchendo as faltas de tinta, com tons approximados, mas sem a pretensão de disfarçar completamente a ruina soffrida, dispensando-se o restaurador de lisongear espectadores ignaros. O bom exito de todas estas operações depende da maneira como forem realisadas, e da oportunidade; por que, d'outra forma, melhor será deixar esses quadros entregues ao seu malfadado destino, n'este paiz em que tão profunda é a indiferença pelas coisas d'arte. — Eis o que nos occorre dizer sobre o assumpto, e que não é, afinal, senão a reproducção do que, na ultima assemblêa geral da Academia, tive occasião de expôr sobre este ponto restricto»³⁴.

Dissertou em seguida, largamente, D. José Pessanha, sobre a climatologia das «Janelas Verdes» e as soluções a envidar quanto à conservação e exposição dos seus quadros, propondo uma série de iniciativas zeladoras do património artístico pictural do nosso país. Sugeriria sobretudo a elaboração dum inventário geral, com racional beneficiação das pinturas ou nos locais onde permaneciam ou em officina de Lisboa, de modo que fosse um dia possível reunir na capital todos os quadros e fazer com eles uma grande Exposição da escola portuguesa dos séculos xv e xvi³⁵.

Ramalho Ortigão apoiou calorosamente a realização do certame, acentuando a dificuldade da sua efectivação. Frisou que «Portugal, sendo dos paizes mais ricos em pintura dos seculos xv, xvi, é o único em que se não tem procurado agrupar essas obras, facilitando assim o seu estudo. Conta depois que, ha muito, pensa na realisação d'uma exposiçãõ d'esta

³⁴ Ibid., Sessão de 12 de Junho de 1909, fls. 173 v. e 174.

³⁵ Cf. *ibid.*, fl. 175 v.

natureza, tendo já encarecido a sua necessidade, e esboçado o seu plano no catalogo que fez das obras d'arte da Casa Real, expostas por occasião do centenario de Santo Antonio»³⁶.

António Arroio ajuntou à proposta de D. José Pessanha, onde dizia que as pinturas deviam ser fotografadas depois de beneficiadas, que — a exemplo do que se fez no Porto, ao restaurar-se a *Fons Vitae* — deveriam ser fotografadas no estado em que se encontrarem e depois de beneficiadas.

O Dr. José de Figueiredo alargou ainda o âmbito da proposta, concretizando que as fotografias dos quadros deviam ser triplicadas: 1.º — «no estado em que sejam encontrados»; 2.º — «depois de completamente limpos»; 3.º — «uma vez a beneficiação e restauro terminados»³⁷.

O Visconde de Atouguia ao officiar, em 8 de Julho, ao Presidente do Conselho de Ministros e Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, dando conta dos pareceres emitidos e da discussão efectuada nas sessões académicas de Junho, reconhecia serem estas *das mais concorridas e interessantes que, para estudo de assumptos de arte, se teem realizado em Portugal*³⁸.

Os alvitres da Academia, respeitantes à conservação do património pictural do país, foram escutados e mereceram aprovação do Conselho Superior de Instrução Pública que, para o efeito, solicitou a inclusão da verba de 2.000\$000 réis no orçamento do Estado³⁹; vindo o despacho ministerial de 15 de Abril de 1910 a nomear uma *Comissão de inventario e beneficiação de pintura antiga em Portugal*, para inventariar, beneficiar e expor quadros anteriores ao século XVII. Constituída por Ramalho Ortigão, Manuel de Macedo, José de Figueiredo, Luciano Freire e D. José de Pessanha, quando resolveu, por si, escolher este último para secretário, unânime e justamente conferiu a presidência ao veemente autor d'*O Culto da Arte em Portugal*⁴⁰.

³⁶ Ibid., fl. 176. Ramalho refere-se ao *Catálogo da Sala de Sua Magestade El-Rei* da Exposição de Arte Sacra Ornamental, promovida pela Comissão do Centenário de Santo António, em 1895.

³⁷ Cf. L.º *Actas* cit., fl. 176 v.

³⁸ Cf. L.º *Academia de Bellas Artes — Correspondência com o Ministério do Reino — 1909 a 1913*, of.º n.º 1, fl. 5, Arq.º A. N. B. A.

³⁹ Cf. L.º *Actas* cit., Sessão ext.ª de 25 de Janeiro de 1910, fl. 183 v.

⁴⁰ L.º *Correspondência* of.º n.º 58, fl. 100.

Tudo isto acontecia enquanto o Prof. Luciano Freire prosseguia — «só por amor da Arte e da Pátria — a uma operação que requeria o mais seguro saber, a paciência mais humilde, o respeito mais profundo»⁴¹. *Por êste trabalho, que durou cêrca de um ano e que foi realizado todos os dias e, por assim dizer, do nascer ao pôr do sol, não cobrou nada o professor Freire, absolutamente nada*⁴².

«Todos os dias se multiplicavam as surpresas. Uma vez ou outra — evocava o devotado restaurador⁴³ — «um promenor nos intrigava: por exemplo, aquele osso da cabeça, que, numa das taboas, nos mostra um eclesiastico. Tenho ainda bem presente, o que se passou na noite do dia em que me pareceu ter descoberto uma rubrica, num dos quadros, facto que me não contive o não comunicasse imediatamente ao Dr. José de Figueiredo. Ele pressuroso convenceu-me logo a ir ao *atelier*, verificar o caso. Uma vez ali, de lanterna de furta fogo em punho, procurou interpretar o geroglifo. Não podia duvidar-se da existencia ali de um G e outros vestigios de letras, completando evidentemente uma abreviatura. Notei o regosijo do Dr. José de Figueiredo, pelo que reconheci que a descoberta tinha valor superior ao que lhe atribuiria. Mostrava-se, no entanto, um pouco reservado, por ao tempo as nossas relações serem ainda em extremo cerimoniosas».

Diga-se, a propósito e em abono da verdade, que pessoas ainda vivas e conhecedoras do meio onde ambos exerceram a sua actividade testemunham que, embora o Dr. José de Figueiredo e o Prof. Luciano Freire consagrassem um ao outro recíproca admiração, nunca deixaram, ao longo dos muitos anos em que conviveram, de manter as relações pessoais num plano deveras cerimonioso e de mútuo respeito. E demais, a idiosincrasia, a formação cultural e até as convicções políticas eram, neles, suficientemente divergentes, para que o trato comum pudesse decambar em *atitudes influentes ou influenciáveis* por parte de qualquer das duas fortes personalidades — em causa nesta séria empresa do restauro dos painéis — e que um tanto levemente alguns têm suposto ou inventado, mais para reforçar opiniões próprias que para servir a objectividade histórica.

Nem a oficina do antigo convento de São Francisco foi tebaida recolhida ou retiro segregado dos eruditos e críticos de arte e dos estu-

⁴¹ Afonso Lopes Vieira, *A Poesia dos Painéis de S. Vicente*, conf.^a no Museu Nacional de Arte Antiga, aos 26 de Dezembro de 1914, ed. «Amigos do Museu», p. 14.

⁴² «Discurso do Dr. José de Figueiredo», in *Homenagem...* cit., pp. 38-39.

⁴³ *Acerca do restauro...* cit., in A. M. Gonçalves, ob. cit., pp. 81-82.

diosos em geral. *O acontecimento ia interessando o publico, repetindo-se a todas as horas visitas até de estrangeiros.* — lembrou Luciano Freire — *Nunca trabalhos de restauro, foram, decerto, feitos assim às escânc[a]ras. Mas nunca os realisei de outra forma*⁴⁴.

«Relembro agora esses dias heroicos da oficina calma» — evocava Afonso Lopes Vieira que a frequentou com alguns amigos — «onde um facto enorme se ia produzindo sem que dêle transparecesse mais que a nossa comoção, dia a dia acrescida em alvoroço, e encandeada no espanto da descoberta, sem lhe medir ainda a portentosa extensão. Era numa época agitada, num periodo de convulsão politica, e á oficina da academia conventual não chegava ruido que perturbasse a gravidade religiosa do trabalho. Gravidade religiosa, com efeito, porque religioso era o cuidado com que ia sendo executada a obra melindrosissima — obra de probidade exemplar, de devoção estetica, obra tambem de cirurgião genial operando sobre as côres um tratamento de admiravel destreza. Tarefa de temeroso encanto, esta de fazer ressurgir, por baixo do nevoeiro duro dos betumes, o valor primevo das figuras, tais quais criadas tinham sido; vê-las vir surgindo sob a acção dos reagentes que desbastam a crôsta importuna — mas que a devem desbastar em tam subtil espessura que a côr, que por baixo esplende, não seja ofendida; passar longos meses dedicados a essas progressivas ressurreições, e estremecer muitas vezes ao cuidar que o mais ligeiro engano póde comprometer tudo que já está feito. Sim, relembro com a mais profunda simpatia os momentos em que assisti á ressurreição das taboas em que o professor Luciano Freire trabalhava, e parece-me agora que os passei numa oficina de mestre primitivo, aonde se manipulavam as côres que constituíam receitas de segredo e aonde a atmosfera moral era bem diversa da que se sente nos *ateliers* contemporaneos — atmosfera povoada do respeito dos pintores pela sua arte e em que êles trabalhavam fortes de uma íntima comunhão com o povo que depois a admirava nas catedrais ou nas casas das corporações, mas isolados das voluptuosidades perigosas da facil fama e do espirito de negocio»⁴⁵.

Tratou-se em reunião da Comissão Executiva da Academia, de 19 de Janeiro de 1910, da abertura da *Exposição dos Painéis de São Vicente*

⁴⁴ Id., pp. 82-83.

⁴⁵ Af.^a Lopes Vieira, ob. cit., pp. 13-14.

de Fóra que veio a ser anunciada com o merecido destaque pela grande imprensa, na antevéspera do acontecimento (4 de Maio).

O *Século* trazia artigo na primeira página: — «Arte Primitiva Portuguesa — Os quadros de S. Vicente, restaurados — Sexta-feira serão expostos na Academia de Bellas Artes». Subscrevia-o Adelino Mendes que jubilosamente afirmava:

Na hora em que as portas da sala que os encerra [os painéis] se abrirem, todos os sinos de Portugal deviam repicar. É que poucas vezes n'este paiz a arte terá realisado maior conquista do que aquella a que a levaram Luciano Freire e José de Figueiredo.

No mesmo dia, o *Diário de Notícias* trazia longo artigo de D. José Pessanha, onde, além de exaltar o mérito do patriótico empreendimento, recenseava o livro do Dr. José de Figueiredo — *O Pintor Nuno Gonçalves* — cuja saída coincidiu com a abertura da exposição em 6 de Maio.

O noticiário sequente pormenorizava que, nessa tarde, estariam os *painéis* patentes aos representantes da Imprensa (das 15 às 17 horas); e que, pelas 14 horas de sexta-feira se efectuava a inauguração oficial do certame, com entrada por convites, estando desde sábado, dia 7, até quarta-feira, dia 11, franqueado ao público das 11 às 17 horas.

O cardeal patriarca, D. António Mendes Belo, tinha ido no dia 3 à Academia de Bellas Artes examinar os quadros «que não vira ainda, depois de tratados, ficando o mais bem impressionado possível».

Maria Amália Vaz de Carvalho divulgou o acontecimento no Brasil, em artigo de 12 de Junho de 1910, no *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro:

«Trata-se, pois, de um acontecimento de Arte que nos não interessa sómente a nós; que interessa o mundo artistico de toda a parte, e, no dia em que eu fui admirar os paineis, lá vi um critico allemão, que viera de proposito a Portugal para os ver, embevecido na obra admiravel do nosso Portuguez, e analysando e criticando-a com lucidez.

O trabalho de Luciano Freire traduz a par de uma sciencia perfeita, de uma technica minuciosa, uma como que intuição maravilhosa de grande artista, uma consciencia proba até ao extremo! E admiravel.

Noutro paiz Luciano Freire em poucos annos estaria riquissimo se quizesse applicar-se á especialidade em que se revelou mestre. Aqui, fez tudo de graça.

E, não retocando nada, conseguiu limpar tudo. (...)

Nunca um chronista do passado, nem sequer o pittoresco Fernão Lopes, nos deu daquelles tempos uma visão tão viva e suggestiva e

magnífica! Por isso repito: a iniciativa, o trabalho exaustivo de José de Figueiredo, a mestria singular de Luciano Freire, são serviços de tal ordem feitos á arte universal, e principalmente á patria portugueza, que não podem ser nunca assás exaltados. Pena é que os quadros não fiquem em exposição permanente».

Tormentosas vicissitudes históricas ditariam que os *painéis de São Vicente de Fóra* haviam de ser trasladados, pouco tempo depois, ao Museu das Janelas Verdes, e ali ficariam em exposição permanente... e também em permanente discussão.



O Museu dos Coches Reais foi criado em 1905, por sugestão da Rainha Senhora D. Amélia, e foi instalado no edifício do antigo picadeiro que servia o Palácio de Belém, sendo dirigido pelo estribeiro Alfredo de Albuquerque.

Com o advento do regime republicano, tornou-se no Museu Nacional dos Coches e confiada a sua direcção ao Professor Luciano Martins Freire. Aos faustosos coches da Casa Real, ali reunidos (antes dispersos por vinte barracões), juntavam-se carros do Patriarcado e de outras proveniências: mais de sessenta carruagens, expostas ou arrecadadas, com delicados problemas de conservação.

Durante vinte e três anos foi o seu competente e zeloso Director.

Em 1923 editou o primeiro *CATÁLOGO DESCRITIVO E ILUSTRADO* do que denominava *MUSEU NACIONAL DOS COCHES (E DE INDUMENTÁRIA DOS SÉCULOS XVII, XVIII e XIX)*, com a indicação de *redigido por Luciano Freire (Director)*, Membro dos Conselhos Superior de Belas-Artes e do da 1.^a circunscrição (Lisboa) de Arte e Arqueologia e Professor da Escola de Belas-Artes de Lisboa.

No «Proémio» especificava o acervo: Além dos ricos veículos, colocados por ordem cronológica, os respectivos arreios de tiro; exemplares de diversos fardamentos e librés da antiga Casa Real; fardas dos tripulantes das galeotas; mobiliário e bandeira de bergantim, arreios variadíssimos, de grande valor artístico; estampas e quadros representando factos e costumes que se relacionam com a vida ostentosa de que os coches são o principal testemunho; retratos das principais personagens régias que os notabilizavam, pretexto para reunir e por a salvo documentos autênticos que andavam dispersos, alguns dos quais se recomendam tam-

bém pelo seu valor artístico. Digna de nota é ainda a colecção de ricos trajes do século XVIII, bem como a de botões artísticos, uma das melhores que se conhece; completando o conjunto sapatos, estribos, esporas, selins e selas-cadeirinhas, exemplares talvez únicos no género, e já hoje de grande valor arqueológico.

Estou a citar a 2.^a edição, revista e completada, de 1928, a qual remata o «Proémio» com o *programa básico* de ampliação que foi consumado pelo seu notável sucessor Conservador Luís Keil que veio a ser Director do Museu de 1938 a 1947 e, de seguida, pelo saudoso Conservador e nosso bom Amigo Augusto Cardoso Pinto, de 1947 a 1962:

«O recinto para exposição pode e deve ser alargado. Está para esse fim projectada a construção de uma grande galeria, paralela á actual, onde poderão ser expostos condignamente os restantes exemplares de coches e de outros veículos agora arrecadados e cujo estado de conservação deixa muito a desejar, pelo que estão sendo objecto de cuidados especiais, figurando nesta nova colecção viaturas de grande valor artístico e documental. Assim redobrava a importância deste Museu, já *o mais notável, do género, na Europa*».

Verdade incontroversa ainda hoje: um dos mais singulares museus de transportes universal, decerto o primeiro na especialidade, no que respeita ao valor artístico. A saudosa Dr.^a Maria José de Mendonça, ao dirigi-lo de Maio de 1962 a Maio de 1967, gizou competente *programa*, num arranjo museológico sério, inteligente que *definiu* de vez a apresentação e a distribuição dos amplos recintos e serviços do velho Picadeiro Régio (com eficaz circulação).

Em 1964, ao proferir no Museu Nacional de Arte Antiga uma conferência pertinente sobre *O Museu dos Coches e a Museologia em Portugal*, tributou ao predecessor e genuíno e sabedor Primeiro Director o reconhecimento do trabalho eficaz que consumou, diligentemente continuado pelos seus notáveis antecessores.

A última Directora, nossa saudosa colega Dr.^a Maria Madalena Cagigal e Silva, nos quinze anos em que exerceu — de 1969 a 1984 — viveu horas amargas na execução de obras no edifício, sobretudo nos últimos anos. Bateu-se denodadamente pela fidelidade à conservação dos núcleos que o definiam como «Museu de Indumentária» não concordante com a alienação de boa parte de colecções relacionadas com carruagens a favor de outro Museu do Trajo. No 7.^o voluminho da Colecção *d'Ensaio*, lembrava na «Introdução» da Exposição do *Fundo Antigo* (Seleccão), em 1976:

«E ao elaborar em 1923 o seu conhecido catálogo, Luciano Freire não se limitou a descrever a colecção do trajo. Incluiu-a até na própria designação do Museu, indicando-o como *Museu Nacional dos Coches (e de Indumentária dos Séculos XVII, XVIII e XIX)*.

Depois, através dos tempos, vários legados, doações e muitas aquisições vieram enriquecer ainda esse núcleo, alargando-o ultimamente às primeiras décadas do século xx».

Obrigações que o levavam a Belém ou o traziam às Janelas Verdes, nos dois Museus Nacionais, no primeiro em direcção efectiva, no segundo em períodos de interinidade, não isentavam Luciano Freire de exercer na sua Escola. Em S. Francisco da Cidade, no casarão da Biblioteca que o escol intelectual e artístico lusíada frequentara, quer exercendo na Livraria pública ou frequentando esta e a *oficina académica* do grande Luciano Freire, não queremos deixar de salientar — que congregados na revista *Lusitania* ou fraternamente agindo como *Homens Livres* — esses notáveis das letras e das artes dos anos da segunda e terceira décadas novecentistas, respeitaram o probo e digno Restaurador. Da colina franciscana, alguns o acompanhavam e reuniam na tertúlia desta sesquicentenária Cervejaria Trindade.



Em 23 de Fevereiro de 1946, no Museu Nacional de Arte Antiga, instalava-se o *Instituto de Restauo* em casa própria, num edifício especialmente construído para esse fim, *caso único no mundo*. A obra de Luciano Freire continuava, sob a chefia dum seu dilecto e talentoso discípulo: Fernando Mardel.

Com justiça podia afirmar, em Junho de 1951, o Dr. João Couto, Director do Museu e que tornou realidade aquele Instituto:

«Possuimos uma tradição do restauro no nosso país.

E, se muitas pinturas se danificaram por obra dos interventores, o que aliás não sucedeu só entre nós, a partir de certo momento, quando Luciano Freire tomou em seus ombros a oficina, novos métodos, mais conscientes, vieram presidir aos trabalhos.

As nossas investigações levam-nos a verificar que a prudência não foi menosprezada e que, muitas vezes, a limpeza das pinturas podia ter sido levada mais longe, se os restauradores tivessem estado na posse dos

meios de verificação de que hoje dispõem. O exemplo está na honesta beneficiação das tábuas de S. Vicente de Fora.

Sempre que os restauros são conduzidos com a calma, a reflexão e a sensibilidade necessárias — e nestas premissas está para mim uma das chaves do sucesso da delicada empresa —, a nossa prática não desmerece daquela que é exercida em qualquer país estrangeiro.

Temos um laboratório dotado dos meios necessários para a investigação; temos uma oficina em condições perfeitas; temos uma turma de restauradores, na qual avultam, no presente momento, excelentes técnicos — o seu chefe Fernando Mardel, Max Braumann, Abel de Moura e alguns novos, de pequenos ali instruídos, como Mário Pereira, Afonso dos Santos e outros em formação, dotados de excelentes qualidades, de honestidade comprovada e de boa escola»⁴⁶.

Em Outubro de 1952, o Museu das Janelas Verdes acolhia as sumidades universais que ali participaram na V Reunião Internacional do Restauro, promovida pela Comissão para o Tratamento de Pinturas do I. C. O. M. (The International Council of Museums). Numa das sessões, a Comissão «teve ocasião de examinar cuidadosamente as tábuas do políptico de S. Vicente devido a Nuno Gonçalves e de ponderar os problemas que lhe foram expostos em face de uma futura beneficiação.

Os delegados tiveram ocasião de verificar o excelente estado dos suportes dos referidos painéis e as alterações sofridas em tratamentos anteriores e bem assim a lição resultante do exame das fotografias directas e das radiografias que lhes foram submetidas para estudo»⁴⁷.

No relato e conclusões da Reunião de Lisboa, insertos no n.º de Fevereiro de 1953 do *ICOM News*, consta que:

«LA COMMISSION

ayant examiné, sur présentation du délégué du Portugal, Directeur du Museu Nacional de Arte Antiga, le polyptyque du Nuno Gonçalves,

⁴⁶ João Couto, *Aspectos actuais do problema do tratamento das pinturas*, Lisboa, 1952, p. 31.

⁴⁷ *Boletim do Museu Nacional de Arte Antiga*, vol. II, n.º 3, especialmente dedicado aos trabalhos da V Reunião Internacional de Restauro, Lisboa, 1952, p. 49.

se félicitant de l'état de conservation du support qui, dans la situation actuelle, ne nécessite aucune intervention, constatant que certaines parties de l'oeuvre sont défigurées par des repeints qui ont noirci, faisant confiance au Conservateur et au spécialiste responsables,
fait recommandation
d'enlever les repeints, dans la mesure qui paraîtra opportune»⁴⁸.

Nem uma palavra desmerecia o labor ingente do Prof. Luciano Freire. Antes reconhecia a competência e probidade da beneficiação dos *painéis* que o Mestre tão sinceramente denunciara, neste desabafo⁴⁹:

Por que talvez hoje ainda facilmente se distingue os sitios onde se operou, não faltará quem, julgando ver aí repintadelas, não compreenda a minha intenção e o quanto ela possa ter de aceitavel. (...)
A nossa missão educadora, é, evidentemente, de efeitos muito mo-rosos, por isso temos de nos conformar com a situação.

Era assim o Professor — e porventura um ou outro dos presentes colheu ensinamentos do Mestre de DESENHO. E também o *Museólogo* que programou e primeiro realizou a «jóia ímpar universal» que é o Museu Nacional dos Coches, e ainda por ter sido ali Director do nosso 1.º Museu de Indumentária. E o *Conservador e Restaurador* que foi sabedor e prático Iniciador da Escola Portuguesa de Conservação da PINTURA Antiga e defensor da nossa Herança Artística. E mais: um Escritor de garra, erudito seguro.

Eis LUCIANO FREIRE!

In memoriam.

⁴⁸ Id., p. 63.

⁴⁹ *Acerca do restauro...* cit., in A. M. Gonçalves, ob. cit., pp. 84-85.

LISBOA VERDE - MAR

Lisboa foi à janela
Vestida de verde-mar:
Sonhou-se então caravela
Pelo mundo a navegar.

Derramou nas suas tranças
Perfumes de maresia
E adornou-se das lembranças
Com que o sonho entretecia.

Lisboa desceu à rua
Com o seu véu de noivar,
Embarcou numa falua
E foi o Tejo beijar.

Cantou, perdida de amor,
O fado à maneira antiga,
Foi alma de trovador,
Canção de amor e de amiga.

Lisboa passou a barra
Vestida de verde-mar...
Levou consigo a guitarra
Para a saudade embalar.

Maria Amélia R. Gomes

LISBOA VERDE - MAR



Maria Antónia R. Gomes

1755 - UMA DESCRIÇÃO INÉDITA

por FRANCISCO SANTANA

A riqueza informativa do valioso acervo da Inquisição é facto hoje exuberantemente comprovado pelo aparecimento de obras valiosas a partir dele construídas, pela realização de colóquios e congressos, pela presença frequente nas revistas da especialidade de artigos dedicados à actividade inquisitorial e às múltiplas abordagens da realidade portuguesa possibilitadas por uma documentação que abarca tão amplos espaço e tempo.

Mesmo o autor deste texto tentou já, a partir da análise de processos da Inquisição, aproximações quer a sector marginal da sociedade portuguesa, os escravos (*Processos de escravos e forros na Inquisição de Lisboa*, «Ler História», n.º 13, 1988), quer ao mundo fascinante da feitiçaria, às pulsões e carências que lhe estão na origem, à diversidade das práticas, ao estatuto social dos praticantes e utentes dela (*Bruxas e curandeiros na Lisboa joanina*, comunicação apresentada à Academia Portuguesa da História em 1989, Outubro 25).

Mais circunscrito é, agora, o tema. Aqui e ali, perdidas na monotonia dos interrogatórios, uma ou outra vez aparecem avulsas menções do terramoto de 1755 (e não só desse), de circunstâncias por ele criadas. Não trazem novidades e só a título de exemplos escassos algumas se recordam.

No processo de Josefa Teresa de Andrade aflora o facto da deslocação de pessoas e, eventualmente, de forçadas coabitações, por virtude do sismo e suas sequelas e menciona-se um dos locais de construção de abarracamentos, na zona do Rato, a quinta de D. Helena.

A danificação das instalações do Santo Ofício também emerge em um ou outro processo; provavelmente se lhe deverá o facto de a sentença da ré acima mencionada ter sido publicada em auto celebrado, em 1759.

Dezembro 23, na igreja do mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra. Também D. Leonarda Maria da Conceição e sua filha D. Ana Maria Joaquina, por feitiçaria presas em Lisboa, são remetidas para Coimbra (a mãe, aí ouvida em Fevereiro de 1756, é designada como «huma mulher que em des de Novembro do anno passado tinha chegado preza aos Carceres desta Inquizição conduzida de Lisboa»). O bígamo Luís dos Santos, sentenciado em Setembro de 1752 a cinco anos nas galés, fugira em Janeiro do ano seguinte, decorrido outro ano fora preso e em Maio de 1754 fora de novo condenado a cinco anos; em 1755 achava-se «solto por cauza do terremoto». O P.^o Fr. Domingos da Encarnação «por ocazião do terremoto sahio dos Carceres do Santo Officio, aonde estava prezo» e quando diversos seus irmãos em religião, dos conventos de Jesus e de Xabregas, foram convocados para depor, verificou-se que «se achavam por cauza do terremoto moradores em outros conventos das suas Provincias».

De outro modo ainda se fez sentir o terremoto em Fr. Domingos: em pretensão que apresenta afirma que «nos carceres, onde esteve preso, nove mezes, alem do horrivel susto, e outros trabalhos, que pela occasião do terremoto nelles padeceu, esperando por instantes a morte entre aquellas ruinas, contrahio huma colica (...)».

Não já com perturbações físicas mas originando uma crise de consciência terá repercutido o abalo sísmico em «Antonio Mendes Valadares por alcunha orelha negra» que, estando separado da mulher, «depois movido do temor de Deus que lhe infundio o Terromotu (...) se tornou a reconseliar com a delata» (que era Maria Dias Murteira, acusada de, tendo-se de novo separado, ter conseguido, mediante documento falso, contrair segundo casamento).

Dos processos de dois solicitantes, os padres António Pedro de Carvalho e Félix António Correia, constam, respectivamente, referência ao «Padre Joze Furmaõ Capelaõ das almas do Socorro falecido pela ocazião do terramoto na mesma Igreja» e ao facto de «que a freg.^a de S. Bartholomeu ficou toda devorada no Incendio de dous de Novembro de 1755».

No processo do P.^o Luís António da Silva menciona-se a hipótese de se «teria fugido do Limoeiro na ocazião do Terremoto» de 1761 Março 1 o «Profeta de Leyria» e refere-se «que Sua Eminencia o Senhor Cardeal Patriarcha tinha mandado ordem para que não andassem pregadores pelas ruas a respeito do Terremoto no primeyro de Março proxime passado, e que somente os Parochos, e os mesmos pregadores dentro nas Igrejas admoestação aos fieis, e os persuadissem ao arepen-

dimento, e penitencia de suas culpas». Pista a não desprezar seria a da relação entre o abalo provocado pelas catástrofes e a revolta política possível, canalizada pelos ínvios caminhos do profetismo: as culpas de que o P.^e Silva conseguiria ser considerado inocente eram perigosas denúncias, mal veladas por diáfanos fantasiosos mantos (consistiam em acusações contra o rei e seus ministros, apresentadas com fundamento em profecias, sonhos e iluminações de freiras de Santa Ana; algumas destas «profecias» eram demasiado visivelmente endereçadas, como a de «que certo Ministro da primeira grandeza (...) havia morrer justicado», e afirmações havia particularmente melindrosas, como a de que «a expulsão dos Jesuitas era sinal evidente da ruina deste Reino» ou a de ser duvidoso «se a conjuração fora feita contra Sua Magestade, ou contra os intelizes Fidalgos»).

Vejamos agora, finalmente, o que prometido ficou no título que encima estas linnas, a inédita descrição do sismo grande. Inédita, com muita probabilidade creio que o seja, interessante é-o na medida em que consiste numa descrição feita poucos meses decorridos e por alguém que parece ter vivido a catástrofe. Sublinhe-se como o autor da descrição, jovem de 18 anos e cultura menos que modesta, atenta não só nas consequências físicas como nas de carácter social e registre-se também a atenção aos aspectos positivos emergentes, as oportunidades de negócio e os casos de reforma moral (talvez, dadas as circunstâncias em que o autor escreve e as intenções com que o faz, estes aspectos positivos sejam realçados como forma de argumento e apelo ao destinatário do escrito).

Como surge esta descrição?

Luís da Costa Martins, homem de negócio, casa em Lisboa em 1738. Entretanto, vai para o Brasil e aí torna a casar. A bigamia é denunciada à Inquisição e entre os documentos em que se fundamenta a denúncia encontra-se uma carta do filho que o bígamo deixara no Reino; está assinada por José da Costa Martins, datada de 1756 Fevereiro 15 e é do seguinte teor:

«Meu pay m.^{to} da minha Veneração, na minha Alma m.^{to} estimo e minha May que a Vm.^e, ache estas limitadas sifras, com a saude que Vm.^e dezeja, e nos dezejamos a nosa hê tambôa que tendo nos o grande sentim.^{to} da falta da sua Notícia pello Cuidado que temos tido, Nos sobrebeyo o Grande Tarramoto, de sorte, que, ficou, toda a sidade de Lx.^a, arazada, e isto não, hera nada, senão fose, o fogo, quinze dias, do roçio athe Palácio e athê a boa Vista, e athê o chafaris de El rey,

finalm.^{te} morreo duas partes de gente, desta Grande, e tam Nober Corte, isto naõ, he ainda nada fará o que se segue, pr.^am.^{te}, q homens de Negocio quayze todos naõ sô, perdidos, porem chegaraõ, alguns a pedir, esmolas sem lhe ficar, huma sô camiza e toda a gente fugindo para os Campos, e dormindo vistidos sober a terra, mais da dous mezes isto m.^{ta} gente, que nunca sayraõ, de casa; todos os bons templos conventos e fergezias tudo veyo a terra som.^{te} Saõ Sabastiam da pedreyra ficou em peê, e alguma yrmida, porem arruinadas de sorte que estamos ouvindo missa nos campos em Barracas, porque D.^s Nosso Snr. nos naõ quis ja na sua caza, pellos dezacatos que se faziaõ, e para mayor pena a ygreja de N. Snr.^a da Penha de frança ahonde moreo m.^{ta} gente, e sendo o dia, de todos os Santos pellas nove oras e meya da manhaã que estavam as Igrejas, todas cheias de gente para se confeçarem por ifeito de jobelleo; Vm.^e saberâ que a gente toda está abaracada pello Campo do Coral e pello Rapto e pello Campo de Santa Clara athe a graça, e pella fontaynha e por quitas; os fidalgos a major parte delles m.^{to} pobres que se queymou, todas as cazas suas, e de rendas, as freyres todas pellas ruas o dezemparo, o que nunca se vio nem se verá, o Noso rey e pessoas reais tambem da mesma sorte, porque o avizo de D.^{os} veyo para todos, de sorte, que senaõ devisa ja mais o Rey dos fidalgos nem os Dezembargadores nem o Nober nem o macanico, dos pobres tudo agora sam pobers porem tem havido m.^{tos} Ladroens, e acabaraose as demandas, e isto chegou a m.^{tas} partes, Setuval toda arazada, pinhixe e cascais e finalm.^{te} tudo em mourama. Sertam.^t em huma maõ de papel, naõ conta os sucedidos, para que remeto a Vm.^e os papeis, que melhor, mostraõ a verdade, de taõ grande Lastima e Compayxaõ, isto foi bom p.^a os prezos e prezas o mais ficarâ para a vista Como agora esperamos.

Meu Pai agora hê que hê fazer, Negocio nesta Corte com bem pouco dinheyro alguma gente que se lhe naõ queymou o seu remedio tem feito altissimo Negocio nesta Corte tambem dou parte a Vm.^e a grandeza de D.^{os} que hê tam bom que nos tem dado m.^{ta} fartura, tudo barato como temos expirimentado todos os dias e mal querensas, e mulheres que naõ faziaõ vida com seus maridos tudo está já na grasa de D.^{oe} e todos m.^{to} tementes pelo que, viraõ com os seus olhos e a vista desta veja vm.^e como naõ havemos de andar com D.^{os} pellos amiasos com que continuam.^{te} nos está mostrando a vista dos olhos que de contino estão tremendo a terra louvado seja D.^s para sempre.

(...) Meu Pay Nos estamos na Calsada de S.^{ta} Anna na botica defronte de N. Snr.^a da penna eu estou com o tio thomas como já lho mandey dezer athe q.^o D.^s for servido, e Vm.^e detriminar (...)».

Visita do Grupo “Amigos de Lisboa” ao antigo Convento de Brancanes

(BATALHÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE)

por FERNANDO DE MATOS RODRIGUES

No dia 17 de Outubro de 1987, sendo Comandante do Batalhão do Serviço de Saúde, tive a honra e o prazer de receber e guiar um grupo de 118 «Amigos de Lisboa».

Pelas 11 horas, os visitantes chegaram ao local da primeira concentração, no terreno fronteiro à Capela da N.^a Sr.^a da Guia.

O Ex.^{mo} Sr. Prof. Cândido de Oliveira, Presidente do Grupo «Amigos de Lisboa», teve então a gentileza de dizer:

«Vamos começar a visita ao Convento de Brancanes. O nosso anfitrião é o Sr. Dr. Matos Rodrigues, Ten.-Cor. Médico e Director desta Instituição. A visita vai começar aqui por aquela Capela que estão a ver e depois desceremos e tomamos os autocarros novamente, para ir para o Convento.

Antes de mais começo por agradecer ao Sr. Ten.-Cor. Matos Rodrigues a amabilidade que teve em nos vir receber aqui e nos guiar nessa visita. Ele é a pessoa mais competente, tanto mais que já publicou algumas coisas sobre o Convento.

Vamos dar início à visita, pelo que passo a palavra ao Sr. Dr. Matos Rodrigues».

No uso da palavra, manifestei aos «Amigos de Lisboa» a minha satisfação por os receber e também pelo entusiasmo que tiveram em acorrer à ideia de vir visitar o Convento de Brancanes.

Agradei ao Sr. Prof. Cândido de Oliveira ter-nos honrado com a sua presença e à Sr.^a D.^a Maria Antónia Oliveira Martins, por ter sido a grande entusiasta e praticamente quem proporcionou a realização desta visita.

Em seguida, expliquei porque é que a visita começava naquele local. Protocolarmente, deveria receber os «Amigos de Lisboa» na Sala Nobre da Unidade. Simplesmente, como o Convento ocupa uma área bastante grande e acidentada achei que seria uma perda de tempo e um incómodo andar para cima e para baixo; uma vez que a Capela de N.^a Sr.^a da Guia fica mesmo à entrada e é, por assim dizer, uma sala de visitas, achei que devia quebrar o protocolo e começar por aqui.

Acerca da Capela de N.^a Sr.^a da Guia, gostaria de dizer alguma coisa, mas a verdade é que pouco sabia. Pouco obtivera na Biblioteca Municipal de Setúbal, e ainda não me fora possível fazer outras consultas.

Na minha opinião, esta Capelinha já existiria na altura da construção do Convento, que foi nos finais do Século XVII; isto apenas pelo facto de a cerca, ao chegar à Capela, lhe dar como que um abraço, dando a impressão de que, quando se construiu a cerca, se quis manter aberto ao público um lugar que já seria de culto. Certo é que na noite de 4 para 5 de Outubro de 1910, foi praticamente destruída. Mais tarde foi reconstruída por um dos Comandantes das Unidades que se instalaram no antigo Convento.

Quando cheguei — em Abril de 1986 — ela estava praticamente em ruínas e foi uma surpresa para mim, a primeira vez que lá entrei, depois de ter encarado o aspecto singelo que está à vista de todos, deparar-se-me lá dentro uma riqueza tão grande em azulejos joaninos ainda bastante bem conservados, embora, em grande parte da área em que estiveram aplicados, já tenham desaparecido ou sido destruídos.

Chamei a atenção para a abóbada da Capela, de berço, completamente revestida de azulejos de figura avulsa bastante bem conservados; essa abóbada remata, junto à sanca, por um friso de albarradas alternadas com palmitos. Da sanca para cima, os azulejos estão praticamente intactos. A catástrofe aconteceu daí para baixo: só uma parte do lado direito mantém outra série de albarradas; do lado esquerdo praticamente essa decoração — que seria idêntica à do lado direito — tem apenas uns restos de azulejos dispersos. Sobre a pequenina porta que há do lado esquerdo, existe um painel de azulejos de figura avulsa, embora de tipo diferente dos da abóbada, uma vez que não têm aos cantos as «estrelinhas». Chamei ainda a atenção para os azulejos que revestem o arco e o falso pilar da esquerda e que naturalmente reves-

teriam igualmente o pilar do lado direito, só que deste lado já não existem. Esses azulejos do arco têm desenhados uma coroa ao meio, ao cimo, e aos lados, em cartelas, as palavras «Stela Maris» e «Guia».

Também referi que parte da construção desta Capela (o que é impossível verificar porque respeita à parte posterior do altar) se fez por desbaste do morro: o dorso do nicho do altar foi depois simplesmente rebocado e pintado. Só a parte da frente é que foi construída com alvenaria. Isto notou-se ao fazerem-se as obras de conservação.

A seguir conduzi os «Amigos de Lisboa» à actual Capela do BSS, que foi em tempos o átrio da Igreja de N.^a Sr.^a dos Anjos.

Tive ocasião de dizer que havia uma relação muito estreita entre o Convento de Brancanes (que foi o local onde existe agora o BSS) e o Convento de St.^o António do Varatojo, em primeiro lugar porque o Convento de Brancanes ficou a dever-se ao entusiasmo e à influência que tinha Frei António das Chagas junto dos monarcas D. Afonso VI e D. Pedro II, frade que pertencia ao Convento de Varatojo, onde está sepultado. No entanto, em Brancanes não aconteceu o mesmo que no Convento de Santo António — que ainda hoje é Convento; desde a Revolução de 5 de Outubro, estas instalações foram sempre utilizadas por Unidades militares. Claro que um Convento feito para 30 frades e que passou a alojar cerca de 400 pessoas, teve de sofrer adaptações e mesmo mutilações no decorrer destes anos. Por isso a Igreja de N.^a Sr.^a dos Anjos já não existe, reduzida que está ao átrio, transformado em Capela.

Chamei a atenção para os seis magníficos painéis figurados do Século XVIII, com cenas de frades em contemplação. À saída, mostrei as duas placas comemorativas que lá estão afixadas: uma, sobre a porta da entrada, é um painel de azulejos alusivo à reconstrução do Convento por um particular que (também à semelhança do que aconteceu no Varatojo) adquiriu o Convento, com excepção da Igreja, após a extinção das Ordens Religiosas; outra do lado direito de quem está no interior virado para a porta, assinala a passagem por Brancanes do ilustre escritor Oliveira Martins, tio da Sr.^a D.^a Maria Antónia. Esta placa foi colocada em 1940 por iniciativa do Reitor do Liceu de Bocage Sr. Dr. Manuel José Gamito.

Foi ainda muito demoradamente apreciada e comentada a pedra mármore sepulcral que assinala a jazida da Sr.^a Marquesa de Minas.

O Grupo «Amigos de Lisboa» foi depois encaminhado para o Mini-Ginásio, a fim de ouvir a palestra que proferi e que transcrevo na íntegra:

«Como já foi dito, o elo de ligação entre este Convento de Brancanes e o já visitado Convento de Santo António do Varatojo, é a figura ímpar de Frei António das Chagas.

No entanto, permiti-me acentuar outros paralelismos.

Já visitasteis a Capela de N.^a Sr.^a da Guia, onde decerto visteis as albarradas que vamos projectar. Ora acontece que na Sala do Capítulo do Convento do Varatojo, onde se encontra a sepultura de Frei António das Chagas, existe um silhar de azulejos cujas albarradas lembram bastante as que aqui existem e que vou projectar também (figura).

Curiosamente, no Palácio da Mitra, em Lisboa, onde se situa a Sede do Grupo, existe um silhar de albarradas separadas por palmitos, estas exactamente iguais às da Capela de N.^a Sr.^a da Guia, como podereis observar numa imagem que ilustra um artigo do Sr. José Meco, publicado no n.º 13 da «Revista Municipal» (2.^a série).

Voltando a Frei António das Chagas (e só para fazer uma revisão do que já toda a gente sabe): nasceu em Vidigueira, em 1631, teve o nome de baptismo de António da Fonseca Soares e até aos 19 anos teve o cuidado de se cultivar (tinha para a época e para a idade uma cultura bastante apreciável). Simplesmente — porque decerto teria meios para isso — dedicou-se a uma vida aventureira, de rixas, conquistas amorosas, trovas e duelos; sofreu bastante com essa vida devassa, a ponto de, por causa da morte de um rival com quem lutou, se ter visto obrigado a fugir para o Brasil. Aí levou, no entanto, a mesma vida e acabou por ter de fugir de lá, regressando a Portugal. Curiosamente, é uma figura que está ligada, ainda antes do início da sua vida religiosa, aqui a Setúbal, justamente por ter sido Capitão de Cavalos do Terço de Setúbal.

No decorrer desta vida atribulada e por ocasião de uma das suas rixas, sofreu um ferimento grave, de uma ascabuzada que o deixou às portas da morte. Esta situação fez com que ele reconsiderasse os valores da vida espiritual, se voltasse para Deus, e destruísse os poemas que fizera.

Em 18 de Maio de 1662, ingressou no Convento de S. Francisco de Évora. Professou pouco depois, em 19 de Maio do ano seguinte e a partir daí percorreu o país, tendo ficado célebre por ter sido um reconciliador de famílias desavindas.

Provavelmente (isto é uma situação que nunca percebi muito bem: porque é que, existindo o Seminário para Missionários Apostólicos Franciscanos do Varatojo, haveria necessidade de fazer outro aqui em Setúbal) por estar ligado afectivamente à vila de Setúbal, desde muito cedo Frei António das Chagas imaginou fundar aqui um Seminário para Mis-

sionários Apostólicos Franciscanos. Como já vos disse, era íntimo dos reis D. Afonso VI e D. Pedro II, o que lhe facilitou a aquisição de verbas e a autorização para adquirir terrenos.

O local escolhido foi justamente uma propriedade que já desde 1580 era referida por Brancanes. Era uma quinta, com outras mais pequenas anexas, que terá sido propriedade de uma Senhora Branca Anes; daí a abreviatura de Brancanes. O local é este onde nos encontramos. Na época, teria um aspecto diferente; seria uma área agrícola e mais arborizada. O terreno foi em parte desbastado para implantação dos caboucos. Curiosamente, os padres, quando desbravaram a montanha para arranjar o espaço de que necessitavam, aproveitaram a pedra para a construção do Convento. O valor da pedra assim aproveitada foi calculado em 4 contos de réis.

A 1.^a pedra foi lançada em 27 de Junho de 1682. Foi uma cerimónia de grande pompa, a que compareceu o próprio rei D. Pedro II, o Arcebispo que veio a ser o Cardeal D. Luís de Sousa (e que era Capelão-mor de D. Pedro II), os mais importantes Padres Missionários do Varatojo, entre eles Frei António das Chagas, como não poderia deixar de ser, e um eminente orador da época, que foi quem fez o discurso inaugural, Padre Diogo Lobo; muitas entidades, eclesiásticas, civis e militares de Setúbal e, ao que reza a história, também muito povo.

Frei António das Chagas demorou-se ainda alguns dias em Setúbal para orientar o início das obras, que eram supervisadas pelo construtor civil (não me atrevo a dizer que fosse architecto), Pedro da Silva Dodarte.

Infelizmente, Frei António das Chagas não acompanhou durante muito tempo a construção do Convento, porque — menos de quatro meses depois do lançamento da 1.^a pedra — faleceu, em 20 de Outubro de 1682. Curiosamente, no próximo dia 20, decorrerá o 305.^o aniversário desta cerimónia. Faleceu com 51 anos e, como já disse, está sepultado no Convento de St.^o António do Varatojo.

D. Pedro II, já comprometido com a obra, continuou a financiá-la. A construção foi assim conseguida em grande parte pelo bolso do próprio rei, mas também em parte por esmolas e dádivas de várias pessoas, eclesiásticas, populares e proprietários da região. Está mencionada especialmente — talvez pela sua maior importância — a contribuição de 200 mil réis, dada pelo Bispo da Guarda em 30 de Setembro de 1682.

Cerca de 14 anos depois do lançamento da 1.^a pedra, em 18 de Dezembro de 1696, é abençoada a Igreja. De novo esteve presente o rei e imagino que se terão dado cerimónias idênticas às do lançamento da 1.^a pedra.

Da Igreja de N.^a Sr.^a dos Anjos, só resta o antigo átrio que há pouco visitámos e que funciona agora como Capela do B. S. S. O pórtico da Igreja foi entaipado. Além disso, o corpo da Igreja foi dividido, por uma placa de cimento armado, em dois pisos, para se aproveitar como caserna o 2.^o piso, logo desde a ocupação por estabelecimentos militares. É óbvio que as Unidades que para aqui vieram tiveram de resolver problemas de espaço, pois o Convento foi construído para alojar 30 frades e as Unidades eram e 150, 200 ou mais homens.

Com o falecimento de D. Pedro II, em 1 de Dezembro de 1706, há então quase uma paragem nas obras de construção do Convento. Haveria certamente ainda muito que fazer. Nessa data já a Igreja ou pouco mais estaria terminada, de modo que o falecimento do monarca, que era o principal fomentador, trouxe não só a falta de fundos como também permitiu aos padres do Varatojo manifestarem uma opposição, que sempre tiveram, em ser transferidos para aqui; os padres do Varatojo já tinham um bom acolhimento em Torres Vedras onde estavam instalados desde o reinado de D. Afonso V, como sabeis. Em consequência destas duas circunstâncias, a obra praticamente paralisou.

Só foi reiniciada, na sequênciã de uma visita feita a Brancanes por D. João V, em 22 de Junho de 1711. O monarca (filho do fundador) veio a Setúbal dois dias antes e (naturalmente pela aflicção manifestada pelos padres de Brancanes) veio fazer-lhes uma visita. Nessa ocasião, ouviu do guardião, Frei Manuel Mação, as palavras que vou ler:

— «Contra vós, pientíssimo Rei, clamam talvez hoje essas pedras que aí vêdes, no Supremo Tribunal Divino, porque elas foram erguidas pela magnanimidade do vosso Pai, em serviço a Deus e satisfação à vontade do venerável Frei António das Chagas. E agora o que se espera? Espera-se que as entreguemos a estranhos, contra o voto do vosso sereníssimo Pai e contra o daquele venerável Padre».

Estas palavras comoveram o rei que resolveu — depois de ouvidos os seus conselheiros — pôr Brancanes sob a sua protecção e mandou continuar a obra.

Nessa ocasião também, curiosamente, decerto por motivo da desavença que havia com os padres do Varatojo, este Seminário ficou livre da sujeição que tinha relativamente ao Convento de St.^o António do Varatojo. Passou portanto a ter autonomia.



Abóboda de berço da capela de N. Sra. da Guia.



Pedra sepulcral da Marquesa de Minas.



O Prof. Cândido de Oliveira aplaudindo a exposição do Dr. Fernando de Matos Rodrigues.

Sempre que se fala de arquitectura no nosso País, fatalmente aparece o terramoto de 1755. Com o abalo desse terrível sismo, parece que os edifícios do Convento pouco sofreram. Isso depreende-se do facto de terem sido transferidos para aqui os serviços da Câmara Municipal de Setúbal, que ficou completamente arrasada. Toda a cidade de Setúbal sofreu grandemente com o terramoto; os edifícios públicos foram em grande parte destruídos ou seriamente danificados.

A partir daqui — se o Convento não sofreu muito com o abalo sísmico — passou a sofrer com o tal «terramoto humano» que é causador de destruições às vezes mais sérias. De facto, em 1808, as tropas napoleónicas acampam em Setúbal, e tomam conta do Convento, para nele instalarem o seu Hospital Militar. Causaram então estragos consideráveis (que estão mencionados vagamente — não vi que estivessem descritos em pormenor).

Em 1833, devido à entrada do Exército Liberal em Setúbal, cerca de 30 frades abandonaram o Convento. Parece que já estavam a adivinhar a extinção das Ordens Religiosas, que pouco depois surgiu.

O edifício (com excepção da Igreja) foi então posto em hasta pública e adquirido pelo Sr. Agostinho Rodrigues Albino, cujo filho António Maria Albino (que foi quem mandou colocar o painel de azulejos que se encontra sobre o pórtico da actual Capela) fez algumas obras de conservação. Mas acabou por o vender aos padres de Varatojo. Cá está outra semelhança com o que se passou no Convento de Santo António: como sabeis, este também foi adquirido por um particular e mais tarde foram os próprios frades que compraram o que lhes tinha sido extorquido. Aqui aconteceu a mesma coisa: foram os padres de St.º António de Varatojo que, credores de António Maria Albino, aproveitaram essa situação para readquirirem, por oito contos de réis, o seu antigo Seminário.

Foi justamente no período em que este edifício pertenceu a particulares que se deu a passagem por aqui do ilustre escritor Joaquim Pedro Oliveira Martins. Sociólogo, economista, foi Ministro da Fazenda de D. Carlos. No verão de 1894, Oliveira Martins estava a colher dados sobre o Príncipe Perfeito, nomeadamente sobre a Batalha de Toro, que foi matéria do 1.º Capítulo do livro com aquele nome.

E aqui não posso deixar de fazer outro à-parte a mais uma subtil ligação (inventada agora) entre Brancanes e Varatojo, precisamente por ter sido aqui escrito um capítulo sobre a vida de um rei que foi o fundador do Varatojo.

O escritor Oliveira Martins, para colher dados no local, deslocou-se já bastante doente, a Espanha. Dessa viagem resultou ter que regressar a Portugal, bastante mal. Por conselho do seu médico assistente, Dr. Sousa Martins, veio então para Brancanes, onde permaneceu, de 16 de Julho a 8 de Agosto de 1894, justamente apenas até 17 dias antes de falecer, em Lisboa.

Curiosamente, o escritor tem várias cartas a amigos escritas aqui em Brancanes, de que eu não posso deixar de referir a seguinte (não tem data, mas foi escrita dentro das mencionadas):

— Setúbal, Domingo.

Meu caro amigo:

Não demorem a sua vinda aqui, porque não sabem o que os espera.

Brancanes é um paraíso. Tem um terraço sobre um vale de laranjais, com uma plateia de montes em frente: S. Luís, Palmela e outros. Excede tudo, meu amigo. Há um terraço sobre a Igreja de onde se domina Setúbal e todo o Sado. É deslumbrante! Depois, árvores verdadeiras e não os *fac-similes* pitosporos e eucaliptos da mata de Cascais. Obra de frades. O Convento é enorme. Na casa que habito cabia um regimento. Na sala em que lhe escrevo aloja-se uma comunidade. Venham depressa. Para vir, combóio às 4,30; para voltar, daqui a seis horas. Vem aí agora o luar, e estes terraços, estes montes à noite serão de enlouquecer. Um abraço do seu Ex-Corde.

Oliveira Martins

Enfim. Sabe-se que o escritor, além de ter terminado ou escrito por inteiro o 1.º Capítulo (e único) da obra «O Príncipe Perfeito», também foi aqui que ditou a sua mulher, que o acompanhava, as últimas «Cartas Peninsulares».

Ora julgo que a Sr.^a D. Maria Antónia tem uma surpresa sobre o seu tio e escritor Oliveira Martins. Se quiser ter a bondade de vir até aqui nesta altura, que me parece oportuna, fico muito agradecido».

Palavras da Sr.^a D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita:

«O Sr. Dr. diz que a carta não tinha data. Eu penso que o tio muitas vezes não punha data nas cartas que escrevia. A carta foi endereçada ao seu grande amigo Barros Gomes.

Eu tenho aqui uma carta do tio, muito curiosa, escrita a António Maria Pereira, que era o seu editor, e que diz»:

— Meu prezado amigo:

Recebi as provas que devolvo revistas e amplificadas. Em Brancanes tenho-me dado admiravelmente. As febres não voltaram e vem-me a esperança de que vou ficar restabelecido. Tenho já começado «O Príncipe Perfeito» e a convivência com estes montes de há tantos anos povoam-me a solidão destes campos deliciosos. Já que nunca foi a Cascais (porque o tio, antes de vir para Brancanes, esteve a recuperar-se também em Cascais) veja se consegue vir até cá! Venha um dia. E dou-lhe a minha palavra de honra que não perde o seu tempo. Da estação a Brancanes gastam-se dez minutos de carruagem, o que perfaz duas horas, vindo de Lisboa. Para a viagem completa é pouco.

Mande sempre.

O seu amigo do coração.

Oliveira Martins

Agradei a colaboração prestada e prossegui:

«Passado este capítulo nobilitante para a história do Convento de Brancanes, pouco depois surge um capítulo bastante tenebroso, que foi a noite de 4 para 5 de Outubro de 1910.

Em Lisboa, julgo que a Revolução Republicana, nesta noite, não causou grandes perturbações. Morreram militares no assalto ao Quartel de Infantaria 16, de Campo de Ourique, mas penso que só mais tarde, quando se confrontaram os revoltosos com as poucas forças monárquicas que resistiram, é que houve alguns mortos e feridos. Mas aqui em Setúbal os distúrbios foram sérios. E infelizmente, por uma circunstância «levada dos diabos» que lhes vou contar, agravaram-se extraordinariamente aqui no Convento. Porquê?

Porque, curiosamente, o dia 4 de Outubro é o dia de S. Francisco de Assis. Os padres Franciscanos comemoravam, com um jantar melhorado, o acontecimento. E quando os revoltosos aqui chegaram e depararam com o que eles chamaram «o banquete» que os frades jantavam nesse dia, interpretaram como manifestação de regozijo pela morte do Dr. Miguel Bombarda, que tinha sido assassinado na véspera, e que era um anti-clerical de primeira ordem, como sabeis.

Isso acendeu como que um rastilho naquela multidão já muito excitada e fez com que os tumultos tomassem proporções espantosas: o Convento foi não só assaltado, como já tinham sido outros edifícios públicos de Setúbal, como queimado e saqueado. Os frades conseguiram fugir; atravessaram a estrada e foram abrigar-se na propriedade que nessa altura havia do outro lado, de tal modo que os assaltantes nunca conseguiram descobrir onde é que os frades se tinham escondido.

Este acontecimento trágico marcou também a data da passagem de um estabelecimento religioso para um estabelecimento militar, que passou a ser a partir de então.

A primeira Unidade que para aqui veio foi o Regimento de Artilharia de Costa. Não sei se quem circulou já no Claustro reparou no empedrado que fica frente à porta que lhe dá acesso e que foi mandado fazer em 1916 pelo Regimento. A própria ruazinha que subimos até à Porta de Armas ainda tem o nome de Regimento de Artilharia de Costa.

Por aqui passaram várias Unidades, até que a última, que antecedeu o B. S. S., foi um Destacamento do R. I. Q.

Depois de ter feito um resumo da breve história do B. S. S. e das suas principais missões, terminei com uma surpresa:

«Eu entendi que numa visita dos «Amigos de Lisboa» — e apesar de tudo Brancanes fuge aos temas lisboetas — devia trazer para aqui uma «côzinha» de Lisboa. Curiosamente, fui encontrar gravuras antigas sobre o Serviço de Saúde Militar, e que fiz reproduzir em «slide». Julgo que estas imagens são de há cerca de cem anos (serão dos finais do Século passado ou dos princípios do actual). Todas elas foram propositadamente escolhidas por mostrarem trechos de Lisboa. Achei curioso mostrá-las, pois alguns dos locais não sei identificá-los. De maneira que se algum de vós porventura conseguir descobrir onde estas fotografias foram feitas, agradecia que dissesse».

Foram em seguida projectados dez «slides», tendo todos eles despertado interesse da assistência e alguns desencadeado animada discussão.

No final, o Presidente do Grupo, Sr. Professor Cândido de Oliveira, pediu a palavra:

«Atenção. Queria antes de mais pedir uma salva de palmas para a palestra do Sr. Dr. Matos Rodrigues.

Foi uma palestra muito elucidativa. Contou-nos a história desde o princípio da fundação do Convento e deu-nos pormenores da actualidade da vida desta Instituição. A palestra foi substanciada em investigações que ele próprio fez, principalmente nos arquivos de Setúbal. É claro que procurando há sempre mais. Eu estou-me a lembrar que por obra do acaso, pouco antes da visita ao Varatojo, veio-me às mãos um livro muito curioso, chamado «História do Convento do Varatojo». Livro em 2 grossos volumes, que conta minuciosamente tudo quanto respeita ao Varatojo. É da autoria do Frei Manuel da Maria Santíssima e foi editado em 1799. Pois bem: aí traz a história do Varatojo e a História de Brancanes que é sensivelmente aquilo que o orador acabou de dizer. Há apenas uns pormenores que eu gostaria de acentuar. Porquê dois Seminários? perguntou o Sr. Dr. A resposta está lá: foi a população de Setúbal que, reconhecendo os vícios e horrores morais que havia nesta região, pediu que se fizesse aqui também um Seminário. Ora o Frei António de Chagas, que pregava por esta região, resolveu juntar-se ao povo e fazer a petição do novo Seminário. É portanto assim criado um novo Seminário diferente do do Varatojo e para tanto foi preciso um breve pontifício que foi dado pelo Papa Clemente XI em 1708, mas que diz, quase textualmente, que o Seminário era independente do Seminário do Varatojo. Ora a verdade é que os Frades daqui, chefiados por Frei Manuel Mação, tinham pedido que o Seminário continuasse na obediência aos frades do Varatojo. Isto deu uma grande contorvêrsia que é escrita em dezenas e dezenas de páginas desta obra que eu compulsei. No fim acaba por chegar à conclusão de que é preciso cumprir a ordem papal e que o Seminário ficasse separado. Assim foi: quando o rei D. João V veio aqui visitar o Convento e o Frei Manuel Mação se lhe lançou aos pés, ao mesmo tempo que lhe disse aquelas palavras que foram aqui lidas, disse-lhe também: «Mas se V. Majestade quer dar o Convento a outrem, dê-me a mim». E assim se principiou o processo da independência.

Há uma outra Instituição dependente destes dois Conventos, que é o Hospício que foi fundado em Lisboa, junto à Corte. Esse Hospício era para recolher os frades doentes do Convento do Varatojo, e aqui os de Brancanes pediram que fosse concedida a mesma regalia. O rei

negou: o Hospício é só do Varatojo. E deu até verbas substanciais para o manter. Em 1755, o Hospício foi abaixo e ardeu — estava na dependência da Corte, na freguesia dos Mártires. O rei mandou então fazer outro Hospício na Rua da Conceição, à Praça das Flores, no sítio da Cotovia. Então dotou-o com todas as verbas necessárias, inclusivamente com uma verba especial (perdoe-me a expressão) para a besta que ia todos os dias ao Hospício, verba que se traduzia em areia e palha. E ao mesmo tempo uma verba para o tabaco dos frades.

E era isto que eu queria dizer».

Terminada a sessão os visitantes dirigiram-se para o Refeitório das Praças prontas, onde foi servido o almoço. No final da refeição foi apresentado um bolo decorado com os emblemas do B. S. S. e do Grupo «Amigos de Lisboa», alusivo à visita. Esta homenagem aos visitantes mereceu do Sr. Prof. Cândido de Oliveira as seguintes palavras, proferidas momentos antes de partir, simbolicamente, o referido bolo:

«Ao empunhar este instrumento, asseguro-vos que estou animado de um gesto de paz. Isto é a faca do cozinheiro e serve para cortar o bolo que tenho diante de mim. Ora antes de mais, devo agradecer ao Sr. Ten.-Cor. Matos Rodrigues e a todo o pessoal que está sob a sua orientação a óptima recepção que nos preparou. Nós já estamos habituados a que nas Instituições Militares, não só cuidem excelentemente dos edifícios que estão a seu cargo, como ainda preparam uma recepção com todos os cuidados. Isto reflecte-se no bolo que aqui tenho diante de mim.

Na impossibilidade de todos verem o bolo, eu permito-me descrevê-lo: em fundo branco, há uma orla de chocolate e de ornatos brancos; no centro há uma caravela à esquerda e outra à direita, com os corvos; corvos que pela forma podem ter várias interpretações. Além disso, à direita está o emblema desta Instituição, que é a folha de hera. E ainda os dizeres: o B. S. S. saúda o Grupo «Amigos de Lisboa».

Nestas circunstâncias, eu vou dar o corte inicial, simbólico, como quem lança a primeira pedra do corte do bolo que vai ser distribuído por todos».

Aproveitei este intervalo da partilha do bolo para agradecer as palavras amáveis do Sr. Prof. Cândido de Oliveira:

«Renovo a todos os presentes os meus agradecimentos pela visita e pelo interesse que mostraram em vir conhecer esta Unidade, mas em especial ao Sr. Prof. Cândido de Oliveira por nos ter honrado com a sua presença. É-me especialmente grato agradecer-lhe porque, além de ilustre Presidente deste Grupo, o Sr. Prof. Cândido de Oliveira foi meu Professor em duas cadeiras do Curso, um Professor muito estimado por todos os seus alunos e que me preza muito tê-lo agora aqui nesta Casa, que comando. Além disso, também o Sr. Prof. Cândido de Oliveira teve a amabilidade de — no ano passado, em que o nosso Curso comemorou as suas Bodas de Prata — ter acompanhado os seus antigos alunos em todas as cerimónias que foram projectadas para essa comemoração que, ainda por cima, lembrava também o 1.º Curso que inaugurou o Hospital Escolar de Santa Maria. Portanto, ao Sr. Prof. Cândido de Oliveira não posso deixar de dizer que me é muitíssimo grata a sua presença de hoje.

Também à Sr.^a D. Maria Antónia quero renovar os meus agradecimentos, porque foi a Sr.^a D. Maria Antónia quem incentivou e proporcionou a realização desta visita.

Conforme o Sr. Prof. Cândido de Oliveira teve a gentileza de não esquecer, é evidente que esta recepção se deve a muita gente. Quero entre todos destacar os meus directos colaboradores, aqui presentes. Estou igualmente reconhecido a todos quantos deram a sua contribuição voluntária e entusiástica.

Depois do almoço os «Amigos de Lisboa» visitaram o Claustro, para apreciar os painéis de azulejos que o contornam; depois as Paradas, a Mata e a Capela de S. Diogo, que fica no alto do morro.

De regresso ao edifício conventual, os visitantes admiraram a paisagem que se avista do terraço e em seguida passaram pelo andar nobre, onde se situam a Secretaria do Comando, o Gabinete do Comandante, o do 2.º Comandante e a Biblioteca, onde o Livro de Honra foi honrado com as assinaturas de muitos Amigos de Lisboa.

Ao Sr. Presidente do Grupo foi oferecida uma placa comemorativa da visita do Grupo «Amigos de Lisboa» ao B. S. S.

A visita terminou num ameno convívio no jardim.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA CARVALHO — «Acontecimentos, lendas e tradições da Região Setubalense», vol. IV, Conventos de Setúbal, I Parte. Edição da Junta Distrital de Setúbal, 1970.
- ARRONCHES JUNQUEIRO — «Setúbal na Segunda Metade do Século XIX — Através das minhas Recordações», Setúbal, 1936. Obra dactilografada por iniciativa de Luiz Silveira «cópia fiel do autógrato original» segundo dedicatória autografada do autor no exemplar da Biblioteca Municipal de Setúbal, onde tem o n.º de ordem 15 163.
- ESTREMADURA — Boletim da Junta de Província — Janeiro/Dezembro 1958, Série II, n.º XLVII-XLVIII-XLIX.
- FERREIRA RIBEIRO (Carlos) — «O Batalhão do Serviço de Saúde e o seu Quartel de Brancanes» — Separata da Revista Portuguesa de Medicina Militar, vol. 29, n.º 1. Lisboa, 1981.
- OLIVEIRA MARTINS (J. P.) — «O Príncipe Perfeito», 4.ª edição, 1933. Pasceria António Maria Pereira. Livraria Editora.
- PIMENTEL (Alberto) — «Memória sobre a História e Administração do Município de Setúbal», Lisboa, 1874.
- PINHO LEAL — «Portugal Antigo e Moderno», vols. I e IX.
- RODRIGUES (Fernando de Matos) — «Os Azulejos Setecentistas do Convento de Brancanes em Setúbal (Actual BSS)», 1987.
- SILVEIRA (Luiz) — «Anotações ao Livro *Memórias sobre a História e Administração do Município de Setúbal*» (Subsídio para a História de Setúbal). Setúbal, 1942. Segundo nota dactilografada apensa ao exemplar (n.º 15 188 da Biblioteca Municipal de Setúbal) este é único, tendo o texto original sido inutilizado, por ilegível.





DR. DURVAL PIRES DE LIMA

A pouco e pouco, mercê de uma lei inexorável, vão desaparecendo os sócios fundadores do nosso Grupo. Desta vez, temos de registar o desaparecimento, em 20-3-1988, do Dr. Durval Rui Pires de Lima.

Nascido em Lisboa, na freguesia de Santa Isabel, em 22 de Dezembro de 1905, licenciou-se em Ciências Histórico-Geográficas pela Faculdade de Letras desta cidade, tendo exercido a sua actividade de professor do ensino secundário no Colégio João de Barros e na Escola Pedro Nunes.

Foi Director da Biblioteca Popular de Lisboa, bibliotecário da Biblioteca Nacional, conservador da Torre do Tombo e do Arquivo Distrital do Porto e, tendo-se dedicado à historiografia, foi eleito em 13-7-1938 sócio correspondente da Academia Portuguesa da História e elevado à categoria de académico de mérito em 5-2-1988. Era também membro da Associação dos Arqueólogos Portugueses e do Instituto Português de Arqueologia.

Da sua vasta obra, destacam-se, entre outras, as colaborações na *Revista Municipal*, no nosso boletim *Olisipo*, em *Oito Séculos de História*, além das seguintes publicações: *Azamor, os Precedentes da Conquista e da Expedição do Duque D. Jaime* (Lx., 1930); *A Embaixada de Manuel Saldanha ao Imperador K'hang Hi em 1667-1670* (Lx., 1930); *Os Primeiros Livros e Livreiros de Lisboa* (Lx., 1942); *Temas do Brasil Colonial* (VII vol. da 1.^a série dos «Anais da Academia Portuguesa da História» – Lx., 1942), Prémio da Academia das Ciências; *As Relações de Portugal com a Suécia durante a Restauração* (Lx., 1942); *O Oriente e a África desde a Restauração a Pombal* (Lx., 1946); *Os Franceses no Porto, 1807 a 1808*, 2 vols. (Lx., 1949), Prémio Alexandre Herculano; *Itinerários Manuscritos da Terra Santa: Séculos XVI e XVII*, publicado postumamente, em 1989, na Separata da Revista da Biblioteca Nacional, S.2 Vol. 4 (2).

É com profundo pesar que deixamos assinalado nestas páginas o passamento de um dos mais distintos sócios fundadores do Grupo «Amigos de Lisboa» que, já bastante doente, ainda quis colaborar no n.º 149 (1986) de «Olisipo» com o trabalho intitulado *O 5.º Sermão da Natividade, apologia do «dia de sam bertolameu»*.

O TEATRO ROMANO DE LISBOA *

HISTÓRIA E POSSIBILIDADES DE RECUPERAÇÃO

por ADRIANO VASCO RODRIGUES

O tema que vamos hoje abordar é altamente apaixonante e ao mesmo tempo difícil. Difícil por duas razões: pela escolha da variedade daquilo que naturalmente interessa, que será, ou a Arqueologia ou a Arte, ou então a parte cultural do Teatro, ou o renascimento do Teatro como instituição ou, ainda, a sua repercussão através da História Ocidental; e, depois, a Arte ligada ao Teatro e a Arqueologia ligada à recuperação do teatro romano de Lisboa. Qualquer uma destas temáticas nos daria para fazermos, não uma conferência, mas um curso bastante extenso.

Vou começar por vos dar uma panorâmica muito geral do teatro romano de Lisboa e das condições em que se processou o seu nascimento. A seguir abordaremos muito rapidamente alguns aspectos relacionados com a cultura do Teatro e com a importância que o Teatro terá tido em Lisboa na época romana, e depois, finalmente, iremos ao ponto que, penso, será aquele que mais vos interessa, que é o de saber como será possível escavar e reconstruir o monumento, uma vez que, para olhos que não estejam habituados à pesquisa e à prospecção arqueológica, quase nem sequer um montão de ruínas nós podemos vislumbrar no local.

Gostaria de vos dizer, e todos vós o sabeis, que o Teatro fez o seu aparecimento na Grécia e a próxima palavra «teatro», que nós herdámos do *theatrum* romano, tem a sua origem na palavra grega *theatron*, de

* Conferência promovida pelo Grupo «Amigos de Lisboa» e proferida na Sociedade de Geografia em 29 de Janeiro de 1988.

theáomai com o significado de ser espectador, de aguardar, de observar. Palavras como «cena» e «cenário», que nós hoje usamos constantemente em imagens com que procuramos representar a vida quotidiana, têm também a sua origem no Teatro, só que no sentido de cortina, porque o primeiro Teatro, as primeiras representações, faziam-se num palco de madeira improvisado e o cenário era constituído por uma cortina ou por uma espécie de tenda de feira que se retirava e se desarmava no final das festividades. Isto porquê? Porque o teatro nasce ligado à religião, e é o factor religioso, o fenómeno religioso, que determina as representações teatrais. Portanto, na Grécia, o teatro não aparece como entre nós, hoje, onde é um acto profano. O teatro grego era fundamental e essencialmente um acto religioso, e por isso tinha uma dignidade extraordinária e aparecia nos momentos solenes das festividades em honra de divindades como, por exemplo, Asklepio, o deus da Medicina, da saúde, no sentido mais da cura, porque a deusa da saúde, entre os romanos, por exemplo, identifica-se com *Salus*. Ora bem, junto do templo de Asklepio existia um teatro. Mas o teatro grego passa para Roma exactamente no período clássico, no período das conquistas, e os romanos que vão conquistar a Grécia acabam por ser conquistados pela cultura grega. São os gregos que afinal conquistam os romanos, e estes trazem para Roma o teatro, que aí vai sofrer modificações, tal como os actores. Enquanto estes no teatro clássico grego são sempre amadores e representam como crentes fiéis que prestassem as suas homenagens à divindade, entre os romanos (embora o teatro tivesse também uma influência religiosa, era a tríade capitolina que presidia aos actos do teatro), cedo esse sentido religioso começa a afrouxar e o teatro transforma-se numa prática com os seus profissionais — o profissionalismo que, por exemplo, existiu entre os romanos no desporto e existe hoje no nosso desporto e no nosso teatro.

O teatro romano, e falamos agora do edifício, vai, porém, sofrendo ao longo do tempo modificações importantes. Enquanto que o teatro grego é escavado e feito aos degraus aproveitando uma encosta, o romano procura aproveitar posições geográficas favoráveis a dois factores importantes: um, as condições acústicas, outro, as condições higiénicas. Escolhia-se uma colina que não fosse muito batida pelos ventos, não ficasse ao mesmo tempo em zonas insalubres e não estivesse sujeita a um grande calor para não produzir muita transpiração, uma vez que esses teatros chegavam a ter (como o teatro de Marcelo em Roma) à volta de 40 mil espectadores. E, estão a ver o que seria um teatro destes, num dia cálido de Agosto ou Setembro, com tantas pessoas ali

sentadas durante horas e transpirar! Ao contrário do teatro grego, o teatro romano ergue-se da terra. A primeira parte da bancada está normalmente cavada na colina, mas a segunda parte, a do anfiteatro, levanta-se da colina, e até há casos como os dos primeiros teatros construídos em Roma, que não assentam sequer em nenhuma colina; assentam directamente no solo, e levantam-se em três espaços ou três andares.

O teatro vai depois evoluindo. O próprio palco romano vai-se modificando; os cenários também se modificam; e, sobretudo, o teatro — e este é um aspecto muito importante em que quero insistir — o teatro romano obedece, tal como o grego, a normas muito precisas de construção constituindo uma verdadeira teia geométrica por razões de acústica. A principal fonte de que nós dispomos hoje para estudar o teatro romano, ou o teatro grego, é um arquitecto e engenheiro que viveu no tempo de Augusto e que escreveu uma obra célebre «De Architectura», acerca da architectura romana. Em 10 livros, Vitruvius informa-nos sobre a técnica da construção do teatro, e uma das condições para isso é saber música. Ele dá uma importância muito grande no seu quinto livro, dedicado à architectura do teatro, à acústica, que os gregos pela primeira vez tinham conseguido traduzir em símbolos, de modo que em pautas musicais pudessem transmitir os seus conhecimentos musicos a outros, além do próprio. Todos os povos da Antiguidade tinham a sua música. A música, como sabem, fazia parte da alma dos primitivos, mas traduzir sons musicais de uma pauta musical, os primeiro a conseguí-lo com êxito foram os gregos. E para se construir o teatro e para que este não ficasse surdo, para que as pessoas pudessem ouvir os declamadores, os actores, era naturalmente preciso conhecer muito bem a acústica e submeter toda a estrutura do edifício às suas regras, que determinaram uma verdadeira geometria, por os sons, segundo nos esclarece Vitruvius no seu livro, tal como a água, se deslocarem em ondas sucessivas. Só com uma diferença: enquanto a água se desloca, só, possivelmente, em ondas horizontais, o som propaga-se em ondas horizontais e verticais ou oblíquas. Daí que a estrutura do edifício deva estar harmonizada com a possibilidade de o som se transmitir a todos aqueles que o escutam. Este problema, que para nós não tem significado, porque temos este aparelho (o microfone) que vai aumentar a nossa voz, para para os gregos tinha um significado extraordinário. A construção do teatro obedecia a técnicas que permitiam a ampliação do som, ou fazer desvios do som, ou evitar que os lugares permanecessem surdos. Isto é um verdadeiro milagre de acústica e de geometria. E tudo isto se conseguia através de uma matematização da geometria. Embora a mate-

mática tenha atingido certos níveis de desenvolvimento bastante empíricos com Pitágoras, a geometria com Euclides desenvolveu-se extraordinariamente e é de acordo com essa normas da geometria que se torna possível construir os teatros. Aqui está, pois, a base com que nós podemos fazer a reconstrução do teatro romano de Lisboa, porque, se não fora a teoria da acústica e a teoria de Vitruvius sobre a construção dos monumentos, nós não teríamos jamais possibilidade de fazer essa reconstrução na situação actual em que ele está, e não seríamos capazes de determinar a posição dos elementos relativos à edificação desse teatro. E se algum êxito teve o início do meu trabalho de prospecção e de viabilização do processo dessa reconstrução, esse foi o de ter procurado basear-me em Vitruvius a fim de encontrar uma resposta para as interrogações que nos afligiam quanto à forma de se proceder a esse trabalho.

O teatro romano de Lisboa, conhece-se, como sabem, desde finais do século XVIII. Em 1798 aparece-nos, no dia 7 de Julho, no jornal «A Gazeta de Lisboa», uma notícia sobre ele, notícia essa que é o resumo da comunicação à Academia Real das Ciências por membros da Congregação do Oratório, Padre Foios e outro sacerdote (Pe. José de Azevedo) que vai falar do aparecimento de uma moeda. E, a partir de aí, os autores que se referem consecutivamente ao teatro ao longo do século XIX, sobretudo no último quartel desse século, como Júlio de Castilho (e depois Vieira da Silva, já na nossa época), baseiam-se fundamentalmente nas notícias da «Gazeta de Lisboa». Mas o primeiro noticiário que nos aparece, não é propriamente da «Gazeta de Lisboa». A informação mais exacta, mais rigorosa, da data em que terá sido descoberto o teatro, aparece na sequência das obras de restauro para corrigir a destruição feita na colina do Castelo pelo terramoto de 1755. Vejam que ainda nos finais do século se estava a reconstruir, porque esse terramoto foi terrível; destruiu grande parte da encosta do Castelo, a zona mais atingida. Em 1798, o Sr. Ruders, um pastor protestante sueco, visita Lisboa e escreve um livro *Viagens a Portugal* (que foi traduzido em 1906 e publicado num jornal de Lisboa), onde refere que no Outono anterior foi encontrado um teatro na colina do Castelo, que ele visitou. Ora bem, se o teatro foi encontrado no Outono anterior, e se a primeira notícia de que dispomos é a da comunicação feita à Academia Real das Ciências no dia 7 de Julho de 1798, naturalmente temos de concluir que o primeiro achado nas obras de reconstrução dessa área da cidade, terá sido ainda em 1797.

Mas as notícias escritas que temos, são efectivamente de 1798; e há uma outra notícia que eu nunca vi citada pelos investigadores que

têm estudado Lisboa, que refere a história do monumento (escavado do dia 1 ao dia 16 de Maio de 1798) numa obra que não consegui localizar até agora. Sabe-se o nome do autor, da pessoa que fez a escavação, e vem citada no *Dicionário Bibliográfico* do Inocêncio. Foi lá que eu encontrei essa referência e já pedi informações sobre ela a várias bibliotecas do País, mas infelizmente sem êxito. Chama-se *Descrição de um Monumento da Antiguidade Romana* e é citada, como disse, por Inocêncio. Simplesmente, não encontrei até agora esse trabalho de que foi autor Joaquim José da Costa e Sá.

O que é que se encontrou nessa escavação da Rua de S. Mamede, ao Caldas? Encontraram-se restos do teatro respeitantes a uma parte do palco, que era conhecido com o nome do *proscenium*, parte das colunas que constituíam a *scaena* e o início da *cavea*. Já vos vou explicar o que era a *cavea*. E há uma parte em frente do palco, que é a *orchestra*. Infelizmente todo esse material acabou por desaparecer ou ser destruído.

O que resta da última escavação, feita em 1964-67, revelou realmente uma parte da *orchestra* e uma parte do início da *cavea*, mas as construções feitas sobre aquele local impediram o prosseguimento da escavação. Ora, dois anos antes, ou três, da escavação desses restos do tablado de Lisboa, também o teatro de Mérida foi descoberto, começou a escavação e, como vamos ver aqui, não estando sequer à vista mais do que uns sete afloramentos de pedras no local onde estava a *cavea* e sabendo-se apenas da existência do teatro por tradição, fez-se a escavação, fez-se a recuperação e hoje Mérida dispõe de um excelente anfiteatro.

No teatro romano de Lisboa encontrou-se uma lápide que nos diz a quem ele é consagrado. Essa lápide foi estudada por um professor de gramática latina, Luís António de Azevedo, que faz a sua interpretação e a sua leitura, e a subsequente comunicação à Academia das Ciências. Sabe-se por ela que o teatro é consagrado a Nero e que foi feito por libertos, que se integravam nos cultos augustais dos flâmines — os que acendiam o fogo sagrado. Os augustais tiveram uma importância extraordinária a partir de Augusto, que fez uma remodelação da estrutura religiosa romana valorizando extraordinariamente o papel dos flâmines. Quem atingia o grau de flâmine, normalmente eram os libertos. Isto compreende-se facilmente, porque os libertos, ao lado dos romanos, eram os mais romanizados. Gerações de libertos eram criados em casas romanas, e isso permitia-lhes entrarem dentro dos rituais religiosos e depois virem a ser, eles mesmos, os executantes da religião, participando como sacerdotes, tendo bastantes direitos, inclusivamente direitos que lhes permi-

tiam participar na administração civil. Eles podiam concorrer às grandes empreitadas; eram, por assim dizer, os arrematantes. Muitas vezes eles podiam ganhar dinheiro no comércio e concorriam a determinados cargos do município, o que lhes permitia ter uma acção dentro da vida municipal. Nós sabemos que alguns desses flâmines tiveram papel preponderante na história da Lisboa romana, designadamente os ligados à construção do teatro, e às termas, ou ligados a certas divindades, certos cultos, como é, por exemplo, o caso da inscrição consagrada a Caio Heio Primo, flâmine augustal, do teatro romano de Lisboa.

Esses trabalhos perdem-se. Lisboa não é capaz de proteger o monumento, e felizmente que o professor Luís António de Azevedo, dezassete anos depois de ter apresentado a comunicação com a leitura da célebre inscrição (conhecida pela inscrição de libertos) à Academia Real das Ciências, publica também as suas memórias que têm para nós alto interesse. Esse interesse, é o de serem acompanhadas de desenhos de Francisco Xavier Fabri, um architecto régio que viveu em Lisboa e nos apresenta as imagens referentes ao estado em que aquelas escavações encontraram o teatro romano. É esse trabalho do Fabri, que reproduz o *proscenium* e a parte referente às colunas e à *orchestra*, que nos permite hoje avaliar a situação em que se encontrava esse teatro. A partir daí, a urbanização e a reconstrução de Lisboa destruíram o que havia, cobrindo-o com prédios. E assim se manteve ao longo de mais de um século, até que, na sequência das várias referências ao teatro nos finais do século XIX e começos do século XX pela imprensa de Lisboa, em 1960 como no lugar onde se situava parte do *proscenium* havia uma casa (uma fundição) que ia ser adquirida para ser transformada num prédio de rendimento, um grupo de pessoas, naturalmente, inquietou-se. E foi a imprensa da capital, que teve sempre um papel muito importante ligado à recuperação do teatro (em 1906 com artigos no «O Século» e na «Ilustração Portuguesa», e com jornalistas como Rocha Martins) que, para além do papel muito importante dos «Amigos de Lisboa», pugnou pela recuperação do teatro romano e pela preservação do que dele restava. Isso vem no «Diário de Lisboa», que relatando o que se passava então com esse prédio da Rua de S. Mamede vai também pugnar com argumentos pela defesa do património evocando, e muito bem, a posição dos «Amigos de Lisboa».

Em 1964 um Professor da Universidade de Lisboa, o Prof. Doutor D. Fernando de Almeida, consegue um acordo com a entidade que tinha comprado o prédio da Rua de S. Mamede, uma empresa seguradora, a qual permitiu que fizesse ali escavações com um grupo de alunos, durante

uns meses. Iniciou essas escavações na cave do prédio e os jornais da cidade continuaram a fazer pressão (e, naturalmente, também os «Amigos de Lisboa») junto da Câmara, para que fosse preservado o local. A Câmara presidida pelo General França Borges adquiriu o imóvel e, a partir daí, os trabalhos passaram a ser orientados, de 1965 até 1967, pela Dr.^a Irisalva Moita, que escavou parcialmente o prédio. Depois, lamentavelmente, pararam as escavações, embora a Câmara tivesse continuado a adquirir imóveis. Adquiriu até este momento cerca de 9 imóveis. E durante 20 anos os materiais que foram recolhidos, inclusivamente as colunas, permaneceram expostos à intempérie. Trata-se de um material calcário facilmente atacável e a localização das peças recolhidas difícil hoje a sua reposição; mas, de qualquer modo, houve o mérito de se fazer esse trabalho e houve o demérito de a Câmara deixar morrer a continuação dos trabalhos, porque, senão, hoje nós teríamos essa área mais alargada.

Em Maio deste ano, o Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vereador da Cultura (como eu tinha trabalhado na Alemanha em matéria de arqueologia romana) convidaram-me a retomar os trabalhos; e eu, depois de ponderar, aceitei, propondo que fosse constituído um conselho consultivo técnico em que houvesse uma participação alargada de investigadores para que se pudesse fazer com segurança a recuperação do teatro. Hoje, em Arqueologia, não pode haver trabalho de um só. O trabalho individual, na Arqueologia ou mesmo noutra qualquer campo da ciência, se não for um trabalho de equipa está sujeito a não poder realmente continuar.

Tive, pois, o prazer de apresentar à Câmara, por um lado, a constituição de uma equipa operacional constituída por um engenheiro civil, arquitectos, arqueólogos e topógrafos, que irá fazer o trabalho de levantamento do teatro; e, por outro lado, a de um Conselho enquadrando um grupo de personalidades que serão chamadas a pronunciar-se sobre alguns problemas graves que teremos de enfrentar, como será o das estruturas e da sua consolidação. Haverá muros e suportes que terão de ser consolidados e, naturalmente, não serão os arqueólogos que terão de tratar desses problemas; terá de ser o Laboratório Nacional de Engenharia Civil a pronunciar-se sobre o problema das estruturas. Sobre outros problemas relacionados com estes, na própria recuperação do teatro, propus que fosse chamado o Prof. Eng.^o Aristides Coelho, catedrático de estruturas da Faculdade de Engenharia do Porto; propus, também, que para a parte de Arqueologia, dos problemas específicos que surgem dentro deste campo, fosse chamado a pronunciar-se o Sr. Prof. Doutor

Jorge Alarcão, que é um especialista em Arqueologia Romana; que em problemas de materiais fosse também chamado o Prof. Eng.º Georg Yanker, um especialista que tem o seu nome ligado a escavações, desde Israel até à Itália, e que temos a honra de ter aqui, entre nós, a assistir a esta nossa conversa; que ainda em matéria de Arqueologia fosse convidado o Director do Instituto Arqueológico Alemão, Dr. Theodor Hanschild, especialista também nesta matéria.

Vamos ter necessidade de fazer a reconstituição de muitas peças, e teremos necessidade de as desenhar para podermos reconstruir até alguns frisos. Propus, assim, que fosse pedida a colaboração do Instituto de Arte e Design de que é director o Sr. Dr. António Quadros; para os problemas de música, propus que fosse ouvida a Eng.ª Ilda Moura, que é também musicóloga; para os problemas de Museologia e Arqueologia, que fosse ouvida e fizesse parte desse Conselho a Dr.ª Irisalva Moita; o coordenador, naturalmente, terá de ser o Vereador da Cultura, que vai convocar o Conselho, uma vez que implica deslocacões e o pagamento dos serviços que as pessoas deste Conselho vão realizar.

E, para não me alongar mais, iria apresentar-vos algumas imagens e, em face delas, nós falaremos melhor..



Seguidamente, o Dr. Adriano Vasco Rodrigues mostrou imagens do teatro romano de Mérida para exemplificar as técnicas da sua recuperação. Mostrou também imagens do pequeno teatro de Pompeia, do grande teatro de Ephesus (Ismirna), do teatro de Heródes Ática (Atenas), etc., estabelecendo comparações para concluir sobre a forma como se deverá proceder quanto ao restauro do teatro romano de Lisboa.

No final, o orador, que fora previamente apresentado pelo Secretário-Geral dos «Amigos de Lisboa», foi calorosamente aplaudido e cumprimentado pela numerosa assistência, tendo encerrado a sessão o Presidente do Grupo, Prof. Cândido de Oliveira, que teceu várias considerações sobre a oportunidade da conferência e elogiou o saber e o brilho com que o Dr. Adriano Vasco Rodrigues apresentou o seu trabalho.

Homenagem ao Presidente da Junta Directiva Prof. Doutor João Cândido de Oliveira

A fim de se assinalar condignamente a passagem do 14.º aniversário da tomada de posse do Prof. Doutor João Cândido de Oliveira como Presidente efectivo da Junta Directiva dos «Amigos de Lisboa», deliberou esta, sob proposta fundamentada do Secretário-Geral, prestar-lhe pública homenagem.

Para o efeito promoveu-se, no dia 30 de Janeiro de 1988, a realização de um almoço na Pastelaria Ferrari, da Rua Nova do Almada, que contou com a presença de elevado número de Associados e de vários convidados, entre os quais se contava um representante do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Na oportunidade, usaram da palavra, por ordem de intervenções, o Secretário-Geral Eduardo Sucena, o Vice-Presidente Eng.º Manuel José Maia Athayde, o Presidente da Assembleia Geral Dr. José Pereira da Costa, e, no final, o homenageado para agradecer.

A homenagem foi completada com o descerramento, na sede do Grupo, de um retrato a óleo do Prof. Doutor Cândido de Oliveira pela pintora D. Maria Adelaide Vicente Ferreira (Pinim), acto que se realizou por ocasião da Assembleia Geral de 20 de Fevereiro de 1988 e que contou com a presença dos Associados presentes e de Familiares do homenageado.

— Transcrevem-se a seguir as palavras dos dois primeiros oradores, uma vez que, por terem falado de improviso, não existe registo das dos restantes.



O Secretário-Geral no uso da palavra.



Intervenção do Vice-Presidente, eng.º Maia Athayde.

Como Secretário-Geral da Junta Directiva dos «Amigos de Lisboa» é com muita satisfação que saúdo Vossas Excelências, que tão amavelmente quiseram estar hoje connosco nesta homenagem — singela mas calorosa — que prestamos ao nosso Presidente, Sr. Prof. Doutor Cândido de Oliveira.

E permitam-me agora algumas referências:

— Ao Sr. Mário Nunes da Silva, Presidente substituto da Assembleia Municipal, que representa aqui o Sr. Presidente da Câmara, e que muito nos honra com a sua presença;

— Ao Sr. Dr. José Pereira da Costa, Presidente da nossa Assembleia Geral e que entre os «Amigos de Lisboa» desfruta da maior simpatia pela sua afabilidade, e que também muito admiramos pelo amor, pelo entusiasmo, pela competência com que durante largos anos dirigiu o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde prestou ao País inestimáveis serviços;

— Aos senhores representantes dos órgãos de Comunicação Social, entre os quais contamos vários Consócios, e aos demais convidados.

Quero também assinalar a presença entre nós dos familiares do Sr. Prof. Doutor Cândido de Oliveira, com a qual nos sentimos também muito honrados.

Sei que muitos outros «Amigos de Lisboa» gostariam de estar aqui, nesta ocasião. Não foi possível, porém, conseguir-se para esta data uma sala mais espaçosa e com as condições que reputamos indispensáveis, apesar dos esforços realizados nesse sentido, em que me empenhei pessoalmente. Alguns, que com pesar vejo em pé, fizeram no entanto questão de estar presentes, numa manifestação de solidariedade e de admiração

pelo nosso Presidente, que me apraz registrar. A propósito, aproveito para agradecer a boa vontade da dona desta casa e nossa Consócia, Sr.^a D. Albertina de Sá Mourão, e do seu pessoal, que se esforçaram por acomodar o maior número possível de pessoas.

Desde a sua fundação, os «Amigos de Lisboa» tiveram até agora 7 Presidentes:

- o Eng.^o Augusto Vieira da Silva
eleito em 25 de Outubro de 1936;*
- o Prof. Doutor Reinaldo dos Santos
eleito em 1 de Fevereiro de 1940;*
- o Prof. Doutor Augusto Celestino da Costa
eleito em 29 de Janeiro de 1943;*
- Gustavo de Matos Sequeira
eleito em 28 de Março de 1958;*
- o Prof. Doutor Fernando de Freitas Simões
eleito em 28 de Junho de 1961;*
- o Dr. Eduardo Neves
eleito em 25 de Abril de 1970 e*
- o Prof. Doutor Cândido de Oliveira,*

que já era Presidente substituto e que foi chamado à Presidência efectiva (por falecimento do seu antecessor) em 31 de Janeiro de 1974, e que vem sendo reeleito, sucessivamente, desde então.

Verifica-se, assim, que depois do Prof. Doutor Celestino da Costa, que ocupou o lugar durante 15 anos, foi o Prof. Doutor Cândido de Oliveira quem até hoje mais tempo permaneceu à frente da Junta Directiva dos «Amigos de Lisboa» — 14 anos, que se completam amanhã.

Em relação ao Prof. Doutor Celestino da Costa, o nosso Grupo teve oportunidade de lhe prestar merecida homenagem em Outubro de 1950, no regresso de uma sua viagem ao Brasil, onde por sinal foi feito sócio honorário do «Grupo Amigos de Lisboa» do Rio de Janeiro. E, postumamente, o nosso actual Presidente quis também evocar essa extraordinária figura de médico, professor, cientista de renome internacional e olisipógrafo, numa conferência que proferiu na nossa sede em 15 de Junho de 1985.

Entendeu agora a Junta Directiva, aprovando por unanimidade a proposta que nesse sentido eu tive a honra de subscrever, ser chegada a altura de também se expressar ao Sr. Prof. Doutor Cândido de Oliveira o nosso apreço e o nosso reconhecimento pela sua longa dedicação ao nosso Grupo.

Médico, professor, investigador, cujos méritos o elevaram a altas posições como, entre outras, às de Director do Instituto Câmara Pestana e da Faculdade de Medicina de Lisboa, o Sr. Prof. Doutor Cândido de Oliveira com o seu prestígio pessoal prestigiou também os «Amigos de Lisboa».

Como nosso Presidente, zelou pela sobrevivência do Grupo em tempos difíceis — os que se seguiram ao 25 de Abril de 1974 — em que os «Amigos de Lisboa» estiveram à beira da extinção com o êxodo de cerca de 400 sócios.

Representando-nos em actos públicos e oficiais, fê-lo sempre com a maior dignidade e elegância.

Voz dos «Amigos de Lisboa» no Conselho Municipal, sempre ali defendeu os nossos pontos de vista em questões de interesse para a cidade, com a autoridade que lhe advém da sua qualidade de representante de uma instituição, como é a nossa, expressamente criada para pugnar pelos valores, nem sempre respeitados, que têm sido e continuarão a ser o motivo das nossas preocupações, da nossa acção sensibilizadora e do nosso combate.

Assíduo às reuniões da Junta Directiva, acompanhou sempre de perto os seus trabalhos e os seus problemas, congraçando com o seu espírito conciliatório opiniões divergentes e por vezes contraditórias.

Participante activo nas realizações culturais do Grupo, as suas frequentes intervenções no decurso das visitas de estudo, para dilucidar ou complementar os aspectos focados, revelaram-se sempre do maior interesse, quer se tratasse de matéria da sua especialidade profissional, quer de matéria olisipográfica.

Orador fluente, espontâneo, oportuno, dotado de uma graça fina e de um discurso atractivo, Presidente em exercício aquando da celebração do Cinquentenário dos «Amigos de Lisboa», tudo isto impunha a realização desta homenagem ao Sr. Prof. Cândido de Oliveira, singela mas calorosa — disse-o e repito-o — que será completada no próximo dia 20 de Fevereiro, data da nossa Assembleia Geral, com o descerramento na sede do Grupo do seu retrato a óleo.

Somos uma instituição cultural com um passado de que nos orgulhamos, e não seríamos dignos dele se não reconhecêssemos os méritos e a dedicação dos que, desinteressadamente, a têm servido, sobretudo daqueles que, como o Sr. Prof. Doutor Cândido de Oliveira, a tem servido tão bem e tão longamente.

Muito Obrigado



Dois aspectos do almoço na Pastelaria Ferrari.



O Prof. Cândido de Oliveira ladeado pelo Presidente da Assembleia Geral do Grupo, Dr. Pereira da Costa, e pelo representante da Câmara Municipal de Lisboa.



O Prof. Cândido de Oliveira agradecendo, no final, a homenagem que lhe foi prestada.

*Intervenção do Vice-Presidente da Junta Directiva,
Eng.º Manuel José Maia Athayde*

Minhas Senhoras, meus Senhores:

Presidente da Sociedades de Ciências Médicas
Presidente da Sociedade Portuguesa de Medicina Laboratorial
Presidente da Sociedade Portuguesa de Medicina do Trabalho
Presidente da Sociedade Portuguesa de Microbiologia
Presidente da Assembleia Geral da Soc. Port. de Imunologia
Presidente do 9.º Congresso Int.^{al} de Standardização Microbio-
lógica
Presidente da Comissão Directiva da Faculdade de Medicina de
Lisboa (pós 25 de Abril), de que já era Director.
Presidente da Comissão Instaladora dos Laboratórios de Análises
Clínicas do Hospital de Santa Marta
Presidente da Comissão que estudou a organização da Escola
Nacional de Saúde Pública
Presidente da Liga Portuguesa de Educação Sanitária
Presidente do Conselho Disciplinar da Ordem dos Médicos

Senhor representante do senhor Presidente da C. M. L.
Senhor Presidente da Assembleia Geral de «Amigos de
Lisboa»
Senhoras e senhores familiares do senhor Prof. Cândido de
Oliveira
Queridos consócios

Acabais de ouvir a extensa lista, resumida, dos honrosos cargos
em que o nosso homenageado de hoje, o Senhor Prof. João Cândido

da Silva Oliveira, tem empenhado a sua rica personalidade de cientista, de investigador, de professor, e, não menos importante, de cidadão, ao longo duma vida dedicada ao estudo, à reflexão e ao ensino, bem como à aplicação prática dos seus resultados na melhoria da condição humana. E digo lista resumida porque me pode ter escapado alguma situação que deveria realçar, e por me limitar ao desempenho dos lugares de presidência ligados à sua área profissional específica. É pois sem sombra de surpresa, que, em Janeiro de 74, vemos insinuar-se nessa lista, agora na área olisiponiana, a presidência efectiva da Junta Directiva do Grupo «Amigos de Lisboa», lugar que o conduziu ao Conselho Municipal da Cidade, onde, por escolha dos seus pares, foi investido na presidência em vários mandatos sucessivos.

Não será, certamente, por acaso que uma mesma pessoa seja solicitada a desempenhar, em tão diversos enquadramentos — e, convenhamos, a níveis de responsabilidade porventura distintos — o mesmo tipo de função, para a qual não existe, que eu conheça, curso de formação instituído... Deve haver pois outros factores em jogo. Factores esses que poderão ter muito a ver com uma boa formação académica e uma notável preparação científica, mas ainda mais, quero crer, com uma reflectida e irrepreensível atitude cívica de que o Prof. Cândido de Oliveira, em várias situações, deu inequívoco testemunho; e também com um certo pendor conciliatório e um tolerante equilíbrio.

Ninguém vai, certamente, esperar aqui, da minha parte, a análise exaustiva, crítica, da brilhante carreira académica e científica do Senhor Professor Cândido de Oliveira. Para tanto me faltariam suficiente conhecimento e perspectiva. Limitar-me-ei, por isso, a um rápido bosquejo do seu rico *currículo*, procurando evidenciar alguns pontos, que me parecem mais marcantes.

O jovem que, aos 23 anos de idade, conclui na Faculdade de Medicina de Lisboa a sua licenciatura em Medicina e Cirurgia, acrescentada, um ano depois, com o curso de Medicina Tropical, e, seguidamente, com o internato dos Hospitais Cíveis de Lisboa, aparece-nos, aos 27 anos, a chefiar, no Hospital de Santa Marta, um laboratório de análises clínicas. A carreira de analista e investigador começa a delinear-se. Antes dos 30 anos é assistente da cadeira de Bacteriologia e Parasitologia, na Faculdade de Medicina de Lisboa. Em 1942, com 36 anos incompletos, é Professor Extraordinário da mesma cadeira e, na sucessão do Prof. Aníbal de Bettencourt, ascende à direcção do Instituto Bacteriológico Câmara Pestana, de prestigiosa cotação. Dois anos após, por concurso de provas públicas como quase sempre, é aprovado para Professor Cate-

drático de Bacteriologia e Parasitologia. A sua carreira universitária atinge, aqui, o cume, confirmado, em 1971, pela nomeação para Director da Faculdade de Medicina que o formara.

Para vos dar uma justa imagem do que penso acerca da personalidade do Prof. Cândido de Oliveira, vou permitir-me, com a devida vénia, ler-vos duas passagens do discurso de posse por ele proferido em resposta ao do Reitor da Universidade de Lisboa, que o empossou:

«Quando a voz do povo me anunciou como candidato à missão em que acabo de ser investido, logo no meu íntimo se desenharam, por coerência de atitudes passadas, duas condições *sine qua non* para aceitar tal distinção: ser eleito pelos meus pares e ver aberta a Associação dos Estudantes de Medicina.

E mais adiante:

«Que o princípio de eleger os corpos dirigentes da Universidade é prática salutar, está no espírito de todos os que anseiam por ver uma Universidade Portuguesa autónoma, reformada e livre, entregue à sua própria consciência e pronta a dar periodicamente contas do seu labor ao País a quem serve».

Nestes dois apontamentos se reflectem, no meu sentir, os traços essenciais do perfil do seu autor, a saber: a estatura moral, o culto do civismo, insisto, e a clareza das ideias; e tudo isto servido por um estilo literário sóbrio, elegante, aparentemente fácil.

Para esta última qualidade, algo terá contribuído a sua extensa actividade periodística, pois, desde muito cedo, e até hoje, se dedicou à imprensa especializada ligada à sua carreira profissional. Assim, já em 1936 era redactor do jornal «Lisboa Médica» e a sua colaboração, quer em artigos de carácter científico e técnico, quer em textos doutrinários ligados à investigação e ao ensino dos variados ramos da medicina, quer ainda de índole biográfica sobre algumas figuras cimeiras da sua profissão, nacionais e estrangeiras, encontra-se em numerosas revistas especializadas, de algumas das quais é conselheiro científico. Ele próprio foi fundador da Acta Médica Portuguesa, de que é editor associado. A lista dos títulos, trabalhos e conferências científicas é muito extensa, e, bem assim, a dos jornais e revistas em que colaborou.

Esse treino, ligado a qualidades pessoais invejáveis, fizeram, também, do Prof. Cândido de Oliveira um orador apreciado, desde as suas

lides estudantis, até àquelas que nos falam mais directamente, a nós, Amigos de Lisboa, relacionadas aos problemas da Cidade, que, casualmente, lhe inspiram pequenos apontamentos, por vezes espirituosos, quase sempre esclarecedores. E, nas intervenções de maior fôlego, sobressaem sempre a aguda visão do analista e o rigor da expressão do homem de ciência, tudo valorizado por uma dicção sonora e clara.

Não me seria fácil, sem prolongar demasiadamente esta conversa, sondar, uma a uma, todas as áreas em que o Prof. Cândido de Oliveira exercita a sua curiosidade e o seu interesse culturais. Mas seria imperdoável falta não referir aqui a sua bibliografia, responsável pela busca incessante das novidades editoriais e pela sua respeitável e selecta biblioteca, onde as espécies olisipográficas ocupam importante e nutrido sector.

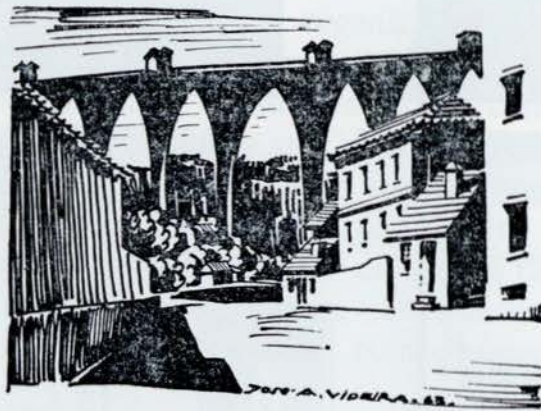
Propositadamente deixei para o final o especial lugar que, nas preocupações mentais e afectivas do Prof. Cândido de Oliveira ocupa tudo o que concerne à cidade de Lisboa, nos mais variados aspectos — históricos, monumentais, artísticos, organizacionais e humanos. O seu conhecimento dos problemas citadinos é informado e actualizado; e a sua biblioteca olisiponiana é consultada, como diria Camilo, com mão diurna e nocturna, mais nocturna que diurna, creio eu. De modo que o acesso do Prof. Cândido de Oliveira à presidência efectiva da Junta Directiva do nosso Grupo, estava inscrito no livro do destino. E acertadamente, porque o seu conhecimento da vida e da história da Cidade é o contraponto do conhecimento que tem da vida e da história do Grupo, que há largos anos acompanha com dedicação e carinho.

Senhor Prof. João Cândido de Oliveira

Esta homenagem inteiramente justificada, pretende não só traduzir a nossa admiração pelas altas qualidades de V. Ex.^a e pelo acrisolado amor que esta Cidade lhe tem merecido, mas também pela rica personalidade de V. Ex.^a em múltiplos aspectos: como cientista e mestre de cientistas, como avisado bibliófilo e como olisipófilo de eleição. Em todo caso, se eu tivesse que definir V. Ex.^a, Senhor Professor, por uma só palavra, escolheria certamente a de humanista, pois nenhuma outra me parece tão ajustada à equilibrada combinação de qualidades que o distinguem, e que, ao longo deste esboço biográfico, com tão escasso engenho tentei mostrar.



Dois aspectos do acto do descerramento, na sede do Grupo,
do retrato a óleo do Prof. Cândido de Oliveira.



Os Cafés na Vida Política, Social e Intelectual de Lisboa *

por EDUARDO SUCENA

Começo por agradecer as palavras tão amáveis e tão imerecidas do Sr. Prof. Doutor João Cândido de Oliveira, Presidente dos «Amigos de Lisboa», que quis dizer aqui, a meu respeito, coisas na verdade excessivas. De qualquer forma, agradeço-lhas.

É com muito gosto que vejo, reunida com os «Amigos de Lisboa», a APAMA – Associação Pessoana dos Amigos do Martinho da Arcada e que cumprimento os seus Associados presentes, particularmente a Sra. Dra. Maria do Carmo Vieira e o Sr. Dr. Manuel Vilhena de Carvalho, presidentes, respectivamente, da Direcção e da Assembleia Geral, promotores dos contactos que conduziram a esta iniciativa conjunta, que espero tenha continuidade. De facto, tanto os «Amigos de Lisboa» como a APAMA têm um objectivo de ordem cultural comum, de defesa do património desta cidade, que em relação aos «Amigos de Lisboa» é mais amplo, e que em relação à APAMA visa, sobretudo, a defesa e valorização desta casa centenária onde nos encontramos.

E, posto isto, quero também dirigir uma saudação amistosa aos nossos Consócios que aqui se encontram.

Para falar dos cafés na vida política, social e intelectual de Lisboa, terei de começar, como é de boa norma, pelo princípio, referindo-me ao seu directo antepassado, que foi o botequim ou botiquim, como também

* Palestra proferida no Café Martinho da Arcada, com o apoio da APAMA (Associação Pessoana dos Amigos do Martinho da Arcada), em 5 de Março de 1988.

se pronunciava. A origem do botequim é bastante vaga, mas parece que teria surgido no século XVI em Meca. E, já agora, permitam-me uma divagação para recordar que há uma Meca portuguesa, perto de Alenquer, também local de peregrinação (ou pelo menos de romaria), com uma imponente igreja-basílica dedicada a Santa Quitéria, protectora contra a raiva (antes da vacina de Pasteur) e que, nos dias de hoje, nos defende da raiva dos homens. Vale a pena ir lá para visitar esse monumento nacional dos fins do século XVIII com uma bela fachada de cantaria, de duas torres, altares de mármore, tipo Mafra, telas de Pedro Alexandrino e tectos pintados, tendo na sua origem uma piedosa lenda.

Mas, voltando à Meca islâmica, por que é que os botequins teriam surgido lá? Penso que foi a grande afluência de crentes do Islão que determinou o aparecimento de locais para fornecimento de bebidas. As leis de Maomé impõem aos seus seguidores a obrigação de irem a Meca pelo menos uma vez na vida, movimentando assim grandes massas humanas às quais era preciso dar de beber. E uma das bebidas que, com certeza, lá se consumiria, era o café, originário da Abissínia e que no século XV se começou a vulgarizar por todo o Oriente, só chegando à Europa no século XVII.

No botequim ocidental, entre outras bebidas alcoólicas ou não (no de Meca estavam excluídas as bebidas alcoólicas, por a religião islâmica as proibir), o café foi das mais consumidas também, a par da genebra, da cerveja, do ponche, do capilé e da limonada.

A Portugal, os botequins chegaram, parece que via Itália. Mas foi no tempo do Marquês de Pombal, após o grande terramoto, que uma lei de 15 de Junho de 1759 os autorizou. Sebastião José de Carvalho e Melo desempenhou, como se sabe, missões diplomáticas no estrangeiro, e por lá terá sabido das vantagens da existência desse tipo de estabelecimentos, estimulando o seu aparecimento em Lisboa como pontos de encontro dos homens de negócios. Era um período de franco desenvolvimento das trocas comerciais, sobretudo com a Inglaterra, em que vinham ao nosso País numerosos negociantes daquela e doutras partes, e havia necessidade de lhes proporcionar locais de encontro onde pudessem conversar e, naturalmente, tomar as suas bebidas.

Pois bem, um dos botequins mais antigos de Lisboa, foi precisamente esta casa onde agora nos encontramos, que se chama Café Restaurante Martinho da Arcada e que existe desde 1778, sendo então conhecido por Café da Neve. Este nome faz hoje certa confusão, mas eu explico: naquele tempo chamava-se «neve» aos sorvetes que, claro, não eram feitos com os flocos alvos, leves e gelados que caem do céu, mas

sim com eles solidificados e com outros componentes, matéria acerca da qual Gustavo de Matos Sequeira discorreu no seu interessante artigo intitulado «Neve, Sorvete e Caramelo», publicado na revista «Feira da Ladra» ((1931, tomo III, n.º 1, pp. 41 a 47). O gelo, hoje tão fácil de obter nos nossos frigoríficos, implicava então sérios trabalhos para chegar a Lisboa, que não tinha, como não tem, clima para aqui se produzir por meios naturais. Então, o gelo era trazido da Serra da Estrela, vejam lá, de tão longe!... Era trazido em carroças, com palha, até ao rio Tejo, e depois, em barcos, vinha para Lisboa. A maior parte dele ia-se derretendo pelo caminho, mas mesmo assim sempre chegava cá algum.

Esta tradição do consumo de sorvete em Lisboa data já do reinado de Filipe II (II de Portugal, III de Espanha), que quando veio a Portugal, em 1619, era exigente e já queria à sua mesa sorvetes. O copeiro-mor teve, pois, que providenciar para que os sorvetes não faltassem a Sua Alteza. E o gelo lá vinha da Serra da Estrela, com muito trabalho, chegava a Lisboa bastante reduzido, mas Filipe II teve à sua mesa sorvetes. A partir daí, exploraram-se outras fontes de abastecimento de gelo e pensou-se que teria de vir de mais perto para não se perder tanto pelo caminho. Ainda há bem pouco tempo estive na Serra de Montejunto, onde existe, tristemente abandonado, o edifício da fábrica da neve, um monumento que deveria ser preservado, se efectivamente entre nós se cuidasse a sério da Cultura. No alto da serra, perto do sítio onde existe uma unidade da Força Aérea, encontra-se, de facto, metida no meio de um matagal, a velha fábrica do gelo, que não fabricava nada; era uma construção no interior da qual existiam (e existem) uns poços onde se depositava e conservava o gelo produzido nuns tanques durante a noite, e que os frades de S. Domingos (da Reforma de Frei Manuel da Assunção), que lá tiveram o seu primeiro convento em Portugal, partiam e acumulavam nesses poços. Destes, era transportado em carroças com palha, via Alenquer, e depois, pelo Tejo, chegava até cá.

Onde estamos hoje era, pois, essa casa de bebidas, que foi instalada nas lojas de um dos primeiros edifícios que se construíram na Praça do Comércio após o terramoto de 1755 — o único entre os aqui construídos que durante vários anos não pertenceu ao Estado. Vendiam-se nela bebidas várias e sorvetes, que tiveram fama nessa época, e por isso a chamavam Café da Neve. Por volta de 1782 também aqui se vendiam bilhetes para as carreiras de seges entre o Terreiro do Paço e Belém. Não havia na época transportes públicos, mas existia, pelo menos, essa empresa privada que assegurava o transporte entre os referidos locais.

Depois, em 1784, foi conhecido por Casa de Café Italiana e pertenceu então a um cidadão italiano chamado Domingos Mignani; e em 1795 era já conhecida por O Café do Comércio. Por 1809, era vulgarmente designada por Café dos Jacobinos, por ser frequentado por jacobinos e libertinos da época.

Em 1820, chamava-se Casa da Neve, pertencia a um tal Simão Fernandes e recebia a sociedade elegante de Lisboa, que cá vinha deliciar-se com os sorvetes, sempre muito apreciados.

Em 1823, esta casa muda de nome e o seu proprietário é um tal Anselmo. No ano seguinte, já tem outro dono: José de Melo. Por essa altura, acontecia que os saloios do termo de Lisboa vinham para debaixo das arcadas vender laranjeiras e limoeiros com as raízes envolvidas em fetos. Havia neste local uma espécie de romaria para comprar essas árvores, tradicionais na flora da região de Lisboa desde o tempo dos árabes. De facto, quando D. Afonso Henriques conquistou Lisboa aos mouros, toda a área circundante da cidade murallhada abundava em citrinos, que davam ao ambiente um perfume agradável. Essa tradição não se perdera ainda no século XIX, e em Lisboa e arredores continuava a plantar-se laranjeiras e limoeiros. E, em Dezembro, os saloios aproveitavam a quadra (como ainda hoje se faz noutros pontos da cidade) e aqui vendiam os pequenos pinheiros para a árvore de Natal, isto, claro, já em tempos mais recentes.

Em 1829, novo proprietário, que deu o actual nome à casa: Martinho Bartolomeu Rodrigues, o qual fez obras, transformando-a num dos melhores cafés-restaurantes de Lisboa. Aquele proprietário foi montar depois um outro café — O Café Martinho, do Largo de D. João da Câmara (chamado ao tempo Largo de Camões) —, casa de que adiante falarei. E surge a denominação popular de Martinho da Arcada para distinguir este do outro café.

Martinho Bartolomeu Rodrigues, homem altamente operoso e bom negociante, arranjou também outra solução com vista a obter gelo em abundância para o fabrico dos seus sorvetes, chegando a manter cinco ou seis poços de gelo, não já na Serra de Montejunto, mas na Serra da Lousã, em Santo António das Neves. Foi ele que deixou em testamento os dois cafés ao escrivão do Tribunal do Comércio, Julião Bartolomeu Rodrigues, que era o dono deles em fins do século passado (1899).

No princípio deste século, o dono era já outro — José Isidoro Pereira, que por escritura de 28 de Dezembro, em 1925 trespasou a casa à firma Mourão & Simões, Lda. Em 1928, o Martinho da Arcada passou à posse do sócio dessa firma, Alfredo de Araújo Mourão, e em

1960, por sua morte, tornou-se dona desta casa sua filha, D. Albertina de Sá Mourão, que temos o prazer de ter aqui, hoje, connosco. Este Café Martinho da Arcada, como sabem, foi frequentado por várias notabilidades, entre elas Fernando Pessoa, e, segundo me informou aquela Senhora, foi aqui que ele escreveu parte dos seus poemas e, entre eles, os que constituem o único livro que publicou em vida — «Mensagem». É portanto uma casa que, se não tivesse mais títulos honrosos, tinha esse, que é importante, de haver acolhido Fernando Pessoa, um poeta fundamental da literatura portuguesa.

Bom, e agora voltemos atrás! Eu tive esta preocupação de falar em especial do Café Martinho da Arcada, visto que nos encontramos cá. Mas tenho de recuar um pouco para falar de outros botequins célebres que existiram em Lisboa. Um deles foi o botequim do Nicola e outro foi o que existiu ao lado do Nicola, o Botequim das Parras. O fundador do botequim do Nicola (que data, pelo menos, de 1787), foi um homem com esse mesmo nome — Nicola — ou um seu descendente, de origem italiana, primeiro fabricante de velas de sebo que existiu em Portugal. Calculem!... De produtor de velas de sebo, passou a botequineiro... Isto, segundo nos informa Sousa Bastos num seu livro muito curioso: «Lisboa Velha — 1850 a 1910».

Foi importante o papel dos italianos neste tipo de negócios. Eles promoveram, efectivamente, o aparecimento de muitos botequins e cafés em Lisboa. A colónia italiana nesta cidade, nos séculos XVIII e XIX, foi numerosa e poderosa, e tanto assim que até construiu e reconstruiu por conta própria a igreja do Loreto, que hoje lhe continua a pertencer. O botequim do Nicola ficava no local onde se encontra actualmente o Café Nicola, do Rossio, mas um pouco mais avançado. O prédio não era bem como é agora e ocupava também a parte onde foi durante muitos anos a sucursal de *O Século* e hoje é a sucursal do *Jornal de Notícias*. Na área em que está actualmente o café, era a parte propriamente dita do botequim e ao lado era o salão dos bilhares. O gerente, José Pedro da Silva, tornar-se-ia célebre em Lisboa, por ter sido grande amigo do Bocage a quem valeu na doença que o levou à morte. Bocage sofria de um aneurisma e foi José Pedro da Silva que na fase crítica da doença o auxiliou com dinheiro e fazendo imprimir os seus últimos versos que, inclusivamente, andou a vender de porta em porta para angariar fundos para o poeta, que, como outros literatos e boémios da época, fora frequentador assíduo do seu botequim. E há até aquela quadra que eu não acredito que tenha saído da boca de Bocage. Ele não era o poeta chocarreiro e anedótico, como se divulgou, mas um poeta de grande

talento, que nunca produziria semelhante disparate, proferido, segundo diz a tradição, quando interpelado por uma patrulha da polícia:

Quem és?
Donde vens?
Para onde vais?

Resposta:

Sou o poeta Bocage
Que venho além do Nicola
E vou para o outro mundo
Se me dispara a pistola.

Isto não tem nada de Bocage. Pode ser que seja, mas eu não o creio.

Bom, o Nicola de hoje não é de forma nenhuma o Nicola daquela época, que desapareceu e serviu depois para vários fins. Mais tarde voltou a ser café, e com o aspecto que tem hoje data de 1935. Foi remodelado pelo Arquitecto Raul Tojal, que lhe deu aquele aspecto que tem e, porque é o herdeiro de uma tradição, ostenta nas paredes quadros a óleo da autoria de Fernando Santos com cenas mais ou menos fantasiosas da vida de Bocage e, ao fundo, uma estátua de Elmano (que primitivamente esteve no exterior) da autoria do escultor Marcelino Norte de Almeida, datada de 1929.

O José Pedro da Silva em determinada altura resolveu estabelecer-se por conta própria e foi montar um outro botequim, ao lado, onde está hoje o Pic-Nic, que foi o célebre botequim das Parras, cuja sala principal tinha uma decoração com pâmpanos e cachos pendentes, de que lhe veio essa designação. Ali se reuniam os árcades (Bocage, incluído) todos eles membros da Academia de Belas Artes, ou Nova Arcádia ou Arcádia Olisiponense como também se chamou, e que passou a ser conhecido por Arcádia das Parras. Entre os seus frequentadores contavam-se o Padre José Agostinho de Macedo (conhecido por Padre Lagosta), caceiteiro temível e homem de talento desbaratado em empresas como aquela de querer suplantar Camões com o poema épico «Oriente» (que ficou muito aquém de «Os Lusíadas»), Morgado de Assentiz, que foi também poeta e mecenas, Nuno Pato Moniz, *Camões de Rossio* (Caetano da Silva Souto Maior), Padre Brás, o *Pinto Renascido* (Tomás Pinto Brandão), etc. Esses poetas reuniam-se principalmente numa sala do botequim das Parras conhecida por «Agulheiro dos Sábios», onde se juntavam para debater

temas literários e políticos. Em 1789 ocorrera a *Revolução Francesa* e as suas ideias começavam a ser divulgadas em Portugal pondo em causa a ordem estabelecida e contribuindo para perturbar o fraco espírito da nossa Rainha D. Maria I, que tomando conhecimento dos excessos cometidos em França não resistiu ao choque psíquico que isso lhe causou. E eram essas ideias, apesar do empenho que o Intendente-Geral da Polícia, Pina Manique, pôs em combatê-las, que entusiasmavam os literatos frequentadores d'«O Agulheiro dos Sábios».

José Pedro da Silva foi uma figura curiosa. Era um patriota. Sempre que se registavam acontecimentos de repercussão nacional tratava de iluminar a fachada do botequim e do terceiro andar, onde vivia, com luminárias. E punha tanto gosto nisso que passaram a chamar-lhe José Pedro das Luminárias. Homem de grande longevidade (morreu reformado, com 97 anos, em 1862) tinha já passado o seu botequim, que encerrou em 1850, mas que ficou na história da nossa boémia literária.

Falei há pouco dos italianos na fundação de botequins, cafés e confeitarias em Lisboa. Eles, de facto, desempenharam nestes campos de actividade papel semelhante ao que os galegos desempenharam em relação aos restaurantes, casas de pasto, tabernas e carvoarias, e estamos aqui alguns que ainda nos lembramos de, em Lisboa, a maior parte destes negócios estarem nas mãos deles. Pois, antes, o comércio lisboeta daqueles outros ramos tinha estado nas mãos dos italianos.

Um italiano que também deve ser lembrado, foi Hilário Arcanjo Ferrari, que em 1821 já tinha uma confeitaria na Patriarcal Queimada (hoje Príncipe Real), casa essa que foi incendiada pelos liberais em 1833, por ele ser miguelista convicto. Foi esse indivíduo que mais tarde deu origem à casa de que também é proprietária a nossa Consócia Senhora D. Albertina de Sá Mourão — a Pastelaria Ferrari, da Rua Nova do Almada, n.º 93.

Outro italiano criador de cafés em Lisboa, foi António Marrare. Era napolitano, veio para a nossa cidade nos finais do século XVIII e embarcou pouco depois para o Brasil, onde foi copeiro do quartel-general português em Porto Alegre, em 1797. Voltou a Lisboa em 1800 e fundou então uma casa de bebidas no prédio que faz esquina com as ruas Anchieta e Capelo, em frente do Governo Civil, a qual se tornou conhecida por Marrare do S. Carlos e foi muito frequentada pelos *habitués* do Teatro do mesmo nome. Ali se prepararam grandes pateadas nos bons tempos em que aquele teatro não era pacato como hoje é. Nesses tempos, com efeito, os prosélitos das divas-cantoras, das primadonas, formavam grupos aguerridos e aquilo, às vezes, aquecia ao rubro.

Esse António Marrare fundou depois, em 1820, o Café Marrare, do Chiado, na então chamada Rua das Portas de Santa Catarina (n.º 25), hoje Rua Garrett, que ganhou fama e foi conhecido por Marrare do Polimento, por o revestimento interior ser de madeira polida. Foi um café romântico, um reduto dos janotas da época e teve também uma frequência de literatos e políticos. Congeminaram-se ali teatras parlamentares e também pateadas no S. Carlos, além de aventuras galantes. À sua porta houve um pasmatório onde os galãs da época admiravam as elegantes que desfilavam pelo local. Mas o que, sobretudo, contribuiu para o bom nome da casa, foi o bife à marrare, alto, do pojadouro, frito em frigideira de ferro, com molho de natas. Foram frequentadores assíduos do Marrare do Polimento, Garrett (o Petrónio dessa época) com as suas vistosas casacas, Castilho e até Alexandre Herculano, quando ia tratar dos seus negócios de azeite com o Jerónimo Martins, não se dispensava de lá ir beber o seu café.

O Marrare do Polimento, só por si, daria azo a uma palestra. Limitar-me-ei agora a acrescentar que foi também local preferido dos aristocratas boémios de Lisboa, entre eles o Marquês de Nisa e os seus companheiros da célebre *Sociedade do Delírio* que então trouxe Lisboa em alvoroço com as suas extravagâncias. Foi também frequentador desse café, entre outros, o Lima da Quinta da Cardiga, figura curiosíssima e das mais bizarras da época — um estroina que desbaratou fortunas, não só em Lisboa, mas também em Paris e Londres. Era aquilo a que hoje chamaríamos um *playboy*. Em Paris foi amante da famosa Dama das Camélias, Margarida Gautier, em cuja casa, no Boulevard da Madalena, que frequentou assiduamente, ofereceu ceatas que deram brado. O mesmo aconteceu no Café Hardy, onde proporcionou um banquete à bailarina Celeste Mogador em que, já de madrugada, bem bebido, resolveu acabar a festa levantando a mesa em peso e partindo a loiça toda, que era de Limoges... Em Londres, deu um banquete para o qual convidou as *cocottes* mais conhecidas da cidade, que às tantas fez despir completamente, mandando-as expôr-se às janelas, o que provocou um escândalo na capital inglesa e a consequente intervenção da polícia.

Pelo Marrare do Polimento passou uma cidadã inglesa, que teve entre nós certa aura. Foi *miss* Júlia Wilson, que fugiu de Londres para Lisboa em 1852 para aqui se juntar com o Ministro da Áustria, e que era outra extravagante; ia para o Marrare do Polimento jogar bilhar, vestida à homem, de calções à cavaleiro, sobrecasaca, bengala e chapéu à patuleia. Naqueles tempos, Lisboa era, na verdade, mais pitoresca do que hoje!...

Outro frequentador assíduo do Marrare do Polimento, foi o célebre Jacinto Santana e Vasconcelos, outro sujeito muito curioso, dotado de força hercúlea, que deu para aí tarefas de meia-noite. Era um valentão que ficou célebre. Em determinada altura, foi ao Brasil e também lá fez das suas. No Rio de Janeiro enfrentou um famigerado carioca, tipo correspondente aos nossos fadistões da época, um *capoeira*, o *Manduca da Praia*, indivíduo temível a quem o Santana e Vasconcelos aplicou uma valente tarefa. O *Manduca da Praia*, não satisfeito, resolveu vir propositadamente a Lisboa em 1854 para tirar a desforra e a pugna, anunciada com certa antecedência, ocorreu no Marrare do Polimento, onde se juntou enorme assistência para ver como o caso acabaria. O Santana e Vasconcelos repete então a proeza do Rio de Janeiro dando nova tarefa ao *Manduca*, que seguidamente foi meter no barco, mandando-o de regresso ao Brasil. Estes casos, relatados por Pinto de Carvalho (Tinop) na sua *Lisboa de Outrora* dão ideia do que era a sociedade boémia daquela época.

António Marrare, faleceu em 1839, substituindo-o à frente dos seus negócios o sobrinho, José Marrare. O Marrare do Polimento, esse fechou as portas em 1866. Foi pena! Devia existir ainda hoje! Voltando ao António Marrare, que foi homem activo e que percebia do seu negócio, teve ele ainda um café que ficou na crónica lisboeta: foi o Marrare das Sete Portas, com frentes para a Rua do Arco do Bandeira (hoje Rua dos Sapateiros) e para a Rua de Santa Justa, local de encontro de toureiros e de aficionados dos touros. Além desses cafés, o António Marrare teve uma outra casa no Cais do Sodré, onde foi depois a Taberna Inólesa e penso que é hoje o British Bar, na Rua Bernardino da Costa, n.º 52. Primava esse empresário por uma qualidade, hoje infelizmente pouco comum: exigia nível elevado em tudo o que servia aos clientes, quer se tratasse de comidas ou de bebidas. E, mais, dava-se ao luxo de utilizar nos seus estabelecimentos serviços de prata!...

De italianos foram também os cafés do Baptista, do Toscano, do Luisinho e do Pedro, que existiam na área do Largo de S. Carlos e do Largo do Chiado.

A contrastar com os cafés-restaurantes luxuosos, como foram os do Marrare, havia cafés populares, de que nos ficou notícia, entre eles o Café da Bola, na Rua de S. Vicente à Guia, frequentado pela Severa, pelo Conde do Vimioso e por outros amantes do fado, onde se consumia um café horroroso chamado *carocha*, bebida negra e pegajosa, fortíssima. Hoje, o café também nem sempre é de boa qualidade, mas aquele era francamente mau e contribuiu para apressar a morte da pobre Severa,

que a certa altura, desiludida com a vida, se pôs a beber desse café sem conta nem medida, para morrer...

Foi também por essa época que em Lisboa proliferaram os chamados «cafés de lepes» (lepes era uma moeda de dez réis, preço, então, de um café). Houve vários desses cafés em Lisboa, e houve também cafés de camareiras em que o serviço era feito por mulheres e que, por isso, atraíam muita clientela masculina. Nestes cafés, o fado era cantado acompanhado, não à guitarra e à viola como hoje, mas ao piano. E o último deles parece ter sido a Boémia, ao fundo da Rua da Madalena e à entrada do Poço do Borratém, que nos anos cinquenta era já um cabaré de baixo nível.

Na Mouraria, houve também um café de fadistas, na antiga Carreirinha do Socorro, hoje Rua Fernandes da Fonseca, em frente da caixa do desaparecido Teatro Apolo, que era o Café do Garcia. Esse café foi conhecido na vida nocturna de Lisboa por lá ter actuado o Sérgio, primeiro violoncelista do S. Carlos, que deu concertos em que era entusiasmamente aplaudido pela gente da Mouraria, a qual, embora com pouca ou sem nenhuma cultura, adorava ouvir o Sérgio tocar. Essa casa transformou-se mais tarde no Café Marcial, onde depois parou um dos maiores guitarristas do fado, que foi Armandinho.

Coexistiram as designações de botequim e café; o botequim caiu depois em desuso, e ficou só o café. Na Ribeira Nova (a zona do Cais do Sodré), por 1845 havia vários botequins e neles cantava-se e batia-se o fado. O fado, que hoje é só cantado e tocado, então era também dançado e batido, este último reflectindo influências negróides, do tempo em que a Corte portuguesa esteve no Brasil e os negros oriundos do Congo e de Angola contribuíram para essa manifestação coreográfica. E tocava-se nesses botequins da Ribeira Nova um outro instrumento, que também teve apreciadores naquela época — o saltério —, parecido com a lira, de forma geralmente triangular e tangido com os dedos ou com um plectro.

Outro café popular, foi o Café da Rua do Saco (aquela que vai ter ao Campo de Santana, porque houve em Lisboa outras ruas com o mesmo nome). Na altura não existia a Praça de Touros do Campo Pequeno; havia a do Campo de Santana, construída em madeira, e esse café, fundado por um antigo moço de forcados chamado Joaquim da Silva, era o local de encontro dos toureiros, o Conde de Vimioso incluído.

Muito frequentado por certo tipo de pessoas (os revolucionários da época) foi o Café do Grego, que também pertenceu a um italiano, Canagliotti. Essa casa ficava no Cais do Sodré. No dizer de Júlio Dantas

(in *Lisboa dos Nossos Avós*) «era positivamente um clube revolucionário» tal como também o foi o Botequim dos Casacas, da Rua dos Capelistas, citado pelo mesmo autor. Além de ser frequentado pelos revolucionários, o Café do Grego era também procurado pelos passageiros e tripulantes dos barcos que atracavam ali perto.

No Largo do Pelourinho, hoje Largo do Município, houve também um café, o do Marcos Filipe, outro centro revolucionário da primeira metade do século XIX. Tramaram-se ali diversas conjuras, conspirou-se, por lá passaram figuras de destaque sobretudo de liberalismo exaltado, e frequentaram-no também estrangeiros que vinham a Lisboa tratar dos seus negócios. O Marcos Filipe fez, na verdade, o milagre de manter uma convivência pacífica entre revolucionários e negociantes, duas actividades difíceis de compatibilizar, convenhamos!

Ainda no Cais do Sodré, existiu em tempos mais recentes o Café Royal, que teve também a sua aura. Conheci-o bem e parei lá algumas vezes. Foi muito conhecido sobretudo no período da primeira Guerra Mundial. Era então frequentado por passageiros e tripulantes de barcos que vinham ao Tejo e por espiões, tanto do lado aliado como do lado alemão. Fervilhava então de gente, o mais heterogénea possível. Um dos seus clientes mais assíduos durante algum tempo e que escreveu sobre ele, foi Reinaldo Ferreira, o talentoso e infeliz *Repóter X*. Outro frequentador desse café, foi o companheiro daquele, Mário Domingues, um homem de cor, natural de S. Tomé, também jornalista e novelista policial de mérito, que depois se dedicou à divulgação de temas históricos. O Café Royal teve o destino de outros cafés de Lisboa: é agência de um banco.

Fundado por Martinho Bartolomeu Rodrigues, como atrás ficou dito, o Café Martinho do Largo de D. João da Câmara está vivo ainda na nossa memória. Estamos aqui alguns que nos lembramos bem dessa esplêndida casa, frequentada por políticos, escritores e artistas. Júlio Dantas chamou-lhe «O Coração Político da Cidade». Já nos nossos dias, antes de ceder o espaço a outro banco, ainda ali se reunia gente da política, das letras e das artes, como no seu período mais brilhante dos fins do século passado, e continuava também a ser preferido pela gente do teatro, dada a sua vizinhança com o Teatro Nacional de D. Maria II. Eurico Braga, Raul de Carvalho, Robles Monteiro, Amélia Rey Colaço e outros, foram seus assíduos frequentadores.

Outros cafés marcaram também época na vida lisboeta como o Café do Freitas, antecessor do Café Gelo, este hoje transformado em *snack bar* e que noutros tempos teve uma frequência turbulenta, de que fez parte

o já referido Santana e Vasconcelos. Foi depois coito de conspiradores e de outros descontentes com as situações vigentes.

O Café Central, existiu onde hoje está a Livraria Sá da Costa e, segundo Sousa Bastos, foi local de reunião dos marialvas do seu tempo. O Suisso, era um café-restaurant que ficava nos baixos do Hotel de Inglaterra, no Largo de D. João da Câmara. Dele diz Sousa Bastos que foi ponto de encontro de repórteres de jornais, literatos e actores, e que «sempre ali predominou a má-língua». Por volta de 1945, comia-se lá um excelente bife a transbordar do prato, com fiambre, batatas fritas e ovo a cavalo, por 10\$00... Fora fundado por dois suíços, um deles chamado João Meng.

O Café Montanha, existiu na Rua do Arco do Bandeira (hoje Rua dos Sapateiros), esquina da Rua Assunção, e foi fundado por Manuel Nunes Ribeiro Montanha.

O conhecidíssimo Tavares Rico, da Rua da Misericórdia, também começou por ser café-restaurant. Hoje é apenas um restaurante de luxo, mas já como café teve a característica que ainda hoje tem de ser frequentado por gente abastada. Nunca foi uma casa popular.

Casa ligada a um acontecimento importante da vida de Lisboa e do País, foi o Café Bom, da Rua dos Condes de Monsanto. É ainda do nosso tempo, esse café. Tinha mesas de mármore com os pés em ferro (ou latão) e foi muito frequentado por militantes políticos. Aí se reuniram revolucionários que trabalharam para a implantação da República, e diz-se mesmo que de lá partiram parte dos que em 4 de Outubro de 1910 se foram barricar na Rotunda.

Com o *Belle Époque* surgiram em Lisboa os cafés-concerto, dos quais um foi o Café Luso, da Avenida da Liberdade, onde actuou um dos melhores conjuntos musicais que existiram em Portugal — a célebre Troupe Gounod, dirigida por Carlos Braga, que foi grande bandolinista. O conjunto incluía bandolins, guitarras e violas, e foi famoso, não apenas em Portugal. Actuou na Rússia, terra das balalaicas, onde fez sucesso durante quinze anos no Café Constant, de S. Petersburgo, e deu concertos para a família imperial. Esteve depois em Paris e em Berlim, e voltou para Portugal, onde actuou em vários cafés-concerto, inclusive no Magestic, do Porto.

O Café do Coliseu, com enormes espelhos nas paredes, foi também café-concerto; depois, infelizmente, acabou em café de prostitutas. O Café Britânico, mais modesto, ficava na Rua da Palma, ao lado do chafariz, na esquina onde hoje está uma cervejaria, e tinha um conjunto de cegos. E quem não se lembra das matinés dançantes do Café Chave de Ouro,

onde entre outras actuou a Orquestra Ligeira de Tavares Belo? Na Rua 1.º de Dezembro, o Café Nacional também foi café-concerto, como o foram outros que agora não me ocorrem.

Depois, os cafés-concerto foram-se extinguindo e só subsistiram alguns, com fados. O Café Luso (que mudou da Avenida da Liberdade para a Travessa da Queimada, onde está ainda hoje), o Café Ginásio (que era nos baixos do Teatro Ginásio), o Café Mondego (da Rua da Barroca), o Café Vera Cruz (da Rua Pascoal de Melo), o Café Latino (da Rua Ferreira Borges), todos eles deram fados e todos acabaram.

E chegamos à Brasileira do Rossio, que sofreu a sorte de tantos: é agência bancária. Esse café foi local de reunião de adversários do Estado Novo e também de artistas e cavaqueadores. O João Villaret juntava-se lá com um grupo de amigos e admiradores e, no auge da sua carreira, declamava para eles o seu reportório, dando ali espectáculos gratuitos e muito apreciados pelo seu auditório.

Havia ainda o Café Lisboa, que ficava na Avenida da Liberdade, esquina da Travessa do Salitre. Foi um centro de convívio dos artistas de teatro do Parque Mayer e, na cave, tinha uma secção de batota, onde se jogava forte.

Do Café Restauração, que ficava na Rua 1.º de Dezembro, junto do Leão d'Ouro, resta a bela sala revestida de azulejos, que agora pertence àquele restaurante.

O Café Palladium, na esquina dos Restauradores com a Calçada da Glória, hoje um centro comercial, foi frequentado por várias tertúlias; de uma delas faziam parte os poetas Silva Tavares e Augusto Santa Rita, os actores Costinha e António Sacramento e, entre outros, um homem chamado César Viana, amador de mérito, que cantava na Polyphonia, era declamador e artista de teatro e de cinema.

O café A Brasileira, do Chiado, que ainda existe, está transformado praticamente em restaurante. Tem meia dúzia de mesas apenas para o serviço de café. Foi também, como se sabe, abrigo de tertúlias literárias e artísticas como foi a de Gualdino Gomes, e um dos seus mais característicos frequentadores foi certamente Stuart Carvalhais, que se entretinha ali (enquanto esperava que aparecesse alguém para lhe pagar o café) a desenhar com um fósforo molhado no resto da bebida e na cinza do cigarro uns bonecos com a marca do seu talento. Mas além dele, muitas outras figuras conhecidas do meio intelectual lisboeta por ali passaram.

Mais abaixo, onde é hoje a Companhia de Seguros Império, foi o Café Chiado, instalado no mesmo local onde fora o Marrare do Poli-

mento. Tinha uma grande sala, com mobília de verga, e foi muito frequentado por estudantes que iam para lá preparar as suas lições.

Havia um café na Rua da Prata, conhecido por *Patinhas*, que na realidade se chamava Café Lusitano, frequentado por indivíduos que negociavam em ouro e jóias. Quem queria comprar mais barato do que nas ourivesarias, ia ali e fazia o seu negócio, mais ou menos ilícito. É hoje a «Lua de Mel», nome simpático de um *snack bar* como tantos que proliferaram na nossa cidade.

Resta ainda a Casa Chinesa, na Rua do Ouro, que sempre teve fama pelo seu bom café, mas que hoje não tem mesas e só serve a bebida ao balcão. Foi no passado um centro de cavaco, de que persistem vagas reminiscências traduzidas em um ou outro pequeno grupo que se junta à sua porta a conversar.

Existiu na Praça dos Restauradores um café-restaurante muito frequentado pelos adeptos do Sporting Clube de Portugal, o Café Sport, onde pontificou um simpático empregado chamado Sebastião. Aos sábados e às segundas-feiras havia ali enormes discussões acerca dos jogos de domingo, mas à parte um ou outro incidente mais gravoso, tudo acabava em bem. Hoje, é um centro comercial.

A pouco e pouco, a partir dos anos cinquenta, os cafés de Lisboa foram desaparecendo. Sofreram as consequências de novos hábitos, de novos costumes, de nova mentalidade. Mas o mais curioso é que, ao contrário do que sucede em Lisboa, no Porto os cafés florescem e proliferam. Cada vez que vou ao Porto, vejo novos cafés. Em Lisboa desaparecem e no Porto aparecem, não sei bem porquê. Naquela cidade, que teve também famosos cafés, como foram o Guichard, na Praça da Liberdade, e o Águia de Ouro, na Batalha, o negócio continua a ser rendoso. Os cafés enchem-se e vivem fundamentalmente da bebida que lhes dá o nome. É um fenómeno que seria interessante aprofundar. Por que é que o negócio no Porto dá, e em Lisboa não dá? Será que a gente do Porto é diferente da de Lisboa? Ou serão os donos dos cafés do Porto menos gananciosos do que os de cá? É um caso para esclarecer!

O que lhes disse, parece-me suficiente para se concluir que o botequim e o café desempenharam papel importantíssimo na vida social, política e intelectual de Lisboa. Lá se convivia, se expunham ideias, se discutia por vezes acaloradamente, se defendiam ideais, se fazia literatura em prosa e verso, se tramavam conluios, se combinavam aventuras galantes ou não, se firmavam amizades e... se relaxava, e tudo por dez réis nos tempos antigos e por oito tostões em tempos recentes. Quero fazer-vos uma confissão: tenho saudades daqueles anos, não muito dis-

tantes, em que se andava por Lisboa, à noite, sem receio de sermos assaltados, agredidos, espoliados; em que os cafés estavam abertos até à meia-noite, ou até mais tarde; em que sabíamos onde encontrar amigos para cavaquear; em que depois de uma folia, se podia ir cear, pacatamente, por exemplo ao La Gare (hoje Beira Gare), em frente da Estação do Rossio, que estava aberto até às 4 horas da manhã e, se fosse preciso, até ao nascer do Sol; ou, ainda, em que se podia ir beber um *caldinho* (mistura de café com aguardente, canela e limão) ao quiosque que havia nos Restauradores, quase em frente do elevador da Glória; ou em que se ia ao mercado da Ribeira Nova beber cacau quente, altas horas. Em que, enfim, Lisboa, à noite, era dos boémios e de outros noctívagos pacíficos, porque, hoje, é quase exclusivamente dos marginais...

Muito obrigado.

(text mirrored from reverse side of page)



(text mirrored from reverse side of page)

OS NOVOS ESTATUTOS

Datam de 1936 os primeiros Estatutos do nosso Grupo, que mereceram a aprovação do Governo Civil de Lisboa em 22 de Julho daquele ano e foram elaborados por uma Comissão Organizadora composta por 14 individualidades de entre as quais cumpre destacar Luís Pastor de Macedo, sem dúvida o seu membro mais activo e realizador.

Completados 50 anos sobre aquela data, impunha-se rever as normas desse instrumento fundamental da nossa instituição. Com efeito, meio século decorrido, muita coisa mudou, havendo, por isso, necessidade de adaptar às novas circunstâncias o articulado dos Estatutos de 1936 eliminando disposições obsoletas e adequando as restantes às condições actuais, de forma a poder dispor-se de um preceituário eficaz, ressaltando o espírito que enformou a criação do Grupo e, conseqüentemente, os fins que ele prossegue.

Foi na Assembleia Geral Extraordinária de 14 de Novembro de 1987, presidida pelo Dr. José Pereira da Costa, que os Associados presentes, após a justificação das alterações apresentada pelo Presidente da Junta Directiva, Prof. Doutor Cândido de Oliveira, aprovaram por unanimidade os novos Estatutos, cuja redacção esteve a cargo de uma Comissão que englobou, não só os membros da Junta Directiva, como ainda vários Sócios para o efeito convidados.

Em 7 de Junho de 1988, no 23.º Cartório Notarial de Lisboa, foi lavrada a escritura pública que regulariza oficialmente a nova situação estatutária do Grupo «Amigos de Lisboa».

OS NOVOS ESTATUTOS



ARQUIVOS DE PORTUGAL E A INVESTIGAÇÃO HISTÓRICA *

por JOSÉ PEREIRA DA COSTA

Falar dos arquivos e da investigação histórica em Portugal leva a fazer-se uma análise limitada do que é a História, o historiador e o arquivo.

De há um século a esta parte muito se tem discorrido sobre «História» e a bibliografia é por consequência abundante. São os historiadores os obreiros da «História» e no fluir desta recriação do «Homem», sempre polémica, busca-se uma «verdade» que, como tal, é mítica e inatingível. Marc Bloch (*Introdução à História*, pp. 25, 28 e 29) considera errado dizer-se que «a História é a ciência do passado», adiantando que é absurda «a própria ideia de que o passado, como tal, possa ser objecto de ciência». Refere também que «os nossos grandes precursores, um Michelet, um Fustel de Coulanges tinham ensinado a reconhecer que o objecto da História é por natureza o homem. Melhor: os homens». Declarando ainda que «são exactamente os homens que a história pretende apreender». Para Bloch a «História, ciência dos homens, é muito vago», e que se tem de acrescentar «dos homens no tempo». Para Magalhães Godinho «a História tornou-se uma maneira de pensar todos os problemas humanos».

* Da conferência proferida por iniciativa do Grupo «Amigos de Lisboa», na Sociedade de Geografia, a 9 de Dezembro de 1988.

Guy Palmade (*História e Historicidade*, II, *História da História*, p. 50) faz uma breve análise sobre «A História, Ciência humana», que está sempre por refazer. E. H. Carr (*O que é a História?*, p. 37) proclama que «antes de estudarem a História, estudem o historiador», aconselhando que «antes de estudarem o historiador, estudem o seu meio ambiente histórico e social». O historiador é um indivíduo e como tal é um produto da História e da sociedade.

Estas análises são complexas exigindo uma reflexão profunda do que é a «História», do que é a «verdade» histórica e um conhecimento das correntes de pensamento que enformam os tempos históricos da Humanidade.

Ao procurar-se definir ou caracterizar a «História» encadeiam-se argumentos lógicos e outros ilógicos que levam talvez a uma «anti-história» ou «não história», contrapondo-se conceitos de «História» como «ciência das ciências humanas» ou cúpula de toda a vida dos homens no seu registo como no seu estudo.

Será a «História» a consciência do Homem? As ciências ditas exactas e da Natureza tinham campos concretamente definidos o que está posto em causa, mas às «ciências humanas», subjectivas como são, é difícil estabelecer-lhes áreas concretamente limitadas tão inconsistentes estas são. Paul Veyne que tanto estudou estes problemas (*Comment on écrit l'histoire*) e na sua introdução em *História e Historicidade*, procurou discernir entre «História e Ciência».

A verdadeira diferença entre «História e Ciência», segundo Veyne, não é entre factos, mas entre disciplinas. «O conhecimento histórico», diz Veyne, «é um corpo de factos e a ciência um corpo de leis». Sem o conhecimento histórico o Homem não se identificaria a si próprio nem ao meio social em que se insere ou à sua condição humana. É ao historiador que, criando e recriando a «História», dá ao Homem essa consciência. Para tanto o historiador debruça-se sobre factos que estão ao seu dispôr em documentos e aqui mais problemas se levantam. O que é o documento? Para Marc Bloch «o vocabulário do documento não passa, à sua maneira, de um testemunho. Preciosíssimo, evidentemente, mas imperfeito como todos os testemunhos, portanto sujeito à crítica (*Ob. cit.*, p. 145). E que documentos o historiador conheceu, seleccionou, estudou e como os estudou? Qual a formação do historiador? O seu temperamento? As ideologias que defende e serve? Qual a sua visão do mundo e do homem? A sua raça, cultura, religião?... O historiador também descobre factos pouco significativos e pode transformá-los

em factos históricos, mas quantos outros e talvez mais relevantes não ficam no esquecimento?

Antes não era evidente uma filosofia subjacente à criação histórica. Ficava-se por «conceitos de História», mas a «História» é também pensamento, imaginação, reconstrução e reconstituição...

O historiador não pode deixar de entender a mentalidade sobre quem escreve ou as correntes filosóficas que ao longo dos tempos foram dominantes ou determinantes no comportamento dos homens e das sociedades.

Marc Bloch (*Ob. cit.*, pp. 140-141) lembra-nos que a «História» «não dispõe, como as matemáticas ou a química, de um sistema de símbolos separado de qualquer língua nacional. O historiador fala unicamente com palavras do seu país. Se se encontra perante realidades que se exprimiram numa língua estrangeira, tem forçosamente de traduzir». Todos conhecemos os problemas das traduções, principalmente quando se trata, diz Bloch, de «instituições, crenças, costumes que participam mais fundamentalmente da vida própria de uma sociedade, a transposição para outra língua, feita à imagem de uma sociedade diferente, torna-se carregada de perigos».

François Furet (*Oficina da História*, p. 81) diz-nos que a História é filha da narrativa e que não se define por um objecto de estudo, mas por um tipo de discurso, afirmando que «hoje tudo se tornou histórico» ou, como outros dizem, «a História por toda a parte, acima de tudo e para todos» (*A Nova História*, p. 10).

Os historiadores sempre foram tentando «novas histórias» ou refazer a «História», como perto de nós a história positivista, a geohistória, a história económica, política, socializante de concepção marxista assente no materialismo histórico, como ainda a estruturalista, uma história que privilegia as estruturas materiais em detrimento das ideologias (Levi Strauss, George Duby, in *A Nova História*) e a das conjunturas, fruto de análises conjunturais. Em nossos dias uma «história do presente para a distinguir da «história contemporânea», uma história dos corpos (Michel Foucauld), a história dos poderes (*A Nova História*, pp. 59-60), uma história das condições de produção e transformação das ideologias e uma história também quantitativa, considerada a única do futuro e tida como «total», mas não dialéctica e que procura uma visão unificada do Homem, englobando toda a sua actividade (Jean Marzewski, *Introduction a l'histoire quantitative*).

No âmbito das fontes para a «História», Michel Duchein citando Lionel Bell e referindo o uso do computador na investigação histórica,

fala da obra de Fogel e Engermen (que não conheço) sobre a escravatura dos negros no sul dos Estados Unidos. Recolheram-se dados de uma variedade enorme de documentos como censos da agricultura, da população, dos escravos, testamentos, escrituras notariais, manifestos de embarque, correspondência, documentos de tribunais, etc. Os dados colhidos tratados pelo computador, cito Duchein, «abriram novos campos ao conhecimento histórico» (*Características, Estructuras y Funciones de los Archivos Historicos*, pp. 17 e 36). Mas será que a abundância de informação colhida determinou uma verdade mais verdadeira dos factos estudados? Quantas vezes não são enganadores os números, as estatísticas, os mapas que encobrem ou relegam para o esquecimento o verdadeiro fautor da «História» — o Homem?

Para Duchein, com a concepção moderna de «história total» é necessário evoluir até uma concepção de «arquivo total».

O tratamento informático dos núcleos documentais dos arquivos é um meio extraordinário para a selecção e estudo das fontes e consequente feitura da «História», mas é também gerador de novos problemas. A «História» não resulta apenas da recolha e tratamento da informação que fica ao serviço do historiador, o que não invalida os méritos da automatização. Não esqueçamos, no entanto, que a «História», na sua essência, é fruto da capacidade intelectual, do espírito crítico e da sensibilidade do historiador. «A Informática, diz Michel de Certeau (*Nova História*, p. 22) transforma a análise dos dados, mas não a investigação». Neste debate (*A Nova História – A História – uma paixão nova*, p. 27) é interessante transcrever uma das intervenções de Emmanuel Le Roy Ladurie ao evidenciar o paradoxo quando se utilizam os meios tecnocráticos mais modernos, em particular o computador, para estudar as sociedades camponesas mais arcaicas. Há, no entanto, uma reacção anti-tecnocrática positiva, diz Le Roy Ladurie, que consiste em dizer aos jovens historiadores: «continuem, pois, a utilizar os métodos antigos baseados num conhecimento íntimo dos textos, das reacções das pessoas e isso através de inquéritos, etc. Não se deixem fascinar totalmente pelo computador, que só pode segregar o que previamente ingeriu. Há um provérbio inglês que diz: «garbage in, garbage out» (mete-se lixo (no computador) e sai lixo).

Nestes entendimentos da «História» os arquivos têm de responder às mais diversas interrogações de quantos se dedicam à «História».

Em 1984, no «Colóquio sobre Fontes de História Contemporânea» fizemos uma análise crítica da situação dos arquivos em Portugal e, de

um modo particular da Torre do Tombo (*Arquivos de Portugal*, in *Arquivos e Historiografia*).

Em Portugal, além do Arquivo Nacional da Torre do Tombo com os seus anexos «Arquivos dos Feitos Findos» e «Arquivo dos Registos Paroquiais – Registo Civil», temos onze arquivos distritais e os arquivos das universidades de Coimbra e do Minho (Braga) que também são distritais e quatro bibliotecas públicas e arquivos distritais. Em alguns ministérios foram aparecendo arquivos históricos, como o das Finanças desde 1982 integrado na Secretaria de Estado da Cultura (Decreto-Lei 318/82, de 11 de Agosto), das Obras Públicas, Justiça, Administração Interna, Educação, Negócios Estrangeiros, os arquivos da Assembleia da República, do Tribunal de Contas, da Casa da Moeda, da Alfândega de Lisboa, e no âmbito das Forças Armadas, o Arquivo Histórico Militar e o Arquivo Geral da Marinha.

O Arquivo Histórico Ultramarino foi criado pelo Decreto 19 868, de 9 de Junho de 1931, com a designação de Arquivo Histórico Colonial, na dependência do antigo Ministério das Colónias, integrando-se na estrutura da Agência Geral do Ultramar.

Nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores temos o Arquivo Regional da Madeira e, nos Açores, as Bibliotecas Públicas e Arquivos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e da Horta, que dependem dos governos regionais.

Outros arquivos há de câmaras municipais, autarquias e instituições como as Misericórdias, muitos deles guardando documentação secular e de relevante interesse histórico. De um modo geral estes arquivos, salvo uma ou outra honrosa excepção, encontram-se em condições degradantes e carecem de estruturas que permitam um aceitável acesso à informação dos seus espólios documentais.

Em 1988 a Secretaria de Estado da Cultura enveredou por uma política arquivística sem ter em devida conta, não apenas a situação dos arquivos existentes, mas a realidade territorial do país, 89 000 km², a população, pouco mais de dez milhões e meio de habitantes, uma anacrónica divisão administrativa em distritos, quando tudo se encaminha para a regionalização. Não se fez também qualquer estudo de carácter económico, que nenhum projecto pode descurar, de forma a garantir-se a sua exequibilidade. Pelo Decreto-Lei 158/88, de 29 de Abril, foi criado, com sede em Lisboa, o Instituto Português de Arquivos (I. P. A.) com inúmeros serviços e atribuições. A realidade, no entanto, era outra, e os problemas mais graves dos arquivos, os de sempre, infelizmente continuam: pobreza e inadequação de instalações; carência de pessoal

devidamente preparado; falta de equipamento e, não menos importante do que os referidos, um orçamento que garanta condições minimamente aceitáveis do seu funcionamento.

Na referida comunicação que em 1984 fizemos no «Colóquio sobre as Fontes de História Contemporânea Portuguesa, publicámos um mapa dos quadros do pessoal, funcionários em exercício e vagas existentes, que pelo realismo dos números testemunhava que os problemas dos arquivos não se resolviam, mas agravar-se-iam, com a criação de mais uma repartição pública, na capital, e que ia absorver uma grossa fatia do magríssimo orçamento desta área.

Em resumo: de 1306 lugares dos quadros, estavam preenchidos apenas 517 e vagos 789, ou seja, respectivamente, 39,6 % de funcionários em exercício e 60,4 % de vagas! E não foi possível sabermos o índice etário dos funcionários que na Torre do Tombo, a nível superior, era de 52 anos.

Os problemas, salvo um ou outro caso pontual, continuam, sobretudo o da falta de técnicos qualificados. Pouco ou nada se trabalha sobre os espólios documentais que se acumulam nos nossos arquivos e nas enormes massas documentais que se encontram nas repartições públicas, em ministérios, tribunais, cartórios notariais, conservatórias do registo civil, etc. que, após triagens conscienciosas e feitas por técnicos, deveriam ser incorporadas nos arquivos. Também não é solução esconder em caixas ou pastas documentação caótica e em degradante estado de conservação. É uma cosmética que apenas engana os olhos, como proceder a incorporações ou transferências de documentação sem que esta seja devidamente tratada, quer no que toca à sua inventariação, quer à sua desinfestação. São problemas que aqui apenas se afloram porque muito há a dizer sobre eles.

Em 1916 foram criados os primeiros arquivos distritais em Leiria, Bragança, Évora e Beja (Decretos 2550 J, de 3 de Agosto, 2558 e 2559, de 29 de Novembro e 3256, de 11 de Agosto de 1971). Até 1932 Júlio Dantas a quem se deve a criação destes arquivos, no seu «relatório» dá como já criados nove arquivos, ou seja, além dos quatro referidos, os do Porto, Coimbra, Braga, Viseu, Ponta Delgada e Funchal. Alguns só tardiamente começaram a funcionar como o de Bragança em 1983 e fora criado em 1916!...

O Instituto Português do Património Cultural, de quem então dependiam as bibliotecas e arquivos do Estado, publicou um «*Roteiro das Bibliotecas e Arquivos*», muito sucinto e que praticamente se resume aos endereços, horários e indicação de alguns núcleos documentais que

naqueles estão incorporados. É menos do que Virgínia Rau apresentou, em Washington, ao «I Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros», em 1950, apenas sobre os arquivos de Lisboa.

Quanto a cursos de formação profissional, só a nível superior havia o que fora reestruturado e funcionava na Universidade de Coimbra desde 1935 (Decreto 26 026, de 7 de Novembro) e que àquela data se regulava por um decreto, o 6385, de 12 de Fevereiro de 1920. Este curso, desajustado às exigências modernas foi extinto em 1982 pelo Decreto 87/82, de 13 de Julho, que criava um novo curso em «Ciências documentais». Em 1983 inicia-se este novo curso nas Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra e de Lisboa e, posteriormente, na do Porto. Temos agora três cursos a funcionar, mas só a nível superior. A nível médio a Associação de Bibliotecários, Arquivistas e Documentaristas (BAD) tem organizado cursos de técnicos-auxiliares, de três meses, e cujos diplomas são reconhecidos oficialmente.

Outras áreas da maior importância são o restauro e conservação dos documentos gráficos e a reprografia. A quase totalidade dos arquivos não dispõe de oficinas nem de laboratórios nem de técnicos. Na Torre do Tombo apenas havia um técnico-auxiliar de restauro, que nunca frequentara qualquer curso, um encadernador e pouco equipamento. Só em 1977 é que se conseguiu verba e autorização para se contratar um operador de microfilmagem! Assim, dispondo-se desde 1966 de uma máquina de microfilmagem, câmara escura e outro equipamento, onze anos depois é que se pôde iniciar a microfilmagem, por serviço do próprio arquivo, dos documentos mais valiosos e de códices. Quanto à informatização deram-se os primeiros passos em 1987, mas já em 1966 apresentáramos na então Junta Nacional da Educação um projecto, dentro da tecnologia da época, que não obteve qualquer apoio superior. O Instituto Português de Arquivos tem em estudo um sistema, o ARQBASE, com a finalidade da sua inserção a nível nacional.

Sendo esta a situação generalizada dos arquivos públicos em Portugal, parece-nos que a solução ou soluções para as carências com que se debatem e que apontámos têm de procurar-se com pragmatismo e sem se esquecer a realidade nacional, território, população e economia. Temos defendido que além do Arquivo Nacional (Torre do Tombo) devam ser criados três arquivos regionais de acordo com as regiões a definir e de que tanto se fala nesta fase da integração de Portugal na Europa. Em vez de uma proliferação de pequenos arquivos sem um mínimo de condições, ter-se-iam arquivos de facto, que recolhessem a documentação de interesse histórico e a tratassem tecnicamente de ma-

neira que fosse devidamente conservada e utilizada pelos investigadores e historiadores. É claro que a adopção e uso das modernas tecnologias da Informática, reprografia e restauro têm de enquadrar-se em sistemas e planos previamente estudados e coordenadamente executados. Todo o trabalho arquivístico não pode descurar uma orientação que permita aos usuários o conhecimento da informação que o documento em si guarda. Aliás, o documento só se realiza, digamos assim, quando é utilizado e não permanece ignorado em qualquer escaninho ou prateleira dos arquivos.

O afluxo explosivo de utentes dos arquivos pelos anos 60, como nos Archives Nationales de Paris que foi de 17,7 vezes mais, também se verificou em Portugal. Temos dados concretos do movimento da Sala de Leitura da Torre do Tombo, que de uma média de uma dezena subiu para mais de 70, quando pelos anos de 1971, após cinco anos de insistentes pedidos, se conseguiu o alargamento do horário de leitura que era das 11 h. às 16 h. e passou a ser das 10,30 h. às 20 h., sem interrupção ou mudança mesmo no período do Verão.

Além dos leitores individuais, professores houve que encarregavam grupos de alunos de trabalhos específicos de investigação, o que é sempre louvável, mas que as instalações de então não comportavam. Apesar desta situação, que só um novo edifício resolveria, havia um espírito, quer dos funcionários quer dos serviços, de se proporcionar a todos os leitores um saudável ambiente de trabalho e de colaboração. A Sala de Leitura só dispunha de 24 lugares e a dos Índices de 6, o que obrigava muitos utentes a terem de aguardar na Portaria por uma vaga. A maior afluência processava-se da parte da manhã, mas durante a tarde até ao encerramento, às 20 h., havia lugares disponíveis. Com o novo edifício em construção, este e os outros problemas de instalações ficam resolvidos. Além da Sala de Leitura, principal, com 100 lugares, de outra com 50 e da de microfilmes com 30, dispor-se-á de três salas de seminários onde os professores podem trabalhar com os seus alunos.

Não se deve esquecer que a função primordial de um arquivo também é proporcionar o conhecimento e utilização do conteúdo do documento de forma que os historiadores o possam estudar e integrar no contexto em que se deve inserir.

A entrada de grandes massas documentais nos arquivos, sobretudo depois da extinção das ordens religiosas e da implantação da República, sem que tivessem sido previamente sujeitas a um tratamento técnico adequado, criou aos arquivos problemas quase insolúveis, fruto das instalações sem um mínimo de condições e carências de pessoal devidamente preparado e com experiência. Assim, não foram elaborados inventários

e catálogos e grande parte das incorporações foram apenas acompanhadas de um simples ofício ou de uma guia de remessa. Muitos dos arquivos incorporados tinham uma certa organização de origem, mas esta dificilmente se podia recuperar dada a desordem das transferências, como devido a posteriores tentativas para se formarem novas colecções, o que criou outros problemas arquivísticos. Estas incorporações tiveram, no entanto, o mérito de evitar mais extravios e roubos facilitados pelo abandono a que durante muito tempo os espólios documentais das instituições extintas estiveram votados. É exemplo triste o que se passou com o arquivo do «Conselho de Guerra» que ficou conhecido pelo «Arquivo do Pátio das Vacas» e como aconteceu em nossos dias com o «Arquivo das Secretarias de Estado», despejado do Convento das Trinas na Quinta da Amora, no Seixal, onde tem permanecido em condições inimagináveis. Em 1966, quando este se encontrava no Convento das Trinas, tentei, sem êxito, que fosse integrado na Torre do Tombo.

Os que procuram os nossos arquivos debatem-se com a falta de elementos de busca. A Torre do Tombo tem uma Sala de Índices que, com as deficiências conhecidas, permite, no entanto, uma informação de áreas de investigação muito úteis. Seria injusto não referir a colaboração dos funcionários que pela prática e experiência adquiridas e, em parte, também fruto do seu convívio com os leitores, conhecem os principais núcleos documentais, facilitando o seu acesso e suprimindo as carências dos índices de que se dispõe.

Pela primeira vez na sua existência secular, que se liga à própria Independência Nacional, a Torre do Tombo vai ter casa construída de raiz com todos os requisitos que modernamente são exigidos. Esperamos que a nova Torre do Tombo contribua também para se melhorarem os outros arquivos e proporcione um entendimento esclarecido dos problemas que se prendem com a investigação histórica num país tão intimamente ligado ao abrir do Mundo e cuja História se universaliza com as novas rotas que foi riscando na amplidão dos oceanos, aproximando continentes e civilizações. Não basta, contudo, dispôr-se de instalações modernas e de equipamentos sofisticados, mas é absolutamente necessária a preparação de técnicos que se debrucem sobre a documentação, a organizem, elaborem inventários e catálogos, recolhendo dados que, devidamente informatizados, permitam o seu conhecimento tão exaustivo quanto possível pelos historiadores. Como dissemos, só assim e com mais verdade se há-de recriar a «História», ciência e consciência do Homem.

BIBLIOGRAFIA

- ALA, órgano de comunicación de la Asociación Latinoamericana de Archivos, n.º 1, Janeiro-Março, 1987; 2, Abril-Junho, 1987; 4, Outubro-Dezembro, 1987. Archivo General de la revista «Ala», Leonor Ortiz Monasterio.
- ALONSO, Vicenta Cortes — *Manual de Archivos Municipales*. Asociación de Archivos Bibliotecarios, Museólogos y Documentalistas (ANABAD). Madrid, 1982.
- ANAIS DAS BIBLIOTECAS E ARQUIVOS — Vols. I-XXI, 1920-1949. Lisboa.
- BIBLIOTHÈQUES ET ARCHIVES — COMMENT SE DOCUMENTER — Guide pratique à l'usage des étudiants, des professeurs, des documentalistas et archivistes, des chercheurs... 2ème édition. Publié pour l'Institut National de Recherche Pédagogique. Paris, 1980.
- BLOCH, Marc — *Introdução à História*. Título original: *Apologie pour l'Histoire ou Métier d'Historien*. Publicações Europa-América. Col. Saber, Lisboa, 1987.
- BOLETIM DAS BIBLIOTECAS E ARCHIVOS NACIONAIS — Vols. I-X, 1902-1911. Biblioteca Nacional, Imprensa da Universidade de Coimbra. 1902-1911.
- CARR, E. H. — *Que é a História?* Palestras proferidas na Universidade de Cambridge, Janeiro-Março de 1961. Gradiva, Lisboa, 1986.
- CASTILHO, José Feliciano de — *Relatório sobre a Torre do Tombo*. «Diário do Governo», n.º 28, 1843, pp. 165-167.
- CENTRO DE FORMAÇÃO DE TÉCNICOS E ARTÍFICES DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO DO PATRIMÓNIO CULTURAL — *Levantamento das condições gerais de conservação dos documentos gráficos do nosso património bibliográfico e documental — Apreciação estatística*. Lisboa, Julho, 1979 (policopiado).
- CENTRO NACIONAL DE RESTAURACIÓN DE LIBROS Y DOCUMENTOS — Madrid, Septiembre, 1976-1977.
- CONSERVATION OF TRADITIONAL RECORDS PAPER AND ALLIED MATERIALS — Proceedings of the International Seminar. Editor Dr. R. K. Perti. New Delhi, December, 16-19, 1984.
- COOK, Michel — *Una norma internacional para le formación de archivistas y encargados de registros*. Revista de la «Unesco de Ciencia de la Información, Bibliotecología y Archivología», vol. IV, n.º 2, Abril-Junio, 1982, pp. 120-129.
- *Principes directeurs pour l'elaboration de programmes d'enseignement dans le domaine de la gestion des documents et de l'administration des archives modernes*. Une étude du RAMP. PGI, 82/WS/16. Paris, 1982.

- COSTA, José Pereira da — *Arquivos de Portugal*, in «Arquivos e Historiografia». Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Lisboa, 1988, pp. 59-73.
- *Arquivos de Portugal - Problemas e Perspectivas*, a sair nas «Actas das Primeiras Jornadas Luso-Espanholas de História», Academia Portuguesa da História.
- CRESPO, Carmen y Vicente Viñas — *La preservación y restauración de documentos y libros en papel*. Un estudio RAMP. PGI, 84/WS/ 25. Paris, 1984.
- DUCHEIN, Michel — *Características, estructuras y funciones de los archivos históricos*. In «Archivos Hoy - Teoría y Práctica Archivística». Archivo General de la Nación. México, 1981.
- *Los obstáculos que se oponen al acceso, a la utilización y a la transferencia de la información conservada en los archivos*. Un estudio RAMP. PGI, 83/WS/20. Paris, 1983.
- ESTEVENS, Manuel Santos — *Sinopse cronológica da legislação portuguesa sobre bibliotecas e arquivos (1796-1948)*. Biblioteca da Universidade de Coimbra, 1949.
- EVANS, Frank B. — *Perspectivas en materia de archivos*. In Revista de la «Unesco de Ciencia de la Información, Bibliotecología y Archivología», vol. IV, n.º 2, Abril-Junio, 1982, pp. 82-84.
- FURET, François — *A Oficina da História*. Título original: *L'Atelier de l'Histoire*. Gradiva, Lisboa, s. d.
- GADAMER, H. G. e outros — *História e Historicidade*. Gradiva, Lisboa, 1988.
- GLEICK, James — *CAOS - A Construção de uma nova Ciência*. Prefácio e revisão científica de Jorge Buescu. Col. Ciência Aberta. Gradiva - Publicações Lda., Lisboa, 1989.
- IRIA, Joaquim Alberto — *Arquivística e História - Contribuição de Júlio Dantas*. Academia Portuguesa da História. Lisboa, 1945.
- KATHPALIA, Y. P. — *Conservación y preservación de archivos*. In Revista de la «Unesco de Ciencia de la Información, Bibliotecología y Archivología», vol. IV, n.º 2, Abril-Junio de 1982, pp. 99-106.
- LA SECTION DES MISSIONS DES ARCHIVES NATIONALES — In «La Gazette des Archives», n.º 137-138, Paris, 1987.
- FAZER HISTÓRIA — Título original: *Faire de l'Histoire, Nouveaux Problèmes*. Apresentação de Jacques Le Goff e Pierre Nora. Bertrand Editora, Col. Tempo Aberto, vols. I-III, Lisboa, 1977.
- A NOVA HISTÓRIA — Jacques Le Goff e Emmanuel Le Roy Ladurie e outros. Textos publicados pela revista «Magazine Littéraire», n.º 123. Abril de 1977. Edições 70. Lisboa, 1986.

- MODERN (A) ARCHIVES READER — *Basic Readings on Archival Theory and Practice*. National Archives Trust Fund Board — U. S. General Services Administration. Edited by Maygene F. Daniels and Timothy Walch. Washington, D. C., 1984.
- OLIER(d') J. H. et B. Delmas — *La planification des infrastructures nationales de documentation, de bibliothèques et d'archives*. Esquisse d'une politique générale. UNESCO, Paris, 1974.
- PRESERVATION OF HISTORICAL RECORDS — Committee on Preservation of Historical Records, National Materials Advisory Board, Commission on Engineering and Technical Systems, National Research Council. National Academy Press, Washington, D. C., 1986.
- RAU, Virginia — *Arquivos de Portugal, Lisboa*. Comunicação apresentada do I Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros. Washington, 1950.
- RHOADS, James B. — *La función de la gestión de documentos e archivos en los sistemas nacionales de información: un estudio RAMP*. PGI, 83/WS/21. Paris, 1983.
- ROPER, Michael — *La nueva tecnología de la información y los archivos*. In Revista de la «Unesco de Ciencia de la Información, Bibliotecología y Archivología», vol. IV, n.º 2, Abril-Junio, 1982, pp. 113-119.
- TANODI, Aurelio — *La situación (Status) de archiveros en relación con otros profesionales de información en la administración pública de América Latina: un estudio RAMP*. PGI, 85/WS/13. Paris, 1985.
- THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR CONSERVATION OF HISTORIC AND ARTISTIC WORKS — Conservation of Paintings and the Graphic Arts. Lisboa, Congress, 9-14 October, 1972.
- TAYLOR, Hugh A. — *Les services d'archives et la notion d'utilisateur: une étude RAMP*. PGI, 84/WS/5. Paris, 1984.
- VEYNE, Paul — *Como se escreve a História*. Título original: *Comment on écrit l'histoire?*. Edições 70. Lisboa, 1987.
- WEILL, George — *Le microfilm dans les archives départementales - trent-cinq années d'expérience*. In «La Gazette des Archives», n.º 112, 1.º trimestre. Paris, 1981.

O GRUPO “AMIGOS DE LISBOA” E O INCÊNDIO DA ZONA DO CHIADO

Não será exagero dizer-se que o fogo que em 25 de Agosto reduziu a um montão de ruínas boa parte do conjunto citadino da área do Chiado mobilizou e emocionou toda a população da cidade. Quando as pessoas começaram a emergir do estupor em que a catástrofe as mergulhara, à medida que as labaredas se extinguíam e as cinzas começavam a arrefecer, todos, naturalmente, se sentiram na obrigação de darem o seu contributo de ideias para a restauração da zona atingida. As sugestões, as exigências, os conselhos multiplicaram-se, como é habitual em situações semelhantes, e, com estes e com aquelas, se generalizou alguma confusão, a par da perplexidade geral.

O Grupo «Amigos de Lisboa», pela própria força da sua vocação, sentiu-se duramente atingido pela catástrofe; e, pela voz do seu presidente da Junta Directiva, a convite cativante da Rádio Renascença, exprimiu, em duas entrevistas, o pesar e o sentir do Grupo e deu algumas achegas sobre as linhas muito gerais em que nos parecia dever orientar-se a reconstrução. Não se considerou útil, de momento, qualquer outra tomada de posição pública. O Grupo limitou-se a oferecer à Autarquia os seus préstimos, aliás limitados, e a acompanhar com preocupada atenção o desenrolar das discussões e as decisões do Poder. Quando as primeiras parecem ter perdido algum tanto a sua carga emocional e as segundas dão sinal de irem traduzir-se em factos, não será agora deslocado que os «Amigos de Lisboa» tentem formular um ponto de situação.

Diremos, para começar, que qualquer tendência para fazer o paralelo entre a situação resultante do incêndio de Agosto com a do múltiplo cataclismo de 1755 é, no mínimo, excessiva e descabida, principalmente porque gera um clima de confusão e desnorte, nocivo ao equacionamento das soluções, que exigem bom-senso e sentido das proporções e do equilíbrio. A falta desta perspectiva conduz, com facilidade, às exigências extremas: a dos que só aceitam a reconstituição fotográfica do que existia antes e a dos que se julgam em presença duma oportunidade, jamais sonhada, para as grandes aventuras da sua imaginação. Cremos que, por múltiplas razões uns e outros se enganam, mesmo que só estejam a pensar no aspecto exterior dos edifícios. Aos primeiros diríamos que, para tal, seria necessário um levantamento fotográfico geral e exaustivo da Cidade ou, pelo menos, da zona do Chiado, o qual levantamento não existe, e é pena. Aparentemente o problema simplificava-se, bastando chamar, para o resolver, um mestre-de-obras, o qual todavia iria topar com dificuldades talvez irremovíveis. Não podemos acompanhá-los nessa direcção, porque a Cidade exige mais. E aos segundos diríamos o que eles já sabem, que a cidade é um ser vivo em permanente evolução, mas com as suas leis e fisionomia próprias, incompatíveis com devaneios por muito brilhantes que se apresentem. E, também, nessa direcção não podemos acompanhá-los, porque a Cidade merece melhor.

Como já foi aflorado nas entrevistas atrás referidas, nós «Amigos de Lisboa», aliás de acordo com outras entidades que em público se manifestaram, consideramos ser essencial manter, na filosofia da reconstrução alguns, poucos, princípios de base, como sejam: aproveitamento reflectido daquilo que for possível manter; conservação da volumetria preexistente e do ritmo geral da construção; especial cuidado com a cor, por ser um elemento fundamental da caracterização da cidade; respeito pela vocação comercial e social com tradições na zona; projecto habitacional o mais vasto possível, em substituição de actividades terciárias. E que as soluções sejam pensadas em termos dum projecto de revalorização global da Baixa Pombalina.

Para nós é bem claro que se trata duma tarefa para especialistas de vários quadrantes, no centro dos quais, como é evidente, estão os arquitectos. Eles têm que pôr o seu talento e sentido das proporções e da especificidade da obra, ao serviço da Cidade. E nós, que a habitamos, temos que acreditar nas suas capacidades. Não podemos, nem queremos exigir-lhes que assinem pastichos, assim como não aceitaríamos que nos devolvessem uma cidade onde nós nos não reconhecêssemos. Isto significa que não abdicaremos do nosso direito de crítica, mas que

iremos acompanhar, tanto quanto nos for possível e facultado, o desenvolvimento da campanha, e que não regatearemos o nosso apoio e o nosso aplauso quando forem necessários e merecidos.

Se a nossa proposta for considerada muito conservadora, diremos que ela comporta, mesmo assim — e até exige — imaginação e audácia, para além do que mostra o simples enunciado. Se tomarmos, para exemplo, a necessidade indiscutível de repovoar o Chiado — e a Baixa, claro — teremos que encarar, *a priori*, condições de estacionamento e parqueamento adequados e rever, profundamente, os circuitos de trânsito e a intercomunicação da zona plana com as colinas que a balizam, nomeadamente a que forma o Chiado. cremos que um tal programa dá para satisfazer os mais fogosos.

Tal é, resumidamente, a súpula do nosso pensamento sobre a recuperação da zona sinistrada do Chiado.

Por incumbência da J. D.

M. Maia Athayde — Vice-Presidente

5 Set. 1988.



O primeiro, para começar, que me chamou a atenção foi o bairro de Santa Clara, que é um dos mais antigos e tradicionais da cidade. Lá, a arquitetura é muito interessante, com prédios antigos e ruas estreitas. O segundo, para falar de um bairro mais moderno, é o bairro de Copacabana, que é muito bonito e tem muitas opções de lazer. O terceiro, para falar de um bairro mais nobre, é o bairro de Botafogo, que é muito bonito e tem muitas opções de lazer.

Como já foi dito, a cidade de Rio de Janeiro é muito bonita e tem muitas opções de lazer. Um dos pontos turísticos mais importantes é o Cristo do Corcovado, que é um dos pontos mais altos da cidade e oferece uma vista maravilhosa para toda a cidade. Outro ponto turístico importante é o Pão de Açúcar, que é um dos pontos mais altos da cidade e oferece uma vista maravilhosa para toda a cidade.

Para não é bem claro que se trata de um bairro muito especial e que merece ser conhecido. No centro da cidade, como é evidente, estão os prédios mais modernos e mais altos. Mas não é só isso que torna o centro de Rio de Janeiro tão interessante. É a mistura de estilos arquitetônicos e a história que o torna tão especial. Não podemos, sem dúvida, esquecer o bairro de Santa Clara, que é um dos mais antigos e tradicionais da cidade. Lá, a arquitetura é muito interessante, com prédios antigos e ruas estreitas.

DO SÍTIO À GRANDE CIDADE

Sob a epígrafe acima, realizou-se no salão nobre da Casa do Algarve, uma vez mais simpaticamente cedido pela respectiva Direcção, um curso para Associados do nosso Grupo, que foi ministrado pela Dra. Maria Júlia Jorge.

O curso, que decorreu de 23 de Setembro a 25 de Novembro de 1988 e foi interessadamente seguido pelos Associados inscritos para o efeito, incluiu as seguintes matérias:

- 1.^a — *O Sítio de Lisboa*
- 2.^a — *Da Pré-História à Lisboa Muçulmana*
- 3.^a — *Lisboa Medieval: a Cerca Moura*
- 4.^a — *Lisboa Medieval: a Cerca Fernandina*
- 5.^a — *Lisboa Manuelina e Filipina*
- 6.^a — *Da Restauração ao Terramoto*
- 7.^a — *Lisboa Pombalina*
- 8.^a — *Lisboa Romântica*
- 9.^a — *De 1890 a 1940 — o Crescimento para os Planaltos*
- 10.^a — *A Grande Cidade*

É firme propósito da Junta Directiva promover a realização de outros cursos os colóquios, com vista à divulgação de temas olisiponianos e a fomentar o gosto pela olisipografia, reavivando, assim, práticas que tiveram entre os «Amigos de Lisboa» tão distintos cultores.

DO SÍTIO À GRANDE CIDADE

Em 1988, a convite do Sr. João de Albuquerque, realizamos no sítio de São João de Alentejo, uma série de cursos simpatizantes dirigidos pela respectiva Direcção, um curso para Associações do ramo Grupo, que foi ministrado pela Dra. Maria Júlia Jorge.

O curso, que decorreu de 27 de Setembro a 22 de Novembro de 1988 e foi inteiramente ministrado por docentes inscritos para o efeito, incluiu os seguintes conteúdos:

- 1.º — O Sítio
- 2.º — Da Paisagem
- 3.º — Lendas e Tradições
- 4.º — Lendas e Tradições
- 5.º — Lendas e Tradições
- 6.º — Da Restauração do Sítio
- 7.º — Lendas e Tradições
- 8.º — Lendas e Tradições
- 9.º — De 1880 a 1940 — o Sítio para o Presente
- 10.º — A Grande Cidade

É importante a Junta Directiva promover a realização de outros cursos de carácter, com vista à divulgação de temas relacionados e a fomentar o gosto pela etnologia, realizando, assim, trabalhos que vivenciam entre os Alentejanos os distintos valores.



ENG.º DIOGO SOBRAL

Diogo Neff Sobral, nasceu em Lisboa a 2-11-1891. Fez o curso secundário no Colégio Militar e, em 1914, concluiu os cursos de Engenharia Civil e Industrial na Universidade do Porto.

Em 1916 entrou para o serviço do Estado com a categoria de engenheiro-ajudante (ascendendo em 1932 a engenheiro civil de 1.ª classe). Ainda em 1916 foi colocado na 3.ª Direcção de Obras Públicas do Distrito de Lisboa, lugar que deixou por ter sido no mesmo ano nomeado chefe de secção da Repartição da Propriedade Industrial.

Em 1917 foi nomeado engenheiro-ajudante do Serviço de Tracção e Oficinas dos Caminhos de Ferro do Estado (Direcção do Minho e Douro), donde foi transferido para a Direcção-Geral do Sul e Sueste. Em 1923, foi colocado na Administração-Geral dos Serviços Hidráulicos e, em 1924, na Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, para logo regressar à Administração-Geral dos Serviços Hidráulicos.

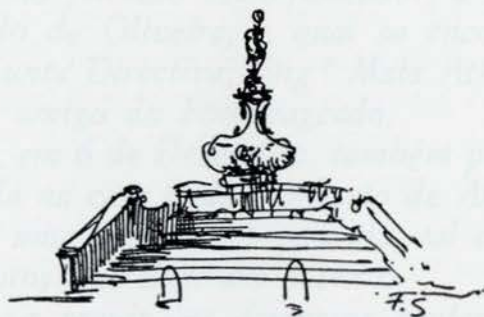
Em 1925 trabalhou na Administração-Geral das Estradas e Turismo, e, em 1927, foi nomeado engenheiro subchefe de Divisão da Direcção-Geral de Caminhos de Ferro, que veio também a chefiar. Foi ainda vogal da Comissão Técnica do Conselho Superior dos Caminhos de Ferro, da Comissão Liquidatária dos Caminhos de Ferro do Estado, do Conselho Superior da Marinha Mercante, do Conselho Superior dos Caminhos de Ferro e do Conselho Técnico da Inspeção-Geral dos Espectáculos.

Nomeado engenheiro-chefe da 3.^a Divisão de Obras da Câmara Municipal de Lisboa, foi também vogal da Comissão de Vistorias dos Teatros e Cinemas, e presidente da Comissão de Vistorias dos Teatros e Cinemas do Porto; vogal da Comissão de Estudo para a Transferência da Fábrica do Gás e Electricidade dos terrenos do Bom Sucesso para outro local, das Comissões de Estudo para minimizar os inconvenientes das passagens de nível, para o restabelecimento da carreira de navegação para o Brasil, do Plano de melhoramentos do Porto de Lisboa e de avaliação do custo das obras de reparação de pavimentos de Lisboa por motivo de concertos e obras de canalização feitas pela Companhia das Águas de Lisboa. Foi também delegado da Câmara Municipal de Lisboa para o estudo da realização das obras municipais comparticipadas pelo Estado por intermédio do Fundo do Desemprego, presidente da Comissão de Estudos (no estrangeiro) dos aperfeiçoamentos dos sistemas de sinalização viária e exerceu ainda o cargo de engenheiro-chefe da Divisão de Via e Obras da Direcção-Geral dos Caminhos de Ferro.

O Eng.º Diogo Sobral, que publicou artigos em revistas e jornais sobre matérias da sua especialidade e era agraciado com a medalha de Bons Serviços de 1.^a Classe da Câmara Municipal de Lisboa e com o grau de oficial da Ordem de Cristo, faleceu em Março de 1989, desaparecendo com ele o último Sócio-fundador do nosso Grupo.

Rectificação do Art.º 20.º dos Estatutos

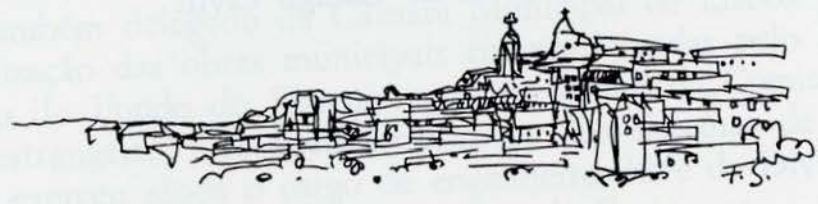
Por determinação do Exmo. Senhor Procurador da República junto dos Tribunais Cíveis da Comarca de Lisboa, foi lavrada em 19 de Dezembro de 1988 uma escritura, no 23.º Cartório Notarial de Lisboa, de rectificação do Art.º 20.º dos Estatutos aprovados na Assembleia Geral Extraordinária de 14 de Novembro de 1987, a fim de o harmonizar com o disposto sobre a matéria no Código Civil.



Em 1923 transferiu-se a Administração-Geral das Estradas e Transportes para a sede da Direção-Geral de Caminhos de Ferro, que era também a-chefe. Foi ainda criado o Conselho Superior dos Caminhos de Ferro, da Comissão Liquidadora dos Caminhos de Ferro da Beira, do Conselho Superior da Marinha Mercante, do Conselho Superior dos Caminhos de Ferro e do Conselho Superior de Inspeção-Geral dos Espectáculos.

Rectificação do Art. 20.º dos Estatutos

Por resolução do Excm. Sr. Ministro das Estradas e Transportes, de 1928, foi alterado o Art. 20.º dos Estatutos do Conselho Superior dos Caminhos de Ferro, para estabelecer a sua competência para a fiscalização dos Caminhos de Ferro e para a fiscalização dos Caminhos de Ferro e para a fiscalização dos Caminhos de Ferro.



Logo após a sua nomeação para o cargo de Director-Geral dos Caminhos de Ferro, o Sr. D. João de Deus Sobral, que publica artigos em revistas e jornais sobre assuntos de sua especialidade e foi agraciado com a medalha de Ouro do 1.º Grau do Conselho Superior dos Caminhos de Ferro e com a medalha de Oficial da Ordem de Cristo, faleceu em Lisboa em Março de 1989, deixando como legado a obra "História dos Caminhos de Ferro Portugueses".

O CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE NORBERTO DE ARAÚJO

Norberto de Araújo, a quem a nossa Cidade tanto deve — e os «Amigos de Lisboa» também — nasceu em 21 de Março de 1889. Completaram-se, portanto, 100 anos sobre essa data e, se as entidades municipais competentes ignoraram a efeméride, outro tanto não sucedeu com esta instituição, que existe graças ao entusiasmo com que, em escritos jornalísticos, Norberto de Araújo se bateu persistentemente pela sua criação.

Prestámos-lhe, por isso, a devida homenagem, que teve lugar no dia 24 de Janeiro de 1989 no decurso de uma sessão solene realizada na sede do Grupo com a presença de elevado número de Associados e de Familiares do nosso falecido sócio-fundador, a que presidiu o Prof. Doutor João Cândido de Oliveira, o qual se encontrava ladeado pelo Vice-Presidente da Junta Directiva, Eng.º Maia Athayde, e pelo Embaixador Mário Neves, amigo do homenageado.

Posteriormente, em 6 de Dezembro, também por iniciativa do nosso Grupo, foi descerrada na casa onde Norberto de Araújo nasceu, na Rua do Mirante, n.º 47, uma lápide, reproduzida, tal como outros aspectos da cerimónia, nas fotos que ilustram o texto.

Transcrevemos, a seguir, os discursos proferidos por ocasião da sessão solene acima mencionada:

NORBERTO DE ARAÚJO

O HOMEM E O JORNALISTA

por MÁRIO NEVES

Veio ao mundo para amar Lisboa. Nascido num bairro típico da velha capital, na Rua do Mirante, a Santa Clara, em 21 de Março de 1889, Norberto de Araújo estava fadado para ser o seu cronista apaixonado, na adoração sincera da gente humilde que conhecera na infância e na evocação calorosa que havia de o levar a esquadrinhar os mais íntimos recantos do burgo lisboeta para lembrar o seu passado glorioso e realçar as presenças mais pitorescas ou os vestígios monumentais que fazem a sua história.

Ao passar o centenário do nascimento de Norberto de Araújo, nenhum local poderia ser mais apropriado para celebrar a data do que a sede desta instituição que ele ajudou a fundar, precisamente com o propósito de sublimar o amor que trazia entranhado na alma desde o berço.

Cresceu sob o estigma da humildade que caracterizava o ambiente do bairro onde deu os primeiros passos e essa marca de simplicidade acompanhá-lo-ia durante toda a existência, como fiel intérprete da autenticidade do povo cujos sentimentos soube exprimir como ninguém.

Pertencente a uma família modesta, depois de completar a instrução primária entrou para o Seminário de São Vicente, na esperança de poder usufruir das facilidades que ali se proporcionavam àqueles que não dispunham de recursos suficientes para alcançar mais ambiciosos destinos. Tendo perdido os pais muito novo, viu-se forçado a procurar emprego capaz de o amparar na orfandade precoce, e quis a sorte que o fosse encontrar como aprendiz de tipografia na Imprensa Nacional, onde não tardou a distinguir-se pela sua inteligência, vivacidade e aplicação ao trabalho.

Cedo revelou aí uma vocação para as letras, detectada com perspicácia por Luís Derouet, que então dirigia, com inegável proficiência, aquela empresa do Estado. Começando por manifestar o seu gosto pelas artes gráficas, o jovem órfão mostrou também as suas aptidões para o exercício de uma actividade mais ampla, que tão ligada estava aos problemas da cultura e da sua divulgação. Ao terminar a aprendizagem técnica e o aperfeiçoamento como artista gráfico, Norberto de Araújo destacava-se já pelos conhecimentos mais vastos que adquirira durante a sua especialização. Nas provas do concurso que marcou a fase final desse período viu o seu esforço consagrado com um justo prémio que constituiu por certo bom estímulo para futuros cometimentos. Tomou nessa época a iniciativa de proferir conferências e publicou três trabalhos que demonstram igualmente apreciáveis qualidades literárias: «Aspectos da Tipografia em Portugal» (1914); «Democratização da Arte» (1915); e «Da Iluminura à Tricromia» (1916).

Confirmando assim o seu interesse pelos assuntos culturais, em circunstâncias fora do comum para a sua idade e para a sua condição de filho do povo, Norberto de Araújo teve o condão de chamar a atenção do director da casa onde trabalhava e que o acarinhou decisivamente. Derouet não era apenas o funcionário exemplar a quem a República confiara a organização técnica e administrativa de um estabelecimento industrial de tão grande importância para o prestígio do regime. Era, simultaneamente, um notável homem de jornais, com raro sentido da profissão e um faro muito especial para descobrir talentos vocacionados para o jornalismo, como provou na actividade que desenvolveu nos diários por onde passou. Assim, reconhecendo no jovem aprendiz de tipógrafo decidida propensão para o labor redactorial, levou-o para «O Mundo», onde exercia então o seu útil magistério, à margem das funções oficiais.

No seguimento de uma breve crise por que o jornal passou, Norberto de Araújo transferiu-se para «A Manhã», moderno diário republicano, dirigido por Mayer Garção, que fora um dos autênticos valores que se haviam distinguido no vespertino «A Capital», no começo do regime. Foi aí que o neófito pôde então confirmar definitivamente as extraordinárias qualidades de jornalista e homem de letras que marcaram a sua forte personalidade. N'«A Manhã» estreou-se com uma série de primorosas crónicas quotidianas, pequenos apontamentos elaborados ao sabor dos acontecimentos e inspirados pelo lirismo romântico que estava na índole dos seus sentimentos de pessoa simples que amava o povo da

cidade em que nascera: «Miniaturas». Eis como justificava a publicação do livro:

«... E nem a vida é outra coisa senão uma minúscula miniatura, engastada de desesperos, ilusórias alegrias, revelações atraíçoadas. Vinte linhas cada vida arrancada ao livro sem fim que vem do eterno velho e vai para o eterno novo, por aí fora, na renovação contínua dos esmaltes. A vida! Miniaturas vagas, imprecisas, incoerentes, átomos de qualquer coisa que nunca chega a ser e se dispersam como impressões dos líricos débeis. Interiores onde os corações descansam sob a almofada macia dos afectos, toda ela feita de penas. Paisagens onde as almas abrem asas, na ânsia das côres, na sêde impulsiva das frescuras virgens. Catástrofes, lendas, epopeias — miniaturas! Tragédias de carne, paixões de querer de mais, comédias da virtude, abnegações ignoradas, histórias de amor — miniaturas!». Com estas palavras introdutórias ditadas pelo seu coração sensível apresentava Norberto de Araújo a obra em que reuniu, em 1920, esses belos exemplos da sua prosa delicada.

A produção do jornalista que despontava brilhantemente não se confinava a estas simples notas resultantes da observação quotidiana dos mais variados factos e inspiradas pela rica sensibilidade do temperamento humano que descortina nos pequenos pormenores de aparência insignificante a dimensão apropriada de uma real importâcia. Espírito irrequieto, de uma vivacidade insatisfeita, a sua pena traçava nervosamente os quadros mais diversos da vida que se lhe ia deparando no agitado percurso. Além dos dois jornais em que trabalhou no começo da sua carreira profissional, passou episodicamente por outros categorizados órgãos da capital, mas foi no «Diário de Lisboa» que acabou por se fixar até à morte. Sem que lhe fosse vedado o mínimo segredo para qualquer espécie de jornalismo, cultivou com brilho e frescura as mais variadas modalidades, desde a crónica de traços elegantes e sugestivos, a reportagem de flagrante actualidade, a entrevista fiel na reprodução das declarações do entrevistado e na descrição do ambiente em que a conversa decorria, o comentário político, preciso e oportuno, a crítica literária, de juízo perfeito e isenta apreciação, o *suelto* espirituoso e até a simples notícia, a que imprimia sempre o cunho pessoal da sua observação rigorosa e ao mesmo tempo o recorte pitoresco do acontecimento. Era esta versatilidade do seu talento que fazia dele um elemento precioso em qualquer jornal, valorizando a posição que ocupava entre os seus pares, dentre os quais sobressaiu sempre nos anos da mais estável permanência que teve em toda a carreira. Rebuscando nas mais variadas publicações que

lhes caíam sobre a mesa de trabalho qualquer curiosidade simples ou assunto sério, tanto extraía matéria válida para a confecção de uma pequena notícia de três linhas como encontrava tema para análise profunda num documento oficial sobre problemas de alta transcendência.

A sua personalidade estava sempre presente no labor quotidiano, em que os seus ideais, mesmo quando as contingências de momento lhes provocavam alguns entraves, apareciam com flagrante transparência. Republicano convicto, traduzindo nos mais leves requebros da prosa a marca do seu pensamento livre e generoso, ficou célebre a reportagem que fez um dia na Itália, para o «Diário de Notícias», acerca da experiência de Mussolini, em que demonstrou uma notável subtileza, em contraste com idêntico trabalho de outro confrade — António Ferro — publicado no jornal concorrente «O Século» e em que já transparecia neste uma certa admiração pelo fundador do fascismo.

Do mesmo modo imprimiu de forma inconfundível o seu cunho peculiar às reportagens que fez das viagens de António José de Almeida e de Óscar Carmona, respectivamente ao Brasil e a Espanha. Cada qual na sua época, são exemplos magníficos dos períodos distintos em que actuaram os dois chefes de Estado. O estilo característico de Norberto de Araújo soube ajustar-se perfeitamente ao significado especial de qualquer das duas viagens, interpretando com rigor o sentido da actuação de ambas as individualidades intervenientes e o ambiente em que as visitas ocorreram. Na reportagem da presença do feroso tribuno republicano no Brasil deu bem conta do clima de exaltação que acompanhou a estada do Presidente no país irmão, transmitindo com fidelidade o delirante entusiasmo da recepção, que bastaria uma simples frase proferida pelo visitante no Palácio do Congresso só para definir o alcance da deslocação: «Não tenho dúvida em lhes dizer que estou aqui, em nome de Portugal, para agradecer aos brasileiros o favor que eles nos prestaram, a nós, proclamando-se independentes no momento em que o fizeram».

Vasada noutros moldes, reflectindo em termos bem diferentes a aproximação dos países vizinhos que viviam então sob a égide de regimes diferentes, embora também de inspiração conservadora, a reportagem de Norberto de Araújo sobre a visita de Carmona a Madrid constituiu outro exemplo de excelente jornalismo, vivo, colorido e descritivo, mas em que a figura do representante da ditadura portuguesa sobressaía pela sua tradicional galhardia e a discrição habitual da sua compostura de apumado militar.

Outra das suas reportagens que ficaram célebres foi a da peregrinação a Roma, em Maio de 1925, que depois reuniu em volume, apresentado com estas palavras de sincera confissão: «Este livro não é obra de um literato; é obra de um jornalista. A literatura caberia dentro destas crónicas, ainda a literatura das viagens — a mais bela, por ser mais espontânea de todas — mas não houve tempo de a tentar. Por muito que o autor nelas tenha posto a sua sensibilidade, o certo é que pela natureza do acontecimento não há nestas páginas intimismo ou sedução original: tudo é fotografia de factos, muitos na sua exactidão pela objectiva desempoeirada e sincera do cronista».

Autor de muitos outros e variados trabalhos, que o impuseram como um dos mais brilhantes e activos elementos do elenco do «Diário de Lisboa», onde ocupou longos anos as funções de redactor principal, Norberto de Araújo deixou naquele jornal o testemunho do seu talento excepcional, de que é justo destacar a colaboração regular que se traduziu na publicação semanal da «Página de Quinta-Feira», em que se ocupava de tudo um pouco — os mais diversos assuntos da vida portuguesa, factos políticos do dia, manifestações de arte e literatura, simples e pequenas notas de que sabia tirar efeitos excepcionais.

Mas não foi apenas a propensão para o jornalismo que se revelou a cada passo da sua riquíssima personalidade. A paixão por Lisboa, que o acompanhou desde a mocidade, caracterizou também o exercício dessa actividade, alimentando, com fervor, o entusiasmo com que se lançava em muitas outras iniciativas ligadas à vida alfacinha. Com a simpatia que sempre dedicou à gente humilde, organizou o primeiro «Concurso das Costureiras» que houve em Portugal, promoveu as Festas dos Mercados e a eleição da respectiva rainha e sobretudo empenhou-se a fundo nas «Marchas Populares», que desfilaram pela Avenida da Liberdade, como grande atracção das Festas da Cidade, nomeadamente por ocasião dos Centenários (1940) e da Tomada de Lisboa aos Mouros (1947). Incumbiu-se de todos os pormenores da organização dessas iniciativas e, revelando igualmente a sua veia poética que não cultivou com frequência, escreveu as letras para algumas das mais populares canções musicadas pelo maestro Raul Ferrão, das quais ficaram no ouvido da população da capital, entre outras, «Lá vai Lisboa», «Olha o Manjericó», «Marcha dos Centenários» e «Noite de Santo António».

À parte essa reduzida produção poética, que cultivou apenas no seu relacionamento directo com as iniciativas ligadas às festividades alfacinhas, Norberto de Araújo foi também um prosador de mérito no domínio da litteratura de ficção e de teatro. Do conjunto da sua obra

literária ,além do volume «Miniaturas», que abrange a colaboração da fase inicial de «A Manhã», publicou em 1922 «Varanda dos Meus Amores», em que avulta um punhado de textos dedicados ao povo e a certas figuras da arte e das letras. Seguiu-se-lhe «Vinha Vindimada», editada em 1924, que engloba também uma série de interessantes crónicas, e em 1925 deu à estampa o primeiro livro de ficção, «Novela do Amor Humilde», a mais famosa da sua obra do género, que dedicou «a todas as que amaram humildemente e às que, não tendo nascido humildes, por amor se humilharam». Na apresentação do volume diz o autor: «A Novela do Amor Humilde é uma história verdadeira. Nesta novela não há complicações. Tudo decorre serenamente como nas romarias, onde o tumulto é feito da tranquilidade de um ano inteiro à espera, e onde as cousas dizem todas a mesma elegria sã, a mesma febre de viver em amor, quer falem, quer contem, quer meditem».

Publicou depois, em 1929, «Passa longe o Amor», cuja origem o autor explica em nota prévia: «Um livro que se poderia intitular *As Três Novelas da Renúncia*, se o título, por pretencioso, não corresse o perigo de inexacto. Em verdade, nestas três novelas, a renúncia não impede... que passe ao longe o Amor».

Foi a mesma tendência sentimental que inspirou o volume editado a seguir, em 1931, «Fado da Mouraria», que Norberto de Araújo dedicou «a todos os olhos bons que se humedeceram na contemplação das figurinhas da «Novela do Amor Humilde» — numa oferenda ajoelhada de reconhecimento».

Além de ter assinado diversas traduções de qualidade, escreveu igualmente para o teatro algumas peças de que se pode citar «Dentro do Castigo», «Diálogo das duas Mulheres», «O último Romântico», «O Amor Humilde» e «Por Bem».

Foi, aliás, a sua inquietação permanente, a irreverência constante de um temperamento em irresistível ebulição que conduziu sempre a sua pena nervosa, da qual brotaram materiais de espantosa diversidade, trabalhos díspares e de espontânea inspiração, como a polémica que manteve com Aquilino Ribeiro, na qual, não obstante a sua grande amizade e indiscutível admiração pelo Mestre prosador, não resistiu a afirmar que «Camões não foi bem como Aquilino o viu».

Mas foi principalmente a acrisolada paixão de lisboeta que lhe inspirou a obra mais notável e duradoura: «Peregrinações em Lisboa». Ditou-a este sentimento que não se coíbe de confessar no introito: «Amar a Cidade. Este Amor, porque parte do estudo e tende para a sabedoria, é inofensivo e tranquilo; inofensivo porque não briga com

outros amores da razão ou outros carinhos da inteligência, antes se afeiçoa a todas as tendências da cultura renovadora e descobridora de acontecimentos; tranquilo porque não teme o ciúme de quem quer que seja nem a inconstância da dona estremeçada. Nunca houve noiva melhor no mundo e mais casta, do que esta Lisboa com a sua saia de cor azul e sua coifa de pedrinhas morenas».

Começada a publicar-se em 1938, a obra compõe-se de quinze volumes e constitui uma contribuição importante para a valorização dos estudos lisiponenses. Sem a pretensão de ser uma obra de profunda investigação, como as de outros ilustres autores que o precederam, como Júlio Castilho, Vieira da Silva, Matos Sequeira e Pastor de Macedo, «é, como acentua o autor, essencialmente um trabalho de divulgação». Em suma, explica ainda, «A peregrinação vai em liberdade, como um passeio de amigos em terra querida, há muito não vista, mas onde nada se perderá do seu essencial: o que tem alma e o que tem beleza».

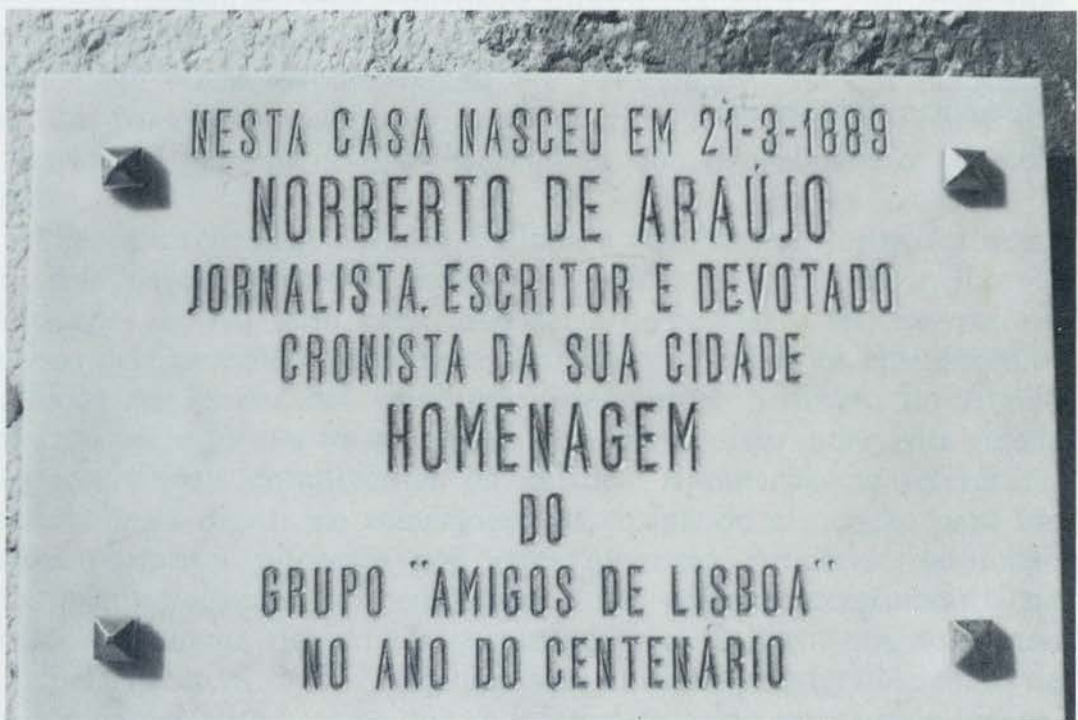
«Peregrinações em Lisboa» é ainda a obra de um jornalista talentoso, cuja paixão alfacinha expressa na avidez de conhecer melhor as curiosidades da sua terra natal, não deixa de revelar o seu excepcional interesse pela profissão quotidiana. Embora traduzindo os ensinamentos recolhidos na leitura dos eruditos lisipógrafos, Norberto de Araújo encontrou nesse livro a fórmula ideal para desenvolver uma visita guiada pelos locais mais encantadores da cidade. Apontando as referências históricas mais dignas de rememorar ou chamando a atenção para um simples pormenor pitoresco por vezes ignorado, propõe-se, ao longo destas páginas sugestivas, acompanhar o seu «dilecto companheiro» no percurso insinuante da jornada surpreendente. O livro, que se tornou assim pela natureza da sua originalidade, um indispensável elemento de deleite e de consulta para os que se interessam pelos assuntos de Lisboa, recebeu o Prémio Júlio Castilho, da Câmara Municipal, pela primeira vez atribuído em 1940, e encontra-se esgotado, constituindo uma preciosidade bibliográfica que exige quanto antes a sua reedição.

Conheci Norberto de Araújo nos primeiros anos da minha infância, quando, pela mão de meu Pai, tive ocasião de privar com as mais destacadas figuras do jornalismo lisboeta. Mal podia então pensar que um dia viria a acamaradar com o famoso jornalista e apaixonado alfacinha na redacção do «Diário de Lisboa», para onde fui levado pela amizade do seu homónimo Norberto Lopes — felizmente vivo — que, por sinal, foi quem apadrinhou também a entrada de Araújo naquele jornal. Recordo com grata emoção o acolhimento carinhoso com que desde

logo me tratou e não posso esquecer a camaradagem fraternal, direi mesmo paternal, que Norberto de Araújo me dispensou ao longo de mais de vinte anos de convívio quotidiano.

Quando, em 1952, cessou de bater o coração deste excelente companheiro, numa crise cardíaca fatal para a sua generosa sensibilidade, encontrava-me eu em Goa, em missão profissional, e a notícia cruel não permitiu, por motivos óbvios, que viesse de tão grande distância derramar sobre a sua campa as lágrimas de saudade e de reconhecimento que toldavam os meus olhos magoados. Mas o honroso convite para vir aqui hoje recordar a sua figura e exaltar a sua obra, na humilde modéstia das minhas palavras, permite-me todavia saldar, perante o testemunho valioso de bons amigos e admiradores de Norberto de Araújo, essa dívida de gratidão que há tantos anos atormenta a minha consciência agradecida.

... não houve sequer a comemoração formal, mas
... do distrito de Lisboa, e a propósito do centenário
... de nascimento de Norberto de Araújo, presidente
... Quando, em 1989, se celebrou o centenário do
... Norberto de Araújo, foi feita a sua biografia
... comemorativa em um livro, em cuja prefácio se
... da memória, por motivo diverso dos usos de
... distantes sobre a sua vida e o trabalho de
... que tinham os seus olhos, mas a homenagem
... de sua vida, e a sua obra, e a sua
... de sua vida, e a sua obra, e a sua



... e a Câmara Municipal, para promover
... em 1989, e realizou-se, em conjunto com a
... que existia antes a sua residência.
... Norberto de Araújo nos primeiros anos da vida de
... de Lisboa, que se tornou de novo Lisboa, com a sua
... da população lisboeta. Não podia deixar de ser um
... com a família jornalista e apoiado afincado
... de Lisboa, para onde foi levado pelo trabalho
... — finalmente — que, por sinal,
... a entrada de Lisboa, e a sua
... e a sua obra, e a sua



Três aspectos da inauguração da lápida no prédio onde nasceu Norberto de Araújo.

NORBERTO DE ARAÚJO, Amigo de Lisboa

por J. CÂNDIDO DE OLIVEIRA

Na galeria das figuras gradas que ajudaram a fundar o Grupo «Amigos de Lisboa», ressalta, sem sombra de dúvida, a de Norberto de Araújo, obreiro das primeiras horas, cujo centenário do nascimento se celebra este ano de 1989.

Muitos ilustres olisipógrafos atearam a chama que tem iluminado o Grupo através dos tempos, mas a Norberto de Araújo devemos a centelha criadora que ainda não soubemos até à data bastante agradecer. Por tal motivo a sessão de hoje procura, de algum modo, reparar essa falta e dar testemunho público do muito que o Grupo dele recebeu.

Norberto de Araújo, lisboeta de raiz mas sobretudo lisboeta de coração, soube oferecer à cidade natal, que tão bem conhecia e amava, os seus dotes de jornalista, escritor e homem de acção, numa dádiva total cujos reflexos ainda se podem colher nas páginas dos vários escritos que deixou.

A personagem que ora homenageamos nasceu em Lisboa em 21 de Março de 1889 e, segundo rezam as crónicas, quando tinha 14 anos, viu-se compelido a deixar os estudos no liceu por morte de seus pais. Não esmoreceu, porém, e adregou de entrar para a Imprensa Nacional em cuja escola se preparou como artista gráfico a ponto de alcançar o primeiro prémio ao cabo da sua frequentação. Na ânsia de se instruir e mercê de porfiada canseira, atingiu o termo do seu curso liceal e logrou inscrever-se no Curso Superior de Letras que então se ministrava nos baixos do velho convento de Jesus, paredes meias com a vetusta Academia das Ciências, em instalações menos que precárias mas onde pontificavam nomes sonantes da *intelligentsia* nacional como Leite de Vasconcelos, David Lopes, Silva Teles e tantos outros.

Aí aprendeu a cartilha do letrado que viria a ser, mas depressa se apercebeu de queurgia a necessidade de sobreviver e, para tanto, deixou a Imprensa Nacional para vir trabalhar no jornal «O Mundo» onde se afirmou logo como jornalista, transitando mais tarde para «A Manhã».

E aqui começa a história dos «Amigos de Lisboa», que está contada e recontada por muitos de nós, mas que merece se recordem dela os traços fundamentais que estão indissolúvelmente ligados a Norberto de Araújo.

Animado pelo intenso afecto que votava à sua Lisboa e mercê do conhecimento que ia adquirindo de todos os recantos da cidade, cujos caminhos cruzava repetidamente, por volta dos anos 30 usou da sua pena fluente para, em curtos e sugestivos artigos de gazeta, ir ensinando ao lisboeta distraído a beleza e o pitoresco da capital e seus habitantes. Como mais tarde escreveu outro olisipógrafo celebrado, e nosso antigo presidente, Gustavo de Matos Sequeira: «Norberto de Araújo, um dos grandes pioneiros desta campanha, primeiro em «A Manhã» e depois no «Diário de Lisboa», a mais lisboeta de todas as gazetas, começou a publicar uma série de propaganda alfacinha, desenhos e pinturas de Lisboa, quadros da cidade velha e nova, *clichés* flagrantes dos seus tipos, dos seus costumes, dos seus aspectos pitorescos, dos seus recantos cheios de poesia, dos seus panoramas, das suas feições». E, mais adiante, rematava Matos Sequeira: «Então os devotos da cidade, os amorosos da sua cor e da sua luz de milagre, da sua graça e do seu espírito de póvoa ribeirinha, entraram a aproximar-se uns dos outros, a comentar essas páginas evocadoras do saudoso Amigo, a pensar com um sentido mais prático, na maneira de formar e de disciplinar uma legião de defensores do seu tipismo contra as naturais perturbações que lhe traziam a inovação ainda não purificada por um plano de conjunto e por uma teoria de estudos reflectidos. De aí nasceu este grupo, catorze lisboetas aglutinados à roda da ideia, lançaram mãos à obra».

Esta síntese perfeita de Matos Sequeira, quer no conteúdo quer na forma literária, dá bem conta da intervenção pioneira de Norberto de Araújo e do espírito que, através dela, se gerou num punhado de homens cultos amantes de Lisboa.

Firmada a agremiação em 1936, logo foram aderindo, por centenas, novos e velhos, das mais variadas formações, todos interessados em conhecer melhor o seu burgo. É bom que se repita que, nessa época, havia surgido uma plêiade de investigadores da cidade, os quais, na esteira de Mestre Júlio de Castilho, estudaram e devassaram arquivos e bibliotecas, observaram no terreno os vestígios do passado e pla-

nearam e propuseram projectos de futuro. Era a época dos escritores de Lisboa, e nunca se vira até então tamanha azátama no desvendar dos segredos e belezas cidadinas. A criação do Grupo fora, de facto, um êxito.

Embora tivesse papel relevante na fundação do Grupo «Amigos de Lisboa», não se quedou por aqui a devoção de Norberto de Araújo à recém-nascida agremiação. Com o seu activo contributo iniciaram-se os célebres passeios culturais pela cidade, que arrastaram multidões através dos bairros pitorescos e lançaram olhares curiosos sobre igrejas, palácios, conventos e toda a sorte de monumentos grandes e pequenos visitáveis, sempre guiados pela palavra quente do seu companheiro de caminhada.

Mas não só as pedras, velhas ou novas, eram objecto da atenção de Norberto de Araújo. Uma cidade é sobretudo o seu povo e a ele dedicava Norberto uma farta parcela da sua admiração, do seu espírito de pesquisa e até do seu carinho. Entendia que as gentes da cidade deviam participar dos actos culturais, preservar os seus costumes e tradições e alegrar-se nas suas festas. Para tanto criou as celebradas «Marchas de Lisboa», plenas de animação e recheadas de canções bairristas de que foi esperto animador e mesmo o autor de versalhadas que ficaram no ouvido dos seus contemporâneos e ainda hoje se escutam com agrado.

A criatividade deste amoroso de Lisboa tanto se interessava pelo povo anónimo como pelos estratos mais cultivados no que tocava a dar a conhecer a cidade aos seus indígenas. Assim, foi ele quem propôs a criação duma cadeira de estudos olisiponenses na Faculdade de Letras de Lisboa, ideia que mais tarde veio a ser posta em prática. Vieira da Silva, outro mestre da olisipografia e nosso primeiro presidente, gizou mesmo um programa exaustivo desse curso, cuja regência foi entregue muito acertadamente ao Prof. Orlando Ribeiro, sábio geógrafo cuja obra científica é bem conhecida do mundo culto e a quem há pouco tempo premiámos com o título de sócio honorário do Grupo. Por mal dos nossos pecados o curso de Olisipologia teve pouca dura, por supressão administrativa de quem não entendeu os benefícios culturais que dele provinham. Seco o manancial de futuros estudiosos de Lisboa, logo se fez sentir uma quebra na produção de monografias e livros sobre a cidade, ao ponto de estarmos hoje quase reduzidos, com raras e honrosas excepções, à reimpressão de obras antigas desencantadas das prateleiras.

Na ânsia de ver ressurgir uma cidade mais bela, Norberto de Araújo, em constante ebulição de ideias, aventava a cada passo soluções adequadas para muitos dos problemas de Lisboa. É disso exemplo o seu plano de renovação de Alfama, que foi o móbil das intervenções da edilidade

camarária da época e ainda são guia certo para actuações futuras. O Arquitecto Veloso Reis Camelo, nosso antigo companheiro na Direcção do Grupo, tomou sobre si o encargo de dirigir muitas das obras indispensáveis. Essa jóia que dá pelo nome de Alfama não está ainda convenientemente tratada e há que reactivar as ideias norbertianas para a sua preservação.

Quem percorrer com atenção as páginas da revista «Olisipo», a obra mais durável do Grupo «Amigos de Lisboa», depressa se aperceberá de que o nome de Norberto de Araújo entesta numerosos artigos sobre os mais diversos temas lisboetas. Assim, podemos encontrar desde os «Vestígios vivos das muralhas de Lisboa» (1938), passando por «Dois Palmos de Lisboa em Belém» (1941), «Arcos» (1944), «Uma Alfama nova» (1945), «A Fisionomia da Cidade» (1945), «Os Passos da Mouraria e a Lápide da Cerca Fernandina» (1947), «A Cor de Lisboa» (1949), «Para Que Têm Servido os Conventos em Portugal» (1950), «Vieira da Silva» (1951), «A Rua dos Fanqueiros» (1952), «Azulejos» (1952), até, finalmente, «Os Arcos de Lisboa e a sua Nostalgia» (1952), data do ano da sua morte.

Esta seca enumeração de títulos não dá conta devida da prosa expressiva de Norberto, que sabia transmitir com leveza os assuntos pretensamente áridos, recheando-os de comentários pitorescos destinados a avivar certos passos do discurso como um bom professor que sabe ensinar os seus alunos. Era, de resto, esse o seu objectivo: ensinar Lisboa aos lisboetas.

Disse-se e escreveu-se que Norberto de Araújo «não era homem de ir arrancar os segredos dos arquivos, mas, conhecidos que fossem, ele sabia, como ninguém, retocá-los na colorida paleta de tintas que era o seu coração de alfacinha». Ele próprio escreveu «Neste amor a Lisboa, ordenado e sério, despido de expansões mórbidas, integrado apenas dentro da cultura, a minha função é modesta: propagar, agitar, convencer, ensinar o que anda ensinado, repetir o que foi dito e revelar apenas aqui e além».

Quer isto dizer que ele próprio se tinha por um repetidor, longe do pesquisador aturado que percorre tombos e bibliotecas na ânsia de descobrir o facto novo.

Não o vejo assim no meu entender, já que nas muitas páginas que escreveu sobre Lisboa, se revela muito que não era conhecido, um rol imenso de observações inéditas e de pesquisas em arquivos. Para mim Norberto de Araújo era também um investigador, apressado, é certo, já que na sua vida de escritor de novelas, de peças de teatro e de artigos

de jornal, pouco espaço lhe sobrava para a pesquisa científica como único fim da sua actividade. Mas quanto de novo ele nos revelou sobre a Lisboa que bem conhecia e com que mestria ele soube introduzir dados novos nas suas publicações.

A sua bibliografia é enorme e não sou eu quem vai dar-vos uma resenha de tal actividade literária, já que o meu fito é traçar-vos apenas o retrato, ainda que esboçado, do Amigo de Lisboa. Quem quiser ter uma ideia mesmo fugaz da sua produção escritural deve consultar o pequeno catálogo que, em boa hora, publicou este ano a Câmara de Lisboa, quando da exposição bibliográfica que organizou no Palácio das Galveias em homenagem dos 100 anos de Norberto de Araújo. Aí, se podiam ver, além de livros e artigos de jornal, os indispensáveis números da nossa revista «Olisipo». De entre as peças hoje raras de encontrar, lá estavam também os fascículos da importante obra «Lisboa, Oito Séculos de História» dirigida por Matos Sequeira e, para a qual, Norberto de Araújo contribuiu com dois artigos, no seu estilo peculiar, intitulados «No Tempo dos Afonsins» e «Lisboa e o Terramoto». Dá-nos pena que a Câmara não reedite esta obra monumental de grande aparato gráfico e recheada de artigos eruditos sobre a cidade.

Relembrando a produção olisipográfica de Norberto de Araújo não posso deixar de quedar-me sobre três obras fundamentais: As «Legendas de Lisboa», as «Peregrinações em Lisboa» e o «Inventário de Lisboa».

As «Legendas» datam de 1943 e são, no dizer do autor, «traços sublinhados de tudo que possui encanto e mistério. Despreza-se o que é feito pelo direito que assiste àqueles que amam. Recolhe-se o espírito e poetiza-se a matéria». Esta intenção do escritor traduz-se em primorosos pequenos quadros, verdadeiras legendas, que assinalam ora um portal, ora uma rua, ora um chafariz, ora um cruzeiro, todos eles vistos com os olhos do amoroso e descritos pela pena do encantado. São as surpresas que recolhe a cada passo todo aquele que percorre Lisboa com admiração.

Mais profundo é, porém, o propósito do autor nas «Peregrinações». Numa extensa obra de 15 voluminhos, Norberto percorre de braço dado com um hipotético companheiro, que ele trata por Dilecto, as ruas, travessas e becos de Lisboa, num esquadrinhar sem fim, dissertando a cada passo sobre a história, a fundação, o destino e a vivência de tudo o que vão enxergando por essa Lisboa fora. É um guia espiritualizado como ainda não se havia escrito e que mesmo hoje, é obra imprescindível em todas as bibliotecas ou simples prateleiras do lisboeta avisado. Quem, no nosso tempo, quiser descrever ou estudar qualquer tema alfacinha,

antes de consultar velhos in-fólios difíceis de encontrar, deve ir primeiro debruçar-se sobre as páginas das «Peregrinações em Lisboa» que lá encontrará o fio condutor de que carece.

O mal está em que já não se vê nos escaparates das livrarias a obra apetecida. Esgotada de há muito, não há uma alma piedosa que tome a iniciativa de a reeditar. Quem o fizer, merece os encómios de todos os amantes de Lisboa.

Porém, a obra monumental que seria a coroa de glória de Norberto de Araújo, é o «Inventário de Lisboa». Muito cedo germinou no seu espírito a ideia dum trabalho deste vulto e em Maio de 1939 deu-a a conhecer ao público numa conferência pronunciada no salão nobre da Câmara Municipal de Lisboa. Aí se esmiuçaram os quês e os porquês de semelhante empreendimento que a todos se afigurou logo de enorme valia. Obra de grande fôlego, exigia um esforço considerável, excessivo para um só homem, mas que Norberto, na posse dum enorme saber acerca da cidade e seus meandros, soube dar vulto, publicando o primeiro fascículo em 1944. Tratava-se de inventariar, de forma rigorosa e erudita, mas sem a aparência dum rol notarial, todos os monumentos incluindo palácios, conventos, igrejas, ermidas, estátuas, lápides, inscrições, fortificações e estendendo-se às bicas, chafarizes, cunhais, janelas, azulejos e tudo o mais que representasse património cultural da cidade. De todo este programa ambicioso foram saindo lentamente doze fascículos, dos quais só nove são da exclusiva responsabilidade de Norberto de Araújo. Para os três últimos foi a editora camarária socorrer-se da ajuda de outro olisipógrafo, o Dr. Durval Pires de Lima, também sócio fundador do Grupo, há pouco falecido.

Ainda um volume à parte sobre as «Casas da Câmara» de parceria com Pastor de Macedo veio preencher uma lacuna na bibliografia olisiponense.

Não creio que a obra do «Inventário» tal como ele a gizou, jamais prossiga, ao contrário do que vaticinava Hugo Raposo, dedicado tesoureiro do Grupo, já falecido, mas o que se publicou já constitui um excepcional contributo para o conhecimento da cidade e uma medida adequada da capacidade do autor.

Não era Norberto de Araújo personalidade que se resignasse a ocupar um posto estático na hierarquia do Grupo. A sua inquietude fadava-o para vida mais activa. Não obstante, ainda desempenhou no Grupo «Amigos de Lisboa» os cargos de Secretário-Geral Adjunto, de 1936 a 1945, e de Vice-Presidente da Assembleia Geral de 1946 até morrer.

O seu espírito multímido não podia passar despercebido a governantes nacionais e estrangeiros da época, que o premiaram com algumas condecorações como a de oficial da Ordem de Santiago, de Comendador da Ordem de Cristo, Comendador da Ordem da Instrução, Cavaleiro da Ordem de Leopoldo da Bélgica, Grande Oficial da Coroa de Itália, Oficial do Mérito Civil de Espanha e Comendador de Isabel a Católica.

Após a sua morte, a edilidade lisboeta atribuiu muito justamente o seu nome a uma rua de Alfama que ele tanto amava. Quem hoje subir a Adiça até às portas do Sol não pode esquecer-se de que lá está em cima num cunhal o nome de Norberto de Araújo e não deixará por isso de pisar com pé respeitoso as pedras duma rua que ele tantas vezes percorreu.

Neste ano do centenário do seu nascimento, o Grupo «Amigos de Lisboa» pouco mais pode fazer em louvor de Norberto de Araújo que dedicar-lhe esta sessão de homenagem e descerrar nesta sala o retrato de quem tanto fez por Lisboa e por nós todos, que o admiramos. Cumprimos este dever com simplicidade, é certo, mas também com muita emoção.

Cabe «Amigos»

É com o maior respeito que me dirigio a todos os membros do Grupo «Amigos de Lisboa» em nome desta sessão de homenagem e descerrar nesta sala o retrato de quem tanto fez por Lisboa e por nós todos, que o admiramos. Cumprimos este dever com simplicidade, é certo, mas também com muita emoção.

É meu dever lembrar-me ainda de agradecer ao Excmo. Sr. Director do Hospital Militar Praticar, Sr. Prof. Carlos Ribeiro, pela sua pronta assistência à realização desta sessão e pelo entusiasmo com que acolheu todas as propostas que lhe foram feitas para que os «Amigos de Lisboa» fossem recebidos no melhor ambiente possível.

Grato fico igualmente a todos quanto colaboraram, com a melhor das vontades, na organização da sessão que tenho o prazer de agradecer aos membros «Amigos de Lisboa» e que todos foram, não só os que nos irão ser apresentados, como muitos outros que, embora na ausência do momento, muito contribuíram para a realização de tudo isto, quanto possível, ao interesse dos «Amigos de Lisboa» e à sua honrosa visita que «segundo sei» é a segunda feita a esta Casa, com o largo intervalo de mais de 40 anos.



VISITA DO GRUPO “AMIGOS DE LISBOA” AO HOSPITAL MILITAR PRINCIPAL

EM 17 DE JUNHO DE 1889

por FERNANDO DE MATOS RODRIGUES

Caros «Amigos»

É com o maior regozijo que me encontro de novo perante vós, como guia desta visita ao Hospital Militar Principal, esperando corresponder à confiança que a Direcção do Grupo «Amigos de Lisboa» em mim depositou ao convidar-me, e à qual desde já agradeço a oportunidade que tanta hora e tanto gosto me dá.

É meu dever lembrar-me ainda de agradecer ao Exmo. Brigadeiro Director do Hospital Militar Principal, Sr. Prof. Carrilho Ribeiro, pela sua pronta anuência à sugestão desta visita e pelo entusiasmo com que acolheu todas as propostas que lhe foram feitas para que os «Amigos de Lisboa» fossem recebidos da melhor maneira possível.

Grato fico igualmente a todos quanto colaboraram, com a melhor boa vontade, na organização da visita que iremos proporcionar aos estimados «Amigos de Lisboa» e que muitos foram, não só os que vos irão ser apresentados, como muitos outros que, embora na sombra do anonimato, muito contribuíram para a tentativa de corresponder, quanto possível, ao interesse dos «Amigos de Lisboa» e à sua honrosa visita que — quanto sei — é a segunda feita a esta Casa, com o largo intervalo de mais de 40 anos.

Considerando apenas a zona da Estrela (que é a que iremos visitar hoje) são três as áreas actualmente ocupadas pelo Hospital Militar Principal.

1. A que corresponde ao antigo Convento de S. Bento, que é aquela onde nos encontramos (local assinalado com a letra A).

2. Parte da do extinto Convento do Santíssimo Coração de Jesus de Carmelitas Descalças de Santa Teresa e da respectiva cerca do lado oriental (uma vez que abertura da Av. Infante Santo, rasgando a cerca, a dividiu em duas partes): (Concentração no local B).

3. Lado ocidental da cerca (concentração no local C) — entrada da C. S. F. M.

Desde 1961 — por necessidades impostas pela guerra do Ultramar — o Hospital Militar Principal ocupa ainda quase toda a área do Antigo Regimento de Artilharia 1, mas a esta não voltaremos a referir-nos por não constar do programa da visita de hoje.

Convento de S. Bento «o Velho»

O local onde nos encontramos é pois o do antigo *Convento de S. Bento*.

Fundado em 1571, é uma história atribulada de mais de 4 séculos a que procurarei resumir-vos.

A *Ordem dos Beneditinos*, instituída no século VI por S. Bento, teve como berço o célebre Monte-Cassino, em Itália. Apesar de se ter instalado na Península Ibérica ainda em vida do seu fundador, só na segunda metade do século XVI pretendeu possuir Casa própria na Capital portuguesa.

Procuraram os frades beneditinos, vindos de entre Douro e Minho, local próprio para a construção do seu convento. As regras impunham-lhes uma área fora dos limites da Capital (que seriam então os da muralha Fernandina) mas que conviria ser tão próximo quanto possível.

Conta o Mestre Matos Sequeira em «Depois do Terramoto» que este local foi escolhido a conselho do escrivão Gaspar Rebelo. Refere-se no entanto, a este respeito, uma história mais envolvida de misticismo:

Depois de Frei Plácido de Vila-Lobos ter pregado o Sermão das Lágrimas de Madalena no Convento de Franciscanos da Esperança, terá sido abordado por um misterioso ansião que lhe afirmou conhecer o local conveniente e o terá conduzido ao cimo deste morro, ocupado então por olivais e quintas, entre elas a que pertencia a D. Luiz Henriques, governador da Ilha de S. Tomé.

O local, arejado e com excelente vista (qualidades ainda hoje certificadas pelo nome de duas ruas bem próximas), agradou ao frade, que logo tratou de propor a sua aquisição ao Cardeal D. Henrique.

Ora esta «aquisição» não teria sido muito ortodoxa... O proprietário encontrava-se em S. Tomé; estaria responsável por ela o genro que, ao que parece, a teria hipotecado... O facto é que, com a anuência do todo-poderoso Inquisidor-mor, que terá prometido tratar de tudo, os beneditinos em 1571, ocuparam a propriedade rústica de D. Luiz Henriques e logo ascasas se transformaram, de acordo com as suas necessidades, em Igreja, Sacristia, Dormitório e outras dependências.

Na noite de Natal de 1573 celebraram a 1.^a missa.

Ao regressar de S. Tomé e Príncipe, D. Luiz Henriques ainda esboçou uma reclamação. Mas tal teria sido a emoção de ver transformada a sua casa em Casa de Deus que não só desistiu da reclamação, como ofereceu avultada esmola; e, ao enviuar professou na Ordem, trocando por Paulo o nome de Luiz, por ter tomado o hábito no dia da Conversão de S. Paulo.

O Sr. Capitão-Capelão José António Marques Júnior em trabalho publicado no Boletim «Olisipo» por ocasião da visita dos «Amigos de Lisboa» ao Hospital Militar Principal em 30 de Março de 1947, afirma que *Frei Paulo Henriques* foi sepultado em 1575 no Convento de S. Bento, lendo-se na sua sepultura o seguinte epitáfio:

«AQUI JAZ FR. PAULO HENRIQUES, religioso de S. Bento.
O qual fez estas casa antes de monge que depois
foi deste Mosteiro. Faleceu a 9 de Junho de 1575.»

Não sei onde o Capelão Marques Júnior leu ou teve notícia deste epitáfio. As lápides sepulcrais existentes na Capela são de dois tipos: umas anónimas, apenas numeradas, havendo três outras, com inscrições, duas do princípio do século XVIII e outra que não tem data mas que tem epitáfio diferente.

Em breve os beneditinos procuraram alargar os seus domínios. Logo ali ao lado existia a chamada «Quinta de Baixo» (de Antão Martines)

conhecida por Casa de Saúde desde que — por imposição do Senado Municipal — ali foram recebidos pestíferos da epidemia de 1569/70. E assim, 25 anos depois da fundação do Convento, a Ordem decide em Capítulo Geral, adquirir a «Quinta de Baixo» e aí construir, mais perto da Capital e em local mais abrigado, a nova clausura.

Em 8 de Novembro de 1615, os religiosos instalaram-se no novo Convento (que tomou o nome de S. Bento o Novo ou da Saúde) mais espaçoso, com numerosas celas e boa biblioteca.

O Conventinho — considerado «Limitado e Capucho» (e que passou a chamar-se de S. Bento-o-Velho) foi abandonado e entaipada a sua porta principal.

Frei José de Santa Escolástica Mattoso em extenso trabalho publicado em 1955 na «Revista Municipal», intitulado «O Colégio Beneditino da Estrela no princípio do século XIX — uma questão monástica» informa que o edifício serviu de acolhimento a vadios e que em 1620 só não foi destinado a «recoleta» por não ter havido nenhum devoto que quisesse encarregar-se de o reconstruir e sustentar os religiosos.

Até que, em 1628, conta Matos Sequeira no número 93 de «Olisipo» em apontamento da secção informática «Feira da Ladra»:

...«indo lá um dia Frei Leão de S. Tomaz, geral da Ordem, e vendo com tristeza a portaria entaipada e casa vazia resolveu utilizá-la para Noviciado dos Bentos. Alfaiou de novo a Igreja e mandou pintar no retábulo do altar-mor a imagem da Virgem com uma estrela na mão entre as imagens de S. Bento e de S. Gregório e os devotos passaram a chamar-lhe «a Senhora da Estrêla». O Noviciado breve tomou este nome (que se estendeu ao sítio) e, mais tarde, também por Estrêla ficou a ser conhecido o Bairro criado, depois do Terramoto, em volta da quinta de Luiz Henriques, cujo vestígio mais visível é o jardim».

E termina com esta graça:

«Como se vê, o verdadeiro Leão da Estrêla não foi o trazido de África pelo explorador Paiva de Andrade, mas aquele Frei Leão de S. Tomaz, vindo das matas cerradas de Tibães».

— ★ —

O Sr. Capelão Marques Júnior, no já referido trabalho publicado no n.º 39 de «Olisipo», refere que, além do retábulo, existia sobre a

banqueta do altar, do lado direito, outra imagem de N.^a Sr.^a da Estrêla, em madeira, com o Menino Jesus sobre o braço esquerdo e uma estrela de prata dourada na mão direita, oferta do Conde de Figueira, D. José Luiz de Lencastre. A estrela era muito solicitada pelos doentes que lhe atribuíam virtudes milagrosas.

Não há história de um antigo local lisboeta em que não tenha de referir-se a fatídica data de 1 de Novembro de 1755.

Quase completamente destruído com o terramoto, o Colégio de N.^a Sr.^a da Estrela começou a ser reedificado em 1758 com o auxílio do Bispo do Rio de Janeiro Frei António do Desterro, da Ordem Beneditina.

Em 1783 reabriram as aulas, por determinação do Geral eleito nesse ano Frei José Joaquim de Santa Tereza, continuando as obras de reconstrução até 1789. No entanto — ao que parece por dificuldades económicas — os estudos terminaram em 1788.

Ficou o colégio, desde então, apenas com 3 ou 4 monges, até que em 1797 o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra decidiu mandar ocupá-lo para Hospital das Tropas Inglesas. Feitas as pazes com a França e a Espanha em 6 de Junho de 1801, os militares ingleses abandonaram o improvisado hospital logo no princípio de 1802.

Poucos meses depois, desencadeia-se a há pouco referida «Questão Monástica»: enquanto alguns membros da Ordem desejavam a venda do edifício à Coroa, outros defendiam a restauração dos Estudos.

O Príncipe Regente — futuro D. João VI — manda então proceder a avaliações e medições do edifício, a fim de se verificar se serviria para Hospital Militar. Em 1803 o Regente decide que se estabeleçam os Estudos no Colégio.

As Invasões Francesas acabam, contudo, por fazer contrariar esta decisão régia:

- Em 1807 recebe feridos franceses do Exército de Junot e
- em 1808 serve de Hospital do Corpo Expedicionário Inglês.
- Em 1818 os Administradores da Real Fazenda determinam que a Secretaria dos Hospitais Militares e a Botica Geral do Exército sejam transferidos para o Colégio de N.^a Sr.^a da Estrela que, a esta data, seria apenas parcialmente ocupado pelos religiosos. A Botica Geral do Exército instalou-se no refeitório dos Frades. Nos antigos dormitórios instalou-se a Real Academia de Desenho, de História e de Architectura Civil, até que, em 1836, foi para

o extinto Convento de S. Francisco. Também aqui eseva a Aula de Escultura que depois passou para a nova Academia de Belas Artes.

- Em 1834, com a extinção das Ordens Religiosas, é o Colégio de N.^a Sr.^a da Estrela adaptado a Hospital Militar, chamado então Hospital Militar de Lisboa, novo nome do Hospital Real Militar da Corte instalado, desde 1755, no Convento da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, na Pampulha (em frente da Igreja de S. Francisco de Paula).

Nota: Foi durante as Campanhas da Restauração que pela primeira vez se organizou o Serviço de Saúde Militar, criando-se os Hospitais de guarnição organizados e geridos pelos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus, apoiados pelo Hospital Real de Todos-os-Santos.

Pelo Decreto LXXXI de 6 de Outubro de 1851 (do Duque Marechal Saldanha e dos Ministros Rodrigo da Fonseca, Fontes Pereira de Melo e António Aluizio de Atougua) determinando a centralização de todos os Hospitais Regimentais de Lisboa, para melhor controlo administrativo, instalou-se então definitivamente o Hospital Militar no Edifício do Colégio de N.^a Sr.^a da Estrela, com o nome de Hospital Militar Permanente de Lisboa. Por este motivo foi a data de 6 de Outubro escolhida para comemoração anual do Dia da Unidade.

Com o decorrer dos anos, o edifício foi-se tornando insuficiente, pelo que houve necessidade de construir novos pavilhões:

Em 1898 foram construídos os primeiros anexos, do lado da Rua de S. Bernardo, que tiveram várias aplicações: casa mortuária e casa de autópsias, enfermaria de isolamento, caserna de praças. Estes anexos, devido ao seu péssimo estado de conservação foram demolidos em 1981, dando lugar a parque de estacionamento.

A partir de 1899, e em anos sucessivos, foram-se instalando alguns serviços na cerca do antigo Convento do Santíssimo Coração de Jesus:

Pavilhão de Oftalmologia e de ORL

Pavilhão de Cirurgia

Laboratório de Análises

As áreas ocupadas pelo Hospital Militar Principal neste extinto convento serão o segundo local da nossa visita de hoje.

O Convento do Santíssimo Coração de Jesus – de Religiosas Carmelitas Descalças foi construído numa propriedade chamada Casal da Estrela que pertencia à Casa do Infantado e foi doada por D. Pedro III para cumprimento do voto da Rainha D. Maria I sua sobrinha, com quem casara em 6.6.1760, e que fora feito na intenção de dar à luz filho varão que assegurasse a sucessão.

Em 21 de Agosto de 1761 teve o Régio Casal o seu primeiro filho varão, o Príncipe D. José (que viria a falecer em 11.9.1788) e em seguida: em 26.9.1763, o Infante D. João, falecido nesse mesmo ano; em 13.5.1765 o Infante D. João que lhe sucedeu no trono, e ainda três filhas:

A Infanta D. Mariana Victória, em 15.9.1768 (falecida 2.11.1788) casada com D. Gabriel de Burbon, filho de Carlos III de Espanha;

A Infanta D. Maria Clementina, em 9.6.1774 e

A Infanta D. Maria Isabel, em 22.12.1776.



Quando, em 13 de Maio de 1777, D. Maria I subiu ao trono, logo tratou de dar cumprimento ao seu voto.

Principiou a construção do Convento em 16 de Fevereiro de 1778, segundo projecto do Sargento-mor Mateus Vicente de Oliveira.

Em 24 de Outubro de 1779 (já fechada a cerca, levantadas as paredes do andar inferior e quase terminados dois claustros) lançou-se a 1.^a pedra da Real Basílica, a que se seguiu complicado cerimonial que pormenorizadamente se encontra relatado nas «Memórias da Basílica da Estrela» escritas em 1790 pelo Capelão Manuel Pereira Cidade e publicadas em 1926 por António Baião. Dessa obra extraí a figura que vos mostro com a transcrição, em latim, gravada em duas faces da pedra.

Em 1.6.1781 procedeu-se à bênção do Convento e logo no dia 6 seguinte nele se instalaram as 15 freiras provenientes do Convento de Santa Teresa de Carnide, de Carmelitas Descalças que nesse dia se deslocaram nos luxuosos coches da Casa Real...

Em 17 de Agosto de 1788 sagraram-se os sinos; e a Basílica de 14 a 19 de Novembro de 1789. Foi durante os seis dias que levaram as cerimónias da sagração dos altares que a Família Real se alojou no chamado «Palacete».

Diz o Prof. Francisco de Assis Oliveira Martins em trabalho publicado na Revista «Olisipo», n.º 141 de 1978 (por ocasião da visita do Grupo «Amigos de Lisboa» à Basílica da Estrela em 16.4.1978):

«Para o indicado campo (refere-se ao que é hoje o Jardim 5 de Outubro) dá frente uma parte do lado a que davam a denominação de «Palacete». Nele existem duas salas que serviam de aposento à Família Real, hoje dependência do H. M. P.»

Esta dependência — constituída, aliás, por mais de duas salas e que ireis visitar — começou por alojar o Depósito de Material Sanitário. A partir de 1950 nela se instalou, até 1979, a Escola do Serviço de Saúde Militar. Actualmente serve de depósito da Biblioteca Geral, de Secção da Justiça, e Electroencefalografia.

Voltando à História do Convento do Santíssimo Coração de Jesus:

Em 5 de Fevereiro de 1790 recebe o corpo do Arcebispo de Tessalónica, Frei Inácio de S. Caetano que fora confessor da Rainha, trasladado de S. João da Cruz, de Carnide.

Em 3 de Junho de 1821 é a vez de receber o corpo da Rainha D. Maria I, trasladado do Convento de S. José de Ribamar, onde ficara depositado desde que viera do Rio de Janeiro onde a Rainha falecera, em 20.3.1816.

Em 1834 o Convento é extinto e parcialmente ocupado por vários serviços públicos, entre os quais uma Companhia da Guarda da Polícia e um dos Tribunais da 1.^a Instância.

Em 1870 é definitivamente secularizado, com a morte da última freira e em 1874 é parcialmente ocupado pelo Instituto Geográfico Cadastral.



Deixando agora a ordem Topográfica, para continuar com a cronológica, acrescentarei que:

Em 1918 o edifício principal foi ampliado para o lado do Jardim da Estrela;

Chamo agora a vossa atenção para um facto curioso e que penso ser muito pouco conhecido mesmo daqueles que se têm debruçado sobre a História deste Hospital: em 1919 esteve para ser extinto! O curioso acontecimento, descrito por Eugénio Sobreiro de Figueiredo e Silva em

«Breve História do Hospital Militar de Campolide — como começou e como acabou» (publicado na Revista «Olisipo», n.º 54, de 1951) resume-se assim: com a entrada de Portugal na 1.ª Grande Guerra, o Hospital Militar Permanente da Estrela passou a não ser suficiente para receber e tratar os feridos evacuados.

A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas lembrou-se, entre outras acções de assistência aos combatentes, de fundar um hospital. A Revolução Republicana deixara devoluto, com a expulsão dos Jesuítas, o grande edifício escolar que lhes pertencia, no alto de Campolide, e ali se criou um vasto estabelecimento hospitalar que ficou sob a direcção do Prof. Francisco Gentil. Ora no final da guerra, como a obra era grande e boa, pensou-se na extinção do Hospital da Estrela, para ficar com as suas funções o de Campolide. Como surgissem oposições, nomeou-se uma comissão para resolução do assunto que, reunida, votou número igual de votos nos dois sentidos! Para desempatar, foi chamado um dos membros que não tinha comparecido à reunião. E foi este voto (anónimo) que permitiu a continuidade do nosso Hospital no local em que nos encontramos! Tendo até ganho com tal decisão a aquisição de valioso espólio do Hospital de Campolide.

Até 1923 construiu-se o edifício que se encontra à esquerda de quem sobe a rampa de acesso e onde estão instalados os Serviços de Rais X — Fisiatria, Estomatologia e a Central de Consultas de Medicina.

De harmonia com o despacho da circular n.º 8 da 1.ª República do Governo Militar de Lisboa... passou desde 1 de Setembro de 1926, o Hospital Militar de Lisboa a ser Hospital Militar Principal de Lisboa (e o de Belém o Hospital Militar Auxiliar).

Na década de 40 construiu-se, agora na cerca, o Pavilhão da Família Militar. Com a inauguração de novo edifício da Casa de Saúde da Família Militar, em 18 de Outubro de 1973, o velho Pavilhão foi, a pouco e pouco, desactivado, nele funcionando hoje, apenas no 1.º Piso, a Central de Consultas de Cirurgia.

Terminará a visita de hoje justamente no terraço desta Casa de Saúde e em cujo 4.º piso vos proporcionarei o que penso ser uma boa surpresa. Quando, em Janeiro de 1970, se executavam os trabalhos de remoção de terras, a escavadora fez rolar, no meio do entulho, uma pedra de mármore, talhada em cubo, que chamou a atenção. Apesar de ter sofrido algumas mutilações, estava bem conservada e nela se descobriram, em duas das faces, inscrições em latim. A esta relíquia — que é nem mais nem menos do que a 1.ª Pedra da Real Basílica da Estrela, lançada em 24 de Outubro de 1799, em cerimónia de que há pouco

vos falei — foi dado lugar condigno, à entrada no novo edifício, onde hoje aguarda a visita do Grupo «Amigos de Lisboa», alguns dos quais talvez possam saber explicar por que motivo esta 1.^a pedra veio a ser desenterrada a cerca de cem metros do local onde seria natural que estivesse. Ou foi a Basílica construída algo mais para nascente do local que lhe estaria primitivamente destinado?

Termino com a esperança de que algum dos presentes possa esclarecer este mistério...



Depois da projecção de alguns diapositivos com imagens antigas do Hospital Militar Principal, iniciou-se a visita pela Capela do Hospital Militar Principal. O Sr. Major-Capelão Jorge Marques dos Santos prestou alguns esclarecimentos sobre o restauro da Capela e proveniência de alguns dos seus valores artísticos:

Como já foi dito, em 8 de Novembro de 1615 os religiosos instalaram-se no novo Convento.

Pouco depois, o primitivo convento (actual HMP) foi transformado em Colégio e Casa de Estudo por ordem do Abade geral, Fr. Leão de S. Tomás. Para isso mandou limpar, consertar e reparar a igreja com toda a perfeição e asseio. Mandou, também, fazer e colocar na Capela-mor um formoso quadro de dezanove palmos em alto e doze de largo que representava a Virgem, à qual deu o título de Nossa Senhora da Estrela.

Não é de estranhar esta invocação pois que é este um dos títulos mais sugestivos e poéticos com que a Mãe do Redentor é venerada através dos Séculos no firmamento constelado da religião cristã, sendo na verdade, para os fiéis, luzeiro, bússola, ideal, verdadeira estrela de primeira grandeza. Foi, pois, Nossa Senhora da Estrela, o orago ou titular do novo colégio.

Além do quadro, existia também sobre a banqueta do altar e do lado direito, outra imagem da Virgem em escultura de madeira com o Menino Jesus sobre o braço esquerdo e, na mão direita, uma estrela de prata dourada.

Sobre o arco do pórtico, em nicho, que depois foi transformado em janela, estava outra imagem de Nossa Senhora da Estrela, em barro.

Portanto existiam, no antigo convento, 3 imagens da Virgem sob a denominação de Estrela.

— Os altares laterais eram constituídos por retábulos cercados por talha dourada, da mesma traça do altar-mor.

— Os 4 quadros a óleo, maiores, representam: os desposórios de Nossa Senhora, a Anunciação, o Nascimento do Menino-Deus e a Apresentação no Templo.

A talha do trono do altar-mor foi encontrada nas Telheiras pelo construtor civil Pereira Lima que foi encarregado do restauro da Capela. Esse restauro começou no dia 18 de Agosto de 1946 e terminou em 12 de Junho de 1947.

— O frontal de mármore embutidos do altar-mor, assim como todas as pedras que o ladeiam, vieram do Museu de Arte Antiga e pertenceram a nada menos de seis trabalhos diferentes.

— Outras peças vieram da Basílica da Estrela.

— Parece que as paredes eram revestidas de talha e que o tecto teve boas pinturas.

— A actual imagem de N.^a Sr.^a da Estrela pertenceu ao Convento de Marvila.

— O arranjo e complemento do lambrim do interior e dos dois painéis do vestíbulo foi confiado à fábrica Batistine.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO (Norberto de) — «Inventário de Lisboa», fac. X, p. 56.
- ARAÚJO (Norberto de) — «Peregrinações em Lisboa», livro XI, pp. 33, 45 e 53.
- CHAVES (Luís) — «Registos de imagens de Lisboa hoje desaparecidas» em *Revista Municipal*, n.º 34 (1947) ou em «Lisboa nas Auras do Povo e da História», vol. I, p. 229.
- CIDADE (Manuel Pereira) — «Memórias da Basílica da Estrela», publicadas e prefaciadas por António Baião em 1926.
- GIÃO (Manuel) (coronel-médico) — «Notas sobre o Hospital Real Militar no Convento de S. João de Deus», em *Revista Municipal*, n.º 38.
- GIÃO (Manuel) — «Notas sobre os Hospitais Militares de Lisboa» em *Revista Municipal*, n.º 36 (1948).
- GUERREIRO (José Manuel) — «Lisboa de ontem e de hoje» em *Bata-Branca*, n.º 25, ano III (1973).
- LEITÃO (Joaquim) — «Para a História do Palácio de S. Bento» em *Olisipo*, n.º 19, de Julho de 1942.
- LIMA (M. A. Pereira de) — «A Restauração da Capela do Hospital Militar Principal», Outubro de 1950, Ed. de 300 exemplares.
- MARQUES JÚNIOR (José António) (Cap. Capelão) — «Fundação do Convento da Estrela - Esboço Histórico», Conferência proferida por ocasião da visita dos «Amigos de Lisboa» ao H. M. P. em 30.3.1947, em *Olisipo*, n.º 39, de Julho de 1947.
- MARTINS (Francisco de Assis Oliveira) — «Visita à Basílica da Estrela em 16 de Abril de 1978», em *Olisipo*, n.º 141, de 1978.
- MATTOSO (Frei José de Santa Escolástica) — «O Colégio Benedito da Estrela no princípio do Século XIX - Uma questão monástica», em *Revista Municipal*, n.º 64, 65, 66, 67, 1955.
- MONTEIRO (Gilberto) — «Esboço Histórico do Hospital Militar de Belém», Lisboa, 1946.
- PEREIRA (Domingos da Silva) (Major Capelão) — «Relatório das actividades do serviço de assistência Religiosa», em *Anuário do Ano*, de 1982, do H. M. P.
- PEREIRA (Luís Gonzaga) — «Monumentos Sacros de Lisboa em 1833», Lisboa, 1927.
- SEQUEIRA (G. de Matos) — «Depois do Terramoto», vol. II pp. 34, 38, 40, 41, 68.
- SEQUEIRA (G. de Matos) — «A Estrela», em Feira da Ladra, *Olisipo*, n.º 93, Janeiro, 1961.
- SILVA (Eugénio Sobreiro de Figueiredo e) — «Breve História do Hospital Militar de Campolide», em *Olisipo*, n.º 54 (1951).

FERNANDO PESSOA, Amigo de Lisboa *

por MARIA AMÉLIA R. GOMES

Antes de iniciarmos este artigo sobre a imagem que da sua cidade nos deixou Fernando Pessoa, não podemos deixar de chamar a atenção para a precaridade de tudo quanto deste se possa dizer. Por um lado, há um mundo ainda por descobrir na profusão dos 27 mil e tantos documentos existentes no seu espólio. Por outro, e face a uma personalidade tão poliédrica como a que já sabemos ser a sua, desdobrando-se em tantos modos de ser e de exprimir, as nossas pretensões interpretativas só podem enfermar de pequenez. Não devemos esquecer que muita da sua escrita é uma escrita «em situação», diferenciando-se muitas vezes os textos de acordo com quem, real ou ficticiamente, os escreve: Fernando Pessoa ortónimo, heterónimos, personalidades literárias...

Perante aquele que desejou ser uma «leitura variada», dobremonos pois ao que ele insinuou esperar de nós: que «Alguém me saiba sentir / Mas ninguém me definir»¹.

Posto isto, entremos então no nosso tema, tentando dar, quanto possível com as palavras do próprio autor, uma ideia do relacionamento de Fernando Pessoa com esta cidade-aldeia à beira-Tejo. E cidade-aldeia porque, numa cidade filtrada pela subjectividade do Poeta, cabe também a aldeia mítica, funcionando como arquétipo de um paraíso perdido e irrecuperável. O facto de Fernando Pessoa ser visceralmente um homem da cidade, ao ponto de com ela se identificar poeticamente, não impede que a invente sempre outra. Já lá iremos.

* Conferência proferida na sede do Grupo em 15 de Julho de 1989.

Para já, leia-se este excerto da carta que, em 11 de Dezembro de 1931, escreve a João Gaspar Simões: «O sino da minha aldeia, Gaspar Simões, é o da igreja dos Mártires, ali no Chiado. A aldeia em que nasci foi o Largo de S. Carlos, hoje do Directório, e a casa em que nasci foi aquela onde mais tarde (no 2.º andar, eu nasci no 4.º) haveria de instalar-se o Directório Republicano (Nota: a casa estava condenada a ser notável, mas oxalá o 4.º andar dê melhor resultado que o 2.º)»².

Antes de prosseguirmos, reparemos nas duas coisas interessantes que esta carta nos revela acerca do seu autor: o sentido premonitório (não isento de uma certa ironia) a respeito da própria celebridade; e um sentimento de falta em relação à infância, que, noutros passos da carta, o Poeta vai revelando, enquanto procura cuidadosamente disfarçá-lo sob um véu de indiferença — o Largo de S. Carlos é efectivamente o seu paraíso perdido.

Avancemos então, tendo sempre presentes as incursões da ficção no real e a dificuldade que por vezes existe em destrinçar uma coisa da outra, na obra pessoana. Atente-se em que, se «o poeta é um fingidor», ele finge o que deveras sente, isto é, reconstrói o sentimento diante de nós, usando o artifício duma linguagem comum para no-lo poder transmitir — *fingir* radica no verbo latino *fingere* (modelar, dar forma, re-presentar), o que no fundo apenas significará que fingir é tornar presente e visível o que, não sendo presentificado, seria incomunicável. Com o próprio acto da comunicação se perde a genuinidade do sentimento primeiro: de modo que toda a arte é *fingimento*. Tendo, pois, sempre isso em atenção, fixemo-nos agora na Lisboa habitada, calcorreada e devidamente conhecida por Fernando Pessoa cidadão civil, mas também recriada pelo poeta Fernando Pessoa.

Trata-se de uma Lisboa entediante de quotidiano, mas incorporada à personalidade do Poeta; de uma Lisboa trampolim para o sonho de um algures que não há; ou de um lugar cosmopolitamente sentido como Europa. Bernardo Soares, Álvaro de Campos e Pessoa ortónimo são, com maior ou menor predominância, os sujeitos destas três visões de Lisboa. Deixando um pouco para trás Bernardo Soares, pois que dele iremos falando sempre que vier a propósito (e muitas vezes virá), vejamos desde já o que dizem os outros.

Assim, o *Aviso por causa da moral*, redigido em defesa de Raul Leal e contra os estudantes de Lisboa, termina deste modo: «Europa, 1923, Álvaro de Campos».

Por sua vez, Pessoa ele-mesmo já em 1916 tinha apresentado o sensacionismo como «primeira manifestação de um Portugal-Europa»³,

e ainda antes planeara com os seus amigos uma antologia de autores portugueses, que se intitularia *Europa* e que ele próprio traduziria para inglês, a fim de os dar a conhecer no estrangeiro. É também significativo o que escreve a Francisco Cabral Metelo, em carta de 31-8-1923: «Sim, recebi a sua carta para a Caixa Postal e para o Arcada. [...] Pode ser, realmente, que Lisboa esteja insuportável. Eu não sei. Para mim, é Europa em toda a parte...». Em 23-10-1923, reforçando a recusa implícita na carta anterior em se juntar ao amigo na província, diz: «Conversaremos pois, em Lisboa, onde já parece que sou, se não uma árvore, com raízes naturais no solo, ao menos um marco, ou um poste, postigo mas igualmente enterrado no chão».

Nascido no n.º 4 do Largo de S. Carlos no dia de Santo António de 1888, baptizado na vizinha igreja dos Mártires, Fernando António Nogueira Pessoa recebe o nome do padroeiro da cidade que lhe é berço. Mas bem cedo lhe vão faltando os regaços a que se aconchegava: órfão de pai aos 5 anos, troca o Largo de S. Carlos pela Rua de S. Marçal, onde lhe morre também o irmão mais novo e de onde parte para a África do Sul, com a mãe e o padrasto. Aí, a ternura vai-se repartindo pelos novos irmãos e irmãs e o jovem Fernando isola-se sempre mais. Em poucos anos quebram-se todos os laços de que a sua afectividade mais necessitava: perde o pai, perde de certo modo a mãe, deixa o espaço que lhe dava segurança e tem de adaptar-se ao quotidiano de uma língua estranha.

Até que, aos 17 anos, Fernando Pessoa resolve voltar à sua cidade natal e à pátria-língua. Por livre escolha, o seu lar vai ser agora a vastidão da cidade-mãe e é aí que, predominantemente em língua portuguesa, ele irá dar corpo a uma obra de âmbito universal. A exclamação de Pessoa-Bernardo Soares «Oh, Lisboa, meu lar!» assume assim o seu pleno sentido.

Neste chão lisboeta finca então os pés, para não mais o deixar. Voluntariamente, a ave migradora confina-se enfim ao seu pequeno território, para mais livremente poder «viajar na cabeça». Diz Soares no *Livro do Desassossego*: «Ter o que me dê para comer e beber, e onde habite, e o pouco espaço livre no tempo para sonhar, escrever — dormir — que mais posso eu pedir aos deuses ou esperar do Destino?»⁴.

Veremos que, depois do regresso da África do Sul, apenas esporadicamente sai e, que se saiba ao certo, não vai mais longe que a Portalegre (em 1907) e, mesmo assim, para comprar material tipográfico que lhe permita prender-se ainda mais à cidade-raiz, com a instalação da editora *Ibis*, na Rua da Conceição da Glória. De Portalegre escreve

a Armando Teixeira Rebelo, desta vez em inglês, dando-lhe conta da «hipermaçadoria» (hyperboredom) que é estar lá e concluindo estar «ansioso por voltar a Lisboa». Falhado o projecto Íbis, Pessoa começa a trabalhar no comércio em 1908, como correspondente estrangeiro, e assim definitivamente se radica na sua Lisboa, de onde só uma vez, em 1929, pensa afastar-se, mas apenas para Cascais, para mais tranquilamente se dedicar em exclusivo à sua obra. Não o chega a fazer. Talvez inconscientemente o não desejasse. No fundo, o Sonho era o seu lugar de eleição e para lhe ter acesso era preciso «monotonizar a existência» pela repetição dos mesmos percursos: «Quem nunca saiu de Lisboa, viaja ao infinito no carro até Benfica», diz o seu semi-heterónimo⁵.

Lisboa vai pois ser intensamente vivenciada pelo Poeta, o que se reflectirá na sua obra, sob dois aspectos: o poético e o prático.

O primeiro aspecto encontra representação em Álvaro de Campos, e no *Livro do Desassossego*, de que adiante falaremos.

Quanto à vivência prática de Lisboa, dela somos informados sobretudo através da correspondência que Fernando Pessoa mantinha com os amigos e com Ofélia Queirós, o fogo-fátuo sentimental da sua vida. Aí aparece espontaneamente, e à medida das necessidades, a toponímia da cidade que quase percorre de lés a lés e a que, num guia de Lisboa, escrito em inglês, chama «this marvellous Lisbon».

Como poeta ou simples cidadão, há entretanto para Pessoa certos pontos de referência privilegiados, nomeadamente a Baixa e o Jardim de S. Pedro de Alcântara, lugar da sua predilecção, talvez por causa da loja de antiguidades do judeu russo Eliezer Kamenezky, cujo livro *Alma Errante* prefacia. Desse miradouro disfruta poeticamente a cidade o seu alter-ego Bernardo Soares. Citemo-lo desde já: «Mas amo o Tejo porque há uma cidade grande à beira dele. Gozo o céu porque o vejo de um 4.º andar de rua da Baixa. Nada o campo ou a natureza me pode dar que valha a majestade irregular da cidade tranquila, sob o luar, vista da Graça ou de S. Pedro de Alcântara. Não há para mim flores como, sob o sol, o colorido variadíssimo de Lisboa»⁶.

Pode dizer-se que Fernando Pessoa conhece bastante bem a cidade, pois que o seu quotidiano é uma contínua deambulação através dela, ao longo das ruas e ao longo da vida. Palmilhando-a muitas vezes a pé por força das frequentes greves dos transportes, chega a ir num só dia de Belém à Estrela e daqui para a Baixa, voltando ainda a Campo de Ourique, pelo Príncipe Real⁷. Mas nesta altura (em 1920) já a sua vida conhece uma certa estabilidade. Com efeito, após a vinda de Durban, havia habitado sucessivas casas ou quartos alugados, na zona da Estrela

(entre 1905 e 1908), na Baixa (1908-1912), na Estefânea (entre 1912 e 1918), em Benfica (à volta de 1919), fixando-se finalmente, em fins de Março de 1920, na Rua Coelho da Rocha, 16, 1.º, direito, onde passa também a redigir com o cunhado a *Revista de Comércio e Contabilidade* e de onde só sairá definitivamente para o Hospital de S. Luís dos Franceses, onde virá a morrer. É também por essa altura (1921) que funda a editora, significativamente chamada *Olisipo*, a que se deve a publicação dos *Poemas Ingleses*, do próprio Pessoa, das *Canções*, de António Botto, e de *Sodoma Divinizada*, de Raul Leal. Dado o desajuste entre o carácter destas obras e a mentalidade vigente, a carreira comercial da editora teria de ser desastrosa.

Seria fastidioso enumerar um a um os vários domicílios do Poeta (eles são à volta de vinte). Sublinhemos, sim, o facto de o espaço envolvente e familiar da infância ter dado lugar a uma longa peregrinação através dos instáveis quartos em casa alheia. O *eu* dividido não é apenas uma metáfora, como poderíamos inferir da leitura de Álvaro de Campos, mas será porventura também uma séria realidade psicológica. Na falta da envolvência protectora do lar, o *eu* procura refúgio dentro de si próprio, mas dá aí de caras com a «pobre criança abandonada» que é. Assim, se Ricardo Reis nos diz que « façamos de nós mesmos o retiro/ /onde esconder-nos» e se Pessoa ortónimo ou Bernardo Soares atribuem à casa uma tão grande carga simbólica que se identificam poeticamente com ela, Álvaro de Campos, por sua vez, exprime abertamente um agudo sentimento de frustração, identificando-se antes com a sua falta. Por isso, à expressão de Pessoa «A casa que hoje sou» só pode responder a definição de Campos «o que eu sou hoje é terem vendido a casa».

O desconforto psíquico de Bernardo Soares situa-nos agora de novo num espaço preciso da cidade: «E recolho-me, como ao lar que os outros têm, à casa alheia, escritório amplo, da Rua dos Douradores. Achego-me à minha secretária como a um baluarte contra a vida. [...] Tenho amor a isto, talvez porque não tenho mais nada que amar»⁸.

O texto acabado de citar, sendo ficção, é no entanto o reflexo de outros bem menos ficcionais, em que o cidadão Fernando Pessoa manifesta aos amigos o seu real mal-estar. Em Novembro de 1914, por exemplo, escreve aflitivamente a Cortes-Rodrigues, dizendo-lhe encontrar-se sem dinheiro e já não morar na Rua Pascoal de Melo, onde vivia com a tia Anica, partida entretanto para a Suíça: «Por misericórdia, escreva-me. Estou no meio duma desolação infinita»⁹. O seu sofrimento é também psíquico e irá ainda persistir durante algum tempo. Por isso, escreve ainda em Janeiro de 1915 ao mesmo destinatário:

«O facto de eu estar agora vivendo só, por não ter aqui família próxima [...] vem agravar este estado de espírito, por me deixar a nu com a minha alma, sem afeições e interesses familiares próximos a desviar de mim a minha atenção»¹⁰. Nesse mesmo mês, emprestam-lhe o sótão da Leitaria Alentejana, na Rua Almirante Barroso.

Lisboa é, pois, o lar possível do Poeta, que entretanto nele se movimenta com o à-vontade de quem conhece os cantos à casa. Os seus pontos de referência são os lugares de trabalho, de dormida ou de lazer e convívio: frequenta disciplinadamente a Biblioteca Nacional, como o testemunham as suas muitas fichas de leitura e um plano semanal, em inglês, de temas a consultar¹¹; trabalha em escritórios da Baixa, de Santos e do Campo das Cebolas; almoça, quando pode, no restaurante Pessoa, na Rua dos Douradores; frequenta os cafés da Baixa e da zona ribeirinha; compra jornais ingleses na Rua do Arsenal e tabaco na Havaneza dos Retroseiros, em frente de um dos seus locais de trabalho (daí lhe terá nascido talvez a inspiração para o poema *Tabacaria*, de Álvaro de Campos); viaja com a Ofélia até Belém, marca-lhe encontros desde as Cortes a Almirante Reis e deixa-se ver por ela no Largo Camões¹²; frequenta o Abel Pereira da Fonseca, sendo lá que se deixa fotografar «em flagrante delitro». Essa conhecida fotografia, de 1929, vai ser o pretexto para o reatar temporário do namoro com a Ofélia, nove anos após a interrupção de um idílio que durara nove meses.

Vem aqui a propósito lembrar o sentido de humor de Fernando Pessoa, reproduzindo um texto seu, cujo original manuscrito faz parte do espólio da Biblioteca Nacional:

Se quiser ver o tonel
Vá todos os dias ao Abel
99 são as sucursais
Que há em Lisboa nada mais
Para não lhe doer o dente
Vá ao Abel tomar aguardente
Quando estiver forte d'algibeiras
Vá ao Abel — Largos das Torneiras
Todos os dias ao anoitecer
Vá ao Abel p'ra não esquecer
Se quiser ser sorridente
Vá ao Abel tomar aguardente¹³.

Não poderia agora deixar de referir os cafés de Lisboa onde habitualmente se reuniam os elementos mais representativos da geração modernista. Na época do *Orpheu* eram eles os lugares cosmopolitas por excelência: Pessoa, de cultura predominantemente inglesa, Luís de Montalvor e Alfredo Guisado, vindos respectivamente do Brasil e da Galiza, Santa-Rita Pintor, Sá-Carneiro e José Pacheco, parisienses de adopção, aí deram expressão ao modernismo português que, deve dizer-se, não sofreu atrasos de importação em relação ao resto da Europa.

Marcados positiva ou negativamente, são esses cafés os pontos de referência predilectos de Fernando Pessoa e os seus lugares de convívio intelectual. Em carta de 28-6-1914 dirigida a Armando Cortes-Rodrigues, refere-se «à vil cova ou jazigo de utilidades e propósitos artísticos que dá pelo nome humano de 'Brasileira do Rossio'»¹⁴. Mas é para lá que lhe marca encontro.

Pela mesma época, frequenta também a Brasileira do Chiado, de onde escreve aos amigos falando do projecto *Orpheu*, o que o não impede de mais tarde, em carta a João Gaspar Simões, se referir a determinadas interpretações de Freud como sendo feitas por «artistas e escritores passados e presentes num sentido degradante e Brasileira do Chiado»¹⁵.

Mas o *Orpheu* foi engendrado na Cervejaria Jansen e no café Irmãos Unidos; este era propriedade de Alfredo Guisado, que foi um dos colaboradores da revista, juntamente com Luís de Montalvor, Sá-Carneiro, Pessoa-Álvaro de Campos, Almada e outros. Este café do Rossio fora já, aliás, berço de outros projectos, entre os quais o da antologia *Europa*, atrás referida. Foi também ele que em 1954, ainda na mesma linha da sua tradição cultural, encomendou a Almada Negreiros o célebre retrato de Pessoa sentado a uma mesa do Martinho da Arcada com o *Orpheu* 2, e que hoje é propriedade da Câmara Municipal de Lisboa (refira-se que também Almada está sentimentalmente ligado à cidade, como o prova a sua obra literária e plástica; significativamente, a ele se deve até o desenho do emblema do Grupo «Amigos de Lisboa»).

Voltemos a Pessoa, cujo poiso habitual durante largos anos foi, com efeito, o Martinho da Arcada, café que frequentou até dois ou três dias antes de morrer, em que aí esteve reunido com Almada e Gaspar Simões, segundo relata este último¹⁶. Alguns testemunhos mais: em 1920, o Poeta refere a Ofélia as suas andanças entre o Martinho da Arcada e o outro Martinho, o do Largo Camões¹⁷. Em 1930 e 1933,

recebe no Arcada encomendas para António Botto. Em 1934, no poema *Sá-Carneiro*, à memória deste, diz a dado passo:

É como se esperasse eternamente
A tua vinda certa e combinada
Aí em baixo, no Café Arcada
— Quase no extremo deste continente¹⁸.

E depois de Novembro de 1935, chega a vez de Mário Saa o evocar a ele, Pessoa, dizendo-lhe, do lado de cá da vida: «Lá está o teu lugar vazio,/no Martinho da Arcada»¹⁹. O Martinho foi, por assim dizer, a sua última casa.

É agora altura de nos debruçarmos um pouco mais sobre a pessoana visão poética de Lisboa.

Começando pelas *Quadras ao Gosto Popular*, verifica-se, naturalmente, a ocorrência de um vocabulário com referentes no meio urbano (capilé, luvas, leque, etc.), mas esse vocabulário remete-nos sobretudo para o meio urbano lisboeta. Assim, são frequentemente referidos os manjericos, mas também os cravos de papel, as fragatas e... Santo António de Lisboa: «Santo António de Lisboa / Era um grande pregador / Mas é por ser *Santo António* / Que as moças lhe têm amor»²⁰.

Pessoa ortónimo, intrinsecamente ligado ao meio urbano como indivíduo, vê na cidade algo de humano e espiritualizável, com uma «personalidade indefinível»: «...ante uma cidade [...] senti-me sempre como ante um homem ou ante uma mulher, acompanhado, companheiro» — diz ele. O *Marinheiro* imaginário do seu drama estático é um demiurgo que cria cidades e ruas, «cinzelando-as na matéria da sua alma». Para Pessoa seria, assim, possível traçar uma biografia do espaço. Daí, podermos ouvir através dele as vozes da cidade: ora se ouve o «rumor do cais, no bulício do rio / Na rua a acordar»; ora são proustianamente evocados os pregões da infância, a propósito de um pregão que vem flutuando «do meio da rua», aliás poetizada como infinito.

Se Ricardo Reis acha que as casas da cidade tapam a vista e Caeiro, coerentemente, diz que «Nas cidades a vida é mais pequena» e «... as grandes casas fecham a vista à chave», na escrita de Álvaro de Campos e na de Bernardo Soares, Lisboa é tema recorrente, embora diferentemente tratado em cada um deles.

Campos canta a cidade iluminada e ruidosa de progresso, mas evoca também a «Lisboa com suas casas de várias cores» por onde circulam a angústia e a monotonia. Para ele, a cidade é o lugar da falta e do

irremediável, a «cidade da (minha) infância pavorosamente perdida» e da «raiva de não ter trazido o passado roubado na algibeira». Só o «céu azul» e o «macio Tejo ancestral e mudo» onde esse azul se reflecte são os mesmos da infância. Mas o ser que ali está revendo Lisboa é um ser fragmentado, porque nem ele nem a cidade são já idênticos a si próprios. Partido o espelho mágico da sua identidade, perde o contacto com o seu passado imaginário e apenas lhe resta a alienação, perante a cidade como perante tudo²¹. Na *Saudação a Walt Whitman* (1915), Campos vai «pela Rua do Ouro acima pensando em tudo que não é a Rua do Ouro». No Chevrolet do progresso, vai a caminho de Sintra para fugir de Lisboa (ou de si), mas quando lá chegar terá «pena de não ter ficado em Lisboa».

Dividido entre o partir e o ficar, Campos é afinal a imagem do ser que, por excesso de intelectualização, se alienou da Totalidade que só o estado preconsciente da infância permite. Agora, limitar-se-á ao desejo de «sentir tudo de todas as maneiras». Mas, se já num soneto de 1913 diz que nada em si está de acordo consigo próprio, e define as horas belas como «as que não há», é também nesse soneto que afirma o que se segue:

A Praça da Figueira de manhã
Quando o dia é de sol (como acontece
Sempre em Lisboa), nunca em mim esquece,
Embora seja uma memória vã.

Há tanta coisa mais interessante
Que aquele lugar lógico e plebeu,
Mas amo aquilo, mesmo aqui... Sei eu
Por que o amo? Não importa. Adiante...²²

Afinal, e apesar de tudo, Campos ama a cidade, talvez porque ela se identifica com um ser vivo:

Acordar da cidade de Lisboa, mais tarde do que as outras
Acordar da Rua do Ouro
Acordar do Rossio, às portas dos cafés
Acordar
E no meio de tudo a gare, que nunca dorme
Como um coração que tem que pulsar...²³

Não se poderá agora ver Lisboa pelo olhar de Bernardo Soares sem que previamente o próprio Fernando Pessoa nos ajude a compreender esse olhar. Diz ele a Casais Monteiro em 1935: «O meu semi-heterónimo Bernardo Soares, que aliás em muitas coisas se parece com Álvaro de Campos, aparece sempre que estou cansado e sonolento, de sorte que tenha um pouco suspensas as qualidades de raciocínio e de inibição; aquela prosa é um constante devaneio». Soares é em seguida definido como «uma simples mutilação» da personalidade do Poeta: «Sou eu, menos o raciocínio e a afectividade»²⁴.

Assim se compreende que no *Livro do Desassossego*, redigido ao longo de toda a vida literária de Fernando Pessoa, Lisboa nos apareça como uma cidade modorrenta, vista «com olhos tardos em que as pálpebras estão dormindo». E também como a aldeia das «simples verdades», que Bernardo Soares deseja recuperar através de um estado de semi-inconsciência: «Não é nos largos campos ou nos jardins grandes que vejo chegar a primavera. É nas poucas árvores pobres de um largo pequeno da cidade [...] Amo esses largos solitários, intercalados entre ruas de pouco trânsito, e eles mesmos sem mais trânsito que as ruas [...] São de aldeia na cidade»²⁵; «Há sossegos de campo na cidade. Há momentos, sobretudo nos meios-dias de estio, em que, nesta Lisboa luminosa, o campo, como um vento, nos invade. E aqui mesmo, na Rua dos Douradores, temos o bom sono»²⁶.

Não será este o desejado sono da inocência perdida? Bernardo Soares afirma reiteradamente que «toda a vida é um sonho», em que «dormimos a vida, eternas crianças do Destino»; sentindo-se ele próprio «um pobre órfão abandonado», exprime o desejo de «uma infância nova», «um regaço» ou «um leito pequeno onde acabe por dormir»²⁷. E tudo isto para sempre. Para não voltar a ser perdido como já foi.

O próprio Fernando Pessoa como que prolonga miticamente a infância através do namoro com a Ofélia, que é o «bebé» do seu «Nininho» e a quem, significativamente, ele sugere o seguinte, na carta de ruptura em 1920: «Fiquemos, um perante o outro, como dois conhecidos desde a infância, que se amaram um pouco quando meninos...»²⁸. Muito mais haveria a dizer sobre este tema, mas não vem agora ao caso.

Fixemo-nos apenas neste torpor pelo qual Bernardo Soares, para poder integrar-se na Totalidade, perdida por Álvaro de Campos, desejaria desintelectualizar-se, em consonância aliás com Caeiro e com um certo Ricardo Reis (Quanto pensas emprega / Em não muito pensares), mas também com Pessoa ele-mesmo²⁹.

Suspensas as capacidades de controlo sobre a escrita, tal como Fernando Pessoa desejava, como vê Bernardo Soares a sua cidade? Que qualidade lhe confere? Assim em estado de *rêverie*, provavelmente a vê ainda mais real, porque não filtrada pelo julgamento raciocinante nem deformada por hábitos mentais limitadores da capacidade de sentir e de perceber. Adormecidos para a realidade mais facilmente apreensível (logo, não perturbados por ela), os sentidos agudizam-se e apreendem o que está para além da face aparente das coisas e que, em condições normais, seria imperceptível. «O hábito único de sonhar deu-me uma extraordinária nitidez de visão interior»³⁰, reconhece Bernardo Soares, para quem «a vida é absolutamente irreal na sua realidade directa»³¹. É necessário «ver claro para escrever justo» — diz ele. Mas esta visão clara consiste em ver o real não mediatizado pela materialidade das coisas, em «usar *por dentro*»³² todas as sensações, descascando-as até Deus». Depois disso, «embrulhar de novo e repor na montra», isto é, tornar esse real transmissível através da literatura (do *fingimento* que o torna acessível aos outros), sendo a expressão justa não já a consequência de uma trabalhosa elaboração estilística sem conteúdo, mas o resultado de uma funda apreensão das realidades mais inacessíveis. O sonho é, assim, factor de lucidez.

Esta apreensão «paranormal» da realidade permite, no caso vertente, uma mais aguda visão plástica e cinética da cor e da luz, as quais são captadas nas suas mais subtis variações, exprimindo-as o autor em notações tão sugestivas, que dir-se-ia apanhar em voo a própria antecipação das mutações cromáticas. O estilo de Bernardo Soares, que Pessoa caracteriza como «fluido, participando da música e da pintura», permite-nos ver as cores irem-se gradualmente transformando à nossa frente, não só pela adjunção sucessiva de substantivos e adjectivos representando cores e tons diferentes, como pelo uso de verbos incoativos que nos mostram a cor em transformação, como ainda pela gradação do valor semântico das palavras ou por outros processos que só confirmam a excelência do domínio linguístico do Poeta. Temos assim um acinzentamento «azulescendo», um «azul esverdeado para cinzento branco», um «branco lívido que se azula de esverdeado frio»; e o luar só é branco por ser a soma ou a potencialidade de muitas cores: é «branco cinzento azulado de amarelo esbatido» ou então toma sucessivamente a cor dos telhados e das janelas da cidade³³; por seu lado, o sol não só doura os campos, «primeiro de luz obscura, depois de luz húmida, mais tarde de ouro luminoso», como «multiplica os seus possíveis efeitos nas janelas, nos muros, nos telhados» de Lisboa, conforme ao «uso solar desta cidade

clara»³⁴. Note-se que Lisboa é vista quase sempre do alto — da Graça, de S. Pedro de Alcântara ou do 4.º andar alto da Rua dos Douradores — o que, para além de eliminar visualmente as sombras, favorece no Poeta a contemplação estética.

Mas a expressão literária dum tal estado de espírito não é inconciliável com a simples descrição dos pormenores do quotidiano, e por vezes com uma pincelada tão impressiva, que teremos de lembrar o descritivismo de Cesário Verde: «Na rua cheia de caixotes vão os carregadores limpando a rua. Um a um, com risos e ditos, vão pondo os caixotes nas carroças. Do alto da minha janela do escritório eu os vou vendo...»³⁵. Porque, na verdade, embora desejando que «a nossa vida fosse um eterno estar à janela»³⁶, Bernardo Soares dá-se conta da mesquinha realidade, quando se descobre, «do alto da majestade de todos os sonhos, ajudante de guarda-livros na cidade de Lisboa»³⁷. Essa posição é, aliás, confessadamente vista como redentora, ao jeito muito pessoano de ser «o mesmo e outro». Mas denuncia também, respirando nas entrelinhas do texto, um movimento solidário com os seres do quotidiano, uma quase cumplicidade reveladora de um Bernardo Soares que, muito chãmente, com eles se co-move. Pode-se até dizer que o *Livro do Desassossego* é o livro da ternura por esses seres: a varina, o polícia, o patrão Vasques, o caixa Borges, «o moco de todos os fretes», o garoto das cartas, o homem que desce a Rua Nova do Almada... «Senti nele a ternura que se sente pela comum vulgaridade humana, pelo banal quotidiano do chefe de família que vai para o trabalho...»³⁸. Bernardo Soares sente, no fundo, o tédio, a humilhação e a fadiga de quem perdeu a inocência suposta no quotidiano daquele homem que se limita a viver sem questionar a vida. Noutro lado dirá Bernardo Soares que «a vulgaridade é um lar» e o «quotidiano é materno». Este lar e esta qualidade maternal são afinal o brinquedo que o Poeta quebrou, com «a mágoa de ter consciência da vida»³⁹. O pobre homem é visto de costas, como a figura sem rosto daquilo que se perdeu para sempre. Haja em vista o conhecido poema *Ela canta, pobre ceifeira* (a ciência / Pesa tanto e a vida é tão breve...) e a que Pessoa escreveu no próprio ano da sua morte: «Maman, maman / ton petit enfant / Devenu grand / N'est que plus triste...»⁴⁰.

Em Bernardo Soares, a apreensão do real através do sonho pode produzir também a confusão das sensações, dando-nos da realidade apreendida uma visão sinestésica, cuja expressão vem afinal na linha do simbolismo: «Leve, como uma cousa que começasse, a maresia da brisa pairou de sobre o Tejo e espalhou-se sujamente pelos princípios

da Baixa. Nauseava frescamente, num torpor frio de mar morno. Senti a vida no estômago, e o olfacto tornou-se-me uma coisa por detrás dos olhos»⁴¹; «O olfacto é uma vista estranha. Evoca paisagens sentimentais por um desenhar súbito do subconsciente»; «De uma padaria sai um cheiro a pão que nauseia por doce no cheiro dele: e a minha infância ergue-se de determinado bairro distante»... E, com uma estranha acuidade de todos os sentidos, Bernardo Soares continua a experimentar os cheiros dos tabuleiros de fruta, dos caixotes da rua, a olhar as bananas «de um amarelo grande»... E enquanto assim nos conduz pelas ruas de Lisboa e nos vai comunicando as suas sensações, uma visão se lhe impõe, como símbolo desse mesmo acto de contar a cidade: «Ó meu Cesário, apareces-me e eu sou enfim feliz porque regressei, pela recordação, à única verdade, que é a literatura»⁴². Se para Bernardo Soares a rua é simbolicamente um livro, «escrever é esquecer» o lado mais prosaicamente material da vida, para reconciliar o autor com esse espaço de sonho que o transporte à época feliz em que tudo ainda era possível e nada estava perdido, àquela época vivida com a «naturalidade animal» do homem da Rua Nova do Almada.

Mas a literatura serve também para recriar uma Lisboa afinal muito amada. Na apresentação do autor do *Livro do Desassossego*, Pessoa ele-mesmo pinta-nos um pequeno aspecto da Lisboa do começo do século: «Há em Lisboa um pequeno número de restaurantes ou casas de pasto em que, sobre uma loja com feitio de taberna decente, se ergue uma sobreloja com uma feição pesada e caseira de restaurante de vila sem comboios»⁴³. É esta pacatez que também Bernardo Soares prefere. Daí que de entre o «trovejar» de um ou outro camião, o «som triste» das campainhas dos eléctricos, o «ronronar» das carroças e o «sossego da cidade baixa», ele escolha o que mais se adapte ao seu torpor, embrenhando-se pelas ruas do Arsenal ou da Alfândega, pelas «ruas tristes», cuja tristeza mesma o conforta.

São muitos os fragmentos do *Livro do Desassossego* em que se mostra o amor por uma cidade que, além de janela para o infinito, é também o lugar potencial da fraternidade para com os outros seres. Demos agora a palavra a Bernardo Soares: «Se houvesse de inscrever, no lugar sem letras de resposta a um questionário, a que influências literárias estava grata a formação do meu espírito, abriria o espaço ponteadado com o nome de Cesário Verde, mas não o fecharia sem nele inscrever os nomes do patrão Vasques, do guarda-livros Moreira, do Vieira caixeiro de praça e do António moço do escritório. E a todos poria, em letras magnas, o endereço chave LISBOA»⁴⁴. «Se eu tivesse

o mundo na mão, trocava-o, estou certo, por um bilhete para [a] Rua dos Douradores»⁴⁵. «Mais vale na verdade o escritório da Rua dos Douradores, do que as grandes áleas dos parques impossíveis [...] Se tivesse as paisagens impossíveis, que me restaria de impossível?»⁴⁶. Porque, «enfim, também há universo na Rua dos Douradores», e «até deste 4.º andar sobre a cidade se pode pensar no infinito. Um infinito com armazéns em baixo, é certo, mas com estrelas ao fim...»⁴⁷.

Assim se nos apresenta o mundo de Bernardo Soares, onde este tanto pode sentir espessamente a presença atarracada e vulgar dum patrão Vasques, como ouvir o piano fictício da casa que outrora habitou soando na «casa humana» que vai fingindo ser-se. Como projecção literária do cidadão Fernando Pessoa, Bernardo Soares vai construindo um *Livro do Desassossego* onde, sob um registo decadente de sensações entressonhadas, lateja a simpatia fraterna pelo comum quotidiano lisboeta.

A Lisboa pessoana é, pois, simultaneamente a Lisboa elegante do Chiado, e a operosa Lisboa dos escritórios da Baixa; a Lisboa que se aquece ainda à fogueira do revivalismo e a das tertúlias intelectuais dos cafés onde o futurismo explode na pena de Almada ou na de Pessoa-Álvaro de Campos — para só referir as manifestações literárias.

Mas ela é sobretudo uma vivência interiorizada, o palco simbólico por onde passam as sombras que a saudade presentificou e aquelas a que o quotidiano deu significação — a «Lisboa de outrora de hoje», onde as figuras do «velho das polainas sujas», do «cauteleiro coxo», do «velhote corado e redondo do charuto», do «dono pálido da tabacaria» foram sendo fugazmente iluminadas pelo real vivido, logo desaparecendo da cena, para deixar o autor, ele próprio ficcionado como outro, a braços com a sua «angústia da fuga do tempo»: «O que é feito de todos eles, que porque os vi e os tornei a ver, foram parte da minha vida? Amanhã também eu me sumirei da Rua da Prata, da Rua dos Douradores, da Rua dos Fanqueiros [...] E tudo quanto faço, tudo quanto sinto, tudo quanto vivo, não será mais que um transeunte a menos na quotidianidade de ruas de uma cidade qualquer»⁴⁸. E o autor continuará, ainda e sempre, a olhar a sua cidade como o lugar da ausência: de ausências sucessivas, até que também ele seja apenas «o que deixou de passar». E, sob a máscara do seu semi-heterónimo, Pessoa, o indivíduo real que sente e pensa, mal consegue disfarçar a sua angustiada interrogação perante o sentido da vida.

A 30 de Novembro de 1935, Fernando Pessoa abandona definitivamente as ruas da cidade. Também ele tinha o seu infinito e para lá

foi «constelar-se às escondidas», escapando de vez às limitações do espaço e do tempo.

Mas nós, os que nos atardámos por cá, já não seremos os mesmos depois da sua passagem: ganhámos um amigo para Lisboa e, para todos nós, um Poeta de muitas Vozes.

NOTAS

- ¹ Fernando Pessoa, *Poesias Inéditas (1919-1930)*, Lisboa, Edições Ática, s/d, p. 178.
- ² *Cartas de Fernando Pessoa a João Gaspar Simões*, 2.^a ed., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1982, p. 78.
- ³ «Movimento sensacionista», in *Exílio*, número único, Abril de 1916, p. 46.
- ⁴ F. Pessoa, *Livro do Desassossego*, 1.^a parte, Lisboa, Publ. Europa-América, 1986, p. 205. Em todas as citações que fizermos do *L. do Des.*, reportar-nos-emos sempre a esta edição e ao seu 1.^o volume, pois nele se encontra a quase totalidade das referências a Lisboa.
- ⁵ *Id.*, *ibid.*, p. 242.
- ⁶ *L. do Des.*, p. 195.
- ⁷ Nessa época o Jardim do Príncipe Real tinha o nome de Praça do Rio de Janeiro.
- ⁸ *L. do Des.*, p. 182.
- ⁹ F. Pessoa, *Cartas a Armando Côrtes-Rodrigues*, 2.^a ed., Lisboa, Edit. Inquérito, 1959, p. 63.
- ¹⁰ *Id.*, *ibid.*, p. 71.
- ¹¹ A Biblioteca Nacional situava-se nessa época no 2.^o piso do Museu de Arte Contemporânea.
- ¹² Trata-se do Largo de D. João da Câmara, em frente da estação do Rossio; em 1929, já Fernando Pessoa refere esta nova designação.
- ¹³ Actualizámos a ortografia por, no caso presente, não oferecer especial interesse manter a original.
- ¹⁴ *Cartas a Armando Côrtes-Rodrigues*, p. 52.
- ¹⁵ *Cartas de Fernando Pessoa a João Gaspar Simões*, p. 74.
- ¹⁶ Vide, por ex., J. Gaspar Simões, *Retratos de Poetas que Coubeci*, Porto, Brasília Editora, 1974, pp. 77 e segs.
- ¹⁷ *Cartas de Amor de Fernando Pessoa*, Lisboa, Ática, 1978, p. 69.
- ¹⁸ F. Pessoa, *Obra Poética*, org. de Maria Aliete Galhoz, Rio de Janeiro, Editora Nova Aguilar, 1981, p. 459.
- ¹⁹ «Evocando Pessoa—Um inédito de Mário Saa», in *Persona*, n.^o 4, Porto, Centro de Estudos Pessoaanos, Janeiro de 1981, pp. 27-28.
- ²⁰ F. Pessoa, *Quadras ao Gosto Popular*, 4.^a ed., Lisboa, Ática, 1979, p. 118. O sublinhado é do autor.
- ²¹ Vide «Lisbon revisited», 1923 e 1926, e «Aniversário», *Poesias de Alvaro de Campos*, Lisboa, Ática, 1980, pp. 247-251 e pp. 284-286, respectivamente.

²² F. Pessoa, *Obra Poética e em Prosa*, Vol. I, org. de António Quadros, Porto, Lello & Irmão, 1986, p. 871.

²³ *Poesias de Alvaro de Campos*, pp. 99-103.

²⁴ *Obra Poética e em Prosa*, Vol. II, p. 343.

²⁵ *L. do Des.*, p. 151.

²⁶ *Ibid.*, p. 170.

²⁷ *Ibid.*, p. 224.

²⁸ *Cartas de Amor de Fernando Pessoa*, p. 133.

²⁹ Leiam-se, por ex., as *Novas Poesias Inéditas* (Lisboa, Ática, 1979) e nomeadamente o poema «Vendaval» (pp. 38-40), em que, se a morte é desejada, é como via para o retorno à inconsciência: «Ah, se [...] / A alma que tenho pudesses levar [...] pra longe da ideia / De eu ter que pensar! [...] Horror de ser sempre com vida a consciência! / Horror de sentir a alma sempre a pensar! / Arranca-me, ó vento; do chão da existência, / De ser um lugar!». No fim de contas, se ligarmos todos os fios da obra pessoana, não deixará de ter razão Eduardo Lourenço ao classificar o *Livro do Desassossego* como um texto suicida.

³⁰ *L. do Des.*, p. 52.

³¹ *Ibid.*, p. 94.

³² Sublinhado nosso.

³³ *L. do Des.*, pp. 190-191.

³⁴ *Ibid.*, pp. 113-114.

³⁵ *Ibid.*, p. 173.

³⁶ *Ibid.*, p. 232.

³⁷ *Ibid.*, p. 214.

³⁸ *Ibid.*, p. 185.

³⁹ *Novas Poesias Inéditas*, p. 39.

⁴⁰ Teresa Rita Lopes e Maria Fernanda Abreu, *Fernando Pessoa, Hóspede e Peregrino*, 3.^a ed., Lisboa, 1985, p. 260.

⁴¹ *L. do Des.*, p. 80.

⁴² *Ibid.*, p. 227.

⁴³ *Ibid.*, p. 45.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 226.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 206.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 243.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 318.

⁴⁸ *Ibid.*, pp. 179-180.



PROTOCOLO PARA A CEDÊNCIA AO GRUPO «AMIGOS DE LISBOA» DE INSTALAÇÕES NO PALÁCIO DA ROSA

Em cerimónia realizada no salão nobre da Academia Portuguesa da História em 13 de Dezembro de 1989, a que presidiu o Exmo. Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Nuno Krus Abecasis, foi assinado um protocolo em que aquela Câmara cede ao nosso Grupo, e a outras instituições, espaços no Palácio da Rosa para a instalação das respectivas sedes.

Além dos «Amigos de Lisboa», beneficiam dessa cedência a Academia Portuguesa da História, já ali instalada, mas que terá o seu espaço alargado, a Paróquia do Socorro e a Associação de Estudos Arqueológicos e Etnológicos, prevendo-se ainda que haverá zonas de utilização comuns geridas pela C. M. L.

Usaram da palavra, pela Academia Portuguesa da História o Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão, pela Paróquia do Socorro o Padre António Esteves, pela Associação Portuguesa de Estudos Arqueológicos e Etnológicos a Dra. Salette Salvado, pelos «Amigos de Lisboa» o Prof. Doutor João Cândido de Oliveira e, por fim, o Eng.º Nuno Abecasis, que pôs em relevo o benefício que representa para as entidades contempladas no Protocolo o facto de virem a dispor de instalações condignas e adequadas aos respectivos fins, graças à política cultural da actual administração municipal, que, além disso, teve em vista reunir nesse mesmo edifício instituições que, à parte os seus fins específicos, interessam à cultura olisiponense.



O Prof. Cândido de Oliveira quando usava da palavra e quando assinava o Protocolo com a C.M.L.



O Presidente da C.M.L., Eng.º Nuno Krus Abecasis, ladeado pelos Profs. Cândido de Oliveira e Veríssimo Serrão quando usava da palavra no acto da assinatura do protocolo.

Com a assinatura deste Protocolo esperam os «Amigos de Lisboa» vir a dispor, oportunamente, de uma sede em zona mais acessível da nossa Cidade e com melhores condições para o desempenho das suas actividades. Aguardamos, pois, que a C. M. L. prossiga com as obras de recuperação do Palácio da Rosa para que se possa efectuar a transferência da nossa sede para ali.

FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA

«A Europa sem nós não seria Europa, porque careceria da ponte que constituímos para todas as partes do Mundo onde habitam os povos com quem primeiro contactámos e depois vivemos, criando uma história que a todos é comum».

Foi com estas palavras que o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Eng.º Nuno Abecasis, apresentou em 20 de Junho de 1989 a *Fundação Cidade de Lisboa*, instituição que visa intervir na área do mecenato.

A apresentação desta fundação decorreu ao fim da tarde na Mãe d'Água, em Lisboa, na presença dos 24 fundadores daquela instituição e de numerosas individualidades ligadas à vida pública do País.

O cardeal-patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, esteve entre os presentes, uma vez que a ele caberá, segundo os estatutos da *Fundação Cidade de Lisboa*, a indigitação do presidente do conselho fiscal da mesma.

Na sua alocução aos presentes, Nuno Abecasis salientou o papel de Lisboa na História de Portugal, recordando que a Capital «esteve sempre presente nas horas de libertação do povo português», fossem esses os momentos da Independência, dos Descobrimentos ou «da esperança e da confiança que fizeram explodir a força que nos arrancou do jugo de quantos nos quiseram submeter».

Referindo-se à «acção humanizadora e civilizadora sem paralelo» dos Portugueses, definiu a epopeia dos Descobrimentos como «missão da Europa por esse mundo fora» e considerou «a mestiçagem que os Lusitanos criaram desde que existem» como uma capacidade «até então desconhecida, para conviverem e se relacionarem, de igual para igual, com todos os povos da Terra».

Foi nesse âmbito que Nuno Abecasis justificou o surgimento da *Fundação*, entre cujos objectivos começou por referir o de «dar uma ajuda eficiente na procura, no estudo e no aprofundamento desta realidade cultural que é Lisboa, moldada em torno da dignidade do homem, para que se radique e desenvolva a justiça social».

O Presidente da C. M. L. revelou ainda que a *Fundação Cidade de Lisboa* já recebeu o estatuto legal de instituição de utilidade pública, que lhe permitirá receber, ao abrigo da Lei do Mecenato, os fundos e contribuições que a tornem capaz de cumprir o objectivo de se transformar numa ponte entre os agentes culturais e empresariais.

RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA REFERENTE AO ANO DE 1987

Ex.^{mos} Consócios:

Cumpridas em 1986 as Comemorações do Cinquentenário do Grupo, cujo relato oportunamente apresentou, a Junta Directiva neste ano de 1987 centrou a sua actividade na elaboração e proposta do seu novo Estatuto, tarefa de há muito considerada indispensável. Este facto, porém, não afrouxou nem sequer interferiu nas costumadas actividades culturais que adiante se descrevem. E é já no cumprimento do artigo 26.º alínea f) do Estatuto actual, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 14 de Novembro passado, que elaboramos o presente relatório.

Se examinarmos o movimento de sócios durante o ano em causa verificamos o seguinte:

Existiam em 1/1/87	664	
Honorários	2	666
	<hr style="width: 100%;"/>	
Faleceram	3	
Pediram a demissão	55	
Anulados	1	59
	<hr style="width: 100%;"/>	<hr style="width: 100%;"/>
		607
Foram admitidos	102	
Foram readmitidos	2	104
	<hr style="width: 100%;"/>	<hr style="width: 100%;"/>
EXISTÊNCIA EM 31/12/87		711

Assim, é evidente que se mantém sensivelmente a mesma taxa do número de sócios atingida nos dois últimos anos, sinal certo do crescente interesse pela nossa Cidade. Apenas se desenha, no entanto, um desejável afluxo das camadas mais jovens da população, que é indispensável incrementar.

No ano de 1987 faleceram os sócios seguintes:

- 57 — D. Maria José Pereira Coelho
- 3076 — Dr. José António Neiva Vieira
- 4666 — Sr. Abel Guerra Rodrigues

A Junta Directiva manifestou o seu pesar às famílias dos falecidos, conforme ficou exarado nas actas de sessão da mesma Junta.

O número de reuniões dos Corpos Gerentes foi de 22, mas muitos outros encontros se efectuaram, nomeadamente os destinados à elaboração do projecto de Estatuto a que já fizemos referência.

Por sua vez, a Assembleia Geral do Grupo além da reunião anual realizada em 27 de Fevereiro, destinada à discussão e votação do relatório da Junta Directiva e ao provimento dos cargos vagos, reuniu-se extraordinariamente em 14 de Dezembro para discussão e aprovação do novo Estatuto, que entrou imediatamente em vigor, a título precário, aguardando contudo a aprovação oficial.

A situação financeira do Grupo está patente no quadro que abaixo apresentamos, onde se pode apreciar o saldo positivo.

DESENVOLVIMENTO DOS RESULTADOS

Proveitos:

Jóias	68 500\$00	
Quotas	1 336 840\$00	
Emblemas	420\$00	
Cartões de Identidade	7 250\$00	
Realizações Culturais	181 408\$00	
Olisipo	7 900\$00	
Medalhas	9 750\$00	
Diversos	3 310\$50	1 615 378\$50

Subsídios:

C. M. L.	747 750\$00	
Calouste Gulbenkian	250 000\$00	
Sr. Comand. Pereira	6 000\$00	1 003 750\$00

Receitas financeiras

Juros	28 087\$00	2 647 215\$50
-------------	------------	---------------

Despesas:

Fornec. e Serviços de Terceiros	450 259\$00	
Despesas com o Pessoal	1 134 036\$00	
Result. Extraord. do Exercício/Furto	141 900\$00	1 726 195\$00

<i>Resultados apurados no Exercício</i>		921 020\$50
--	--	-------------

Devemos referir que o Grupo foi alvo dum furto da importância de Esc.: 141 900\$00, que acarretou incontestáveis prejuízos. Todas as diligências efectuadas para reaver a soma furtada, foram até à data infrutíferas.

Não teriam sido possíveis estes resultados se nos faltasse o precioso auxílio da Câmara Municipal de Lisboa, que muito generosamente nos concedeu o subsídio de 747 750\$00 (referente aos anos de 1986/1987). Também este ano deu entrada nos cofres do Grupo o subsídio atribuído pela Fundação Callouste Gulbenkian, em 1986, para compra de algumas estantes para a Biblioteca, conforme referimos no Relatório do ano anterior. Também à edilidade lisboeta devemos a utilização gratuita do Palácio da Mitra onde temos instalada a nossa sede. Por todas estas benesses nos confessamos muito agradecidos.

Acrescentaremos que a Câmara Municipal de Lisboa estuda connosco a instalação de uma nova sede que seja mais acessível aos seus sócios e de que oportunamente daremos conta.

É com prazer que anunciamos estar já no prelo o próximo número da revista Olisipo cuja publicação há já algum tempo vem sendo adiada por motivos financeiros.

Também nos é grato informar de que a biblioteca do Grupo está a ser reinstalada e reclassificada devido aos bons ofícios e dedicação do nosso colega da Junta Directiva, Sr. Américo Rodrigues. Este instrumento de trabalho, que tanto honra o Grupo, fica assim mais apto a responder às solicitações dos leitores e estudiosos.

Apraz-nos registar um crescente interesse dos órgãos de Comunicação Social pelas actividades do Grupo. Pelas notícias e reportagens publicadas manifestamos a nossa gratidão.

Podemos resumir do modo seguinte as actividades culturais do Grupo «Amigos de Lisboa», durante o ano de 1987:

JANEIRO

SABADO, dia 17

Visita à Escola Nacional de Saúde Pública, na Avenida Padre Cruz. Fomos recebidos pelo Director da Escola, Prof. Lobato de Faria, que se encontrava acompanhado por vários elementos do corpo docente. No auditório, o Prof. Lobato Faria saudou o nosso Presidente e o numeroso grupo de «Amigos de Lisboa» presentes, e apresentou os outros Professo-

res da Escola, que sucessivamente falaram sobre as matérias das suas especialidades, seguindo-se um debate sobre vários aspectos da Saúde Pública no nosso País. Foram depois visitadas as várias dependências e serviços da Escola e no final foi-nos proporcionada uma excelente merenda.

SABADO, dia 24

Visita ao Quartel do Batalhão de Sapadores Bombeiros, na Avenida Rio de Janeiro. Os «Amigos de Lisboa» foram recebidos pelo primeiro e segundo Comandantes do Batalhão, e por vários Chefes, no bar-refeitório do quartel, onde nos foi servido o pequeno-almoço e oferecidas orquídeas a todas as senhoras presentes. Seguiu-se a visita ao material exposto na parada, que compreendia velhos carros-bombas, impecavelmente conservados, e uma moderna viatura com escada Magirus, tendo sido proporcionadas várias voltas nessas viaturas aos visitantes e feitas exposições com a escada Magirus e exercícios de salvamento. Fomos depois transportados em viaturas do Batalhão à sede deste, na Avenida D. Carlos, onde foi apreciado o que resta do antigo Convento da Esperança, visitado o interessante Museu e admiradas as peças expostas, relacionadas com os serviços de incêndio de Lisboa e a sua história desde recuados tempos.

SABADO, dia 31

Visita ao Convento de Santa Teresa, de Carnide, que data da época de D. João IV e de que foi principal benfeitor o rei D. Pedro II. Fomos recebidos pela Madre da Sociedade de S. Vicente de Paula e pelo Director do Hospício, Sr. Dr. Fernando Pena Silva Araújo, que fez o historial do Convento e das suas sucessivas utilizações até ao presente. Foram visitadas a igreja, onde entre outros aspectos se admiraram os belos painéis de azulejos e as instalações do Hospício, que recolhe senhoras idosas, com destaque para a cozinha, também revestida de azulejos.

FEVEREIRO

SABADO, dia 7

Visita ao complexo desportivo do Sport Lisboa e Benfica. Tivemos aqui a desagradável surpresa de não haver ninguém a receber-nos, facto

que originou o protesto por escrito desta Junta Directiva e o pedido de desculpa da Direcção daquele Clube. No entanto, os numerosos «Amigos de Lisboa» presentes não deixaram de visitar o estádio e demais instalações desportivas, acompanhados por um vigilante que nos facultou o acesso aos diversos locais. Quase no fim da visita, o Director do Estádio, Sr. Damasceno, informado da nossa presença, compareceu para fazer as honras da casa, desculpando-se do lapso e proporcionando-nos a visita à tribuna, salão nobre e à área reservada aos jogadores, tendo ainda feito uma pequena palestra sobre a história da construção das instalações visitadas.

SABADO, dia 14

Visita ao Palácio Nacional de Belém, que registou grande afluência de associados e acompanhantes. Antes da visita, o Sr. Presidente da República, que ia sair para uma viagem oficial, cumprimentou o Sr. Prof. Cândido de Oliveira e demais «Amigos de Lisboa» presentes nos jardins do Palácio, seguindo-se a visita guiada pelo Dr. Emanuel Correia, que com a sua habitual facilidade de comunicação foi traçando a história do Palácio e chamando a atenção para as mais importantes peças do seu recheio, incluindo, na respectiva galeria, os retratos dos Presidentes da República. Foi também visitado o museu onde se encontram expostas as peças oferecidas ao Sr. General Ramalho Eanes durante o exercício dos seus mandatos.

SABADO, dia 21

Almoço-convívio no Antigo Retiro Quebra Bilhas e palestra de Eduardo Sucena sobre o «Sítio do Campo Grande» em que fez um resumo da história do local e falou sobre os velhos retiros das hortas, de que aquele é o último que resta. No final, foi proporcionada aos participantes no almoço uma surpresa: a actuação de alguns fadistas da velha-guarda, entre eles Júlio Vieitas, Frutuoso França, Gabino Ferreira e Abel Pereira, que interpretaram números dos seus reportórios acompanhados à guitarra por Jorge Silva e à viola por José Inácio. Foi mais uma iniciativa dos «Amigos de Lisboa» que a todos os presentes muito agradou.

SABADO, dia 28

Visita à igreja e convento de Chelas, guiada pelo Eng.º Maia Athayde com a presença do prior daquela igreja, Rev.º Padre Mateus. A visita iniciou-se pelo precioso pórtico manuelino junto do qual o nosso guia traçou a história do templo, da invocação dos Mártires S. Félix e Santo Adrião, a que, já no interior, se seguiu a descrição artística do mesmo, na qual colaborou José Meco, na parte respeitante à azulejaria portuguesa e holandesa que reveste as paredes. Foi depois visitado o claustro, escadarias e dependências do antigo convento, hoje Arquivo Geral do Exército, sectores em que os «Amigos de Lisboa» foram acompanhados pelo Sr. Capitão Lima, que representava o Director daquele Arquivo, Tenente-Coronel Dias de Lima.

MARÇO

SABADO, dia 7

Visita à Basílica do Sagrado Coração de Jesus (Basílica da Estrela), que foi conduzida pelo Dr. Emanuel Correia e contou com a presença do respectivo Prior, Rev.º Padre Joaquim Octávio Gouveia. Uma vez mais o nosso guia dissertou fluentemente sobre a história e os aspectos artísticos deste notável monumento fundado pela Rainha D. Maria I, interessando vivamente todos os presentes. Após a visita ao interior do templo, tiveram os visitantes ocasião de subir aos terraços donde se desfrutam belas vistas de Lisboa.

SABADO, dia 14

Estava programada uma visita à Praça de Touros do Campo Pequeno, Museu e Capela, que não se pôde realizar por a Empresa concessionária ter alegado o estado de degradação dos locais que interessava visitar.

SABADO, dia 21

Visita ao Planetário Gulbenkian, na Praça do Império, que apresentou um Programa especialmente dedicado aos «Amigos de Lisboa», o qual foi atentamente seguido pelos participantes e acompanhado de

explicações sobre os fenómenos siderais e movimentos dos corpos celestes, dadas pelo apresentador do Programa.

SABADO, dia 28

Os «Amigos de Lisboa» saíram da cidade para uma visita ao Convento do Varatojo (Torres Vedras), precedida de um almoço-convívio no Restaurante Moínho do Paúl. Após a refeição, excepcionalmente bem servida, fez-se a visita ao convento franciscano, que teve a guiá-la o respectivo Superior, Frei Domingos do Casal Martins. Fundado por D. Afonso V, o convento, que foi também seminário, revelou-se de grande interesse artístico, sobretudo o claustro e a capela; e, nesta, o retábulo da capela-mor surpreendeu os visitantes pela sua beleza, tendo ainda sido admirados, entre outros valores artísticos, os painéis de azulejos com cenas da vida de Santo António. No decurso da viagem, o nosso Presidente teve ocasião de falar acerca de Frei António das Chagas, o mais ilustre dos habitantes do convento, que ali se acha tumulado.

ABRIL

SABADO, dia 4

Visita à Sé Catedral de Lisboa, guiada pelo Eng.º Maia Athayde, que com a sua reconhecida competência na matéria dissertou sobre a história e os aspectos arquitectónicos e artísticos do monumento — um dos ex-libris da cidade. Presente, também, o Prior da Sé Catedral, que prestou várias informações, sobretudo no que se refere à história religiosa do templo, fundado por D. Afonso Henriques.

SABADO, dia 11

Visita à Fundação Calouste Gulbenkian — Museu e instalações não franqueadas ao público, que constituiu motivo de grande interesse para o numeroso grupo dos «Amigos de Lisboa» presentes. Recebidos pela nossa Consócia, Sra. D. Maria Raquel de Almeida Dias, os visitantes ouviram primeiro uma exposição feita pela Sra. Dra. Maria Teresa Gomes Ferreira sobre as colecções do Museu, tendo-se depois organizado vários grupos que, cada um com a sua monitora, percorreram as salas admi-

rando as valiosas peças reunidas pelo fundador. Seguiu-se a visita às instalações reservadas, esta guiada pela Sra. D. Maria Raquel de Almeida Dias, que começou por historiar a origem da Fundação e falou sobre a personalidade de Calouste Gulbenkian e a sua fixação em Portugal. Foram percorridos os pisos subterrâneos do edifício, casas das máquinas do palco, central dos sistemas de segurança, etc., que despertaram o maior interesse nos visitantes.

MAIO

SABADO, dia 2

Sarau artístico na galeria de arte da Livraria Barata, à Avenida de Roma, n.º 11-A, com o concurso de vários cantores do Teatro Nacional de S. Carlos, organizado pelo nosso Consócio José Fernandes Lourenço. Este, e os demais artistas, interpretaram árias de óperas acompanhados ao piano pela Sra. D. Maria Helena de Matos. Foi uma agradável tarde artística, apreciada pelos presentes, que acorreram em elevado número.

QUINTA-FEIRA, dia 7

Iniciou-se o ciclo de colóquios sobre «História Geral da Arte e suas Manifestações na Cidade de Lisboa», que decorreu no salão nobre da Casa do Algarve, amavelmente cedido para o efeito pela respectiva Direcção. Os Colóquios, em número de dez, estiveram a cargo do Dr. Emanuel Correia, que os fez acompanhar da projecção de «slides», terminando com uma visita de estudo à igreja do Menino de Deus, em 16 de Julho.

SABADO, dia 9

Passeio no Paço do Lumiar, guiado pelo Dr. Emanuel Correia, com começo na igreja de S. João Baptista, onde esteve presente o respectivo Prior, Rev. Padre António Maria Bento Pires. Feita a descrição dos aspectos histórico e artístico do templo, o nosso guia conduziu os Consócios presentes numa deambulação através do Paço do Lumiar, chamando a atenção para a arquitectura dos prédios mais notáveis da zona e referindo o que deu origem ao nome do local, que foi paço do infante D. Afonso Sanches, filho bastardo de D. Dinis, e em tempos mais recentes Palácio

dos Duques de Palmela. A interessante visita terminou junto da Ermida de S. Sebastião, de portal manuelino, acerca da qual o Dr. Emanuel Correia se deteve também a prestar informações.

SABADO, dia 16

Visita à Fábrica de Cerâmica da Viúva Lamego, na Calçada da Palma de Baixo, onde os «Amigos de Lisboa» foram recebidos pelo Eng.º Duarte Garcia, que os acompanhou ao longo das várias secções, dando explicações sobre a respectiva técnica e fases do fabrico dos azulejos. Na secção de pintura, foi-nos dado apreciar alguns painéis de azulejos para as novas estações do Metropolitano, entre eles um da autoria de Vieira da Silva.

SABADO, dia 23

Visita ao claustro do Mosteiro dos Jerónimos e igreja de Santa Maria de Belém, guiada pelo Dr. Emanuel Correia, com a concorrência de elevado número de «Amigos de Lisboa». A história e os aspectos da arquitectura e da arte ornamental deste monumento foram tratados e postos em relevo pelo nosso guia, que foi escutado com o maior interesse por todos os presentes. Foi mais uma visita cultural muito apreciada pelos «Amigos de Lisboa», que não tiveram a presença da respectiva Conservadora, Sra. Dr.ª Maria Isabel Cruz de Almeida, por estar ausente no Brasil.

SABADO, dia 30

Evocação de Bocage, junto à casa onde este viveu os últimos anos e faleceu, na Travessa de André Valente, feita por Eduardo Sucena, que focou aspectos da vida do Poeta em Lisboa, e da sua personalidade. Seguiu-se um almoço-convívio no Café Nicola, ao Rossio, onde o Dr. Emanuel Correia também fez, a propósito, uma pequena intervenção e leu alguns sonetos do Poeta.

JUNHO

SABADO e DOMINGO, dias 6 e 7

Visita ao Porto e a S. Miguel de Seide, com partida no primeiro daqueles dias, às 8 horas, e chegada a Lisboa no segundo, às 22 horas. Os «Amigos de Lisboa» foram recebidos naquela cidade pelos «Amigos do Porto» com os quais tiveram um jantar de confraternização no Restaurante «O Tripeiro», no decurso do qual o nosso Presidente, Prof. Cândido de Oliveira, saudou a Associação congénere, saudação que foi retribuída, em nome da Direcção deste, pela Sra. D. Marília Loreto Coimbra, tendo no final havido troca de lembranças. No dia 7, pela manhã, visitámos a Casa-Museu de Camilo, em S. Miguel de Ceide, onde fomos recebidos em nome do seu Director pelo Sr. Manuel Faria, que guiou a visita dos dois grupos em que se dividiram os «Amigos de Lisboa», acompanhando-a com uma interessante exposição sobre o que foi a vida de Camilo enquanto ali viveu. No regresso, num restaurante de Moutados de Baixo, foi servido um almoço regional muito apreciado pelos participantes nesta iniciativa. De passagem pelo Porto, foi ainda visitado o Cemitério da Lapa, onde jazem os restos mortais de Camilo.

SABADO, dia 20

Visita ao Comando-Geral da Guarda Nacional Republicana, no Carmo. Os visitantes foram recebidos pelo Sr. Brigadeiro João Ramires Alves Ribeiro e por vários oficiais, um dos quais fez uma pormenorizada explicação sobre a orgânica e funcionamento daquele Corpo militarizado. O Rev. Capelão proferiu também uma alocução obre a história do Convento do Carmo e seguidamente foi-nos oferecido um café e mostradas as instalações e o que resta do antigo Convento, sendo de salientar o Museu, onde puderam ser admiradas as peças expostas. Foram depois postas à disposição dos «Amigos de Lisboa» várias viaturas que os conduziram ao quartel do Esquadrão de Cavalaria da Ajuda, onde o respectivo Comandante proporcionou uma exibição de cães-polícias, seguida com grande curiosidade pela assistência. Foi ainda visitada a cavaliariça, onde se admiraram os belos e bem tratados cavalos, o equipamento e o hospital veterinário com a sua sala de intervenções cirúrgicas e enfermaria dos animais.

SABADO, dia 27

Visita à Torre do Tombo e Exposição sobre a Inquisição, guiada pelo respectivo Director, Dr. José Pereira da Costa, que saudou os «Amigos de Lisboa» (de cuja Assembleia Geral é Presidente) e conduziu a visita através das instalações do Arquivo Nacional. Os visitantes puderam também apreciar alguns documentos preciosos, entre eles o Tratado de Tordesilhas e várias obras com iluminuras de grande valor. Também a Exposição sobre a Inquisição despertou o interesse dos visitantes, que igualmente tiveram ocasião de apreciar vária documentação referente ao tribunal do Santo Ofício.

JULHO

SABADO, dia 4

Visita à Escola Náutica Infante D. Henrique, em Paço de Arcos. Os «Amigos de Lisboa» deslocaram-se em autocarro, juntando-se-lhes outros que viajaram em transporte próprio. Na Escola, foram recebidos pelo seu Director, Sr. Comandante José Manuel Cabral, que se encontrava acompanhado de vários professores, os quais guiaram a visita às instalações dando explicações sobre a sua orgânica e funcionamento. Foram-nos mostrados os equipamentos usados na preparação dos alunos, futuros oficiais da Marinha Mercante, verificando-se que este estabelecimento de ensino dispõe de moderna aparelhagem electrónica para o ensino da navegação.

SABADO, dia 4

Nesta data visitámos também as Termas Romanas (ou criptopórtico) da Rua da Prata, visita que não estava incluída no nosso programa de actividades culturais, mas que nos foi sugerida pela Conservadora-Chefe dos Museus Municipais, Dr.^a Irialva Moita, e que registou apreciável afluência de Consócios.

SABADO, dia 11

Estava prevista uma visita ao Museu de Arte Contemporânea, que não se realizou, por a respectiva Directora, Dr.^a Maria de Lourdes Bártolo, ter informado que as peças de maior interesse da colecção não se encontram ali, estando em restauro umas, e outras numa Exposição, em Paris.

SABADO, dia 18

Visita ao Museu da Cidade, que foi guiada pela Conservadora, Sra. Dr.^a Raquel Florentino, no impedimento da Conservadora-Chefe, Dr.^a Iri-salva Moita. A nossa guia e Consócia começou por fazer uma explanação sobre a história do Museu e do Palácio Pimenta, onde ele se acha instalado, conduzindo depois os «Amigos de Lisboa» na visita às várias salas, onde prestou informações sobre as peças mais notáveis e respondeu às questões que lhe iam sendo postas.

SABADO, dia 25

Visita ao Palácio Nacional de Queluz. Os «Amigos de Lisboa» partiram em autocarro uns, e outros em transporte próprio, juntando-se no local onde, devido à ausência no Algarve do Dr. Emanuel Correia, encarregado de guiar a visita, foi esta conduzida pela funcionária do Palácio, D. Ana Flores, que começou por fazer a história do edifício desde a sua origem e relatou as vicissitudes por que este passou. Percorreram-se depois as salas e demais aposentos do Palácio, que a guia foi descrevendo, bem como as respectivas peças de mobiliário e adorno, terminando a visita nos jardins. Em seguida, foi visitada a notável exposição sobre William Bekford, terminando esta iniciativa com uma merenda-convívio no Restaurante da Cozinha Velha.

Ainda neste trimestre, a convite da Câmara Municipal de Lisboa, a Junta Directiva designou o seu Secretário-Geral Adjunto, D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita, para integrar o júri de classificação dos trabalhos apresentados ao Concurso de Quadras de Santo António realizado por ocasião dos festejos da Cidade, iniciativa que este Grupo lançou em 1980 e que se vem realizando anualmente.

SETEMBRO

SABADO, dia 19

Visita à igreja e Convento da Madre de Deus, guiada pelo Eng.º Maia Athayde, que teve a colaboração de José Meco. Recebeu os «Amigos de Lisboa» o Prior Rev.º Padre Arthur Albuquerque Sobral, que depois de saudar os presentes fez algumas considerações sobre o templo e se referiu às preciosidades que ele contém, entre elas as relíquias de Santa Auta e uma reprodução do Santo Sudário de Milão O Eng.º Maia Athayde, com o seu conhecimento de História da Arte, falou depois sobre as características arquitectónicas e artísticas do monumento, anteriores e posteriores ao Terramoto de 1755. José Meco dissertou sobre os painéis de azulejaria portuguesa e holandesa, como perito que é na matéria, seguindo-se a visita ao claustro. Devido ao adiantado da hora, já não foi possível visitar o Museu do Azulejo, também programado, que se efectuará no próximo trimestre.

SABADO, dia 26

Os «Amigos de Lisboa» saíram uma vez mais da cidade, em autocarro, para visitar o Lar dos Veteranos Militares de Runa, onde foram recebidos pelo Sr. Capitão Bastos, que representava o respectivo Director, Coronel Carvalho Chaves. O Lar, fundado pela Princesa D. Maria Benedita, foi minuciosamente percorrido, visitando-se também a capela e a mata. No final, realizou-se um almoço convívio no refeitório deste estabelecimento militar.

OUTUBRO

SABADO, dia 3

Foi a repetição da visita ao Convento do Varatojo (Torres Vedras) para satisfazer o pedido dos nossos Consócios que não puderam participar na anterior, realizada em 28 de Março.

SABADO, dia 3

Visita ao Museu Militar, que congregou elevado número de participantes, os quais foram recebidos pelo Sr. Coronel Ferrand de Almeida, em representação do respectivo Director, e que se revelou um guia excepcional pelo entusiasmo e clareza com que fez a história do edifício e do Museu, evocou acontecimentos e datas memoráveis, e referiu o valor e interesse das peças expostas à medida que as salas iam sendo percorridas. No pátio interior, os «Amigos de Lisboa» tiveram ainda ocasião de apreciar a notável colecção de peças de artilharia.

SABADO, dia 10

Visita à Feira da Ladra, zona histórica do Campo de Santa Clara e Panteão de Santa Engrácia, que foi guiada pela nossa Consócia, Dr.^a Maria Isabel Vargas, e, na parte referente ao Panteão, pela sua Conservadora, Dr.^a Manuela Birg. A concentração dos nossos associados fez-se junto à igreja de S. Vicente de Fora, onde a Dr.^a Maria Isabel Vargas fez a história daquela tradicional feira lisboeta, pondo em relevo a sua função comercial e social. Seguidamente, foi percorrida a feira e prestados esclarecimentos sobre os edifícios notáveis, actuais e desaparecidos, do local, e sobre as lápides que estiveram embebidas na muralha fernandina. A Dr.^a Manuela Birg fez depois uma intervenção sobre a história da igreja de Santa Engrácia, seu acabamento e transformação em Panteão Nacional, após o que os «Amigos de Lisboa» visitaram o monumento, subindo ao terraço, que proporciona belas vistas do Tejo e da parte oriental da Cidade.

SABADO, dia 17

Os «Amigos de Lisboa» saíram uma vez mais da Cidade para uma visita ao antigo Convento de Brancanes, em Setúbal, onde foram recebidos pelo nosso Consócio, Tenente-Coronel Dr. Fernando Matos Rodrigues, comandante da unidade dos Serviços de Saúde ali aquartelada. No ginásio da unidade o nosso guia fez uma prelecção sobre a história do Convento e sobre a sua actual utilização e fins da unidade militar ali aquartelada. D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita interveio, também, para referir a estada ali em tratamento de ares do escritor Oliveira Martins, seu tio-avô. Seguiu-se a visita às instalações e à capela, realizando-se depois um almoço convívio no refeitório.

SABADO, dia 24

Passeio «De S. Paulo ao Conde Barão», guiado pelo Dr. Emanuel Correia, que se iniciou com a visita à igreja de S. Paulo, a qual contou com a presença do Prior, Rev.º Padre Bernardo Xavier Félix. Após a exposição feita pelo nosso guia sobre o templo, foram observadas, na sacristia, valiosas peças do culto e livros antigos, percorrendo-se depois o trajecto até ao Conde Barão, com passagem pelos Banhos de S. Paulo e pela farmácia onde o Dr. Sousa Martins esteve empregado. O passeio terminou no palácio renascentista onde está instalada a sede do clube de futebol da Casa Pia, e aí tivemos a agradável surpresa de, a convite do Director da respectiva biblioteca, nos ser facultada a visita desta e do salão nobre, que foi muito apreciada pelos nossos Consócios.

SABADO, dia 31

Visita à Escola Profissional de Pesca de Pedrouços, onde fomos recebidos pelo seu Director, Sr. Eng.º Álvaro Ribeiro Pereira e professores, que proporcionaram aos «Amigos de Lisboa» explicações sobre o ensino ali ministrado, fizeram demonstrações com o equipamento de que a Escola dispõe revelando a actualização dos nossos processos de pesca. Seguiu-se a visita às instalações, que deixaram a melhor das impressões nos visitantes.

NOVEMBRO

SABADO, dia 7

Visita à igreja de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, onde fomos recebidos pelo seu Prior, Rev.º Cónego António Abranches, que saudou os «Amigos de Lisboa» e prestou esclarecimentos sobre a história da construção do templo e os artistas que nele trabalharam. O nosso guia, Dr. Emanuel Correia, dissertou depois sobre as obras de arte que ele contém, com realce para os vitrais de Almada Negreiros, chamando a atenção dos presentes para a simbologia destes e focando as obras dos outros notáveis artistas ali representados.

SÁBADO, dia 14

Visita ao Palácio da Mitra, onde os «Amigos de Lisboa» estão sediados, conduzida pelo Eng.º Maia Athayde, que foi apoiado por José Meco, o qual se alongou na descrição da valiosa azulejaria que reveste a antiga residência de verão dos Patriarcas de Lisboa. Na sede do Grupo, realizou-se em seguida a Assembleia Geral Extraordinária para discussão e votação dos novos Estatutos, que contou com grande afluência de Con-sócios e terminou com a aprovação desse documento por unanimidade e aclamação.

SABADO, dia 21

Visita à Secção Botânica do Instituto de Investigação Científica Tropical, onde fomos recebidos pelo respectivo Director, Prof. José de Freitas Ferraz, o qual proferiu uma alocução sobre a história e actividades daquele organismo. A Dr.ª Maria Leonor de Sousa Gonçalves acompanhou em seguida os «Amigos de Lisboa» na apreciação das espécies botânicas ali recolhidas e estudadas.

SABADO, dia 28

Recepção dos «Amigos de Lisboa» na sede do Departamento de Pilotagem do Porto de Lisboa, no Alto do Duque, feita por João Luís Cordeiro. Depois de esclarecidos sobre a orgânica e função daquele Departamento, os visitantes dirigiram-se às instalações da Doca do Bom Sucesso, onde tiveram ocasião de observar o funcionamento daqueles Serviços e os meios de que dispõem para assistir à navegação que demanda e sai do Porto de Lisboa.

DEZEMBRO

SABADO, dia 5

Conferência, na Galeria de Arte da Livraria Barata, à Av. de Roma, n.º 11-A, por D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita, que proferiu uma conferência intitulada «Curiosidades sobre Joaquim Pedro Oliveira Martins, meu tio». Perante a numerosa assistência a conferencista dissertou sobre aspectos da vida familiar e da personalidade do escritor, sendo no final aplaudida.

SABADO, dia 12

Visita à Cidadela de Cascais e Palácio. Os «Amigos de Lisboa» partiram para aquela vila em autocarro, juntando-se-lhes ali outros que utilizaram transporte próprio. Iniciou-se a visita ao Centro de Instrução de Artilharia Anti-Aérea, onde foram recebidos pelo oficial de serviço, que prestou informações sobre a história da fortaleza e sua actual utilização, e acompanhou os visitantes à cisterna, hoje salão nobre daquela unidade militar. Foram depois visitadas as muralhas e observado o parque de material desactivado. Seguiu-se a visita ao Palácio, conduzida pelo funcionário do mesmo, que ilucidou os visitantes sobre dados históricos e individualidades que o habitaram, entre elas o Rei D. Luís e a Rainha D. Maria Pia. Frizou o facto de ali se ter feito a primeira experiência da iluminação eléctrica em Portugal, devido à iniciativa daquele Rei, e depois de percorridos os vários aposentos, foi visitada a capela, onde o Eng.º Maia Athayde também interveio para fazer algumas considerações sobre a parte artística da mesma.

SABADO, dia 19

Visita à igreja e Hospício de Nossa Senhora da Vitória, guiada pelo Eng.º Maia Athayde, no impedimento da Dr.ª Maria Isabel Vargas, inicialmente designada para esse fim. Os «Amigos de Lisboa» foram recebidos pelo capelão, Rev.º Padre Américo Brás da Costa, que saudou os visitantes e traçou a história e os antecedentes do templo e da respectiva Irmandade, anteriormente sediada na desaparecida igreja de Nossa Senhora da Conceição. Presentes, também, os representantes dessa Irmandade, que após os comentários do Eng.º Maia Athayde sobre os aspectos arquitectural e artístico da igreja guiaram a visita ao Hospício, que foi uma secção do Hospital Real de Todos os Santos.

A realização destas actividades, durante o ano de 1987, foi caracterizada pela afluência de Consócios, que com a sua presença revelaram interesse pelas mesmas. A Junta Directiva e o seu Presidente, Prof. Cândido de Oliveira, que interveio com frequência, quer para retribuir as saudações, quer para ressaltar aspectos das visitas, declaram-se reconhecidos a todas as entidades que lhes concederam as facilidades sem as quais elas não poderiam ter tido o êxito que de uma forma geral tiveram.

Merecem largamente o nosso agradecimento todos os que orientaram, preleccionaram ou comentaram as visitas guiadas acima descritas.

Um destaque especial para o Prof. Emanuel Correia que, com muito saber e dedicação, arcou com grande número destas tarefas, pelo que tem jus ao nosso rasgado agradecimento.

Finalizamos este relatório com os seguintes votos.

- 1.º — De sentimento pelos sócios falecidos.
- 2.º — De agradecimento à Exma. Câmara Municipal de Lisboa pela prestimosa ajuda que nos tem dispensado.
- 3.º — De agradecimento ao Ateneu Comercial de Lisboa, pela cedência da sala onde se realizou a Assembleia Geral.
- 4.º — De agradecimento aos Srs. Presidentes da Assembleia Geral e da Comissão de Contas pelo apoio que proporcionaram a esta Junta Directiva.
- 5.º — De louvor às Senhoras Funcionárias da Secretaria do Grupo pela excelência do seu trabalho.

Lisboa, 12 de Fevereiro de 1988.

A JUNTA DIRECTIVA

O PRESIDENTE

Prof. Doutor João Cândido de Oliveira

O VICE-PRESIDENTE

Eng.º Manuel José Maia Athayde

O SECRETÁRIO-GERAL

Eduardo Sucena

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita

O TESOUREIRO

Armando Baptista da Costa

OS VOGAIS

Eng.º Rui de Figueiredo Ribeiro

Américo de Jesus Rodrigues

Maria Branca de Menezes

Henrique Pereira da Silva

BALANÇO RELATIVO AO EXERCÍCIO DE 1987

ACTIVO

Disponibilidades

Caixa	29 461\$00	
Depósitos à ordem	362 955\$30	
Depósitos a prazo	200 000\$00	592 416\$30

Créditos a curto prazo

Outros devedores		89 650\$00
-------------------------	--	------------

Existências

Mercadorias		682 362\$30
-------------------	--	-------------

Imobilizações

Imobilizações corpóreas		965 314\$40
		<u>2 329 743\$00</u>

PASSIVO

Débitos a curto prazo

Outros credores (máq.)	332 010\$00	
Fornecedores	442 082\$00	774 092\$00

SITUAÇÃO LÍQUIDA

Resultados transitados		634 630\$50
Resultados apurados no exercício		921 020\$50
		<u>2 329 743\$00</u>

Lisboa, 12 de Fevereiro de 1988.

DESENVOLVIMENTO DE ALGUMAS CONTAS DO BALANÇO

Depósitos à ordem

Caixa Geral de Depósitos	9 979\$80
Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa	352 975\$50
	362 955\$50

Fornecedores

C. M. L./Cultural	377 868\$00
C. M. L./Gabinete Técnico de Habitação	45 976\$00
C. M. L./Turismo	15 238\$00
Vilians Leal	3 000\$00
	442 082\$00

Outros devedores e credores

Saldos devedores:

Livraria Bertrand	74 610\$00
Livraria Ferin, Lda.	2 080\$00
Livraria Bibliofila	12 960\$00
	89 650\$00

Saldos credores:

Máquina de escrever	54 210\$00
Fotocopiadora	277 800\$00
	332 010\$00

Existências

Consignação c/alheia	442 082\$00
Edições	160\$30
Emblemas	575\$00
Olisipo	203 460\$00
Medalhas	36 085\$00
	682 362\$30

Imobilizações

Máquinas	950 345\$20
Biblioteca/móveis e utensílios	14 969\$20
	965 314\$40

Lisboa, 12 de Fevereiro de 1988.

DESENVOLVIMENTO DAS CONTAS DE DESPESAS

Fornecimentos e serviços de terceiros

Material de escritório	51 181\$00	
Conservação e limpeza		104 249\$50
Comunicação:		
Telefone	40 850\$00	
Correios	18 102\$00	
Real. culturais	32 196\$00	91 148\$00
Deslocações		46 180\$00
Contencioso		3 040\$00
Comissão ao Cobrador		149 940\$00
Ofertas		4 520\$00
		450 259\$00
		450 259\$00

Despesas com pessoal

Ordenados	772 185\$00	
Outras despesas		66 400\$00
Segurança Social		295 451\$00
		1 134 036\$00

Lisboa, 12 de Fevereiro de 1988.

DESENVOLVIMENTO DOS RESULTADOS

Proveitos:

Jóias	68 500\$00	
Quotas	1 336 840\$00	
Emblemas	420\$00	
Cartões de identidade	7 250\$00	
Realizações culturais..	181 408\$00	
Olisipo.	7 900\$00	
Medalhas	9 750\$00	
Diversos	3 310\$50	
	1 615 378\$50	

Subsídios:

C. M. L.	747 750\$00	
Calouste Gulbenkian	250 000\$00	
Sr. Comandante Pereira	6 000\$00	
	1 003 750\$00	

Receitas financeiras

Juros	28 087\$00	2 647 215\$50

Despesas:

Fornec. e serviços de terceiros	450 259\$00	
Despesas com o pessoal	1 134 036\$00	
Result. Extraord. do exercício/furto	141 900\$00	1 726 195\$00
Resultados apurados no exercício		921 020\$50

Lisboa, 12 de Fevereiro de 1982.

PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1987

Prezados Consócios:

Examinámos as contas referentes ao exercício de 1987 e os números apresentados revelam-nos de imediato uma melhoria sensível da situação do Grupo, o que significa ter a gerência da Junta Directiva e seus colaboradores continuado a evidenciar uma crescente e muito louvável actividade na difícil administração desta colectividade.

E dizemos difícil, pela permanente incerteza da obtenção das receitas necessárias ao cumprimento satisfatório dos objectivos culturais do Grupo, que infelizmente não tem tido o suficiente apoio financeiro e cultural correspondentes ao desempenho da sua elevada missão, mesmo apesar da louvável contribuição da C. M. L..

Os valores apresentados pelos documentos das receitas e despesas, mostram claramente o que acima referimos e mostram também o trabalho criterioso e dedicado do Exmo. Sr. Rodrigues Dias, a quem muito agradecemos a sua colaboração.

Ao terminarmos estas linhas, propomos a V. Exas. a aprovação:

- 1.º — Do Relatório e Contas do exercício de 1987.
- 2.º — De um voto de pesar pelos sócios falecidos.
- 3.º — De um voto de louvor à Junta Directiva pela forma como dirigiu esta instituição.

4.º — De um voto de louvor às funcionárias pela sua actividade durante todo o exercício findo.

Lisboa, 19 de Fevereiro de 1988.

A COMISSÃO DE CONTAS

O PRESIDENTE

Dr. José de Freitas Branco de Herédia

O SECRETÁRIO

Dr. Aníbal da Gama Caeiro

O RELATOR

Dr. João Carlos Osório Pinto

RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA REFERENTE AO ANO DE 1988

Ex.^{mos} Consócios:

No cumprimento das disposições estatutárias, vem a Junta Directiva do Grupo «Amigos de Lisboa» apresentar à Assembleia Geral o relatório das suas actividades respeitantes ao ano de 1988, que ora findou.

Fazemos ressaltar, desde já, a longa tarefa de elaboração do nosso Estatuto que este ano foi dada por concluída com a assinatura da competente escritura no dia 7 de Junho, no 23.º Cartório Notarial de Lisboa, cerimónia a que acudiram muitos membros da Junta Directiva. Aprovado em Assembleia Geral de 14 de Novembro de 1987, expressamente convocada para esse fim, ficamos agora a dispor dum Estudo adaptado às necessidades da vida actual do Grupo, e que certamente muito facilitará a acção dos corpos gerentes na prossecução dos objectivos da nossa agremiação.

Se apreciarmos o movimento de sócios no ano em causa, verificamos o seguinte:

Existiam em 1/1/1988	709	
Honorários	2	711
	—	
Pediram a demissão	81	
Faleceram	8	89
	—	—
		622
Foram admitidos		103
		—
Existência em 31/12/88		725

Não será descabido concluir que o aumento de sócios verificado reflecte o interesse crescente que o Grupo tem granjeado nas camadas da população lisboeta, facto que servirá de estímulo à actividade de todos os Sócios em geral e da Junta Directiva em particular.

Registamos com mágoa, durante o ano de 1988, a perda dos seguintes sócios falecidos:

- 24 — Dr. Durval Pires de Lima
- 1981 — Dr.^a Maria Alice Vieira da Cruz
- 2227 — D. Haydée California
- 3535 — Dr. José da Silveira Machado
- 3620 — D. Alda de Castro
- 4454 — Sr. José Augusto de Sousa Torres
- 4773 — Sr. José Simões Serralheiro
- 4850 — D. Maria Helena Santos Marques

Permitimo-nos destacar com especial relevo o pesar que nos causou o falecimento do Dr. Durval Pires de Lima, até há pouco último sobrevivente da centena de Sócios fundadores do nosso Grupo e que manteve até final a chama desses pioneiros cuja memória nos é tão cara.

O Dr. Durval Pires de Lima, além da afeição que votava a Lisboa, contribuiu largamente para o seu conhecimento com numerosos estudos e publicações, que enriqueceram a bibliografia olisiponense. A seu tempo lhe prestaremos a homenagem que tanto merece.

A Junta Directiva reuniu-se formalmente 18 vezes durante o ano de 1988. Porém, numerosas reuniões informais ocuparam e preocuparam os dirigentes do Grupo. Referimo-nos particularmente às que ocorreram por motivo do triste acontecimento que ensombrou a vida e a fisionomia da cidade: o incêndio do Chiado. Colhidos de chofre pela notícia do desastre, logo nos debruçámos sobre os problemas que ele suscitava. Além de duas entrevistas que o Presidente do Grupo concedeu à Rádio Renascença, resolvemos abrir uma recolha de fundos entre os sócios para, de certo modo, dar contributo à reconstrução projectada. Sobre os princípios gerais dessa reconstrução a Junta Directiva elaborou um comunicado que exprime o seu parecer e será oportunamente dado a público.

No que toca à situação financeira do Grupo, o quadro seguinte dá uma indicação sumária.

DESENVOLVIMENTO DOS RESULTADOS

Proveitos:

Jóias	101 000\$00		
Quotas	1 485 470\$00		
Emblemas	240\$00		
Cartões de identidade	10 100\$00		
Realizações culturais	216 495\$00		
Olisipo	31 200\$00		
Medalhas	2 000\$00		
Fotoc. e outros serviços	10 122\$00	1 856 627\$00	

Subsídios:

Sr. Comandante Pereira	7 000\$00		
-------------------------------	-----------	--	--

Receitas financeiras:

Juros	25 852\$90		
--------------	------------	--	--

Fornecimento serviços terceiros:

Serv. Event. Fotocópias	494\$50	33 347\$40	1 889 974\$40

Despesas:

Fornecimento e serv. terceiros	507 285\$00		
Despesas c/o pessoal	1 150 467\$00		
Impostos	3 830\$00	1 661 582\$00	
Resultados apurados no exercício ...			228 392\$40

Apesar das contas estarem equilibradas, não podemos deixar de lamentar a estreiteza do nosso orçamento, que nos não permite ensaiar empreendimentos vultuosos.

Não obstante, lográmos finalmente a publicação dos n.ºs 146-147-148 da nossa revista «Olisipo», que há muito se fazia esperar e a que somente a escassez das verbas responde pelo atraso. O próximo número, que será dedicado ao Cinquentenário do Grupo, está prestes a entrar nos prelos e conta desde já com prestimosa colaboração.

Mais uma vez fazemos realçar o contributo que a Câmara Municipal de Lisboa nos tem proporcionado, quer permitindo a ocupação gratuita dum andar do Palácio da Mitra, onde temos sede, quer facultando-nos um subsídio de 400 000\$00, que não nos cansamos de agradecer. As entrevistas que temos mantido com entidades responsáveis da Câmara Municipal vêm contribuindo para a compreensão recíproca das nossas instituições, que visam o fim comum de fomentar o conhecimento e o progresso da nossa Cidade.

Foram numerosas as nossas actividades culturais ao longo do ano de 1988 e podem resumir-se do modo seguinte:

JANEIRO

SABADO, dia 9, pelas 15 horas

Visita ao Museu da Água (antiga Estação Elevatória dos Barbadiños) conduzida pelo seu Director (ao tempo), Sr. Rainha, que historiou o abastecimento de água a Lisboa, projectou um filme sobre a ex-Companhia das Águas (hoje EPAL) e acompanhou e elucidou os visitantes no percurso através das instalações.

SABADO, dia 16, pelas 15 horas

Visita às obras do novo edifício da Torre do Tombo, orientada pelo Director daquele Arquivo Nacional e Presidente da Assembleia Geral dos «Amigos de Lisboa», Sr. Dr. José Pereira da Costa. Com a presença dos técnicos responsáveis pela construção, o nosso Guia relatou as acções desenvolvidas para a realização do importante empreendimento e pres-

tou esclarecimentos sobre as excelentes condições do edifício e o esquema da transferência do acervo documental, seguindo-se a visita, não sem antes o Sr. Dr. Pereira da Costa ter sublinhado ser aquele o último acto público em que participava como Director da Torre do Tombo, por ir passar à reforma.

SABADO, dia 23, pelas 15 horas

Visita à igreja manuelina da Conceição Velha, guiada pelo Dr. Emanuel Correia, que previamente fez uma pormenorizada exposição sobre a história das várias igrejas da Conceição que existiram em Lisboa, e sobre a da Misericórdia, arruinada pelo terremoto de 1755, cuja fachada lateral sul é hoje a frontaria daquela.

SEXTA-FEIRA, dia 29, pelas 18 horas

Conferência no auditório da Academia Internacional de Cultura Portuguesa (Sociedade de Geografia) pelo Sr. Dr. Adriano Vasco Rodrigues, que apresentado pelo Secretário-Geral dos «Amigos de Lisboa», Sr. Eduardo Sucena, tratou o tema «O Teatro Romano de Lisboa, História e Possibilidades de Recuperação», acompanhando a sua exposição com a projecção de diapositivos.

SABADO, dia 30, pelas 13 horas

Almoço na Pastelaria Ferrari, de homenagem ao Sr. Prof. Doutor Cândido de Oliveira pela passagem do 14.º aniversário da sua ascensão ao cargo de Presidente efectivo da Junta Directiva dos «Amigos de Lisboa», que contou com numerosa assistência e a que noutro local nos referiremos mais pormenorizadamente.

FEVEREIRO

SABADO, dia 6, pelas 15 horas

Visita ao Museu do Azulejo (antigo Convento da Madre de Deus), dirigida pela Conservadora, Sra. Dr.ª Teresa Carriço, que acompanhou os visitantes e prestou esclarecimentos sobre os espécimes expostos.

SABADO, dia 13, pelas 15 horas

Visita à igreja de Nossa Senhora do Amparo (Paroquial de Benfica), guiada pelo Eng.º Maia Athayde e que terminou no Centro Paroquial.

SABADO, dia 20, pelas 15 horas

Descerramento no Salão da Biblioteca do retrato a óleo do Presidente do Grupo e Assembleia Geral ordinária, realizada na sede, que discutiu, votou e aprovou por unanimidade o Relatório e as Contas da Junta Directiva referentes a 1987, e elegeu os Corpos Directivos para o triénio de 1988/1990.

SABADO, dia 27, pelas 15 horas

Visita ao Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses, nas ruínas do Carmo, onde os «Amigos de Lisboa» foram recebidos pelo Vice-Presidente daquela Associação e nosso Consócio, Sr. Dr. Francisco Santana, que fez uma exposição sobre as origens e o acervo daquele Museu, e acompanhou os visitantes.

MARÇO

SABADO, dia 5, pelas 13 horas

Almoço-convívio no Café Martinho da Arcada, dos «Amigos de Lisboa» e da «Associação Pessoaana dos Amigos do Martinho da Arcada», que culminou com uma palestra do nosso Secretário-Geral, Sr. Eduardo Sucena, sobre «Os Cafés na Vida Social, Política e Intelectual de Lisboa».

SABADO, dia 12, pelas 15 horas

Visita ao Bairro Estrela d'Ouro (Arte Nova) e Ermida da Senhora do Monte, guiada pelo Sr. Dr. Emanuel Correia.

SÁBADO, dia 19, pelas 15 horas

Visita à igreja paroquial de Santa Maria dos Olivais e zona semi-rural de Olivais Velho, guiada pela Sra. Dr.^a Maria Júlia Jorge. A visita teve a colaboração da Filarmónica SFUCO.

SÁBADO, dia 26, pelas 11 horas

Visita à igreja matriz de Loures (Catedral Saloia), guiada pelo Sr. Eng.^o Maia Athayde, seguida de um almoço-convívio no Restaurante Madeirense e da visita ao Palácio da Quinta do Correio-Mor, esta guiada pela Sra. Dr.^a Matilde Pessoa de Sousa Franco.

ABRIL

SÁBADO, dia 16, pelas 9 horas

Circuito Lisboa, Malveira, Turcifal, Colaria, Freiria, Lisboa, guiada pelo Sr. Dr. Carlos Infante da Câmara, com um almoço-convívio no Restaurante D. Camilo, em Freiria.

SÁBADO, dia 23, pelas 15 horas

Passeio na Madragoa, guiado pelo Sr. Eng.^o Maia Athayde, com início no Chafariz da Esperança.

SÁBADO, dia 30, pelas 16 horas

Visita à Mesquita de Lisboa, guiada pelo Sr. Gulam Kaffam Adam, no decurso da qual foram prestados esclarecimentos sobre a história do edifício e sobre o Islamismo.

MAIO

SABADO, dia 7, pelas 15 horas

Visita ao Instituto de Oftalmologia Dr. Gama Pinto, orientada pelo respectivo Director, Sr. Prof. Ribeiro da Silva, com o concurso do nosso Presidente, Sr. Prof. Cândido de Oliveira.

SABADO, dia 14, pelas 12 horas

Visita a Santo Antão do Tojal (Palácio da Mitra, igreja paroquial e Casa do Gaiato), guida pelo Rev.º Padre Luís Barata e pelo Prof. José Duarte, com almoço-convívio previamente realizado no Restaurante Floresta, da Póvoa de Santo Adrião.

SABADO, dia 21, pelas 15 horas

Visita à igreja paroquial da freguesia de Santa Catarina do Monte Sinai (Paulistas), guiada pelo Eng.º Maia Athayde.

SABADO, dia 28, pelas 15 horas

Passeio «Telheiras-Velha, Uma Aldeia na Cidade» guiada pela Sra. Dr.ª Maria Júlia Jorge, que levou os «Amigos de Lisboa» a visitar a zona protegida de antigas hortas, a igreja do extinto Convento da Porta do Céu e a urbanização moderna de Telheiras.

JUNHO

SABADO, dia 4, pelas 16 horas

Estava prevista uma Conferência na sede, pela Sra. Dr.ª Matilde Pessoa de Sousa Franco, sobre «Santo António, o Mais Lisboa dos Lisboa», que não se pôde realizar, por motivo de compromissos oficiais de última hora da conferencista.

SABADO, dia 18, pelas 15 horas

Visita ao Estádio José Alvalade e outras instalações desportivas do Sporting Club de Portugal, orientada por representantes da Direcção daquele clube, que no final obsequiaram os «Amigos de Lisboa» com um beberete.

SABADO, dia 25

Visita à ponte romana de Vila Formosa, sobre a Ribeira de Seda, e à Coudelaria de Alter, com partida de Lisboa às 9 horas e almoço em Ponte de Sôr, no Restaurante «O Cesteiro». A viagem foi feita em dois autocarros, e, em Alter do Chão, o Eng.º Maia Athayde teve ocasião de discorrer sobre alguns monumentos locais, entre eles o castelo e o chariz renascentista.

JULHO

SABADO, dia 2, pelas 15 horas

Visita ao Aqueduto das Águas Livres sobre o vale de Alcântara (com entrada pela Calçada da Quintinha) e à Mãe de Água das Amoreiras, conduzida pelo Sr. Teixeira Rainha, da EPAL.

SABADO, dia 9, pelas 15 horas

Passeio «Do Campo de Santana ao Largo do Convento da Encarnação», guiado pelo Sr. Prof. Cândido de Oliveira, que junto do edifício da actual Faculdade de Ciências Médicas historiou a origem da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa (que ali esteve instalada) e que junto do que resta do Convento de Sant'Ana se referiu também a este (em parte demolido para dar lugar ao Instituto Bacteriológico Câmara Pestana) bem como ao episódio do rapto da esposa do pintor Vieira Lusitano. No local da desaparecida ermida de Sant'Ana foi observada a lápide que os «Amigos de Lisboa» ali fizeram colocar, de homenagem a Camões; e não tendo sido possível visitar a igreja da Pena, por estar em obras, o resto do passeio até ao Largo do Convento da Encarnação foi conduzido pelo Sr. Eng.º Maia Athayde.

SABADO, dia 16, pelas 15 horas

Visita à Torre de Belém, guiada pelo Sr. Dr. Emanuel Correia, que a propósito das Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, actualmente em curso, estabeleceu a relação entre o monumento, nos seus aspectos histórico e artístico, e a época da Expansão em que foi construído.

SETEMBRO

SABADO, dia 17, pelas 15 horas

Visita à ermida de Santo Amaro, guiada pelo Sr. Eng.º Maia Athayde.

SEXTA-FEIRA, dia 23, pelas 18 horas

Iniciou-se no Salão Nobre da Casa do Algarve um Curso Sobre a História de Lisboa «Do Sítio à Grande Cidade», em dez colóquios, pela Sra. Dr.ª Maria Júlia Jorge, que terminou em 25 de Novembro.

SABADO, dia 24, pelas 15 horas

Passeio no Tejo em cacilheiro especialmente fretado pelos «Amigos de Lisboa», que registou grande afluência de participantes e foi proficientemente guiado pela Sra. D. Maria do Carmo Cortez. Com partida da Estação Fluvial (Praça do Comércio), o passeio prolongou-se, junto da margem direita, até perto do Bugio, e depois ao longo da margem esquerda até perto dos Estaleiros da Lisnave, com regresso ao ponto de partida.

OUTUBRO

SABADO, dia 1, pelas 15 horas

Visita ao Parque Oriental de Lisboa e Alto da Bela Vista, guiada pela Sra. Dr.ª Maria Júlia Jorge, com prolongamento pelas antigas azinhagas da zona de Chelas, terminando junto da igreja do antigo convento.

SABADO, dia 8, pelas 14,30 horas

Visita aos edifícios do Ministério dos Negócios Estrangeiros, antigo Convento dos Oratorianos de S. Filipe de Nery e Palácio das Necessidades, incluindo a respectiva igreja, que foi conduzida pela Sra. Dr.^a Maria José Pires, e, na parte da igreja, pelo Sr. Padre João de Magalhães.

SABADO, dia 15, pelas 10 horas

Visita guiada pela Sra. Dr.^a Maria Júlia Jorge a Sesimbra, seguida de almoço-convívio na Estalagem dos Zimbros. Após o almoço, foi visitado o Santuário do Cabo Espichel, onde o Sr. Prof. Cândido de Oliveira teve ocasião de se referir ao culto de N. S.^a do Cabo e ao «círio» que partia de Lisboa para ali. Por sua vez, o Sr. Eng.^o Maia Athayde fez algumas considerações sobre a igreja e o retábulo, que têm claras afinidades com a obra de João Antunes, o qual na época era arquitecto da Ordem de Santiago a que aquela zona pertencia.

SABADO, dia 22, pelas 15 horas

Visita conduzida pela guia local ao Palácio Fronteira, que incluiu algumas salas do edifício e jardins.

SABADO, dia 29, pelas 15 horas

Visita ao Hipódromo do Campo Grande, da Sociedade Hípica Portuguesa, conduzida pelo Sr. Major Simões Pereira.

NOVEMBRO

SABADO, dia 5, pelas 10 horas

Visita ao Palácio de São Bento (Assembleia da República), conduzida pelo Sr. José Faria.

SABADO, dia 12, pelas 15 horas

Visita à Biblioteca João Paulo II, da Universidade Católica, onde os «Amigos de Lisboa» foram recebidos e guiados pelo Exmo Reitor, Sr. Prof. Doutor José do Patrocínio Bacelar e Oliveira.

SABADO, dia 19, pelas 15 horas

Visita à igreja de S. Domingos e restos do antigo Convento do mesmo nome, guiada pelo Sr. Eng.º Maia Athayde, com o apoio do respectivo Pároco, Sr. Padre José Reis. Seguiu-se um passeio pelo Rossio, guiado pela Sra. D. Maria do Carmo Cortez, desde o Palácio da Independência passando pelo Teatro Nacional de D. Maria II, Estação da CP e lado poente da Praça, com paragem na «Tendinha» (cujo proprietário obsequiou os «Amigos de Lisboa» com castanhas, água-pé e ginginha) e na Loja das Meias (onde um dos proprietários fez a história da casa e ofereceu publicações referentes à mesma), terminando a visita, depois de visitado o lado nascente, junto do monumento a D. Pedro IV.

SABADO, dia 26, pelas 19 horas

Passeio no Bairro Alto, guiada pela Sra. D. Maria do Carmo Cortez, com visita à Ermida dos Fiéis de Deus e à Igreja dos Inglesinhos, que terminou com um jantar-convívio no Restaurante Típico Adega Mesquita. No final do jantar houve fados pelo elenco privativo da casa, reforçado pelos artistas Julieta Brigue, Gabino Ferreira e Abel Pereira, que uma vez mais colaboraram graciosamente nesta realização dos «Amigos de Lisboa».

DEZEMBRO

DOMINGO, dia 4, pelas 15 horas

Visita à sinagoga israelita, guiada pelo nosso Consócio, Sr. Sam Levy, que no final convidou os Srs. Presidente, Secretário-Geral e outros membros da Junta Directiva e guias do Grupo para uma visita à sua casa particular, onde lhes ofereceu café e mostrou as suas preciosas colecções de arte.

SEXTA-FEIRA, dia 9, pelas 18 horas

Conferência no auditório da Academia Internacional de Cultura Portuguesa (Sociedade de Geografia) pelo Sr. Dr. José Pereira da Costa, sobre «O Casamento de D. Beatriz, filha de D. Manuel I, com o Duque de Saboia, na descrição de Gaspar Correia», a qual se revestiu do maior interesse, pelos aspectos pouco conhecidos ou mesmo desconhecidos do acontecimento, revelados pelo conferencista.

SÁBADO, dia 10, pelas 15 horas

Relacionada ainda com as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, foi vistada a capela de S. Roque do antigo Arsenal da Marinha, sobre a qual dissertou o Sr. Capelão Vaz Monteiro. Em seguida, o oficial de dia mostrou aos «Amigos de Lisboa» o chafariz (restaurado) mandado construir por D. Miguel I e a zona da antiga doca onde se construíam as embarcações.

O Grupo «Amigos de Lisboa» foi convidado a participar nos festejos dos Santos Populares, colaborando no Concurso de Quadras Populares a Santo António com o tema:

*Santo António e seu menino
Fazem milagres sem par.*

Esta iniciativa, a que concorreram 980 quadras, foi promovida pelos «Amigos de Lisboa», que também participaram no respectivo júri através do Secretário-Geral Adjunto, D. Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita.

Ao concluir este relatório, seja-nos permitido formular os seguintes votos:

- 1.º — De sentimento pelos Sócios falecidos.
- 2.º — De agradecimento à Exma. Câmara Municipal de Lisboa pela valiosa colaboração que nos tem prestado.
- 3.º — De agradecimento aos Senhores Presidentes da Assembleia Geral e da Comissão Revisora de Contas pelo apoio que nos dispensaram.

4.º — De agradecimento ao Sr. Manuel Morgado pela dedicação que tem manifestado pelo Grupo.

5.º — De agradecimento às Senhoras Funcionárias da Secretaria do Grupo pela eficiência do seu trabalho.

Lisboa, 13 de Fevereiro de 1989.

A JUNTA DIRECTIVA

O PRESIDENTE

Prof. Doutor João Cândido de Oliveira

O VICE-PRESIDENTE

Eng.º Manuel José Maia Athayde

O SECRETÁRIO-GERAL

Eduardo Sucena

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita

O TESOUREIRO

Dr. Armando Baptista da Costa

OS VOGAIS

Américo de Jesus Rodrigues

Maria Branca de Menezes

Dr. António Matrone

Julieta da Cunha Gonçalves

BALANÇO ANALÍTICO DO EXERCÍCIO DE 1988

ACTIVO

Disponibilidades

Caixa	16 264\$00	
Depósitos à ordem	306 077\$70	
Depósitos a prazo	100 000\$00	422 341\$70

Créditos a curto prazo

Outros devedores		70 530\$00
-------------------------	--	------------

Existências

Valores de conta própria	602 680\$00	
Valores de conta alheia	1 383 554\$00	1 986 234\$00

Imobilizações corpóreas

Equipamento Administrativo e Social — e mobil. diverso		1 001 594\$40
--	--	---------------

TOTAL DO ACTIVO		3 480 700\$10
-----------------------	--	---------------

PASSIVO

Débitos a curto prazo

Sector Público Estatal		46 838\$00
Credores por fornecimentos de imobilizado ...		140 100\$00
Outros credores, c/gerais		1 462 654\$00

TOTAL DO PASSIVO		1 649 592\$00
-------------------------	--	---------------

Situação líquida

Resultados transitados		1 602 815\$70
-------------------------------	--	---------------

Resultados líquidos

Resultado apurado no exercício		228 392\$40
		1 831 208\$10

TOTAL DO PASSIVO E DA SITUAÇÃO LÍQUIDA		3 480 700\$10
--	--	---------------

DESENVOLVIMENTO DOS SALDOS DAS SEGUINTESS CONTAS
DO BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 1988

Créditos a curto prazo

— Outros devedores		
Livraria Bertrand	45 170\$00	
Livraria Ferin	12 400\$00	
Livraria Bibliófila	12 960\$00	
		70 530\$00

Existências

— Valores c/ própria		
Emblemas	335\$00	
Olisipo	568 260\$00	
Medalhas	34 085\$00	
		602 680\$00
— Valores c/ alheia		
Vilians Leal	3 000\$00	
C.M.L./Cultura	1 319 340\$00	
C.M.L./Gab. T. Hab.	45 976\$00	
C.M.L./Turismo	15 238\$00	
		1 383 554\$00

Imobilizações corpóreas

Saldo exercícios anteriores	965 314\$40	
Aquisição de encerradora	17 700\$00	
Aquisição de aspirador	9 900\$00	
Livros p/a biblioteca	8 680\$00	
		1 001 594\$40

Sector público estatal

Segurança Social	43 568\$00	
Imposto Profissional	3 270\$00	
		46 838\$00

Débitos a curto prazo

— Credores por fornecimentos de imobilizados		
Rank Xerox		140 100\$00
— Outros credores c/gerais		
C.M.L./Cultura	1 319 340\$00	
C.M.L./Gab. T. Hab.	45 976\$00	
C.M.L./Turismo	15 238\$00	
Vilians Leal	3 000\$00	
— Zona sinistrada do Chiado		
Comparticipações de sócios	79 000\$00	
		1 462 554\$00

Lisboa, 13 de Fevereiro de 1989.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS LÍQUIDOS — EXERCÍCIO DE 1988

CUSTOS			PROVEITOS		
<i>Fornecimentos/Serv. terceiros</i>			<i>Proveito de actividade normal</i>		
Material de Escritório ...	101 571\$50		Jóias	101 000\$00	
Conservação e reparação	46 847\$00		Quotas	1 485 470\$00	
Telefone	40 183\$00		Emblemas	240\$00	
Correios	49 206\$50		Cartões de identidade	10 100\$00	
Seguro .s	977\$00		<i>Realizações culturais</i>		
Deslocações	34 397\$00		Receitas 1 527 350\$00		
Contencioso	9 450\$00		Despesas 1 310 855\$00	216 495\$00	
Encargos e cobrança	160 760\$00		Olisipo	31 200\$00	
Higiene e conforto	52 593\$00		Medalhas	2 000\$00	
Desp. de representação ...	8 300\$00		Fotoc. e outros serviços ...	10 122\$00	1 856 627\$00
Fed. C. Cult. e Recreio ...	3 000\$00	507 285\$00	<i>Receitas financ. - correntes</i>		
<i>Despesas c/pessoal</i>			Juros de depósit. em Bancos		
Remunerações	900 900\$00		A prazo	24 337\$90	
Segurança Social	208 467\$00		A ordem	1 515\$00	25 852\$90
Outras desp. c/pessoal ..	41 100\$00	1 150 467\$00	<i>Subsídios</i>		
<i>Impostos</i>			Sr. Comandante Pereira ...		7 000\$00
Selos fiscais		3 830\$00	<i>Fornecimento serviços terceiros</i>		
		1 661 582\$00	Serv. eventual fotocópias		494\$50
Resultados líquidos		228 392\$40			1 889 974\$40
		1 889 974\$40			1 889 974\$40

Lisboa, 13 de Fevereiro de 1989.

PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1988

Prezados Consócios:

Nos termos previstos nos Estatutos do Grupo «Amigos de Lisboa», apresentamos o nosso parecer sobre Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 1988.

Sempre que esta Comissão entendeu por conveniente, e ainda em concordância com o que determinam os Estatutos, dedicou a sua atenção aos assuntos de maior relevância que ao Grupo «Amigos de Lisboa» dizem respeito, sem deixar de se interessar também pelas vicissitudes que às Instituições da natureza daquela a que nos orgulhamos de pertencer por vezes atormentam.

A todas as situações suscitadas que se deparam, a Junta Directiva deu sempre a resposta precisa e pronta, o que nos apraz registar.

Somos, portanto, de parecer que:

- 1.º — Se aprove o Relatório e Contas do exercício de 1988;
- 2.º — Seja aprovado um voto de pesar pelos sócios falecidos;
- 3.º — Seja aprovado um voto de louvor à Junta Directiva pela dedicação demonstrada no desempenho das suas funções;

4.º — Se manifeste a todas as funcionárias que ao Grupo «Amigos de Lisboa» dedicaram o seu melhor esforço e saber, dignos do nosso louvor e apreço pelo trabalho realizado.

Lisboa, 20 de Fevereiro de 1989.

A COMISSÃO DE CONTAS

O PRESIDENTE

Dr. António Edgar Dias Machado

O SECRETÁRIO

Dr. Reinaldo Borralho Caldeira

O RELATOR

Eng.º Rui de Figueiredo Ribeiro

OS VOGAIS

Henrique Pereira da Silva

Manuel dos Santos Morgado

ÓRGÃOS SOCIAIS

ASSEMBLEIA GERAL

Triénio: 1988/1990

- Presidente* — Dr. José Pereira da Costa
Vice-Presidente — Eng.º Mário José Gomes Páscoa
1.º Secretário — Manuel Filipe Névoa Tadeu
2.º Secretário — Maria Isabel Teixeira dos Prazeres

JUNTA DIRECTIVA

Triénio: 1988/1990

- Presidente* — Prof. Doutor João Cândido de Oliveira
Vice-Presidente — Eng.º Manuel José Maia Athayde
Secretário-Geral — Eduardo Martins Sucena
Secretário-Geral Adjunto — Maria Antónia Oliveira Martins de Mesquita
Tesoureiro — Dr. Armando Baptista da Costa
Vogais — Américo de Jesus Rodrigues
 Maria Branca de Menezes
 Julieta da Cunha Gonçalves
 Dr. António Matrone

COMISSÃO REVISORA DE CONTAS

Triénio: 1988/1990

- PRESIDENTE** — Dr. Edgar António Machado
SECRETÁRIO — Dr. Reinaldo Caldeira
RELATOR — Eng.º Rui de Figueiredo Ribeiro
VOGAIS — Henrique Pereira da Silva
 Manuel dos Santos Morgado

RELATÓRIO DA JUNTA DIRECTIVA REFERENTE AO ANO DE 1989

Ex.^{mos} Consócios:

A Junta Directiva do Grupo «Amigos de Lisboa», em obediência à letra do seu Estatuto, apresenta à Assembleia Geral desta Instituição o relatório das actividades desenvolvidas durante o ano de 1989.

Embora não seja tarefa fácil gerir um grupo de tão largas tradições mas de tão poucos recursos, verificamos com agrado que o número de Associados tem crescido de ano para ano, como pode verificar-se no quadro que segue:

Existiam em 1/1/89	724	
Honorários	1	725
Pediram a demissão	53	
Faleceram	3	56
	<hr/>	<hr/>
		669
Foram admitidos	73	
Honorários	2	
Beneméritos	1	76
	<hr/>	<hr/>
Existência em 31/12/89		745

Durante o ano de 1989, lamentamos a perda dos seguintes Sócios, a cujas famílias apresentámos as nossas condolências:

23 — Eng.º Diogo Sobral

2723 — Sr. Eduardo de Sousa Veras

4742 — Sr. José Maria Rodrigues Gonçalves

No ano em causa, a Junta Directiva reuniu-se formalmente 15 vezes, além de outros encontros informais determinados pelas circunstâncias. No livro de actas respectivo se dá conta pormenorizada dos assuntos tratados. Entre outros, chamamos a atenção para a resolução do destino a dar às quantias recebidas dos Sócios como contributo para as obras decorrentes do incêndio do Chiado. Dado que a importância recebida não foi muito vultosa, resolveu-se submeter a uma anterior Assembleia Geral a sugestão de destinar a referida importância, no total de 72 000\$00, à compra de um computador necessário às actividades do Grupo. A sugestão foi aceite, e a aparelhagem já foi adquirida com outros contributos que adiante se referem.

A situação financeira do Grupo, pode resumir-se no quadro que se segue:

DESENVOLVIMENTO DOS RESULTADOS

<i>Proveitos:</i>		
Quotas	1 564 430\$00	
Jóias	68 000\$00	
Cartões	6 600\$00	
Emblemas	300\$00	
Medalhas	4 000\$00	
Leilão	1 200\$00	
Realiz. Culturais	131 373\$00	
Fotocópias	4 255\$50	
Publicações	203 962\$00	1 984 120\$50
<i>Subsídios:</i>		
C. M. L.	400 000\$00	
Sr. Comandante Pereira	30 000\$00	
Sócios	3 000\$00	
Dr. Pereira da Costa	25 000\$00	
Dr. M. Rebelo de Sousa	180 000\$00	
Transf. ^a Donativo/Chiado	72 000\$00	710 000\$00
<i>Receitas financeiras</i>		
Juros	15 557\$00	2 709 677\$50
<i>Despesas:</i>		
Fornec. Serv. de Terceiros	572 898\$50	
Despesas c/pessoal	1 319 431\$00	
Impostos/Selos Fiscais	4 700\$00	- 1 897 029\$50
		<u>812 648\$00</u>

A Câmara Municipal de Lisboa, que nos tem facultado gratuitamente, para sede do Grupo, instalações no Palácio da Mitra, benefício que não nos cansamos de agradecer, resolveu este ano atribuir-nos um subsídio global de Esc.: 1 000 000\$00, o maior até hoje recebido. Por esses benefícios é credora da nossa viva gratidão, e levaram a Junta Directiva a propor oportunamente à Assembleia Geral a atribuição à Câmara Municipal de Lisboa da categoria de Sócio Honorário do Grupo, proposta que foi aprovada por aclamação.

No decurso do ano de 1989, os «Amigos de Lisboa» realizaram as seguintes actividades culturais:

JANEIRO

SABADO, dia 7

Depois de terem percorrido a Calçada da Pampulha, onde tiveram ocasião de observar as pedras com a naveta das armas de Lisboa existentes nas fachadas de vários prédios do lado norte daquela artéria, visitaram a igreja de S. Francisco de Paula guiados pelo Sr. Eng.º Maia Athayde, que dissertou sobre a história da igreja e do convento contíguo, e focou os aspectos arquitectónicos e artísticos mais relevantes do monumento, em que foi também observado o túmulo da Rainha D. Mariana Vitória.

SABADO, dia 14

Foram visitadas as capelas manuelinas de S. Jerónimo e do Santo Cristo, construídas na antiga cerca do Mosteiro dos Jerónimos. Esta visita foi igualmente guiada pelo Sr. Eng.º Maia Athayde, que teve a colaboração do Sr. Dr. José Felicidade Alves, ex-pároco da freguesia de Santa Maria de Belém, o qual no primeiro daqueles locais descreveu as origens do mosteiro e das capelas da sua cerca, referiu a localização e área desta, aludindo também aos mestres que dirigiram as várias fases da obra.

SABADO, dia 21

Efectuou-se a visita, ao Palácio Fronteira, dos Associados que, devido ao limite de inscrições fixado para a anterior visita, nela não puderam participar, sendo também desta vez guiados pela guia local.

SABADO, dia 28

Visitámos a igreja de S. Roque. A visita foi conduzida pelo Eng.º Maia Athayde, com a habitual proficiência.

FEVEREIRO

DOMINGO, dia 12

Fomos ao Panteão Nacional de Santa Engrácia ver a exposição JOÃO ANTUNES, ARQUITECTO (1643-1712), que foi guiada pela respectiva Conservadora, Sra. Dr.ª Manuela Birg, e pelo Eng.º Maia Athayde, os quais se referiram à obra daquele architecto, que está documentada pelo próprio edifício do Panteão e pela mostra fotográfica de outros monumentos, uns conprovementalmente do seu risco e outros que lhe são atribuídos. É de assinalar, a propósito, o trabalho de investigação realizado pela Sra. Dr.ª Manuela Birg e seus colaboradores, com vista ao esclarecimento de aspectos obscuros da biografia de João Antunes.

SABADO, dia 18

Voltaram os «Amigos de Lisboa» à igreja de S. José dos Carpinteiros (antiga ermida de S. José de Entre-as-Hortas) e edifício anexo onde funcionou a Casa dos Vinte e Quatro. A visita foi guiada, na parte referente à igreja, pelo Eng.º Maia Athayde, e na parte referente à Casa dos Vinte e Quatro pelo representante da Irmandade ali sediada, Arq. Brito e Abreu, que historiou a origem medieval daquela instituição e a sua posterior evolução até ser extinta, facultando a observação de livros de exames de aprendizes e oficiais dos misteres de pedreiro e carpinteiro e de outras peças do espólio da instituição. O nosso Presidente, Prof. Cândido de Oliveira, acrescentou alguns dados históricos sobre a Casa dos Vinte e Quatro e a sua actividade através dos tempos.

MARÇO

SABADO, dia 4

Verificou-se a visita ao Hospital de Sant'Ana, na Parede, cujas instalações foram detidamente percorridas por dois grupos de «Amigos de

Lisboa», um conduzido pelo Dr. Manuel Bispo, da administração daquele Hospital, e outro pela Irmã Velina Laranjeiro. Os visitantes tiveram ocasião de ouvir a história da fundação do Hospital (em local escolhido pelo Dr. Sousa Martins e com o apoio financeiro da benemérita D. Claudina Chamiço) admirando a sua avançada concepção para a época, bem como a decoração no estilo Arte Nova, acabando a visita na artística capela. Em seguida os «Amigos de Lisboa», que se transportavam em autocarro, seguiram para o restaurante da INATEL, em Oeiras, onde participaram num almoço-convívio.

SABADO, dia 11

A visita foi ao antigo Paço da Bemposta, hoje sede da Academia Militar, onde os «Amigos de Lisboa» observaram o que resta do primitivo paço da Rainha D. Catarina de Inglaterra, e a Capela Real reconstruída, tendo o Eng.º Maia Athayde feito aí considerações sobre a arquitectura e os aspectos artísticos do seu recheio. A visita teve o apoio de vários oficiais, entre eles o Sr. Capelão, e prosseguiu aravés das restantes instalações da Academia em cuja sala de convívio os «Amigos de Lisboa» foram recebidos e obsequiados com um beberete pelo Director, Sr. General Abel Couto, e confraternizaram com um grupo de cadetes.

SABADO, dia 25

Realizou-se na sede do Grupo uma conferência pelo Arq.º Nuno Teotónio Pereira, presidente da Associação dos Arquitectos Portugueses, sobre os problemas da habitação social. A ineressante dissertação, que incidiu em particular sobre as vilas operárias de Lisboa do período inicial da industrialização portuguesa, foi ilustrada com a projecção de diapositivos.

ABRIL

SABADO, dia 8

Os «Amigos de Lisboa» deslocaram-se em autocarro à Trafaria para visitar o silo da EPAC (SILOPOR). A visita àquela unidade industrial foi acompanhada pelos Srs. Eng.º Lourenço e Eng.º Veiga Lopes, que iluci-

daram os visitantes sobre as estruturas, funcionamento e capacidade de armazenamento do silo.

SABADO, dia 15

Foram ao Centro Infantil Helen Keller, instalado na Av. Dr. Mário Moutinho, no Restelo, ver como se processa a assistência e ensino de crianças cegas, tendo sido recebidos pela Sra. D. Maria Fernanda Xavier Neto, que prestou esclarecimento aos visitantes sobre a obra ali realizada em favor daquelas crianças, e acompanhou a visita às instalações.

SABADO, dia 22

Os «Amigos de Lisboa» visitaram o Jardim Botânico da antiga Faculdade de Ciências, à Rua da Escola Politécnica, e a exposição patente no Museu de Mineralogia e Geologia, guiados pela Dr.^a Alexandra Escudeiro e pelo Dr. César Lopes, tendo os visitantes admirado as espécies botânicas exóticas do Jardim e o valioso acervo exposto naquele Museu.

MAIO

SABADO, dia 6

Voltaram os «Amigos de Lisboa» a sair da sua cidade em visita ao Centro Histórico de Óbidos, deslocando-se ali em dois autocarros. Guiados pelas Sras. Dr.^a Maria Júlia Jorge e D. Maria do Carmo Cortez, o objectivo da visita foi plenamente atingido, não só com a observação dos aspectos monumentais e artísticos da vila, mas também com a dos aspectos urbanísticos e arquitectónico da área muralhada. Os visitantes tiveram ainda ocasião de se reunir num almoço-convívio realizado no Restaurante D. João V daquela localidade.

SABADO, dia 13

Foram visitadas as novas instalações da Faculdade de Ciências. na Cidade Universitária. A visita foi guiada pelo Sr. Prof. Doutor João

D. Correia Arrabaça, que fez previamente uma exposição sobre o plano da construção dos respectivos edifícios, parte ainda a ser executada, sobre as matérias ministradas e sobre a natureza da investigação científica que se pratica naquele estabelecimento de ensino superior. Seguiu-se depois a visita aos vários departamentos, realizada com o apoio de alunos estagiários.

SABADO, dia 20

Foram visitadas as instalações dos Telefones de Lisboa e Porto (TLP) na R. Andrade Corvo. A visita fora inicialmente prevista para a Central Manual e Digital da Trindade, mas por decisão daquela Empresa Pública foi transferida para as referidas instalações, onde os «Amigos de Lisboa» foram recebidos e guiados pela Dr.^a Ana Vieira Lopes, que lhes mostrou os sofisticados sistemas da central telefónica dos TLP e prestou esclarecimentos acerca do seu funcionamento.

SABADO, dia 27

A visita foi à moderna sede do Ginásio Clube Português, na Rua das Amoreiras. Os nossos Associados foram ali recebidos pelo Dr. António Pereira Coutinho, da Direcção daquele prestigioso Clube, que fez as honras da casa, dissertou sobre a sua história e da actual sede e percorreu com os visitantes as instalações, após o que, num dos ginásios, lhes foi proporcionada a exibição de uma classe de ginástica rítmica.

JUNHO

SABADO, dia 3

Os «Amigos de Lisboa» efectuaram um passeio ao «Sítio de Carnide», organizado e guiado pela Sra. Dr.^a Maria Júlia Jorge, que começou por historiar as origens desse aglomerado populacional e a sua evolução através dos tempos. Seguiu-se a visita à sede do Carnide Clube, na Rua Neves Costa, 71, e à exposição ali patente ao público, à igreja de S. Lourenço (exterior) e ao Centro Paroquial anexo.

Foram depois percorridos os pontos de maior interesse arquitectónico e urbanístico do sítio, com passagem pelo palácio dos Condes de Carnide, terminando o passeio com a visita às instalações do prestigioso Grupo de Teatro de Carnide, dirigido por Bento Martins.

SABADO, dia 17

Os «Amigos de Lisboa» foram ao antigo Convento da Estrelinha (Hospital Militar Principal), guiados pelo Coronel Médico Dr. Fernando Matos Rodrigues, que, numa das salas e com a presença do Director do Hospital e de outros oficiais, fez uma exposição sobre a história do Convento e das suas sucessivas utilizações até a actual. Aos Associados presentes foram distribuídas lembranças da visita com o braço de armas daquela unidade de saúde do Exército, seguindo-se a visita, que incluiu a igreja e as dependências anexas à Basílica da Estrela, e terminou com a subida ao terraço da Casa de Saúde da Família Militar, donde se disfruta uma soberba vista de Lisboa.

SABADO, dia 24

Realizou-se na sede uma sessão solene comemorativa do centenário do nascimento de Norberto de Araújo, propagandista da fundação do Grupo e seu antigo dirigente, que contou com a presença de familiares seus, e em que foram oradores o Embaixador Dr. Mário Neves e o Prof. Doutor Cândido de Oliveira. Na ocasião, foi descerrada na sala das reuniões da Assembleia Geral uma fotografia do homenageado.

JULHO

SABADO, dia 1

Os «Amigos de Lisboa» guiados pela Sra. Dr.^a Manuela Birg visitaram a Sé Catedral (Santa Maria Maior) e efectuaram em seguida um passeio por Alfama até ao Largo do Chafariz de Dentro, detendo-se em vários pontos do percurso para escutar as explicações acerca de aspectos históricos, arquitectónicos e urbanísticos da zona.

SABADO e DOMINGO, dias 8 e 9

Os «Amigos de Lisboa» saíram uma vez mais de Lisboa em autocarro para uma visita à Região do Alva, com passagem por Coimbra, visita a Arganil com almoço no Restaurante Charles, seguindo pelo Mont'Alto, Coja, Vila Cova d'Alva, Avô e Bobadela. Pernoitaram no Hotel Turismo de Tábua e prosseguiram com a visita a Lourosa, Barril d'Alva e S. Miguel, onde almoçaram no Restaurante «A Mó», regressando a Lisboa. Este passeio foi organizado pelos Srs. Américo Rodrigues e Adalberto Gens Simões, e contou com o apoio de várias entidades dos locais visitados.

SABADO, dia 15

A Sra. Dr.^a Maria Amélia Ramos Gomes proferiu na sede do Grupo uma conferência sobre «Fernando Pessoa, «Amigo de Lisboa», despertando o maior interesse no auditório e revelando um conhecimento profundo da biografia e da obra daquele poeta, natural de Lisboa. O Eng.^o Maia Athayde, que apresentara a conferencista, fez no final várias considerações sobre o tema tratado, cumprimentando a Dr.^a Maria Amélia Gomes pela sua bem estruturada dissertação.

SABADO, dia 22

Os «Amigos de Lisboa» foram ao Instituto Militar dos Pupilos do Exército, visitando em primeiro lugar as instalações da Estrada de Benfica, onde foram recebidos pelos Srs. Brigadeiro Areia e Comandante Serra, o primeiro dos quais fez uma exposição sobre a história e funcionamento daquele estabelecimento de ensino militar, que actualmente forma engenheiros técnicos de várias especialidades para as Forças Armadas e para a carreira civil. Depois da visita às oficinas os nossos Associados dirigiram-se às instalações do antigo Convento de S. Domingos de Benfica, onde tiveram ocasião de admirar, entre outros aspectos do velho edifício, as arcarias recentemente restauradas das actuais salas de convívio e de exposições, concluindo-se a visita com a passagem pela Capela dos Castros, cuja descrição e história esteve a cargo do Dr. Jorge Ferreira.

Após o período das férias de Verão, reiniciámos as nossas actividades culturais.

SETEMBRO

SABADO, dia 16

Com uma visita ao Castelo de S. Jorge e à freguesia de Santa Cruz do Castelo, guiada pela Sra. D. Maria do Carmo Cortez, que a partir da Rua Chão da Feira conduziu os nossos Associados através daquela freguesia até à igreja de Santa Cruz da Alcáçova, onde os «Amigos de Lisboa» se detiveram para ouvir falar da história do templo e das suas peças mais notáveis. No prosseguimento da visita, foram depois visitados os restos do antigo Paço da Alcáçova e o Castelejo, tendo a Sra. D. Maria do Carmo Cortez evocado os acontecimentos mais relevantes da história desses locais e chamado a atenção para alguns aspectos menos conhecidos, como a existência de algumas pedras com inscrições romanas utilizadas na construção das muralhas.

SABADO, dia 23

Os «Amigos de Lisboa» deslocaram-se em autocarro para uma visita às ruínas romanas de Tróia, que foi guiada pelo Dr. Helder Coutinho, assistido pela Dr.^a Filomena Gonçalves e pela D. Clara Furtado, da Torralta, cuja colaboração nos apraz registar. Depois de uma exposição sobre o período do domínio romano, dos seus pontos de apoio no litoral português e das actividades económicas que ali desenvolveu, foram referidas a data e as circunstâncias da descoberta das ruínas, que seguidamente os visitantes percorreram com o maior interesse, após o que foram, em breve visita, à zona turística da Torralta.

SABADO, dia 30

Guiados pelo Dr. António Manuel Gonçalves, os «Amigos de Lisboa» visitaram a freguesia de S. Cristóvão e S. Lourenço, começando pelo velho Chão d'Alcamim (actual Largo Adelino Amaro da Costa) e antigo paço de S. Cristóvão (hoje Associação dos Socorros Mútuos dos Empregados do Comércio). Estiveram depois na igreja paroquial, onde compareceu o pároco, Rev.^o Padre Faria, e o Dr. António Manuel Gonçalves discorreu sobre os aspectos históricos e artísticos do monumento, prosseguindo pelos pontos mais pitorescos da freguesia e terminando a visita no Largo da Rosa.

OUTUBRO

SÁBADO, dia 14

Os «Amigos de Lisboa» visitaram as novas instalações do Clube Militar Naval, na Av. Defensores de Chaves, n.º 26, onde foram recebidos por elementos da respectiva Direcção, entre eles o Comandante Calceteiro Serafim, que aludiu à transferência para ali do Clube, anteriormente instalado na Praça Marquês de Pombal, à sua história e às suas actividades, seguindo-se a visita ao edifício, que ficou assinalada com a oferta da medalha comemorativa da transferência das instalações, retribuída com a oferta da medalha comemorativa do cinquentenário do Grupo «Amigos de Lisboa».

SÁBADO e DOMINGO, dias 21 e 22

Visitámos a Praça Forte de Elvas, guiados pela Dr.^a Maria Júlia Jorge, que organizou um cuidado programa e contou com o apoio da Vereadora do Pelouro da Cultura daquele Município, Sra. D. Maria José Rijo. No primeiro daqueles dias visitámos de manhã o Santuário do Senhor Jesus da Piedade e o anexo Museu de ex-votos; depois do almoço na Pousada de Santa Luzia, foram visitados os pontos de maior interesse da cidade, incluindo as igrejas de Nossa Senhora da Assunção e de S. Domingos e a Biblioteca Municipal. No dia seguinte, os «Amigos de Lisboa», que ficaram alojados no Hotel D. Luís, prosseguiram na visita ao centro histórico da cidade, incluindo a igreja de Nossa Senhora da Consolação, o bairro da Alcáçova, o Castelo, a ermida de N.^a Sr.^a da Conceição e almoçaram no Restaurante «A Lareira». Estiveram ainda na Herdade de Gramixo e foram ver o Forte da Graça, onde foram recebidos por elementos da respectiva guarnição, regressando a Lisboa.

SEXTA-FEIRA, dia 27

A propósito do tricentenário do nascimento do monarca «Magnânimo», o Coronel Casimiro Morgado proferiu no auditório da Academia Internacional de Cultura Portuguesa (Sociedade de Geografia) uma conferência subordinada ao tema «D. João V, Amigo das Artes e de Lisboa». A apresentação do conferente foi feita pelo Secretário-Geral, Sr. Eduardo Sucena, e no final o Presidente da Junta Directiva, Prof. Doutor Cândido de Oliveira, comentou a bem documentada exposição, felicitando o orador.

SABADO, dia 28

Os «Amigos de Lisboa» visitaram os sítios dos Prazeres e da Fonte Santa, guiados pela D. Maria do Carmo Cortez. A visita começou pela igreja paroquial dos Prazeres, onde foram recebidos pelo respectivo pároco, Rev.º Padre Amador dos Anjos, seguindo-se a visita à Escola Salesiana Oficinas de S. José, cujo Administrador, Rev.º Padre Edgar Damásio, prestou esclarecimentos sobre as instalações e estudos ali ministrados. D. Maria do Carmo Cortez evocou a história da Congregação Salesiana, que tem a sede em Turim — Itália, focando a vocação de educadora da juventude a que, sob o patrocínio de S. Francisco de Sales e de S. João Bosco, essa congregação se vem dedicando. Levou depois os visitantes a observar os túmulos de algumas personalidades ilustres no Cemitério dos Prazeres, terminando a visita na Fonte Santa, onde também referiu a história do sítio e da fonte que lhe deu o nome.

NOVEMBRO

SABADO, dia 4

Foram visitados o palácio e Quinta de Alfarrobeira, também conhecida por Quinta do Frederico, antiga casa de campo do arquitecto Frederico Ludovice, actualmente sede da Direcção do Serviço de Saúde do Exército. Os «Amigos de Lisboa» foram recebidos pelo Brigadeiro António Augusto Antunes Pinheiro, Director daquele Serviço, que se encontrava acompanhado pelos Srs. Coronel Cruz Nunes e Major Sousa Dias. A visita foi guiada pelo Sr. Eng.º Maia Athayde, apoiado na parte da azulejaria pelo nosso Consócio Sr. José Meco, sendo no final o Grupo distinguido com a oferta de medalhas comemorativas do referido Serviço e do Depósito Geral de Material Sanitário e com um bem servido lanche ajantarado no refeitório daquele estabelecimento militar. Posteriormente os «Amigos de Lisboa» retribuíram a oferta das medalhas com a medalha comemorativa do seu Cinquentenário.

SABADO, dia 11

No prosseguimento do ciclo «Lisboa à Noite» realizou-se um jantar com fados no restaurante típico «Timpanas», em Alcântara, em que, além

do elenco artístico da casa, colaboraram os cantadores Júlio Vieitas, Gabino Ferreira, Júlio Peres e Abel Pereira, a cantadeira Julieta Brigue e o guitarrista Pinto Varela, que já noutras ocasiões têm participado em organizações do nosso Grupo. O passeio naquele bairro, que devia ter sido guiado pela Sra. Dr.^a Maria Júlia Jorge antes do jantar, não se pôde efectuar, devido ao mau tempo, mas realizar-se-á no próximo ano.

SABADO, dia 18

Foi visitada a igreja da Pena, onde os nossos Associados foram recebidos pelo respectivo pároco, Rev.^o Padre Pietra Torres. Guiou a visita o Sr. Eng.^o Maia Athayde, que discorreu sobre a preciosa talha dourada da capela-mor e outros aspectos artísticos da decoração e da arquitectura do templo, tendo sido também visitado o pequeno museu anexo, de arte sacra.

DEZEMBRO

SABADO, dia 9

Os «Amigos de Lisboa» deslocaram-se em autocarro e carros particulares a Alverca para visitar o Museu do Ar, que percorreram detidamente, guiados por um oficial da Força Aérea, admirando as aeronaves e demais peças das colecções ali expostas.

SABADO, dia 16

Visitaram os «Amigos de Lisboa» a igreja das Mercês. A Sra. D. Maria do Carmo Cortez, que guiou a visita apoiada pelo Sr. Eng.^o Maia Athayde, traçou a História do Convento de Jesus e da respectiva igreja, hoje paroquial da freguesia das Mercês, chamando a atenção para os aspectos mais notáveis da sua arquitectura e decoração, aludindo também ao culto das várias imagens que ali se veneram, entre elas a de Nossa Senhora da Escada do Céu. Foram depois percorridas algumas dependências anexas, uma das quais revestida de valiosa azulejaria, e a

capela-panteão da família do Dr. António de Sousa de Macedo, onde o Presidente do Grupo, Prof. Doutor Cândido de Oliveira, fez uma pequena intervenção sobre a figura desse escritor e estadista seiscentista. A visita terminou na Capela da Ordem Terceira de S. Francisco, onde a Sra. D. Maria do Carmo Cortez se referiu ao belo tecto em gesso da autoria de João Grossi e focou outros aspectos da decoração da capela e a simbologia de alguns dos seus elementos, dando também um apontamento acerca da Ordem dos Frades Menores e da Ordem Terceira, que se fez representar por um dos seus Irmãos, Sr. Faria, o qual mostrou aos visitantes um livro de actas da Ordem com várias assinaturas de Sebastião José de Carvalho e Melo, que dela fez parte.

Para além das actividades culturais mencionadas, há que sublinhar também alguns acontecimentos importantes da vida do Grupo «Amigos de Lisboa» ocorridos durante o ano de 1989.

Assim, realizaram-se duas Assembleias Gerais: a Ordinária, no sábado dia 25 de Fevereiro, que aprovou o Relatório e as Contas do exercício de 1988 e atribuiu, conforme já referimos, por unanimidade e aclamação, sob proposta fundamentada da Junta Directiva, a categoria de *Sócio Honorário* à Câmara Municipal de Lisboa e ao Sr. Prof. Doutor Orlando Ribeiro, e a de *Sócio Benemérito* ao Sr. Comandante Alberto da Silva Pereira; e a Extraordinária, no sábado 25 de Novembro, que, também sob proposta da Junta Directiva, aprovou por unanimidade a actualização dos valores da jóia, quota e cartão de sócio.

A visita à nossa sede, no dia 26 de Setembro, do candidato à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, Sr. Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, para se inteirar do funcionamento e aspirações do Grupo, foi outro acontecimento digno de registo, porquanto, além de se ter inscrito como nosso Associado com jóia e quota substanciais, aquele candidato viria também a contribuir com a oferta de Esc.: 180 000\$00 para a aquisição do equipamento de informática de que os «Amigos de Lisboa» neste momento já dispõem.

No dia 10 de Novembro, os membros da Junta Directiva foram recebidos no salão nobre da Câmara Municipal de Lisboa pelo Sr. Eng.º Nuno Krus Abecassis, a quem o nosso Presidente fez a entrega do diploma de *Sócio Honorário* deste Grupo, atribuído àquela Câmara. A cerimónia foi pretexto para a reafirmação das boas relações existentes entre os «Amigos de Lisboa» e aquela Autarquia.

Em Dezembro, no dia 6, completou-se o programa da homenagem a Norberto de Araújo com o descerramento de uma lápida na casa onde aquele nasceu, na Rua do Mirante, n.º 47, com a seguinte inscrição:

NESTA CASA NASCEU EM 21-3-1889
NORBERTO DE ARAÚJO
JORNALISTA, ESCRITOR E DEVOTADO
CRONISTA DA SUA CIDADE
HOMENAGEM DO
GRUPO «AMIGOS DE LISBOA» NO ANO DO CENTENÁRIO

Ao acto assistiram membros da família de Norberto de Araújo, Associados e membros da Junta Directiva, tendo o Sr. Prof. Doutor Cândido de Oliveira usado da palavra para sublinhar o amor e a dedicação a Lisboa do homenageado, a quem o nosso Grupo deve em grande parte ter sido criado.

E, finalmente, no dia 13 do mesmo mês de Dezembro, noutra cerimónia realizada no Palácio da Rosa com a presença do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Sr. Prof. Doutor Cândido de Oliveira, juntamente com representantes de outras instituições, assinou o protocolo que confere a cada uma delas o direito à ocupação de espaços, naquele palácio, para as respectivas sedes.

Para finalizar este relatório, permitimo-nos formular os seguintes votos:

- 1.º — De sentimento pelos Sócios falecidos
- 2.º — De agradecimento à Exma. Câmara Municipal de Lisboa pelo valioso auxílio e boa colaboração que tem prestado ao Grupo
- 3.º — De agradecimento ao Sr. Presidente da Assembleia Geral e à Comissão Revisora de Contas pelo apoio que nos tem dispensado
- 4.º — De agradecimento ao Sr. Manuel Morgado pela preciosa assistência que tem prestado na elaboração da contabilidade do Grupo

5.º — De agradecimento às Senhoras Funcionárias da Secretaria do Grupo pela eficiência do seu trabalho.

Lisboa, 26 de Fevereiro de 1990.

A JUNTA DIRECTIVA

O PRESIDENTE

Prof. Doutor João Cândido de Oliveira

O VICE-PRESIDENTE

Eng.º Manuel José Maia Athayde

O SECRETÁRIO-GERAL

Eduardo Sucena

BALANÇO SINTÉTICO DO EXERCÍCIO DE 1989

ACTIVO

Disponibilidades

Caixa	70 529\$00	
Depósitos à ordem	178 236\$00	
Depósitos a prazo	200 000\$00	448 765\$00

Créditos a curto prazo

Outros devedores e credores		253 480\$00
------------------------------------	--	-------------

Existências

Valores de c/própria	598 295\$00	
Valores de c/alheia	2 298 169\$70	2 896 464\$70

Imobilizações

Corpóreas		1 342 394\$40
------------------	--	---------------

TOTAL DO ACTIVO		4 941 104\$10
------------------------	--	---------------

PASSIVO

Débito a curto prazo

Sector público estatal		45 014\$00
Outros devedores e credores	2 252 234\$00	

TOTAL DO PASSIVO		2 297 248\$00
-------------------------	--	---------------

Situação líquida

Resultados transitados		1 831 208\$10
Resultado apurado no exercício	812 648\$00	

2 643 856\$10

TOTAL DO PASSIVO E DA SITUAÇÃO LÍQUIDA		4 941 104\$10
--	--	---------------

Lisboa, 26 de Fevereiro de 1990.

DESENVOLVIMENTO DOS SALDOS DAS SEGUINTE
CONTAS DO BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 1989

Créditos a curto prazo

Outros devedores		
Livraria Bertrand	114 960\$00	
Livraria Ferrin	32 000\$00	
Livraria Sá da Costa	46 640\$00	
Livraria Portugal	59 880\$00	253 480\$00

Existências

Valores c/própria		
Emblemas	35\$00	
Olisipo	568 260\$00	
Medalhas	30 000\$00	598 295\$00
Valores de c/alheia		
Quimera	30 030\$00	
C. M. L./Cultura	2 206 925\$70	
C. M. L./Gab. T. Hab.	45 976\$00	
C. M. L./Turismo	15 238\$00	2 298 169\$70

Imobilizações corpóreas

Saldo exercícios anteriores	1 001 594\$40	
Livros p/biblioteca	24 925\$00	
Maquete	25 000\$00	
Aquisição secretária	15 000\$00	
Aquisição computador	275 875\$00	1 342 394\$40

Sector público estatal

Segurança Social	41 574\$00	
IRS	3 440\$00	45 014\$00

Débitos a curto prazo

Outros Credores Gerais		
Sindicato	400\$00	
Quimera	30 030\$00	
C. M. L./Cultura	2 160 590\$00	
C. M. L./GTH	45 976\$00	
C. M. L./Turismo	15 238\$00	2 252 234\$00

Lisboa, 26 de Fevereiro de 1990.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS LÍQUIDOS - EXERCÍCIO DE 1989

237

DESPESAS		RECEITAS	
<i>Fornecimentos Serv./Terceiros</i>		<i>Proveito de activid. normal</i>	
Material de escritório	71 979\$00	Quotas	1 564 430\$00
Despesas de representação ...	55 258\$50	Jóias	68 000\$00
Conservação e represent. ...	48 487\$00	Cartões	6 600\$00
Comunicação CTT/TLP-DR ...	110 159\$00	Emblemas	300\$00
Seguros (Fotocopiadora)	1 005\$00	Medalhas	4 000\$00
Transportes pessoal	35 220\$00	Leilão	1 200\$00
Encargos de cobrança	171 560\$00	Realiz. Culturais	
Higiene e conforto	74 230\$00	Receitas — 1 634 400\$00	
Transp. de imobilizado	5 000\$00	Despesas — 1 503 027\$00	131 373\$00
	<u>572 898\$50</u>	Fotocópias	4 255\$50
		Publicações	<u>203 962\$00</u>
			1 984 120\$50
<i>Despesas c/pessoal</i>		<i>Receitas financeiras correntes</i>	
Remunerações e subsídios ...	1 095 226\$00	Juros de depósitos a prazo ...	15 557\$00
Segurança Social	224 205\$00		
	<u>1 319 431\$00</u>		
<i>Impostos</i>		<i>Subsídios</i>	
Selos Fiscais	4 700\$00	Câmara Municipal de Lisboa	400 000\$00
		Sr. Comandante Pereira	30 000\$00
		Sócios	3 000\$00
		Dr. Pereira da Costa	25 000\$00
		Donativo/Chiado	72 000\$00
			<u>710 000\$00</u>
		Total de receitas	<u>2 709 677\$50</u>
<i>Total das Despesas</i>	<u>1 897 029\$50</u>		
Resultado líquido do exercício	<u>812 648\$00</u>		
	<u>2 709 677\$50</u>		

Lisboa, 26 de Fevereiro de 1990.

MAPA COMPARATIVO DE RESULTADOS
DAS SEGUINTEs CONTAS

<i>Fornecimento e Serviço de Terceiros</i>	1988	1989	Varição
Material de escritório	101 571\$50	71 979\$00	- 29 592\$50
Desp. de Representação a)	11 300\$00	55 258\$50	+ 43 958\$50
Conservação e reparação	46 847\$00	48 487\$00	+ 1 640\$00
Comunicação (CTT/TLP-DR)	89 389\$50	110 159\$00	+ 20 769\$50
Seguros (Fotocopiadora)	977\$00	1 005\$00	+ 28\$00
Transportes pessoal	34 397\$00	35 220\$00	+ 823\$00
Encargos de cobrança	160 760\$00	171 560\$00	+ 10 800\$00
Higiene e conforto	52 593\$00	74 230\$00	+ 21 637\$00
Transportes/imobilizado)		5 000\$00	+ 5 000\$00
Contencioso	9 450\$00		- 9 450\$00
	<u>507 285\$00</u>	<u>572 898\$50</u>	<u>+ 65 613\$50</u>

a) Bar, diplomas, Federação moldura e fotos

<i>Proveitos de Actividade Normal</i>	1988	1989	Varição
Quotas	1 485 470\$00	1 564 430\$00	+ 78 960\$00
Jóias	101 000\$00	68 000\$00	- 33 000\$00
Cartões	10 100\$00	6 600\$00	- 5 500\$00
Emblemas	240\$00	300\$00	+ 60\$00
Medalhas	2 000\$00	4 000\$00	+ 2 000\$00
Leilão		1 200\$00	+ 1 200\$00
Realiz. Cult. {			
Receitas 1 634 400\$00			
Despesas 1 503 027\$00			
	216 495\$00	131 373\$00	- 85 122\$00
Fotocópias	10 122\$00	4 255\$50	- 5 866\$50
Publicações	31 200\$00	203 962\$00	+ 172 762\$00
	<u>1 856 627\$00</u>	<u>1 984 120\$50</u>	<u>+ 127 493\$50</u>

<i>Despesas c/Pessoal</i>	1988	1989	Varição
Remunerações e Subsídios	942 000\$00	1 095 226\$00	+ 153 226\$00
Segurança Social	208 467\$00	224 205\$00	+ 15 738\$00
	<u>1 150 467\$00</u>	<u>1 319 431\$00</u>	<u>+ 168 964\$00</u>

Lisboa, 26 de Fevereiro de 1990.

PARECER DA COMISSÃO DE CONTAS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 1989

Prezados consócios

Nos termos previstos nos Estatutos do Grupo «Amigos de Lisboa», apresentamos o nosso parecer sobre Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 1989.

Sempre que esta Comissão entendeu por conveniente, e ainda em concordância com o que determinam os Estatutos, dedicou a sua atenção aos assuntos de maior relevância que ao Grupo «Amigos de Lisboa» dizem respeito, sem deixar de se interessar também pelas vicissitudes que às Instituições da natureza daquela a que nos orgulhamos de pertencer por vezes atormentam.

A todas as situações suscitadas que se deparam, a Junta Directiva deu sempre a resposta precisa e pronta, o que nos apraz registar.

Somos, portanto, de parecer que:

- 1.º — Se aprove o Relatório e Contas do exercício de 1989;
- 2.º — Seja aprovado um voto de pesar pelos sócios falecidos;
- 3.º — Seja aprovado um voto de louvor à Junta Directiva pela dedicação demonstrada no desempenho das suas funções;
- 4.º — Se manifeste às Funcionárias que ao Grupo «Amigos de Lisboa» dedicaram o seu melhor esforço e saber o nosso louvor e apreço pelo trabalho realizado.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 1990.

A COMISSÃO DE CONTAS
PEL'PRESIDENTE

O SECRETÁRIO

Dr. Reinaldo Borralho Caldeira

O RELATOR

Eng.º Rui de Figueiredo Ribeiro

OS VOGAIS

Henrique Pereira da Silva

Manuel dos Santos Morgado

ÍNDICE DE “OLISIPO”

N.ºs 141 a 152 (1978-1989)

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

O presente Índice completa os que foram publicados nos boletins «Olisipo» N.ºs:

121/122 — relativo ao período de 1938-1967
(N.ºs 1 a 120)

141 — relativo ao período de 1968-1977
(N.ºs 121 a 140)

Na sua organização seguiu-se uma orientação semelhante à adoptada no 2.º Índice, da autoria do Dr. Paulo Caratão Soromenho, mantendo-se o desdobramento habitual:

I — Índice dos Autores

II — Índice dos Textos

III — Índice das Ilustrações

De modo a tornar menos densa a massa de informação relativa a cada «item» nos três índices parcelares — com evidente benefício para a sua leitura e compreensão — decidiu-se eliminar a indicação dos anos a que os Boletins se reportam, tanto mais que a presente série é constituída apenas por 6 volumes.

141	1978
142/3	1979-1980
144/5	1981-1982

146/7/8	1983-1984-1985
149	1986
150/1/2	1987-1988-1989

Houve também a preocupação de, na ordenação alfabética dos «Textos», dar ênfase aos assuntos e não somente aos títulos dos artigos tais como se apresentam nos Boletins. Daqui resultou a possibilidade de um mesmo texto aparecer referenciado mais de uma vez no respectivo índice, sempre que isso se revelasse conveniente para o leitor.

A ordenação alfabética, todavia, não é observada dentro dos agrupamentos, nos quais os títulos dos artigos são indicados segundo a ordem cronológica da publicação dos Boletins em que se encontram inseridos.

A. Baptista da Costa

I — ÍNDICE DOS AUTORES

ATHAYDE, Eng.º Manuel José Maia	
Sobre um Equívoco Antigo na Toponímia Lisboeta	144/5:35
Recordando o Nosso Amigo Cor. António Luís Tadeu	149:43
Corrigenda a «Estudos de Bibliografia Olisiponiana» de <i>Cor. António Luís Tadeu</i> , em «Olisipo», N.ºs 146-147-148, pág. 22	149:75
CAEIRO, Prof. Dr. Francisco da Gama	
Santo António e a Cidade de Lisboa	144/5:150
CALIXTO, Carlos Pereira	
As Ruínas do Teatro Romano de Lisboa	141/:94
CASTELHANO, Inocêncio	
Aos Amigos de Lisboa [Poema]	141:113
CASTELO-BRANCO, Dr. Fernando	
Alguns Aspectos de Lisboa em 1839	149:55
COELHO, Dr. A. Vasconcelos Pinto	
Visita do Grupo «Amigos de Lisboa» à Capela de Nossa Senhora da Assunção e Santo António do Vale	141:33 e 34
COSTA, Dr. Armando Baptista da	
Índice de «Olisipo», N.ºs 141-152 (1978-1989) [Elaboração]	150/1/2:240
COSTA, Dr. José Pereira da	
Arquivos de Portugal e a Investigação Histórica	150/1/2:101
COSTA, Dra. Maria Clara Pereira da	
O Enquadramento Social da Família Camões na Lisboa do Século XVI	142/3:5
Alguns Camões Pouco Conhecidos	142/3:287
ESTEVES, Prof. Juvenal	
Columbano e a Cultura de Lisboa	149:109

FERNANDES, Prof. Raul Miguel Rosado	
Ulisses em Lisboa	146/7/8:71
FONSECA, Dr. Fernando Venâncio Peixoto da	
O Colégio Militar	144/5:87
GAMA, Dra. Anna-Maria Pereira da	
Recordando João da Silva, o Inesquecível Medalhista	142/3:115
Poluição	142/3:131
GAMBETTA, Eng.º Agostinho Ferreira	
João da Silva	146/7/8:93
Santo António de Lisboa	146/7/8:200
GOMES, Dra. Maria Amélia Ramos	
Fernando Pessoa, Amigo de Lisboa	150/1/2:37
Lisboa Verde-Mar	150/1/2:155
GONÇALVES, Dr. António Manuel	
A Rainha D. Leonor e as Artes Ornamentais de Iluminura e de Ourivesaria	149:77
Luciano Freire — Museólogo e Restaurador	150/1/2:9
LEAL, Vilians	
Domingo à Tarde [Poema]	141/:93
O Mar (Trilogia Poética)	142/3:179
Lisboa, Cidade dos Nossos Amores [Poema]	142/3:181
Três Poemas: Amigos de Lisboa, Noctívago e Quadras Soltas ...	144/5:127
LEITE, Dra. Fernanda Passos	
Ourivesaria Francesa do Século XVIII	142/3:195
LIMA, Dr. Durval Pires de	
O 5.º Sermão da Natividade, Apologia do «Dia de Sam Bertolameu»	149:87
MACEDO, Luís Pastor de	
Palavras proferidas na reunião para aprovação dos Estatutos do Grupo	149:35
MARTINS, Francisco de Assis de Oliveira	
Visita à Basílica da Estrela	141:15
Evocação das Origens da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa	142/3:185
MELLO, Eng.º Ruy de Sampaio e	
Nossa Senhora da Luz	144/5:110
MESQUITA, Maria Antónia Oliveira Martins de	
Dados Biográficos de Francisco d'Assis d'Oliveira Martins [em cola- boração com Guilherme Waldemar]	141:3
Figuras de Campo de Ourique	141:11

Lisboa na Obra de Rocha Martins	141:86
Camões — Um Perfil	144/5:67
Sebastião José de Carvalho e Mello — O Homem e a Cidade	146/7/8:105
O Chafariz das Janelas Verdes [Apontamento]	146/7/8:179
Lembrando «Tinop»	149:123
MONIZ, Carlos da Silva [Atribuído a]	
Os Serviços de Incêndios em Lisboa	142/3:171
MONTEIRO, Dra. Maria de Jesus G. Pais	
Origens do Liceu Camões	142/3:58
NEVES, Dr. José Cassiano	
1.º Centenário do Nascimento de Afonso Lopes Vieira	141:21
NEVES, Dr. Mário	
Norberto de Araújo, o Homem e o Jornalista	150/1/2:124
NEVES, Monsenhor Moreira das	
Santo António, Presença Universal	141:26
OLIVEIRA, Prof. Doutor João Cândido de	
Prefação	146/7/8:3
O Professor Augusto Celestino da Costa: No Centenário do seu Nascimento	146/7/8:7
No Cinquentenário do Grupo «Amigos de Lisboa»	149:25
Norberto de Araújo, Amigo de Lisboa	150/1/2:135
PINHO, António C.	
Alguns Velhos Teatros desta Lisboa Alfacinha	144/5:21
RIBEIRO, Dr. Orlando	
Lisboa e o Tejo: Fragmento de um livro em preparação sobre Lisboa	149:49
RODRIGUES, Dr. Adriano Vasco	
O Teatro Romano de Lisboa	150/1/2:61
RODRIGUES, Américo de Jesus	
Visita à Central de Correios de Lisboa (Cabo Ruivo)	146/7/8:128
RODRIGUES, Dr. Fernando de Matos	
Visita ao Antigo Convento de Brancanes (Batalhão do Serviço de Saúde)	150/1/2:43
Visita ao Hospital Militar Principal	150/1/2:143
SANTANA, Dr. Francisco	
O Paço da Praça do Comércio (1769-1780)	141:44
O Paço da Praça do Comércio (1780-1821)	142/3:133
Teatros da Graça	144/5:7
Texto da entrevista à Rádio Renascença	146/7/8:161
1755 — Uma Descrição Inédita	150/1/2:39

SANTOS, Padre Eugénio dos	
Monografia da Paróquia de Santa Engrácia de Lisboa	141:80
SANTOS, Eng.º Júlio Eduardo dos	
No Cinquentenário da Morte do Grande Olisipógrafo Júlio de Castilho	142/3:246
Bibliografia de Júlio de Castilho—Relação das Obras Essenciais	142/3:248
SEGURADO, Arquitecto Jorge	
Sumária História e Nascimento do Círculo Eça de Queiroz	142/3:223
SEMEDO, Eng.º C. M. Bugalho	
Jardim e Museu Agrícola do Ultramar	142/3:226
SIMÕES, Ilídio Mariz	
Uma «Relíquia Industrial» de um Passado Recente: A Central Tejo	146/7/8:62
SOROMENHO, Dr. Paulo Caratão	
Dr. Leonel Ribeiro (Notícia necrológica)	141:20
Roteiro Fraseológico de Lisboa (Achegas)	141:57
I Congresso do Turismo Local e Regional—«Questionário Turís- tico»: Comunicação do Vice-Presidente do Grupo «Amigos de» Lisboa»	141:97
Entrevista concedida à Radiodifusão Portuguesa pelo Vice-Presi- dente do Grupo «Amigos de Lisboa», em 24/1/1978	141:103
Feira da Ladra—Ficheiro [Coordenação]	141:108
Índice de «Olisipo» N.ºs 121-140 (1968-1977) [Elaboração]	141:129
Origem Lendária do Apelido Camões e Notas Camonianas de Leite de Vasconcelos	142/3:67
Romagem Camoniana em Lisboa	142/3:75
Roteiro Fraseológico de Lisboa (Quinto e último... talvez)	142/3:87
O Palácio de Pedro de Roxas e Azevedo	142/3:107
A Propósito da Demolição do Chafariz de Dentro	142/3:215
História Sumária do Grupo «Amigos de Lisboa»	142/3:218
Lisboa—Exposição Temática	142/3:232
Prof. Doutor D. Fernando de Almeida (Notícia necrológica)	142/3:237
Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho (Notícia necrológica)	142/3:240
Eng. Júlio Eduardo dos Santos (Notícia necrológica)	142/3:242
Feira da Ladra—Ficheiro [Compilação]	142/3:255
Roteiro Fraseológico de Lisboa (Sexto)	144/5:41
Pátios de Lisboa [Pátio do Carrasco]	144/5:59
O Castelo de S. Jorge	144/5:63
Alfama: Duas visitas de estudo	144/5:117
A Ribeira Velha e a Conceição Velha—Caminhada dos «Amigos de Lisboa»	144/5:130
Pergunta-Resposta [Compilação]	144/5:153
O Grupo «Amigos de Lisboa» e os Meios de Comunicação Social [Compilação]	144/5:159
Feira da Ladra—Ficheiro [Compilação]	144/5:165

Água Santa Prisioneira [Poema de Vesal Taêba]	146/7/8:165
Prosa Poética: Notas sobre o poema «Ao Viandante»	146/7/8:169
(Ver Rectificação por <i>E. Sucena</i> acerca do autor do poema «Ao Viandante» na pág. 135 do «Olisipo» n.º 149)	
Feira da Ladra — Ficheiro [Compilação]	146/7/8:175
SUCENA, Eduardo	
O Fado, Canção de Lisboa	146/7/8:96
Passeio Camiliano	146/7/8:151
Grupo «Amigos de Lisboa» — Meio Século ao Serviço de Lisboa ...	149:5
Dr. Paulo Caratão Soromenho (Notícia necrológica)	149:47
A Capela de Nossa Senhora da Soledade Anexa à Primitiva Igreja de S. Jorge	149:65
Os Antigos Retiros das Hortas	149:117
Rectificação à «Prosa Poética — Ao Viandante», de <i>P. C. Soromenho</i> , publicada a páginas 169 e 170 de «Olisipo», N.ºs 146-147-148 ...	149:135
Remodelação de «Olisipo»	150/1/2:3
Os Cafés na Vida Social, Política e Intelectual de Lisboa	150/1/2:83
Dr. Durval Pires de Lima	150/1/2:59
Eng.º Diogo Sobral	150/1/2:119
TADEU, Coronel António Luís	
Catálogo da Exposição Bibliográfica de Olisipógrafos Ex-Alunos do Colégio Militar	144/5:95
O Santuário da Luz	144/5:102
Visita à Biblioteca da Ajuda	144/5:133
A Torre de Belém [Visita de estudo]	144/5:138
Estudos de Bibliografia Olisiponiana	146/7/8:22
(Ver Corrigença por <i>M. J. M. Atayde</i> em «Olisipo», N.º 149, p. 75)	
António Coelho Gasco e o Mosteiro de Chelas	146/7/8:101
Visita ao Museu Militar de Lisboa	146/7/8:121
VIANA, António Manuel Couto	
Lisboa Através dos Poetas	146/7/8:131
VIEIRA, Dr. Afonso Lopes	
João de Deus	141:23

II — ÍNDICE DOS TEXTOS

Afonso Lopes Vieira (O Primeiro Centenário do Nascimento de)	141:21
<i>Agradecimentos a:</i>	
D. Maria Raquel Carapeto de Sousa Bela Ferreira	142/3:270
Dr. José Antunes Videira	142/3:271
Agua Santa Prisioneira [Poema de Vesal Taêba] — <i>P. C. Soromenho</i> ...	146/7/8:165
<i>Alfama:</i>	
Chafariz de Dentro (A Propósito da Demolição do)	142/3:215
Duas Visitas de Estudo	144/5:117
Alguns Camões Pouco Conhecidos — <i>Maria Clara P. Costa</i>	142/3:287
Alguns Velhos Teatros desta Lisboa Alfacinha — <i>A. C. Pinho</i>	144/5:21
«Amigos de Lisboa» — Ver Grupo «Amigos de Lisboa»	
Antigos Retiros das Hortas (Os) — <i>E. Sucena</i>	149/:117
António Coelho Gasco e o Mosteiro de Chelas — <i>A. L. Tadeu</i>	146/7/8:101
Aquário Vasco da Gama (Visita ao)	146/7/8:117
Arquivos de Portugal e a Investigação História — <i>J. P. Costa</i>	150/1/2:101
Artes Ornamentais da Iluminura e Ourivesaria (A Rainha D. Leonor e as) — <i>A. M. Gonçalves</i>	149:77
Augusto Celestino da Costa (No Centenário do Nascimento do Professor) — <i>J. C. Oliveira</i>	146/7/8:7
Basílica da Estrela (Visita à) — <i>F. A. O. Martins</i>	141:15
Batalhão do Serviço de Saúde (Visita ao Antigo Convento de Brancanes) — <i>F. M. Rodrigues</i>	150/1/2:43

Bibliografia de Júlio de Castilho: Relação das Obras Essenciais — <i>J. E. Santos</i>	142/3:248
<i>Bibliografia Olisiponiana:</i>	
Catálogo da Exposição Bibliográfica de Olisipógrafos Ex-Alunos do Colégio Militar — <i>A. L. Tadeu</i>	144/5:95
Estudos de Bibliografia Olisiponiana — <i>A. L. Tadeu</i>	146/7/8:22
(Ver Corrigenda por <i>M. J. M. Athayde</i> na p. 75 do «Olisipo» n.º 149)	
Biblioteca da Ajuda (Visita à)	144/5:133
<i>Boletim «Olisipo»:</i>	
Índice dos N.ºs 121 a 140 (1968-1977)	141:129
Prefação [Volume N.ºs 146-147-148 de «Olisipo»]	146/7/8:3
Remodelação de «Olisipo»	150/1/2:3
Índice dos N.ºs 141 a 152 (1978-1989)	150/1/2:240
Cafés na Vida Social, Política e Intelectual de Lisboa (Os) — <i>E. Sucena</i>	150/1/2:83
<i>Camilo</i> : Passeio Camiliano — <i>E. Sucena</i>	146/7/8:151
<i>Camões:</i>	
O Enquadramento Social da Família Camões na Lisboa do Sé- culo XVI — <i>Maria Clara P. Costa</i>	142/3:5
Origem Lendária do Apelido Camões e Notas Camonianas de Leite de Vasconcelos — <i>P. C. Soromenho</i>	142/3:67
Romagem Camoniana em Lisboa — <i>P. C. Soromenho</i>	142/3:75
Alguns Camões Pouco Conhecidos — <i>Maria Clara P. Costa</i>	142/3:287
Camões: Um Perfil — <i>Maria Antónia O. M. Mesquita</i>	144/5:67
Celebração de Camões — Entrevista de F. Santana à Rádio Re- nascença	146/7/8:161
Campo de Ourique (Figuras de) — <i>Maria Antónia O. M. Mesquita</i>	141:11
<i>Capelas:</i>	
A Capela de Nossa Senhora da Assunção e Santo António do Vale — <i>A. V. P. Coelho</i>	141:33, 34
A Capela de Nossa Senhora da Soledade Anexa à Primitiva Igreja de S. Jorge — <i>E. Sucena</i>	149:65

Castelo de S. Jorge (O) — <i>P. C. Soromenho</i>	144/5:63
Catálogo da Exposição Bibliográfica de Olisipógrafos Ex-Alunos do Colégio Militar — <i>A. L. Tadeu</i>	144/5:95
Central de Correios de Lisboa — Cabo Ruivo (Visita à) — <i>A. J. Rodrigues</i>	146/7/8:128
Central Tejo: Uma «Relíquia Industrial» de um Passado Recente — <i>I. M. Simões</i>	164/7/8:62
Chafariz de Dentro (A Propósito da Demolição do) — <i>P. C. Soromenho</i>	142/3:215
Chafariz das Janelas Verdes (O) — Apontamento (<i>Maria Antónia O. M. Mesquita</i>	146/7/8:179
Ciclo de Colóquios «História Geral da Arte e Suas Manifestações na Cidade de Lisboa»	150/1/2:5
Cinquentenário da Morte do grande Olisipógrafo Júlio de Castilho (N.º) — <i>J. E. Santos</i>	142/3:246
Círculo Eça de Queirós (Sumária História e Nascimento do) — <i>J. Segurado</i>	142/3:223
Colégio Militar (O) — <i>F. V. P. Fonseca</i>	144/5:87
Columbano e a Cultura de Lisboa — <i>J. Esteves</i>	149:109
Concurso de Tronos de Santo António	146/7/8:157
Congresso do Turismo Local e Regional (Primeiro)	141:97
Convento de Brancanes (Visita ao Antigo) — <i>F. M. Rodrigues</i>	150/1/2:43
Corrigenda ao artigo «Estudos de Bibliografia Olisiponiana» de António Luís Tadeu — <i>M. J. M. Athayde</i>	149:75
«Dia de Sam Bertolameu» (O 5.º Sermão da Natividade, Apologia do) <i>D. P. Lima</i>	149:87
Enquadramento Social da Família Camões na Lisboa do Século XVI (O) — <i>Maria Clara P. Costa</i>	142/3:5
Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa (Evocação das Origens da) — <i>F. A. O. Martins</i>	142/3:185
Estudos de Bibliografia Olisiponiana — <i>A. L. Tadeu</i> (Ver Corrigenda por <i>M. J. M. Athayde</i> na p. 75 do «Olisipo» N.º 149)	146/7/8:22

Exposições:

- Exposição Bibliográfica de Olisipógrafos Ex-Alunos do Colégio Militar (Catálogo da) — *A. L. Tadeu* 144/5:95
- Exposição de Pintura e Desenho [Palácio Foz — Junho de 1981] ... 144/5:123
- Evocação das Origens da Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa — *F. A. O. Martins* 142/3:185
- Fado, Canção de Lisboa (O) — *E. Sucena* 146/7/8:96

Feira da Ladra — Ficheiro

Compilação de *P. C. Soromenho*:

- Apontamento sobre Júlio de Castilho 141:108
- A Baixa Pombalina 141:108
- Boletim «Olisipo» N.ºs 139-140 141:109
- Informações sobre a casa em que viveu Gil Vicente 141:110
- Notícia sobre o almoço comemorativo do 42.º aniversário do Grupo «Amigos de Lisboa» na Casa do Minho 141:112
- Trasladação dos restos mortais da rainha D. Maria I 142/3:255
- Criação em Lisboa da Associação de Arqueologia Industrial ... 142/3:255
- Pronúncia da palavra «Olisipo» 142/3:256
- Apontamento sobre a reprodução do Ex-libris do Grupo «Amigos de Lisboa» 142/3:256
- Notícia enviada pelo Grupo ao Jornal «Diário de Notícias» sobre a sua sede e a sua actividade 142/3:256
- O costume da mudança de residência 142/3:257
- Comunicação sobre «A Ideia da Criação do Grupo ou Associação ou Liga dos Amigos de Lisboa» 142/3:257
- Participação do Grupo «Amigos de Lisboa» no I Encontro Nacional das Associações de Defesa do Património Cultural, realizado em Santarém, de 25 a 27 de Janeiro de 1980 142/3:258
- Olisipografia 144/5:165
- A Palavra «Clube» 144/5:167
- O Hábito da Mudança de Residência 144/5:167

A Cidade é de todos	144/5:168
O Campo das Cebolas	144/5:168
O Arraial de Santo António	144/5:169
A Ideia da Fundação do Nosso Grupo	144/5:169
«Olisipo» N.º 142-143	144/5:169
O Centro de Estudos Judiciários e a Revolução de 1383	146/7/8:175
A Valorização de Alfama—Recordando o que foi feito	146/7/8:175
«Plano da Avenida da Liberdade»	146/7/8:176
Um Centro de Arte Moderna em Lisboa	146/7/8:177
Compilação de <i>E. Sucena</i>	
Assinatura do Protocolo com a C. M. L.	150/1/2:171
Fundação Cidade de Lisboa	150/1/2:173
Fernando Pessoa, Amigo de Lisboa— <i>Maria Amélia R. Gomes</i>	150/1/2:i55
Figuras de Campo de Ourique— <i>Maria Antónia O. M. Mesquita</i>	141:11
Fundação Cidade de Lisboa	172/1/2:173
<i>Grupo «Amigos de Lisboa»:</i>	
Entrevista concedida à Radiodifusão Portuguesa pelo Vice-Presidente	141:103
O Grupo «Amigos de Lisboa» e os Meios de Comunicação	142/3:200
História Sumária do Grupo «Amigos de Lisboa»	142/3:218
Instituição de Utilidade Pública [Declaração]	142/3:271
O Grupo «Amigos de Lisboa» e os Meios de Comunicação	144/5:159
Os «Amigos de Lisboa» e os Meios de Comunicação	146/7/8:171
Meio Século ao Serviço de Lisboa— <i>E. Sucena</i>	149:5
Programa das Comemorações do Cinquentenário	149:7
Os Momentos Altos das Comemorações do Cinquentenário	149:9
No Cinquentenário do Grupo «Amigos de Lisboa»: Evocação necessária— <i>J. C. Oliveira</i>	149:25

Palavras proferidas por Luís Pastor de Macedo na Reunião efectuada entre os Sócios Fundadores para Discussão e Aprovação dos Estatutos do Grupo	149:35
Os Primeiros 100 «Amigos de Lisboa»	149:39
Novos Estatutos (Os)	150/1/2:99
O Grupo «Amigos de Lisboa» e o Incêndio da Zona do Chiado ...	150/1/2:113
Novos Estatutos (Os) — Rectificação do Art.º 20.º	150/1/2:121
Assinatura do Protocolo com a C. M. L.	150/1/2:171
História Geral da Arte e Suas Manifestações na Cidade de Lisboa [Ciclo de Colóquios]	150/1/2:5
História Sumária do Grupo «Amigos de Lisboa» — <i>P. C. Soromenho</i>	142/3:218
<i>Homenagem a:</i>	
Prof. João Cândido de Oliveira	150/1/2:69
Norberto de Araújo	150/1/2:123
Hospital Militar Principal (Visita ao) — <i>F. M. Rodrigues</i>	150/1/2:143
Incêndio da Zona do Chiado (O Grupo «Amigos de Lisboa» e o)	150/1/2:113
<i>Índice de «Olisipo»:</i>	
N.ºs 121-140 (1968-1977)	149:129
N.ºs 141-152 (1978-1989)	150/1/2:240
Instituto Militar dos Pupilos do Exército [Visita]	144/5:144
Jardim e Museu Agrícola do Ultramar — <i>C. M. B. Semedo</i>	142/3:226
João Cândido de Oliveira (Homenagem ao Prof.)	150/1/2:69
João de Deus — <i>A. L. Vieira</i>	141:23
João Pinto de Carvalho (Tinop): Descerramento de uma Lápide — <i>M. Antónia O. M. Mesquita</i>	149:123
<i>João da Silva:</i>	
Recordando o Inesquecível Medalhista no Centenário do Seu Nascimento — <i>Anna-Maria P. Gama</i>	142/3:115
João da Silva — <i>A. F. Gambetta</i>	146/7/8:93

Júlio de Castilho:

- No Cinquentenário da Morte do Grande Olisipógrafo — *J. E. Santos* 142/3:246
- Bibliografia de Júlio de Castilho: Relação das Obras Essenciais —
J. E. Santos 142/3:248
- Lembrando «Tinop» — *Maria Antónia O. M. Mesquita* 149:123
- Liceu Camões (Origens do) — *Maria de Jesus G. P. Monteiro* 142/3:58

Lisboa:

- Lisboa na Obra de Rocha Martins — *M. Antónia O. M. Mesquita* ... 141:86
- Os Serviços de Incêndio em Lisboa — *C. S. Moniz* 142/3:171
- Lisboa, Cidade dos Nossos Amores — *V. Leal* 142/3:181
- Lisboa: Exposição Temática — *P. C. Soromenho* 142/3:232
- Sobre um Equívoco Antigo na Toponímia Lisboeta — *M. J. M. Athayde* 144/5:35
- Estudos de Bibliografia Olisiponiana — *A. L. Tadeu* 146/7/8:22
(Ver Corrigenda por *M. J. M. Athayde* na pág. 75 do «Olisipo»
N.º 149)
- Ulisses em Lisboa — *R. M. R. Fernandes* 146/7/8:71
- Sebastião José de Carvalho e Mello — O Homem e a Cidade — *M. Antónia O. M. Mesquita* 146/7/8:105
- Lisboa Através dos Poetas — *A. M. C. Viana* 146/7/8:131
- Lisboa e o Tejo (Fragmento de um livro em preparação sobre Lisboa) — *O. Ribeiro* 149:49
- Alguns aspectos de Lisboa em 1839 — *F. Castelo-Branco* 149:55
- Columbano e a Cultura de Lisboa — *J. Esteves* 149:109
- Quiosques de Lisboa — O Artesão José Maria Barata 150/1/2:7
- Os Cafés na Vida Social, Política e Intelectual de Lisboa — *E. Sucena* 150/1/2:83
- Luís de Camões* — Ver Camões
- Luciano Freire, Museólogo e Restaurador — *A. M. Gonçalves* 150/1/2:9

Meio Século ao Serviço de Lisboa — <i>E. Sucena</i>	149:5
1755 — Uma Descrição Inédita — <i>F. Santana</i>	150/1/2:39
Mosteiro de Chelas (António Coelho Gasco e o) — <i>A. L. Tadeu</i>	146/7/8:101

Museus:

Museu Agrícola do Ultramar (Jardim e) — <i>C. M. B. Semedo</i>	142/3:226
Museu Militar de Lisboa (Visita ao) — <i>A. L. Tadeu</i>	146/7/8:121

Norberto de Araújo:

O Centenário do nascimento de Norberto de Araújo	150/1/2:123
Norberto de Araújo, Amigo de Lisboa — <i>J. C. Oliveira</i>	150/1/2:135
Norberto de Araújo, o Homem e o Jornalista — <i>M. Neves</i>	150/1/2:124

Nossa Senhora da Luz, Padroeira de Curitiba e Carnide — <i>R. S. Mello</i>	144/5:110
--	-----------

Notícias necrológicas referentes a:

Francisco d'Assis d'Oliveira Martins — <i>M. Antónia O. M. Mesquita e Guilherme Waldemar</i>	141:3
Dr. Leonel Ribeiro — <i>P. C. Soromenho</i>	141:20
Prof. Doutor D. Fernando de Almeida — <i>P. C. Soromenho</i>	142/3:237
Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho — <i>P. C. Soromenho</i>	142/3:240
Eng.º Júlio Eduardo dos Santos — <i>P. C. Soromenho</i>	142/3:242
Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos — <i>P. C. Soromenho</i>	146/7/8:5
Cor. António Luís Tadeu — <i>M. J. M. Athayde</i>	149:43
Dr. Paulo Caratão Soromenho — <i>E. Sucena</i>	149:47
Dr. Durval Pires de Lima — <i>E. Sucena</i>	150/1/2:59
Eng.º Diogo Sobral — <i>E. Sucena</i>	150/1/2:119

Olisipo — Ver Boletim «Olisipo»

Olisipógrafos Ex-Alunos do Colégio Militar (Catálogo da Exposição Bibliográfica de) — <i>A. L. Tadeu</i>	144/5:95
---	----------

Órgãos Sociais do Grupo:

Corpos gerentes para 1979-1981	141:126
Alterações — Assembleia Geral de 12/2/1980	142/3:285
Alterações — Assembleia Geral de 31/3/1981	144/5:189
Corpos gerentes (Triénio de 1982-1984)	144/5:205
Alterações — Assembleia Geral de 13/2/1984	146/7/8:211
Órgãos directivos (Triénio de 1985-1987)	149:153
Órgãos sociais (Triénio de 1988-1990)	150/1/2:218
Ourivesaria Francesa do Século XVIII — <i>F. P. Leite</i>	142/3:195

Paços:

Paço da Praça do Comércio (O) — 1769-1780 — <i>F. Santana</i>	141:44
Paço da Praça do Comércio (O) — 1780-1821 — <i>F. Santana</i>	142/3:133

Palácios:

Palácio de Pedro de Roxas e Azevedo — <i>P. C. Soromenho</i>	142/3:107
Palácio de S. Bento (Assembleia da República)	142/3:206
Paróquia de Santa Engrácia — Lisboa (Monografia da) — <i>Padre E. Santos</i>	141:80
Parque Ventura Terra	146/7/8:18
Passeio Camiliano — <i>E. Sucena</i>	146/7/8:151
Pátios de Lisboa [Pátio do Carrasco]	144/5:59

Pergunta-Resposta [Compilação de P. C. Soromenho]:

Marialvismo	144/5:153
O Largo Martim Moniz	144/5:154
A Travessa do Enviado de Inglaterra	144/5:154
A Casa dos Bicos	144/5:156
Monumentos a Escritores	144/5:157

Poemas:

Domingo à Tarde— <i>V. Leal</i>	141:93
Aos Amigos de Lisboa— <i>I. Castelhana</i>	141:113
O Mar (Trilogia Poética)— <i>V. Leal</i>	142/3:179
Lisboa, Cidade dos Nossos Amores— <i>V. Leal</i>	142/3:181
Amigos de Lisboa— <i>V. Leal</i>	144/5:127
Noctívago— <i>V. Leal</i>	144/5:128
Quadras Soltas— <i>V. Leal</i>	144/5:129
Água Santa Prisioneira: Notas sobre o poema de Vesal Taêba— — <i>P. C. Soromenho</i>	146/7/8:165
Lisboa Verde-Mar— <i>Maria Amélia R. Gomes</i>	150/1/2:37
Poluição— <i>Anna-Maria P. Gama</i>	142/3:131
Programa das Comemorações do Cinquentenário	149:7
Prosa Poética: Notas sobre o poema «Ao Viandante»— <i>P. C. Soromenho</i> (Ver Rectificação por <i>E. Sucena</i> na pág. 135 de «Olisipo» N.º 149)	146/7/8:169
Quinto Sermão da Natividade, Apologia do «Dia de Sam Bertola- meu» (O)— <i>D. P. Lima</i>	149:87
Quiosques de Lisboa—O Artesão José Maria Barata	150/1/2:7
Rainha D. Leonor (A) e as Artes Ornamentais da Iluminura e da Ouri- vesaria— <i>A. M. Gonçalves</i>	149:77
<i>Relatórios e Contas da Junta Directiva e Pareceres da Comissão de Contas:</i>	
Relatório e Contas da J. D. (Ano de 1978)	141:115
Parecer da C. C. (Ano de 1978)	141:125
Relatório e Contas da J. D. (Ano de 1979)	142/3:261
Parecer da C. C. (Ano de 1979)	142/3:266
Relatório e Contas da J. D. (Ano de 1980)	142/3:272
Parecer da C. C. (Ano de 1980)	142/3:282
Relatório e Contas da J. D. (Ano de 1981)	144/5:175

Parecer da C. C. (Ano de 1981)	144/5:188
Relatório e Contas da J. D. (Ano de 1982)	144/5:192
Parecer da C. C. (Ano de 1982)	144/5:204
Relatório e Contas da J. D. (Ano de 1983)	146/7/3:180
Parecer da C. C. (Ano de 1983)	146/7/8:209
Relatório e Contas da J. D. (Ano de 1984)	146/7/8:212
Parecer da C. C. (Ano de 1984)	146/7/8:233
Relatório e Contas da J. D. (Ano de 1985)	146/7/8:235
Parecer da C. C. (Ano de 1985)	146/7/8:249
Relatório e Contas da J. D. (Ano de 1986)	149:137
Parecer da C. C. (Ano de 1986)	149:152
Relatório e Contas da J. D. (Ano de 1987)	150/1/2:175
Parecer da C. C. (Ano de 1987)	150/1/2:197
Relatório e Contas da J. D. (Ano de 1988)	150/1/2:199
Parecer da C. C. (Ano de 1988)	150/1/2:216
Relatório e Contas da J. D. (Ano de 1989)	150/1/2:219
Parecer da C. C. (Ano de 1989)	150/1/2:239
 Retiros das Hortas (Os Antigos)— <i>E. Sucena</i>	 149:117
Ribeira Velha e a Conceição Velha (A)—Caminhada dos «Amigos de Lisboa»— <i>P. C. Soromenho</i>	144/5:130
 <i>Roteiro Fraseológico de Lisboa—P. C. Soromenho:</i>	
Achegas	141:57
Quinto e último... talvez	142/3:87
Sexto	144/5:41
 «Sam Bertolameu» (O 5.º Sermão da Natividade, Apologia do «Dia de D. P. Lima»	 149:87
 <i>Santo António:</i>	
Santo António, Presença Universal— <i>M. Neves</i>	141:26
Santo António e a Cidade de Lisboa— <i>F. G. Caeiro</i>	144/5:150

Santo António (Concurso de Tronos de)	146/7/8:157
Santo António— <i>A. F. Gambetta</i>	146/7/8:200
Santuário da Luz (O)— <i>A. L. Tadeu</i>	144/5:102
Sebastião José de Carvalho e Mello—O Homem e a Cidade— <i>Maria Antónia O. M. Mesquita</i>	146/7/8:105
Sermão de Natividade, Apologia do «Dia de Sam Bertolameu» (O 5.º) — <i>D. P. Lima</i>	149:87
Serviços de Incêndios em Lisboa (Os)— <i>C. S. Moniz</i>	142/3:171
Sítio à Grande Cidade (Do) [Curso]	150/1/2:117
Sumária História e Nascimento do Círculo Eça de Queiroz— <i>J. Segurado</i>	142/3:223
<i>Teatro Romano de Lisboa:</i>	
As Ruínas do Teatro Romano de Lisboa— <i>C. P. Calixto</i>	141:94
O Teatro Romano de Lisboa— <i>A. V. Rodrigues</i>	150/1/2:61
<i>Teatros de Lisboa:</i>	
Teatros da Graça— <i>F. Santana</i>	144/5:7
Alguns Velhos Teatros desta Lisboa Alfacinha— <i>A. C. Pinho</i>	144/5:21
«Tinop» (Lembrando)— <i>Maria Antónia O. M. Mesquita</i>	149:123
Toponímia Lisboeta (Sobre um Equívoco Antigo na)— <i>M. J. M. Athayde</i> ..	144/5:35
Torre de Belém [Visita de estudo]— <i>A. L. Tadeu</i>	144/5:138
Tremores de Terra—Que Fazer?	144/5:170
Tronos de Santo António (Concurso de)	146/7/8:157
Turismo Local e Regional (I Congresso do)	141:97
Ulisses em Lisboa— <i>R. M. R. Fernandes</i>	146/7/8:71

III — ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES (*)

NAS CAPAS	N.º
Palácio Real de Sintra, de <i>José A. Videira</i>	141
Luis de Camões	142-143
Rossio (lado Sul), de <i>José A. Videira</i>	144-145
Casa no Largo do Convento da Encarnação, de <i>Luis Trindade</i> ...	146-147-148
Naveta de Pedra de Armas de Lisboa, de <i>Luis Trindade</i>	149
Fachada Nobre do Palácio da Miçra	150-1-2
NO INTERIOR	
COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENARIO DO GRUPO — «Oli- sipo» N.º 149	Pág.
Sede do Grupo — Sessão inaugural	
Prof. Dr. Jorge Gaspar no uso da palavra	13
Prof. Doutor Cândido de Oliveira quando proferia a sua conferência	13
Dr. Carlos Manuel Fonseca de Melo agradecendo a oferta da medalha comemorativa do Cinquentenário	14

(*) Ordenadas dentro dos agrupamentos, excepto as «Vinhetas», segundo a cronologia da publicação.

Palácio das Galveias — Exposição Bibliográfica, Filatélica, de Pintura e Desenho, com temas de Lisboa	
Dr. Francisco Simas Alves de Azevedo dissertando sobre a «Heráldica no Património»	14
Dois aspectos da Exposição	16
Teatro Municipal de S. Luís — Concerto sinfónico	
Frontespício do programa do Concerto sinfónico	17
Um aspecto da Orquestra Sinfónica da Radiodifusão Portuguesa	18
Um aspecto da assistência	18
Restaurante Típico «A Severa» — Almoço-convívio	
Actuação de Júlio Vieitas	19
Actuação de Julieta Brigue	19
Gabino Ferreira recebendo das mãos do Vice-Presidente do Grupo a medalha do Cinquentenário	20
Actuação de Celeste Rodrigues	20
Sé Patriarcal de Lisboa — Missa por intenção dos Fundadores e outros Sócios falecidos	
A chegada à Sé de Sua Excelência Reverendíssima D. Albino Mamede Cleto, ladeado por membros da Junta Directiva do Grupo «Amigos de Lisboa»	21
Aspecto da assistência à missa	22
Jardim Júlio de Castilho — Romagem ao monumento a Júlio de Castilho	
Aspecto da assistência	23

EDIFÍCIOS

N.º

Palácio Regaleira, no Largo de S. Domingos, em 1903 (in: «Lisboa», de <i>Alfredo Mesquita</i>)	142/3:59
Casa na Calcada de Santana, onde, segundo a tradição documental, teria falecido Luís de Camões em 1580, de <i>José A. Videira</i> ...	142/3:80

Palácio de Pedro de Roxas e Azevedo

- Brasão de Lemos e Carvalhos sobre a entrada do Palácio (Século XVIII) 142/3:110
- Aspecto do Palácio (1980) 142/3:112
- Aspecto do pátio do Palácio (1980) 142/3:113

Igreja de S. Jorge

- Segundo a gravura «Olissippo», de *Jorge Bráunio* (1593) 149:67
- Dois aspectos de vestígios da capela de N. S. da Soledade ... 149:72

MAPAS E PLANTAS

- Planta topográfica, legendada, abrangendo o Chão da Feira, Rua Bartolomeu de Gusmão e Rua da Saudade (Sobreposição da planta actual à presumível topografia dos princípios do século XVII) 141:111
- Pormenor da «Planta de Lisboa em 1650», por *João Nunes Tinoco* (com legendas) 142/3:44
- Pormenor da planta da cidade de Lisboa publicada por *Augusto Vieira da Silva* e elaborada segundo referências dos tombos de 1573 e 1577 e um mapa da actualidade — 1900 (in: «As Muralhas da Ribeira de Lisboa») 142/3:45
- Pormenor da planta da cidade de Lisboa por *George Braunio Aggrinate* in: «Mundi Theatrum Quintum» (S/D — posterior a 1596) 142/3:46
- Pormenor da «Panorâmica de Lisboa», do princípio do século XVI, existente na Biblioteca de Leyde (Holanda) 142/3:47
- Rua Nova, segundo uma iluminura do «Livro de Horas de D. Manuel» pertencente ao Museu Nacional de Arte Antiga 142/3:48
- Trecho da gravura de *Bráunio* (de 1596), onde se vê o local em que Pedro de Roxas e Azevedo construiu o seu Palácio, pelo terceiro quartel do século XVII 142/3:108
- Trecho da planta de *Tinoco* (de 1650), onde se assinala o local do Palácio de Pedro Roxas e Azevedo 142/3:109

Planta dos arredores dos Mosteiros de S. Vicente e da Graça (1956), desenhada pelo Eng.º A. E. Abrantes, onde se assinala o Palácio de Pedro Roxas e Azevedo	142/3:111
Plano térreo do edifício da Praça do Comércio que serviu de Real Paço de Lisboa	142/3:144
Um plano antigo das salas do Real Paço Temporário da Praça do Comércio	142/3:145
Planta dos arredores dos Mosteiros de S. Vicente e da Graça indi- cando o local na Calçada da Graça onde existiu o primitivo Teatro da Graça	144/5:17
Planta da Capela do Santuário da Luz, onde está sepultado D. Frei Martinho de Uloa	144/5:106
Lisboa e o Tejo: Mapa de localização do estuário	149:51
Planta da Igreja de S. Jorge, segundo o <i>Padre Carvalho da Costa</i> (1712) e o <i>Padre José Lino de Azevedo</i> (1755)	149:69
Planta de Lisboa, cenário lisboeta de Columbano	149:110

OBJECTOS

Medalha de <i>João da Silva</i>	142/3:116
Medalha de <i>João da Silva</i>	142/3:117
Dois animais lutando, de <i>João da Silva</i>	142/3:118
Imagem de Nossa Senhora da Luz, padroeira de Curitiba (Brasil)	144/5:113
Imagem de Nossa Senhora da Luz, padroeira de Carnide, Lisboa (Portugal)	144/5:113
Dois animais, de <i>João da Silva</i>	146/7/8:94
Medalha de <i>João da Silva</i>	146/7/8:84
Medalha Comemorativa do Cinquentenário do Grupo: anverso e reverso	149:15
Relicário da Rainha D. Leonor: anverso e reverso (Museu Nacional de Arte Antiga)	149:85

PINTURA — ASPECTOS DE LISBOA

Largo de Camões, de <i>Santos Vieira</i>	142/3:84
Terreiro do Paço, de <i>José Carlos de Sousa Vieira Luz</i>	142/3:232
Rossio, de <i>Manuel Guimarães dos Reis Santos</i>	142/3:233
«O Pátio do Carrasco» (1940?), do pintor <i>D. José de Castro</i> (1901-1965)	144/5:60
Casa dos Bicos, de <i>José Penicheiro</i>	144/5:124
Mosaico, de <i>João Paulo Ferro</i>	144/5:124
Rossio, de <i>Artur Real Bordalo</i>	144/5:125
Jardim e Basílica da Estrela, de <i>João Califórnia</i>	144/5:125

RETRATOS

Francisco de Assis de Oliveira Martins	141:4
Luís de Camões (Iluminura de Goa, obra de um artista japonês, tida como o retrato mais verosímil do poeta)	142/3:69
Prof. Doutor D. Fernando de Almeida	142/3:237
Dr. Manuel Hermenegildo Lourinho	142/3:240
Eng.º Júlio Eduardo dos Santos	142/3:242
Maria Raquel Carapeto de Sousa Bela Ferreira	142/3:270
Dr. Francisco Gonçalves do Couto Santos	146/7/8:6
Ana Augusta Plácido, o filho Manuel Plácido e Camilo (por volta de 1862)	146/7/8:153
Cor. António Luís Tadeu	149:43
Dr. Paulo Caratão Soromenho	149:47
Columbano (Auto-retrato)	149:112
Camões e as Tágides, de <i>Columbano</i>	149:114

Luciano Freire	150/1/2:21
Dr. Durval Pires de Lima	150/1/2:59
Eng.º Diogo Sobral	150/1/2:119

VARIOS

Proposta de admissão de José de Almada Negreiros (Abril de 1937)	144/5:4
Idem (Março de 1944)	144/5:5
Esboço genealógico da família dos Arrudas (1.ª hipótese)	144/5:142
Idem (2.ª hipótese)	144/5:143
Lápide colocada na casa onde nasceu «Tinop»	149:125
O artesão José Maria Barata	150/1/2:7
Visita do Grupo ao Antigo Convento de Brancanes	150/1/2:49
Homenagem ao Prof. Cândido de Oliveira	150/1/2:70, 75 e 76
Assinatura do Protocolo com a C. M. L.	150/1/2:172
Descerramento da lápide na casa onde nasceu Norberto de Araújo	150/1/2:132, 133 e 134

VINHETAS (*)

Figueiredo Sobral:

Arco das Amoreiras	149:108
Idem	150/1/2:58
Aspecto de Lisboa	146/7/8:160
Idem	146/7/8:164
Idem	149:12
Idem	149:38
Idem	150/1/2:122

(*) Ordem alfabética das designações dentro dos agrupamentos.

Casa Quinhentista, no Largo do Menino Deus	149:122
Idem	150/1/2:36
Chafariz das Janelas Verdes	146/7/8:168
Idem	149:42
Idem	150/1/2:121
Varina	149:136
Idem	150/1/2:6
Idem	150/1/2:142

José A. Videira:

Arcos do Aqueduto das Águas Livres (1963)	146/7/8:116
Idem	149:74
Idem	150/1/2:82
Beco, ao Largo das Olarias	146/7/8:174
Idem	149:46
Idem	150/1/2:116
Casal do Zé Marques, Poço de Cortes, Olivais	141:102
Idem	141:107
Portela de Sacavém (1953)	146/7/8:70
Idem	149:64
Idem	150/1/2:98
Quinta da Fonte do Anjo, Olivais (1954)	141:10
Idem	149:116
Idem	150/1/2:38
Restos do Arco do Cego (1949)	141:22
Idem	146/7/8:92
Idem	149:34
Idem	150/1/2:100

Autor não identificado:

Capela de S. Jerónimo	146/7/8:127
Idem	149:134
Idem	150/1/2:118
Igreja não identificada	146/7/8:178



Depósito Legal N.º 63 990/93

